

# Estudo Técnico Preliminar 26/2023

## 1. Informações Básicas

[Este documento é sigiloso | Justificativa: Informações de nível reservado por conter quadro de distribuição e acervo da PF]

Número do processo: 08200.006415/2023-47

## 2. Introdução

O presente Estudo Preliminar objetiva apontar a solução que melhor atende ao interesse da Administração em face das demandas das Unidades Centrais e Descentralizadas da Polícia Federal, com participação do SEOP/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF, formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda (DFD) n.27508756 , Processo nº 08200.006415/2023-47.

A presente aquisição é pautada pelas diretrizes traçadas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas normas correlatas além de outras vigentes. Tais bens, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de bens comuns, conforme definido na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, visto que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

Esta análise também é pautada pelas diretrizes traçadas pela Lei nº 13.060 de 22 de dezembro de 2014, que **disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPO)** pelos agentes de segurança pública, conforme seus primeiros artigos:

*Art. 1º Esta Lei disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional.*

*Art. 2º Os órgãos de segurança pública deverão priorizar a utilização dos instrumentos de menor potencial ofensivo, desde que o seu uso não coloque em risco a integridade física ou psíquica dos policiais, e deverão obedecer aos seguintes princípios:*

*I - legalidade;*

*II - necessidade;*

*III - razoabilidade e proporcionalidade.*

Concomitantemente, o estudo se lastreia na **Portaria Interministerial nº 4.226 de 31 de Dezembro de 2010**, SEI nº 23035345 que versa sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública e apresenta as Diretrizes sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Agentes de Segurança Pública.

## 3. Descrição da necessidade

Da Necessidade Legal - Convenções, Leis e Portarias:

A contratação do objeto tem por objetivo disponibilizar aos Policiais Federais alternativa de armamento não letal para o desempenho de suas atribuições ordinárias e rotineiras.

A adoção de equipamentos e armamentos não letais por uma força policial é o fundamento basilar da doutrina do emprego seletivo da força. Dotar e treinar o policial com equipamentos e armamento não letal possibilita ao profissional de segurança identificar o cenário adverso e selecionar o meio necessário para retornar à ordem, utilizando-se o mínimo de força. Esse é um dos princípios exarados pela Organização das Nações Unidas no Oitavo Congresso para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes , realizado em Havana, Cuba, de 27 de Agosto a 7 de Setembro de 1990:

*“Os Governos e os organismos de aplicação da lei devem desenvolver um leque de meios tão amplo quanto possível e habilitar os funcionários responsáveis pela aplicação da lei com diversos tipos de armas e de munições, que permitam uma utilização diferenciada da força e das armas de fogo.”*

Outros normativos internacionais trazem a demanda em epígrafe também, como Resolução nº 34/169, 17 de dezembro de 1979, Assembleia Geral das Nações Unidas – Código de Conduta para os Encarregados pela Aplicação da Lei (CCEAL) e UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS, *Basic Principles on the Use of the Force and Firearms by Law Enforcement Officials*, 1990;

Dentre as forças de segurança pública que devem atender os pressupostos suso, a Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente de Estado, organizado e mantido pela União, integrante da estrutura básica do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, tem por finalidade exercer as competências previstas no § 1º do art. 144 da Constituição, e demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes, e destina-se a:

apurar infrações penais contra a ordem política e social;

apurar infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas;

apurar outras infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e

exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Noutro giro, além da vinculação aos tratados acima arrolados, a Polícia Federal deve se atentar para as disposições legais constantes da:

Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010 (Ministério da Justiça/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República), que estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública, a qual recomenda que todo agente de segurança pública, em razão da sua função, que possa vir a se envolver em situações de uso da força, deverá portar no mínimo 02 (dois) instrumentos de menor potencial ofensivo e equipamentos de proteção necessários à atuação específica, independentemente de portar ou não arma de fogo;

Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, que disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional, cujo artigo 5º, reza que o poder público tem o dever de fornecer a todo agente de segurança pública instrumentos de menor potencial ofensivo para o uso racional da força;

Programa Nacional de Segurança da Aviação Contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC) – Decreto n.º 11.195/2022;

Portaria da SENASP nº 195, de 19 de novembro de 2020 que "Institui a Norma Técnica atinente a Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular para utilização policial (NT-SENASP nº 002/2020 - Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular (AINM))";

Instrução Normativa DG/PF nº 228, de 12 de maio de 2022, que "Regulamenta a atuação da Polícia Federal na execução das atividades de segurança aeroportuária em aeródromos públicos, visando à proteção da aviação civil contra atos de interferência ilícita";

Portaria nº 6387/2016-DG/PF, de 27 de maio de 2016, que "Regulamenta o uso da força e determina a criação das comissões internas de controle e acompanhamento do uso da força no âmbito da Polícia Federal, e dá outras providências";

"Protocolo para o desembarque compulsório de passageiro indisciplinado em aeronaves civis", publicado em Setembro de 2022.

Do uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPO) pelos agentes de segurança pública

Nos serviços de segurança pública, muitas vezes, são necessárias adoções de ações sobre pessoas ou coisas, utilizando-se de instrumentos que complementem a força física utilizada (bastão, algemas etc.), numa escala de progressão de força, observando os preceitos legais, como a necessidade e proporcionalidade, resultado efetivo e utilização dos meios menos danoso, porém capaz de alcançar o efeito pretendido.

Armamentos de menor letalidade permitem ao policial fazer uma gradação da força necessária, dispondo assim de alternativas menos contundentes em relação à arma de fogo, cuja utilização está autorizada quando estritamente necessário, preservando vidas e minimizando a probabilidade de danos mais graves à integridade física das pessoas envolvidas na ocorrência.

Alguns estudos de Silvino Junior apontam que a atividade policial desdobra-se rotineiramente para a resolução de conflitos, de modo que é natural a intercorrência, durante o atendimento policial, de circunstâncias que exigem o uso da força, através de intervenção compulsória, pelo policial, conforme os excertos abaixo:

*“[...] a força será empregada quando a ação ou ímpeto do indivíduo se der em contrariedade com as normas ou determinações legais do Estado, personificado pela figura do agente<sup>[1]</sup>”.*

O policial que atua diretamente na aplicação da lei deve estar preparado e ter à sua disposição técnicas e materiais que possam ser selecionados em conformidade com os níveis de força que as diversas circunstâncias possam exigir. Assim, A seleção do nível de uso da força cabe somente ao policial, após analisar as circunstâncias que envolvem a decisão, da necessidade de uma intervenção compulsória, e aplicar o nível necessário, razoável e proporcional dentre as técnicas de menor potencial ofensivo (TMPO) e instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPO).

Um modelo de escalonamento da força desenvolvido pelo *U.S. Department Justice*<sup>[2]</sup>, foi adotado e incorporado ao arcabouço doutrinário policial brasileiro. Percebe-se, nessa esteira, que o nível da ameaça é que dita o nível a ser selecionado, de forma proporcional, pelo policial, corroborando o que reza a Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010 (Ministério da Justiça/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República) ao prever a necessidade que todo agente de segurança pública tem em portar, pelo menos, dois instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPO), independentemente de portar ou não arma de fogo.

Ocorre que, IMPO, no contexto daquela norma, é definido como o “conjunto de armas, munições e equipamentos desenvolvidos com a finalidade de preservar vidas e minimizar danos à integridade das pessoas”. e, conforme impecável pontuação contida no recente trabalho de Silvino Junior (2020), tem-se que:

[...]

*“o operador precisa contar com alguns instrumentos, como aqueles necessários para maximizar a verbalização (megafone), a contenção do indivíduo (algemas) ou mesmo para controle de contato e técnicas de imobilização (tonfas (sic)). Os instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPOs) (sic) são alternativas desenvolvidas visando à maximização dos efeitos contra o abordado, buscando sua incapacitação, seu atordoamento ou debilitação, causando o menor dano possível”.*

[...]

*De maneira geral, os IMPOs (sic) podem ser classificados em duas categorias: incapacitantes e debilitantes/atordoantes. Os IMPOs (sic) **incapacitantes**, como o próprio nome diz, **fazem com que o abordado não consiga esboçar qualquer tipo de reação**. Já os instrumentos debilitantes/atordoantes atuam no sentido de minimizar as chances de reação do abordado” (grifo nosso).*

Atualmente, no âmbito da Polícia Federal, há uma preocupação em se fornecer capacitação, habilitação, aperfeiçoamento e especialização, instruções voltadas às técnicas de menor potencial ofensivo, que possibilitam ao policial selecionar os dois primeiros níveis – presença policial e verbalização. Em relação aos níveis de controle de contato e controle físico são necessários, além daqueles conhecimentos, IMPO para controle de contato e técnicas de imobilização. E é justamente na seleção do nível de controle físico que se torna razoável o uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo, incapacitantes, com o objetivo de salvaguardar a vida – e/ou integridade física – do policial, do abordado, e de terceiros, visto que uma situação de intervenção policial que chegue a se desdobrar para o penúltimo nível possui chances de escalonar para circunstâncias nas quais ocorra agressão letal, por parte do abordado, ou que seja necessário o uso da força letal, por parte do policial.

Algumas aquisições já ocorreram de forma a garantir a possibilidade de escolhas do melhor instrumento pelo Policial Federal, como Bastões Retráteis (Contrato nº 05/2018-COAD/DLOG/PF - 5811686), Espargidores de Pimenta (spray, gel e espuma) (Contrato nº 30/2017 - COAD/DLOG/PF 5213741) e Armas de Incapacitação Neuromuscular (AINM) - Processo 08200.000595/2007-33. Estes, por seu turno, encontram-se obsoletos e sem utilização, conforme detalhamento em campo específico, a seguir, deste Estudo Técnico Preliminar.

Nesse diapasão, cabe à Polícia Federal, dentro de suas atribuições, e diante do avanço tecnológico que abrange também o desenvolvimento e produção destes equipamentos, a escolha dos meios mais eficazes e que ofereçam menos riscos à integridade física de todos os envolvidos na ação. Desse modo, para garantir a execução de suas competências, não deixando de lado a segurança do seu servidor, a aquisição de materiais adequados permite desenvolver as atividades com segurança e confiabilidade, resguardando e garantindo a sua integridade física no cumprimento de suas missões.

Sedimenta-se, por fim, a Polícia Federal é uma instituição que goza de considerável credibilidade junto à população, sendo uma das principais referências positivas da ação estatal. Porém, a manutenção desses índices de aprovação e confiança passa necessariamente por medidas que possibilitem ao policial estar devidamente equipado, de forma padronizada, para atuar de forma similar em todo o território nacional. Para que a Polícia Federal esteja apta a cumprir as suas missões institucionais, é imprescindível que o órgão esteja devidamente constituído de recursos humanos treinados e bem equipados. Um equipamento completo, eficiente e de qualidade, significa não só o êxito das missões, como também a proteção da vida do policial, posto que nas diversas operações realizadas pela Polícia Federal, os policiais frequentemente enfrentam situações em que há risco real de morte.

#### *Do uso de Armas Eletrônicas de Incapacitação Neuromuscular (AINM) como alternativa aos instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPO)*

A partir do compromisso do Brasil perante as normas internacionais de proteção aos Direitos Humanos, as polícias militares, instituições representantes do Estado, encarregadas da missão constitucional de prestação de segurança pública para a preservação da ordem, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atividades de polícia ostensiva, passaram a tomar como base de ação os princípios da necessidade, legalidade e proporcionalidade. Nesse sentido, a estreita observância das normas de Direitos Humanos no exercício da segurança pública tornou-se indispensável nas ações policiais militares, a fim de proteger e efetivar os direitos e garantias fundamentais.

É sabido que intervenções policiais tradicionais, necessitam do uso de força física, munições de impacto controlado, agentes químicos, cassetetes e outros dispositivos não-letais, além é claro de armas de fogo, que as vezes recebem críticas, sendo expostas, estas intervenções, por meios de comunicação, como formas agressivas de resolução de conflitos críticos, mesmo tendo agindo, a polícia, de forma legal, necessária e proporcional, com objetivo constitucional de preservar a ordem pública.

Alternativa a isso, as diversas forças de segurança pública no Brasil, há alguns anos, introduziram em seu rol de equipamentos não-letais as Armas de Incapacitação Neuromuscular (AINM), arma que gera incapacitação neuromuscular temporária no indivíduo atingido, a fim de contê-lo sem maiores esforços. O objetivo desse equipamento, segundo seu fabricante, é justamente garantir a proteção da vida e especialmente diminuir a lesividade dos envolvidos nas intervenções policiais.

Sendo o Brasil signatário de normas internacionais de Direitos Humanos, prima, com foco nas ações policiais, pela garantia da vida, pela preservação da incolumidade física e pela proteção da dignidade humana. Com o investimento e capacitação da força policial em tecnologias não-letais, e atualmente, no aprimoramento e estudos de novas tecnologias como as Armas de Incapacitação Neuromuscular (AINM), com disparos múltiplos, que reduzam a necessidade de se utilizar meios contundentes e desgastantes nas intervenções, no estrito cumprimento do dever, trazendo benefícios não só para o próprio indivíduo, mas também para o policial militar, em consonância com as perspectivas dos Direitos Humanos de proteção à vida, à integridade física e à dignidade da humana no exercício da segurança pública.

Assim, em atenção à esses fatores, as **AINMs - Armas Eletrônicas de Incapacitação Neuromuscular** surgem como solução extremamente versátil e portátil. Entretanto, por se tratarem de equipamentos eletrônicos, não só apresentam desgastes decorrentes naturalmente da sua utilização como, principalmente, estão fora de garantia e sem peças de reposição. Desse modo, faz-se necessário promover a modernização do equipamento empregado pela Polícia Federal, à atual realidade de mercado, de acordo com as novas tecnologias disponíveis. O escopo da aquisição, portanto, é dotar os policiais com equipamentos mais eficazes e, ao mesmo tempo, mais seguros e menos lesivos ao cidadão.

Portanto, a utilização da AINM é cabível nos casos de:

Uso dissimulado/velado;



Uso em diligências em geral;

Conflitos em local confinado;

Conflitos em curta distância; e

Utilização em operações policiais padrão, geralmente como arma secundária.

Todas essas características da AINM contribuem para efetividade das ações policiais com a possibilidade da AINM, em muitas circunstâncias, substituir a arma de fogo, pois, em conformidade com a revisão literária, percebe-se que na detenção de indivíduos violentos e perigosos, a utilização da AINM facilita a atuação policial (*Queensland Police Service*, 2009; *Western Australia Police*, 2010<sup>[3]</sup>). A utilização da AINM proporciona uma ação mais eficiente, salvaguardando a integridade física dos intervenientes (*New South Wales Police Force*, 2010<sup>[4]</sup>).

Cabe ainda ressaltar que algumas instituições vem priorizando a aquisição dos IMPOs, ofertando ao policial disparos que levarão os abordados à incapacitação neuromuscular, reduzindo sobremaneira os índices de lesão ou morte, conforme Figura 1<sup>[5]</sup> e Figura 2<sup>[6]</sup> a seguir:

## Governo de SP entrega mais de 3,1 mil armas de choque não letais para a PM

Novos equipamentos fazem parte de modernização das forças de segurança e receberam investimento de R\$ 20 milhões

Qua, 05/01/2022 - 13h26 | Do Portal do Governo

f FACEBOOK   t TWITTER   ENVIAR POR E-MAIL

O Governador João Doria anunciou nesta quarta-feira (5) a entrega de mais 3,1 mil armas de choque não letais para a Polícia Militar, com 7,5 mil cartuchos. As armas de incapacitação neuromuscular e acessórios foram adquiridos após investimento de cerca de R\$ 20 milhões, em um amplo programa de modernização das forças de segurança estaduais.

"Essas armas são fundamentais para controlar situações de risco para a polícia e para as vítimas, sem causar a morte do agressor e sem colocar em risco a população. Este equipamento diminui a letalidade policial sem comprometer a sua eficiência e faz parte do esforço do Governo de São Paulo em avançar seus programas de segurança, reduzindo a taxa de letalidade", destacou Doria.

Com a distribuição das novas unidades, a PM passa a contar com 7,5 mil armas de incapacitação neuromuscular, tornando-se a terceira maior força policial no mundo a utilizar esse tipo de equipamento – atrás apenas das polícias de Nova York (EUA) e Londres (Reino Unido). As novas armas foram adquiridas por meio de processo licitatório vencido pela empresa Axon Eterprise INC.

**Figura 1.** Trecho de reportagem extraído no link: Governo de SP entrega mais de 3,1 mil armas de choque não letais para a PM. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/release/governo-de-sp-entrega-mais-de-31-mil-armas-de-choque-nao-letais-para-a-pm-2/>. Acesso em: 12 jan 2022.



#### Dos benefícios do uso de AINM:

O uso de AINMs - **Armas Eletrônicas de Incapacitação Neuromuscular** tem sido uma opção para as forças policiais em todo o mundo como uma ferramenta não letal para controlar e subjugar indivíduos em situações de ameaça à segurança pública. Algumas das principais vantagens do uso de arma de choque incluem:

**Segurança:** Uma das principais vantagens do uso de AINMs é que ela pode ser uma alternativa mais segura para outras armas letais. Ela pode ser uma opção útil para situações em que o uso de armas de fogo pode ser muito perigoso ou letal, como em casos de distúrbios civis, prisões, ou durante uma tentativa de apreensão de um indivíduo armado ou violento.

**Efeito imediato:** Quando usada corretamente, a AINM pode incapacitar uma pessoa instantaneamente, permitindo que os policiais neutralizem rapidamente uma ameaça sem causar lesões graves ou permanentes. Essa rapidez de ação pode ajudar a evitar o uso desnecessário de força, impedindo que a situação piore.

**Menos letalidade:** O uso de AINMs pode reduzir significativamente o número de fatalidades relacionadas a intervenções policiais. Além disso, pode ajudar a diminuir a probabilidade de lesões graves em confrontos policiais.

**Opção de desescalada:** As AINMs são uma opção útil para desescalar situações de crise. Quando os policiais têm a opção de usar uma AINM, eles podem tentar resolver a situação sem precisar usar força excessiva ou armas letais.

**Maior alcance:** As AINMs tem um alcance maior do que outros métodos de contenção, como o spray de pimenta ou o bastão. Isso pode ser útil em situações em que o suspeito está a uma distância segura, permitindo que os policiais se protejam e incapacitem o suspeito sem precisar se aproximar fisicamente.

#### Da casuística na Polícia Federal

A atividade policial possui peculiaridades no enfrentamento de diversas situações que requerem ações específicas. Todos os dias, tais ações vem sendo questionadas pelos cidadãos, pela imprensa e pelos órgãos de proteção dos direitos humanos, principalmente no que diz respeito ao emprego de armas letais e ao uso da força. Fatos dessa natureza estão cada vez mais frequentes na mídia e em outros canais de comunicação, fazendo com que o assunto do momento seja a não letalidade da intervenção policial, dando ênfase ao emprego de meios de dissuasão, contenção e imobilização que causem o mínimo de lesões e assegurem o cumprimento das missões policiais.

Nesse contexto, surge uma nova opção de arma não letal para o enfrentamento de determinadas situações, sendo considerada uma revolução no conceito de "força policial adequada" e que já teve sua eficácia comprovada em centenas de ocorrências onde foi empregada. Trata-se do AINM, ou seja, é uma arma não letal que dispara ondas elétricas de alta voltagem, atuando no sistema nervoso (eletromuscular) do agressor. Essas ondas elétricas irão causar uma perturbação momentânea no infrator, incapacitando-o o tempo suficiente para ser imobilizado, independente do seu peso, altura ou porte físico. São inúmeras as situações em que os policiais em serviço são obrigados a utilizar a força, mas sempre existindo o receio de estar empregando os meios de resposta considerados proporcionais à ofensa, devido a subjetividade da matéria, isso sem falar no temor das consequências legais para a carreira funcional.

Dentre as vantagens na utilização do AINM pode-se citar o fato de que, cessando seus efeitos tão logo o aparelho é desligado, o agressor estará pronto a ficar de pé, são e incólume para recolhimento e aplicação da Lei, não necessitando de qualquer tipo de assistência médica após ser atingido. O AINM provoca a paralisação do agressor, criando um lapso de tempo suficiente para que o policial possa algemá-lo, conduzi-lo ou solicitar apoio. O tempo de paralisação pode variar de 10 segundos até mais de 30 minutos, dependendo de quantas vezes o policial apertar o gatilho. O equipamento é também considerado um inibidor de agressão, capaz inclusive de interromper o avanço de um grupo que represente ameaça.

Vários são os exemplos de situações enfrentadas pelos policiais federais que justificam a utilização do AINM, tais como: as - intervenções em áreas indígenas e em conflitos agrários; transporte de presos; segurança de dignitários; operações de controle de distúrbio civil; operações em aeronaves e viaturas; manifestações e greves; imobilização de pessoas nervosas, descontroladas e resistentes; perseguições; situações que envolvem reféns; ameaças terroristas e em qualquer outra missão policial, independente da área ou natureza, em que o infrator demonstrar resistência à intervenção da polícia.

No âmbito interno da Polícia Federal foi publicada a Instrução Normativa 228/2022– DG/ PF que regulamenta a execução das atividades de segurança aeroportuária. A responsabilidade pela execução da retirada de passageiros indisciplinados prevista no PNAVSEC é replicada no normativo interno, conforme se observa:

*"Art. 3º São responsabilidades da Polícia Federal como polícia aeroportuária:*

*XI - retirar do interior de aeronaves, mediante solicitação do comandante, pessoas que comprometam a boa ordem e a disciplina, ou que ponham em risco a segurança da aeronave ou das demais pessoas e bens a bordo;"*

Fica claro que essa atuação ocorrerá apenas sob demanda do comandante da aeronave. Esse entendimento é reforçado pelo artigo 20 da IN 228/2022– DG/PF, que dispõe:

*"Art. 20. A Polícia Federal atenderá o comandante da aeronave que decidir exercer sua prerrogativa de determinar a retirada compulsória de passageiro que comprometa a boa ordem, a disciplina e ponha em risco a segurança da aeronave ou das pessoas e bens a bordo."*

De acordo com o documento de acesso restrito, produzido pela Polícia Federal, denominado "**Protocolo para o desembarque compulsório de passageiro indisciplinado em aeronaves civis**", publicado em Setembro de 2022, recai sobre a Polícia Federal a responsabilidade de retirada de passageiro do avião.

Esta responsabilidade também está prevista no Programa Nacional de Segurança da Aviação Contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC) – Decreto n.º 11.195/2022 :

*"Art. 11. **Constitui responsabilidade da Polícia Federal**, no exercício de sua atribuição como polícia aeroportuária: (...)*

***XII - retirar do interior de aeronaves**, mediante solicitação do comandante, **pessoas que comprometam a boa ordem e a disciplina e coloquem em risco a segurança** da aeronave ou das demais pessoas e bens a bordo;" **(grifo nosso)***

Ainda, estabelece o supracitado Protocolo, que: "Os integrantes deverão portar **equipamentos de menor potencial ofensivo** (mínimo de dois), tais como espargidor de espuma de pimenta, **dispositivo eletrônico de controle (taser)**, bastão retrátil, algemas etc, todos de forma ostensiva".

Ressalta-se que o Dispositivo Eletrônico de Controle (DEC), conceito usado pela doutrina da Polícia Federal, teve a sua nomenclatura alterada para Arma Eletroeletrônica de Incapacitação Neuromuscular (AINM), mediante publicação da NT-SENASP nº 0022020 - AINM (28201681)

Por se tratar em um ambiente peculiar para a execução de uma ação policial a experiência de servidores atuantes nos aeroportos confirma a tese de que execução de uma retirada compulsória de passageiro deve ser empregada utilizando as orientações do uso seletivo da força. Esse princípio para atuação policial está previsto nos incisos III a V do artigo 21 da IN 228/2022-DG/PF:

*"Art. 21. A equipe da Polícia Federal irá ao encontro do comandante e deverá:*

*IV - adentrar e solicitar – caso haja a recusa do passageiro sair voluntariamente da aeronave – que o passageiro os acompanhe para fora da aeronave para mais esclarecimentos; e*

*V - adotar as medidas coercitivas necessárias – havendo ainda resistência por parte do passageiro em deixar o interior da aeronave – para a execução da retirada do passageiro indisciplinado, adotando as devidas cautelas para preservar a integridade dos demais passageiros a bordo."*

Neste momento se apresenta o uso progressivo da força, com técnicas descritas em manual e que evoluem conforme níveis de tentativa de retirada.

Para passageiros considerados "Resistentes Passivos", o manual sugere:

*"A equipe policial, então, se assim entender conveniente e oportuno, observando-se todo o cenário, comunica ao comandante que a aeronave poderá ou deverá ser total ou parcialmente evacuada, que todos os passageiros poderão ter que sair ou que deverão sair e aguardar a retirada compulsória do passageiro. Tal atitude visa a proteção da integridade física dos demais passageiros e a preservação da equipe de policiais.*

*Uma vez esvaziada a aeronave, mais uma vez o passageiro é comunicado das possíveis consequências de sua atitude, inclusive de que o uso da força pode lhe causar dor e ferimentos.*

*Também deve ser advertido de que a equipe pode fazer uso do bastão retrátil e do **Dispositivo Eletrônico de Controle (DEC)** /**Taser** para realizar a sua retirada da aeronave."*

Por fim, para aqueles considerados "Resistentes Ativos":

*"Caso o passageiro adote uma postura de Resistência Ativa, além de técnicas de imobilização, pode ser necessário o **uso do DEC** a fim de ser vencida a resistência oferecida pelo passageiro.*

*Se o passageiro, no curso da ação, passe a adotar uma postura ostensivamente agressiva contra a equipe policial, porém, sem demonstrar real potencial de letalidade (comportamento Agressivo Não Letal), além de técnicas de defesa pessoal **e do DEC**, deverá ser feito uso, também, do bastão retrátil dentro dos padrões e técnicas adotados pelo SEF/ANP".*

Algumas unidades afetas apontaram demanda específica para o uso de AINM (conhecida também pela metonímia TASER), conforme os seguintes documentos:

Despacho SAER/DCIM/CGMIG/DPA/PF (22786164)

*"Nesse sentido, as características de atuação da Polícia Federal nos aeroportos onde a interação com passageiros é constante e em certas ocasiões demandam uma atuação mais enérgica, mostra-se fundamental disponibilizar a esses policiais instrumentos que possam ser utilizados nessas situações, juntamente com a devida capacitação. Outra característica dessa atuação é que a necessidade de uso desses equipamentos ocorrem, em regra, dentro da área restrita de segurança onde o passageiro é*

submetido a controle rígido de acesso de armas de fogo, o que por sua vez também contra indica a utilização de arma de fogo por parte do policial federal durante a ocorrência, visto que o passageiro possivelmente não representará uma potencial ameaça letal a sua segurança. Nesse cenário o Dispositivo Eletrônico de Controle mostra-se uma ferramenta fundamental para os policiais federais exercerem suas funções adequadamente nos aeroportos, devendo assim todos terem à sua disposição um equipamento desse tipo." **(grifo nosso)**

Despacho NPAER/DELEMIG/DREX/SR/PF/MG (14032615):

"Diante da inexistência de previsão para a aquisição de novas baterias ou **de novas armas menos letais TASER** (caso não possível a aquisição apenas da bateria de reposição), depara-se com um **iminente risco de atuação policial por parte da Polícia Federal** no Aeroporto Internacional de Confins que poderá resultar em danos indevidos, senão vejamos:

A atividade policial no ambiente do aeroporto é distinta, vez que se trabalha não apenas com eventuais delitos então perpetrados, como, igualmente, com atuações de natureza administrativa.

Dentre tais atuações, não raras vezes se depara, seja na área pública, seja na sala de embarque, com pessoas exaltadas, em situação flagrancial ou com identificação na imigração de Mandados de Prisão não cumpridos, sendo a atuação policial no caso de sensibilidade considerável. Esta situação peculiar, ora predicada como de "sensibilidade considerável", decorre do fato de que **se trata de ação policial em ambientes com considerável aglomeração de adultos, idosos e crianças. Daí ser deveras pertinente a preferência, sendo o caso, no uso de armamento menos letal.**

A atuação nas áreas de de aglomeração mencionadas, sem posse de armamento menos letal, poderá ocasionar danos irreparáveis a terceiros não envolvidos na ocorrência.

Trata-se de um risco considerável ao qual serão submetidos os Policiais Federais que trabalham no NPAER/DELEMIG/DREX/SR/PF/MG, vez que, inexistindo TASER para uso, poderão se deparar com, ausente a arma menos letal, a necessidade de uso de arma de fogo. E, por conseguinte, o eventual uso da arma de fogo (**em decorrência da não substituição ora buscada**) poderá causar resultados não desejáveis (**mas previsíveis, como ora exposto**) que gerem responsabilização da União.

Registra-se, pois, que **o não fornecimento pela Polícia Federal do armamento menos letal poderá contribuir para eventual resultado indevido diante da necessidade de uso de arma de fogo em substituição indevida da TASER na área de considerável aglomeração.**

Inegavelmente, há outros armamentos menos letais que podem ser utilizados. **Todavia, seja o Espargidor de Pimenta, seja o Bastão Retrátil, não possuem em ambiente aeroportuário a mesma eficiência que a TASER, vez que o espargidor de pimenta pode atingir terceiros inocentes, enquanto o bastão retrátil demanda proximidade entre o Policial Federal e a pessoa a ser contida.** **(grifo nosso)**

Despacho NPAER/DELEMIG/DREX/SR/PF/MG (26705569)

"Enquanto Chefe do NPAER/DELEMIG/DREX/SR/PF/MG, **este subscritor persiste no temor já destacado em março de 2020, a saber o "risco considerável ao qual serão submetidos os Policiais Federais que trabalham no NPAER/DELEMIG/DREX/SR/PF/MG,** vez que, inexistindo TASER para uso, poderão se deparar com, ausente a arma menos letal, a necessidade de uso de arma de fogo. E, por conseguinte, o eventual uso da arma de fogo (**em decorrência da não substituição ora buscada**) poderá causar resultados não desejáveis (**mas previsíveis, como ora exposto**) que gerem responsabilização da União". **(grifo nosso)**

Despacho CONPORTOS/DPA/PF (22916346)

"A partir dos termos da consulta, convém inicialmente ressaltar que a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, ao disciplinar o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional, contemplou duas importantes previsões:

I) os órgãos de segurança pública deverão priorizar a utilização dos instrumentos de menor potencial ofensivo, desde que o seu uso não coloque em risco a integridade física ou psíquica dos policiais, obedecendo aos princípios da legalidade, necessidade, razoabilidade e proporcionalidade;

II) o dever do poder público fornecer a todo agente de segurança pública instrumentos de menor potencial ofensivo para o uso racional da força.

Nesse contexto, vale salientar que, a Instrução Normativa DG/PF nº 220, de 28 de março de 2022, ao disciplinar a atividade de Polícia Marítima no âmbito da Polícia Federal e estabelecer como responsabilidade do órgão "policiar a área portuária, adjacências, instalações portuárias, o mar territorial brasileiro e demais vias navegáveis, mediante o patrulhamento sistemático marítimo e terrestre", **impõe aos Policiais Federais lotados nas unidades de polícia marítima atuação com elevada probabilidade de intervenção coercitiva.**

Ainda nesse diapasão, vale registrar que o uso de técnicas e instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública deverá ser estimulado e priorizado de acordo com a especificidade da função operacional e sem se restringir às unidades especializadas.

Em suma, diante da previsão legal e da atuação dos Policiais Federais atuantes nas unidades de polícia marítima, impende assinalar a importância da disponibilidade de instrumento de menor potencial ofensivo (não letal), a fim de que seja possível escolher o meio mais adequado para atender a ocorrência policial, buscando melhor desfecho para sociedade, preservando vidas e restabelecendo a ordem pública." **(grifo nosso)**

Depreende-se, nesse contexto, que a atuação da Polícia Federal extrapola as atribuições comuns das demais forças policiais, se deparando, frequentemente, com situações onde a distância e o público circundante poderá ser fato crucial para a escolha de um equipamento mais eficiente.

#### Das aquisições anteriores e condições do acervo atual da Polícia Federal

A Polícia Federal adquiriu seus primeiros AINMs em 2007, através do Contrato 75/2007-COAD/DLOG/PF, fruto do processo 08200.000595/2007-33. À época, a justificativa basilar para a aquisição lastreava-se na "necessidade de otimizar os procedimentos necessários a atender demandas do PAN-AMERICANO e PARA-PAN-AMERICANO".

Contudo, o detalhamento dos argumentos ora utilizados, apesar do destino ser o uso em grandes eventos, ainda permanecem condizentes com a realidade atual em que o órgão vive, conforme trecho arrolado abaixo:

"A aquisição de armamento desta natureza pelo Departamento de Polícia Federal vem preencher uma lacuna operacional que separava o DPF de outras polícias congêneres de países de primeiro mundo no que se refere à capacidade de efetuar prisões de alto risco, ou em ambientes confinados em que a simples presença de uma arma de fogo aumenta consideravelmente as probabilidades de efeitos colaterais nocivos ao DPF e à vida dos cidadãos envolvidos direta ou indiretamente nestas ações.

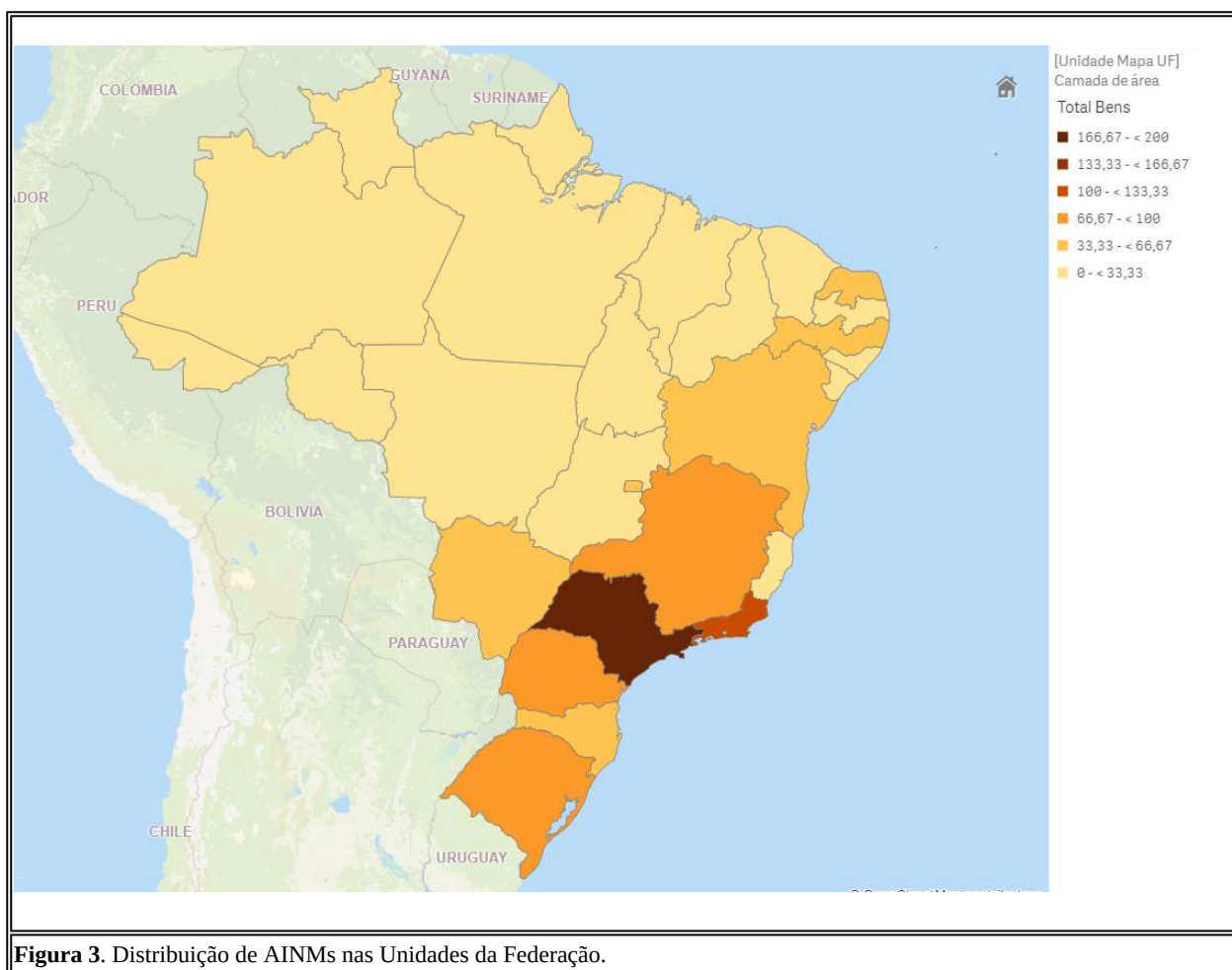
Existe uma variedade enorme de situações operacionais em que o armamento menos letal que o DPF possui atualmente (que se resume a munições químicas e de uso menos letal, próprias para o controle de distúrbios civis) não é o mais adequado para a utilização. Tal armamento não permite a imobilização de suspeitos perigosos ou agressivos, uma vez que não conta com tecnologia para tal, e tem a classificação de menos letal justamente porque depende de distâncias mínimas (no caso da munição para uso em espingardas calibre 12) ou de concentração volumétrica máxima permitida (no caso das munições químicas), tornando assim proibitivo o seu uso em ambientes confinados ou em locais com grande aglomeração de pessoas. Fora do seu envelope de uso recomendado, as munições e as armas químicas menos letais à disposição dos policiais federais atualmente tornam-se tão letais quanto às utilizadas em armas de uso comum.

Desta forma, utilizando o equipamento hoje disponível, **os policiais correm sérios riscos ao se aproximar de suspeitos perigosos ou em estado emocional alterado, principalmente em ambientes confinados ou de grande aglomeração (como o interior de aviões e aeroportos, domicílios, repartições públicas e etc.)** o que aumenta sobremaneira também os riscos para o Órgão pois nestas condições é grande a chance de um efeito colateral indesejado.

Pensando seriamente nessa questão, foi solicitada a compra de armamento não letal de descarga elétrica para o Departamento de Polícia Federal. E imperativo que tal equipamento atenda toda a necessidade operacional do Órgão, principalmente em razão do grande evento esportivo que se aproxima, que são os Jogos Panamericanos.

Para cumprir sua missão de impedir e reprimir ilícitos em aeroportos, portos, aeronaves e embarcações e locais de eventos e hospedagem, **torna-se necessário que a arma não letal de descarga elétrica tenha a capacidade de disparar cartuchos elétricos imobilizantes a distância, sem que tais cartuchos sejam propelidos à pólvora, pois dessa forma, a utilização desta arma ficaria proibitiva em ambientes com grande concentração de gases ou materiais inflamáveis. Tais materiais estão presentes em grande quantidade em aeroportos e portos, e também nas proximidades de aeronaves e embarcações. O uso de pólvora em ambientes desta natureza é extremamente perigoso, por motivos óbvios**" (grifo nosso)

Outras aquisições ocorreram nesse ínterim, reforçando significativamente o quantitativo, como o caso do Contrato 16/2012-COAD/DLOG/PF, onde foram adquiridas 800 unidades de AINM. Atualmente, este órgão possui 1.261 unidades, distribuídos em todo território nacional, conforme Figura 3 abaixo:



Ocorre que a última reposição de tais equipamentos ocorreu na década anterior, exaurindo por completo a garantia de todos os AINMS adquiridos pela Polícia Federal. Tal dado encontra-se em um nível de criticidade elevado, em virtude de não ser recomendado pelo fabricante o uso de equipamentos fora de garantia, uma vez que não lhes são conferidas, com segurança, as mesmas eficiências daquelas dentro do período de validade. Este, conforme Figura 4 a seguir, possuem idade média superior a 12 anos de vida.



Atualmente o órgão não detém peças de reposição - como cartuchos e baterias. Isso quer dizer que os equipamentos em uso pela Polícia Federal, além da elevada probabilidade de falhas do aparelho, não poderão ser empregados, seja por problemas de ordem técnica, seja pela falta desses cartuchos e baterias.

Nessa seara, outra celeuma é notada: A obsolescência dos AINMS do acervo. Não são produzidas tais peças, inviabilizando inclusive o uso daqueles equipamentos que estão em bom estado, mesmo fora de garantia.

Consultada sobre isso, a empresa fabricante se manifestou conforme o e-mail para consulta de informações Sei nº 22588584, descrito a seguir:

*"Em relação aos equipamentos M26, não fornecemos mais nenhum insumo, tendo em vista a descontinuação da produção do modelo. Para os equipamentos X26 fornecemos os seguintes itens:*

- *Cartuchos:*
- *4,6 metros;*
- *6,4 metros;*
- *7,6 metros;*

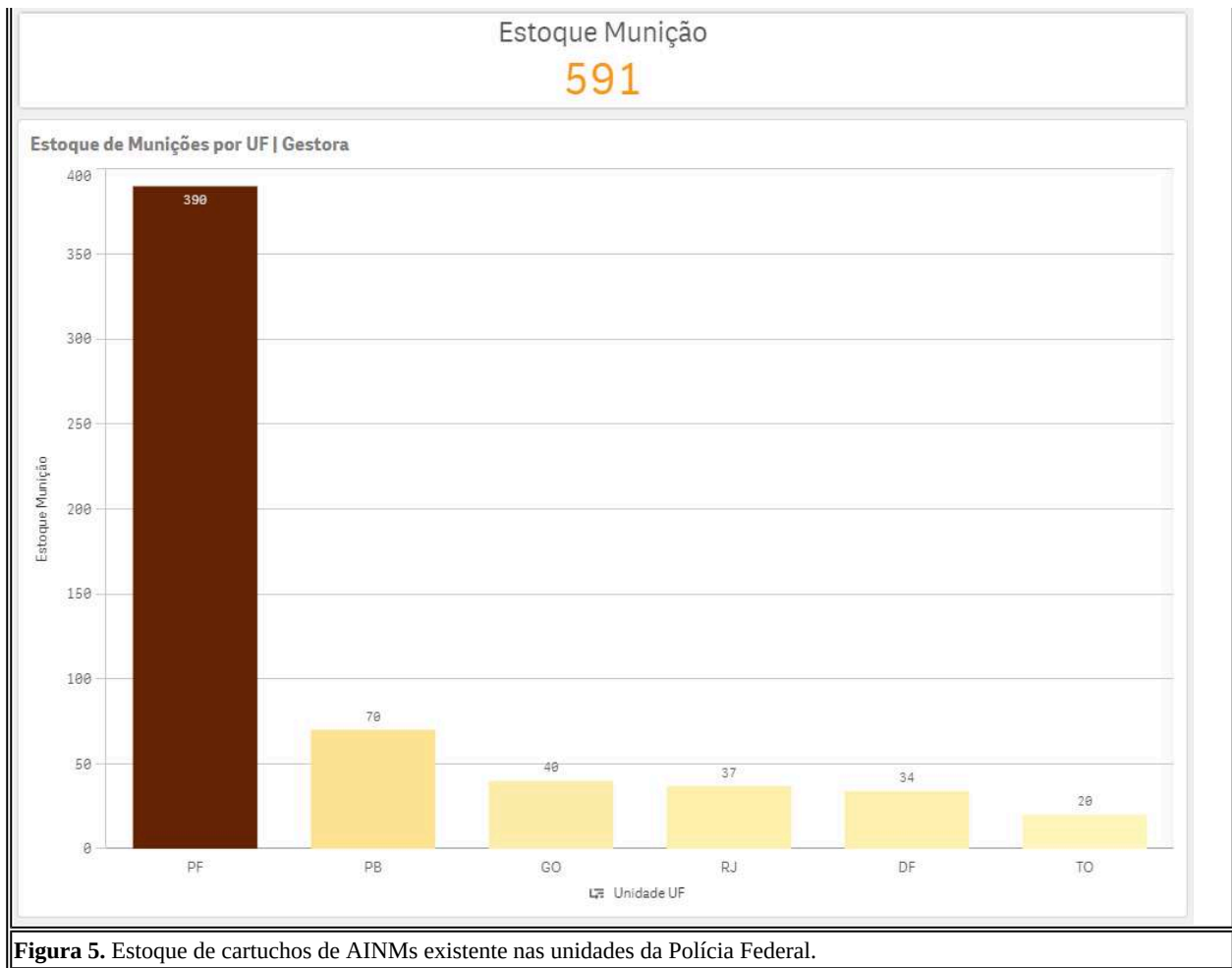
*Baterias:*

- *APPM - Bateria de desligamento automático após ciclo de 5 segundos."*

Encontra-se, em almoxarifado, em contingência de uso, apenas 591 cartuchos e nenhuma bateria, como consta a representação na Figura 5.







Não existem baterias disponíveis para uso do equipamento e sequer possibilidade de adquiri-las, conforme conteúdo do Despacho DPC/CGPLAM/DLOG/PF (22588849).

Entrementes, acostado ao Folheto de Informações (22588661), a Fabricante acrescenta que:

*"Ainda muito presente no Brasil, o M26 foi criado há mais de 20 anos atrás e já está fora do mercado há 1 década."*

*Os TASERs tem uma vida útil recomendada de 5 anos, da mesma forma que a maioria dos outros equipamentos usados por Forças de Segurança Pública.*

*Portanto, recomendamos descontinuar o uso de TASERs antigos, assim como de seus cartuchos que estejam fora do prazo de vida útil recomendada." (grifo nosso)*

Destaca-se, nessa seara, a pertinente pontuação contida no Relatório de Situação (27996838), produzido em 2021, sobre a obsolescência do equipamento, *in verbis*:

[..]

*"Cabe lembrar que o equipamento utilizado pela Polícia Federal – X26 –, foi produzido em 2003, ou seja, há cerca de dezesseis (18) anos. Depois dele, como se pode verificar, outros foram produzidos, com destaque aos dispositivos X2 e TASER7, que ao permitirem a realização de dois (02) disparos, aumentam a probabilidade de êxito da ação policial.*

Os DECSs, segundo diretrizes da AXON/TASER, tem uma vida útil recomendada de cinco (05) anos, da mesma forma que a maioria dos outros equipamentos usados por Forças de Segurança Pública. Além disso, urge destacar que a empresa **NÃO MAIS FABRICA O DEC MODELO X26, TAMPOUCO SEUS INSUMOS**, o que, invariavelmente, **INVIABILIZA O USO DOS EQUIPAMENTOS DA POLÍCIA FEDERAL BRASILEIRA**.

A evolução do equipamento tem sido brutal, e por essa razão, é natural que alguns dos equipamentos mais antigos tenham sua produção descontinuada, como, por exemplo, os modelos M26 e X26.

Isso quer dizer que **os equipamentos em uso pela POLÍCIA FEDERAL**, além da elevada probabilidade de falhas e causação de lesões, **não poderão ser empregados, seja por problemas de ordem técnica, seja pela falta de cartuchos e baterias.**"

[..]

De acordo com a doutrina aplicada pelo SEOP/ANP, são IMPOs os **bastões retráteis, os espargidores e os DECs, entre outros, empregados, como se sabe, no âmbito do USO SELETIVO DA FORÇA**. As instruções ministradas nos Cursos de Capacitação ofertados pela Academia Nacional de Polícia, em claro respeito às diretrizes da Lei nº 13.060/2014, vem atualizando seus cadernos didáticos e aprimorando suas instruções, de modo a fornecer aos policiais e alunos do CFP as melhores ferramentas ao exercício da atividade policial. Contudo, as instruções sobre DECs, dada a falta de equipamentos, deixarão de ser ministradas. A falta de equipamentos deverá impactar o próximo CFP, a ser iniciado em OUTUBRO do corrente ano, com prejuízos aos futuros policiais. Isso sem falar na impossibilidade de oferta de cursos aos policiais da ativa, em especial, aqueles que atuam em aeroportos, portos, custódias, serviços de plantão, além daqueles que frequentemente efetuam o atendimento ao público.

[..]

Não há dúvidas acerca da obrigatoriedade de capacitação dos policiais. Segundo diretrizes da própria empresa, em caso de inobservância dos regramentos de emprego dos equipamentos – e em ocorrendo algum tipo de incidente –, é possível que sejam responsabilizados o operador, os instrutores e a instituição. Nunca é demais lembrar que o risco de lesão ou morte, quando do uso do dispositivo, **NÃO É ZERO**, sendo a probabilidade de ocorrência de danos elevada pelo uso de equipamento e insumos fora do prazo de validade."

Ademais, consta ainda, no mesmo estudo realizado por professores do Serviço de Ensino Operacional - SEOP, da Academia Nacional de Polícia, o seguinte excerto:

"Como apontado, o equipamento utilizado pela Polícia Federal – X26 – teve sua produção descontinuada, inexistindo cartuchos e baterias para venda. Os impactos diretos causados pela falta de equipamentos e insumos vem sendo sentidos pelas unidades regionais e pela própria Academia Nacional de Polícia, particularmente nos cursos de formação profissional e nos treinamentos continuados. Atendendo a pedido de Vossa Senhoria e seguindo as sólidas diretivas do SEOP/ANP, foi avaliado o atual cenário operativo da Polícia Federal, com especial atenção à inexistência de equipamentos aptos a uso e à impossibilidade de aquisição de novos insumos para o dispositivo eletrônico de controle (DEC) em uso."

A Polícia Federal desenvolve uma grande quantidade de atribuições listadas na constituição e na legislação extravagante, conforme já exemplificado anteriormente.

Desta maneira, e considerando que todos os servidores policiais estão aptos para participar, invariavelmente, de atividades de natureza repressiva, seja na área específica ou em missões esporádicas em que o mesmo seja recrutado, bem como para se defender, há a necessidade de se disponibilizar à repartição uma quantidade compatível de AINMs.

O quantitativo previsto neste Estudo Técnico Preliminar para a aquisição do objeto em tela é aquele que, a partir de análise empreendida por este órgão técnico, reflete a necessidade da administração, considerando a imprescindibilidade na substituição de parte dos equipamentos AINMs atualmente em uso, por tecnologia mais moderna.

Nesse sentido, os treinamentos continuados e a formação de operadores/instrutores clamam pela frequente aquisição de cartuchos, sem os quais futuras capacitações poderão ser prejudicadas. Diante das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 13.060/2014. Considerando a tendência de ampliação das AINMs, verifica-se, por fim, avaliações quanto à utilização de dispositivos mais avançados e que proporcionam aos operadores mais chance de sucesso nas ações policiais.

Com isso, é imperioso destacar que a utilização de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo - IMPO é corolário de diversos pactos e acordos internacionais de Direitos Humanos, mostrando-se como requisito indispensável à manutenção da vida, objetivo precípuo perquirido pelos organismos policiais e permitindo que o profissional aja com mais segurança, solucionando as situações de crise de maneira eficaz e racional, minimizando o risco de ferimentos, tanto para si quanto para terceiros.

Por fim, para que a Polícia Federal esteja apta a cumprir as suas missões é imprescindível que ela esteja equipada com equipamentos modernos e eficazes, que possibilitem não só o êxito da missão, como também a proteção e a integridade física do policial e da população.

#### Dos requisitos mínimos necessários:

Conforme previsto na Portaria da SENASP nº 195, de 19 de novembro de 2020 que Institui a Norma Técnica atinente a Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular para utilização policial (NT-SENASP nº 002/2020 - Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular (AINM))

#### **"5.1.CARACTERÍSTICAS GERAIS OBRIGATÓRIAS:**

*O equipamento deverá possuir corpo constituído de material resistente, não condutor de eletricidade, de alta resistência a impactos, devendo ser isento, em qualquer de suas partes ou componentes, de rachaduras, deformações, mossas, rebarbas, perfurações, corrosões, ou qualquer outro defeito que comprometa a segurança, durabilidade ou empregabilidade, devendo ainda ser resistente a água e a umidade.*

*Temperatura de armazenamento e operação: o equipamento deverá suportar à temperaturas do espectro entre -10°C a +50°C em ambas situações, sem que sua eficácia e durabilidade sejam comprometidas.*

*Identificação do número de série individualizado no equipamento e cartucho operacional.*

*O armamento deverá ser provido de tecnologia capaz de aplicar, dentro dos limites de segurança, a carga necessária no corpo do indivíduo agressor para sua efetiva incapacitação.*

*Corrente elétrica: deverá operar em uma margem segura, conforme normas complementares a esta NT - SENASP, que não ocasione lesões graves, nem nos órgãos internos, devendo, contudo, atuar com eficácia na incapacitação neuromuscular.*

*Aparelho de pontaria: deverá obrigatoriamente possuir aparelho de pontaria fixo e ao menos uma mira laser ou com tecnologia equivalente.*

*Armazenamento de dados de, no mínimo, 500 disparos, bem como emissão de relatórios contendo, no mínimo, data e hora do acionamento, cartuchos disparados, número de série da AINM, e duração do acionamento. Tal solução deverá permitir auditoria dos dados armazenados no dispositivo se necessário, independentemente da tecnologia utilizada.*

*Bateria facilmente substituível em ação operacional, com autonomia para, no mínimo, 100 (cem) acionamentos de 3 (três) a 5 (cinco) segundos de descarga, com capacidade de 300 (trezentos) ciclos de recarga, e durabilidade de armazenamento de pelo menos 5 (cinco) anos, quando a bateria for recarregável; no caso de bateria não recarregável, que esta tenha vida útil para suportar, no mínimo, 500 (quinhentos) acionamentos com ciclos de 3 (três) a 5 (cinco) segundos de descarga e durabilidade de armazenamento de pelo menos 5 (cinco) anos.*

*Espectro mínimo de alcance útil dos dardos entre 2 (dois) a 7,5 metros (sete metros e meio), e espectro ideal de até 10 (dez) metros.*

*O equipamento (AINM e cartuchos) deverá ser resistente a quedas de altura de no mínimo 2 (dois) metros de altura, sem haver acionamento acidental ou danos que atinjam sua estrutura, que façam com que suas características sejam alteradas, ou inviabilizem sua utilização operacional temporária ou permanentemente.*

*Segurança: deve possuir chave "liga/desliga" ou dispositivo que previna a ativação acidental.*

#### **5.2.REQUISITOS ADICIONAIS OPTATIVOS:**

*O aparelho de pontaria poderá ser composto por alça e massa, com duas miras laser (ou tecnologia equivalente) indicando a direção de ambos dardos.*

*O sistema de armazenamento poderá ter a capacidade mínima de guardar os dados dos últimos 1.000 (mil) acionamentos, no próprio AINM antes de ter seus dados descarregados.*

*Propiciar a retirada do cartucho sem perda da empunhadura pelo operador e com o uso de apenas uma de suas mãos.*

*Possuir opção de acoplagem de dois ou mais cartuchos de forma concomitante, com intercambio operativo entre seus dardos (fechar corrente com dardos de diferentes cartuchos), para uma resposta segura, eficiente e rápida.*

*Possibilitar o teste de centelha mesmo com os cartuchos acoplados.*

*Possuir tecla de "liga/desliga" ambidestra.*

*Possuir opção de lanterna com 300 lúmens ou superior, acessível sem perda da empunhadura, com projeção de luz tipo "iluminação central" (concentrada) e/ou "derrame" (flood beam) juntos.*

*Acionamento da lanterna independente do acionamento da arma, proporcionando ao operador optar por utilizá-la a qualquer momento."*

Além do previsto na portaria acima, é necessário que o equipamento atenda as peculiaridades da Polícia Federal, em suas mais diversas atribuições e empregos, exaustivamente narrados acima, devendo conter, também, as **características que permitam o seu pleno uso em ambientes restritos, confinados e com aglomeração, onde a distância mínima de ação é fator preponderante**, bem como aquelas contidas nos excertos abaixo:

Despacho SAER/DCIM/CGMIG/DPA/PF (22786164)

[...]

*"demandas de policiais federais atuantes nos aeroportos nos reportando sobre a necessidade de disponibilização de equipamentos operacionais menos letais para lidar com o número crescente de passageiros indisciplinados"*

Informação SEIP/DPC/CGPLAM/DLOG/PF (25928294), processo 08200.025964/2022-30:

[...]

*"Desta forma, para que seja efetivo, o AINM deve atender determinadas características que se mostraram necessárias e eficazes no uso deste tipo de equipamento, por diferentes forças policiais, nos últimos anos. São elas:*

**a) Tamanho e peso reduzidos:** *O tamanho e formato muito grande tornam árduos o seu transporte durante todo o turno. O exemplar menor e mais leve permite o acoplamento no cinturão durante todo o horário de trabalho sem esforços acrescidos;*

**b) Mira e led:** *Sistema de mira laser e luz led de baixa intensidade que permite a iluminação em situações de baixa visibilidade;*

**c) Capacidade da memória:** *Podendo armazenar dados relativos a 1500 disparos (a informação recolhida deve estar correlacionada com a hora e data da utilização);*

**d) Segurança da informação:** *Sistema de dados protegido, através de encriptação, contra qualquer tentativa de adulteração dos dados, sendo que estes devem ser transferidos periodicamente para um computador através de cabo USB ou outro meio digital;*

**e) Visualização de dados:** A AINM deve possuir uma tela na qual seja possível visualizar a quantidade de bateria restante, horas e data, temperatura e a duração da última descarga;

**f) Dois disparos:** Deve possibilitar que se dispare no mínimo 2 (duas) vezes – a AINM deve permitir o acoplamento de dois cartuchos – sem a necessidade de operacionalizar o carregamento de um novo cartucho manualmente;

**g) Dois modos de utilização:** Por contato direto ou à distância. Os dois modos devem produzir uma incapacidade neuromuscular temporária no alvo;

**h) Descarga após disparo:** Possibilidade de voltar a produzir uma descarga, acionando manualmente, se os arpões se mantiverem ligados ao alvo;

**i) Arco independente do disparo:** Dado que possui no mínimo 2 disparos separados, a arma deve propiciar o fechamento do arco independente do dardo que atinja o alvo.

**j) Arco sem retirada do cartucho:** Arma deve ser capaz de gerar o arco de energia sem que haja necessidade de se retirar os cartuchos;

**k) Baterias recarregáveis:** Baterias de lítio podem ser recarregadas, independente da arma;

**l) Ambidestro:** Oferecer a possibilidade de uso ambidestro com travas e interruptores de segurança em ambos os lados

Essas características, exemplificativas, contribuem para as ações policiais inclusive com a possibilidade de que as AINMs, em diversas circunstâncias, substituam a utilização de armas de fogo. Principalmente quando em situações de elevado grau de risco, resguardando a integridade física dos intervenientes."

[...]

Despacho SETI/COT/CGAP/DIREX/PF (22761016), processo 08200.005568/2022-96:

[...]

"baterias recarregáveis

possibilidade de disparos duplos sequenciais sem realização de recarga;

[...]

utilização de dardos com inclinações distintas possibilitando o disparo em distâncias diferentes;

intercâmbio entre os cartuchos de forma automática bastando realizar a inclinação do dispositivo de forma rápida;

trava ambidestra;

laser duplo mostrando o ponto de impacto de ambos os dardos;"

#### 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DGE/DLOG/PF	Lucian Ricardo Guedes Fidelis
SEIP/DPC/CGPLAM/DLOG/PF	Eduardo Hofmann
SEOP/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF	Paulo Santino Correa Júnior
COT/DIREX/PF	Carlos Faria Junior
SEOP/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF	Edimar Lopes de Moraes Junior

SEIP/DPC/CGPLAM/DLOG/PF  
COT/DIREX/PF

Eduardo Hofmann  
Sebastião Andrade Leite de Abreu

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada fica obrigada a adotar os critérios e práticas da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de Janeiro de 2010, no que for aplicável.

Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Projeto Básico/Termo de Referência e demais anexos do Edital.

Esses requisitos estão de acordo com o estabelecido na Norma Técnica elaborada no âmbito da SENASP (NT-SENASP nº 002/2020), que estabelece os requisitos mínimos de qualidade e desempenho os quais são aplicáveis ao fornecimento de Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular (AINM) para a atividade profissional de segurança pública, de forma a garantir a segurança, a qualidade e a confiabilidade desse produto.

Como requisitos *lato sensu*, a contratação deverá contemplar o seguinte:

Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;

Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

Dimensionamento mais preciso da quantidade necessária de Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular (AINMs) e o valor estimado da aquisição a fim de que a solução que atenda a demanda seja exatamente aquela necessária pelo órgão e possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;

Célere instrução do processo, com a finalidade de tornar o mais ágil possível a aquisição, de forma a atender tempestivamente a necessidade das unidades da Polícia Federal.

Como requisitos *lato sensu*, a aquisição deverá contemplar o seguinte:

Atender às normas vigentes, especialmente as seguintes:

Decreto nº 24.602/1934, que dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas - do então Governo Provisório, recepcionado como Lei pela Constituição Federal de 1934;

Decreto nº 10.030/2019, que dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105); e

Portaria MJSP nº 104/2020, que dispõe sobre o Pró-Segurança - Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública

NT-SENASP nº 002/2020 – Arma Eletroeletrônica de Incapacitação Neuromuscular (AINM)

Norma ISO 179-1:2010 - *Plastics — Determination of Charpy impact properties — Part 1: Non-instrumented impact test*;

Norma ISO 4892-2:2013 - *Plastics — Methods of exposure to laboratory light sources — Part 2: Xenon-arc lamps*;

Norma ABNT NBR ISO/IEC 17067:2015 - Avaliação da conformidade - Fundamentos para certificação de produtos e diretrizes de esquemas para certificação de produtos;

Norma IEC 60068-2-64:2008 - *Environmental testing - Part 2-64: Tests - Test Fh: Vibration, broadband random and guidance*;

Norma CEI/IEC 62792:2015 - *Specifies a method for measuring the electrical outputs, current and voltage, from electroshock weapons (ESWs)*;

Norma IEC 60479-1:2018 - *Effects of current on human beings and livestock - Part 1: General aspects*; e

Norma IEC 60479-2:2018 - *Effects of current on human beings and livestock - Part 2: Special aspects*.

Foram utilizadas como referência na elaboração da presente NT-SENASP:

Norma IEC/TS 60479-3 Ed. 1.0 b:1998 - *Efects of current on human beings and livestock - Part 3: Effects of currents passing through the body of livestock*;

Norma ABNT NBR IEC 60601-1-11:2012 - Equipamento eletromédico - Requisitos gerais para a segurança básica e o desempenho essencial;

Norma ABNT NBR IEC 60079-0:2015 - Cargas eletrostáticas em materiais não metálicos externos;

Norma ABNT NBR IEC 60529:2017 - Graus de proteção providos aos invólucros dos equipamentos elétricos com tensão;

Norma ANSI/CPLSO 17:2017, que detalha os requisitos elétricos característicos para um desempenho eficaz e seguro de AINMs;

*Test Procedure for Conducted Energy Weapons – 2017 – version 2.0*, elaborada pela Universidade Carleton do Canadá;

*CAST Publication number: 057/16 - police operational requirements*, do Centre for Applied Science and Technology (CAST), do Ministério da Defesa do Reino Unido; e

*TEST METHOD STANDARD MIL-STD-810 G*, do Departamento de Defesa dos EUA.

## 6. Levantamento de Mercado

Em levantamento prévio realizado dos fabricantes de AINMs existentes no mercado, com autorização para comercialização pelos órgãos competentes, identificou-se que essencialmente há dois fabricantes que atendem o mercado nacional com foco policial, a saber: CONDOR, empresa brasileira, AXON Enterprise, empresa americana

De posse dessas informações, a equipe de planejamento da contratação, subscritora deste estudo técnico preliminar, solicitou aos fabricantes, prospectos dos modelos disponíveis, sendo alguns deles já consolidados no mercado e um (SPARK DUO da empresa CONDOR) em vias de lançamento no mercado nacional.

Os modelos da Empresa Condor estão no seu Prospecto (27951178), o qual detalha suas principais características de uso:

### Condor "Spark Z 2.0"

De acordo com o catálogo em epígrafe, o primeiro modelo, "Spark Z 2.0" (Figura 6.) é um dispositivo elétrico incapacitante que emite pulsos elétricos à distância, a partir de dois dardos disparados, conectados ao suspeito por meio de fios. A SPARK atua sobre o sistema neuromuscular causando fortes contrações musculares, permitindo a incapacitação temporária do suspeito pelo Agente da Lei.





**Figura 6.** Modelo Spark Z 2.0 da Fabricante Condor

São as principais características do Modelo Spark Z 2.0 da Fabricante Condor:

Características Técnicas	Características Elétricas	Cartucho
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comprimento: 201 mm</li> <li>• Altura: 140 mm</li> <li>• Largura: 47 mm</li> <li>• Peso: 460 gramas (com bateria e sem munição)</li> <li>• Corpo: construído em polímero de alta resistência</li> <li>• Munição: cartucho com 2 dardos propelidos por gás inerte.</li> <li>• Operação: Acionado por gatilho com tempo máximo de ciclo de operação de 5 segundos.</li> <li>• Ativação do sistema: Realizada por chave LIGA / DESLIGA (Ambidestra);</li> <li>• Sistema de ejeção de Cartuchos “SAFE EJECTION”;</li> <li>• O ciclo de operação é interrompido automaticamente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forma de Onda: Pulso senoidal amortecido /pulso “arredondado”.</li> <li>• Taxa de Pulso: 18 Hz*</li> <li>• Duração do Pulso: 35 <math>\mu</math>s*</li> <li>• Tempo de duração do ciclo: 5 s (Para interromper o pulso imediatamente, basta desligar o dispositivo na chave liga-desliga, ambidestra).</li> </ul>	<p>Características Dimensionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comprimento total: 70 mm*</li> <li>• ;</li> <li>• Altura total: 58 mm*;</li> </ul>



<p>no momento em que a tecla lateral ejetora é pressionada, em todo o seu curso.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de eventos: Armazenamento de até 1000 disparos registrando data, hora e duração de cada disparo.</li> <li>• WI-FI connection: Transmite todas as informações dos dispositivos para o DATAKIT sem necessidade de conexão por fios.</li> <li>• Display: OLED 0.95 in que exibe data, hora, carga da bateria e temperatura interna do dispositivo.</li> <li>• Faixa de temperatura de operação: -10 °C a 50 °C.</li> <li>• Numero de série: Marcado e registrado externamente no dispositivo e na memória interna da arma.</li> <li>• Rastreabilidade:</li> <li>• Sistema de rastreabilidade I-REF. Sistema Flexlight: Permite ao usuário ligar ou desligar o laser e a lanterna durante a operação conforme a sua necessidade.</li> <li>• Neutralizador Eletrônico: Acessório que desabilita o funcionamento do dispositivo pelo operador ao toque de um botão ou por distância entre o dispositivo e o neutralizador (opcional).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pico de tensão do arco voltaico: 50.000 Volts (Em circuito aberto) - 6.800 Volts (Em contato)</li> <li>• Corrente: 0,0021 A*</li> <li>• Energia por Pulso: 0,4 J - Em contato: 0,06 J*</li> <li>• Carga total do pulso: 120 µC*</li> <li>• Potência média de saída: 4 W* Fonte de Alimentação: BZ2.0 14,8V 600 mAh</li> <li>• Autonomia: 50 disparos de 5 s - em média**</li> <li>• Acessório indispensável para o funcionamento: Bateria blindada BZ2.0 e um carregador de baterias CZ2.0.</li> <li>• Recomenda-se utilizar, para melhor performance, os cartuchos da Spark</li> <li>• * Valores médios aferidos em equipamento devidamente preparado para estas determinações. Certas variações e tolerâncias são esperadas e, portanto consideradas normais. ** Valores médios de autonomia aferidos em condições laboratoriais e controladas. Desvios são esperados e considerados normais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Largura total: 22 mm*;</li> <li>• Peso: 65 g*;</li> <li>• Efetividade: 2 à 8 metros.</li> <li>• Propelente: Gás;</li> </ul> <p>Características Construtivas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fabricado em polímero de alta resistência.</li> <li>• Sistema de rastreabilidade I-REF.</li> <li>• 02(duas) sondas com arpões em aço inoxidável</li> </ul>
---	---	--

Os modelos da Empresa Axon estão no seu Prospecto (27996852), o qual detalha suas principais características de uso:

#### Axon "Taser X2"

A fabricante AXON fabrica, como um dos modelos prospectados, o TASER X2 (Figura 8). A seguir, serão descritas as especificações contidas no catálogo da fabricante (27996852):





Figura 8. Modelo X2 da Fabricante Axon

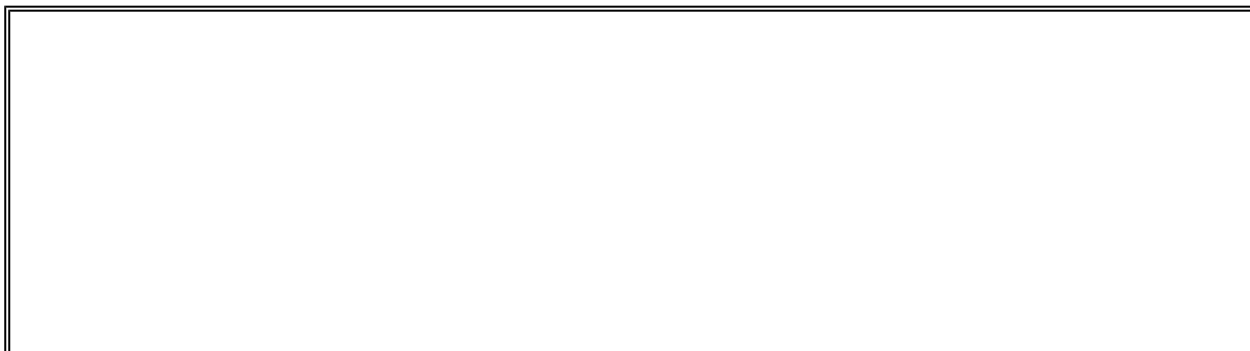
São as principais características do Modelo X2 da Fabricante Axon:

Especificações	Características	Cartucho
<p>1. Especificações de Saída (por baía de cartucho)</p> <p>Forma da Onda: Tecnologia Precision Shaped Pulse™.</p> <p>Em 600 ohms (Ω) de carga:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Taxa de pulso: 50–125 microsegundos (μs).</li><li>• Pico carregado de tensão: 840-1440 volts. Em</li></ul>	<p>7. Dispositivo de controle eletrônico de vários disparos.</p> <p>8. Corpo: construção de polímero de alto impacto.</p> <p>9. Flash de alta eficiência.</p> <p>10. LASERs estáticos duplos: Vermelhos, classe IIIa. Lasers Classe II disponíveis.</p>	

<p>250-1,000 <math>\Omega</math> de carga:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de pulso: <math>19 \pm 1</math> pulsos por segundo (PPS).</li> <li>• Carga de pulso total: <math>63 \pm 9</math> microcoulombs (uC).</li> <li>• Corrente: 1,2 miliamperes (mA) típico.</li> </ul> <p>2. Intervalo de temperatura operacional e de armazenamento: <math>-20^{\circ}\text{C}</math> [<math>-4^{\circ}\text{F}</math>] a <math>50^{\circ}\text{C}</math> [<math>122^{\circ}\text{F}</math>].</p> <p>3. Umidade relativa operacional: até 80% (sem condensação).</p> <p>4. Vida útil estimada: aproximadamente 5 anos.</p> <p>5. Fonte de alimentação: pacote de baterias de lítio de alta performance (PPM) fornece energia para aproximadamente 500 descargas de 5 segundos.</p> <p>6. Resistente a água conforme especificação IPX2 da IEC.</p>	<p>11. Interruptor ARC permite choque de contato com ou sem o cartucho SMART instalado (Exibição Arc Re-energizar / avanço / Cartucho [ARC]).</p> <p>12. Display Central de Informações (CID) exibe dados críticos como energia restante da bateria, tempo de rajada, modo operacional e o menu de usuário para alterar as configurações e exibir dados em um display amarelo e preto.</p> <p>13. O sistema de registro Trilogy™ registra informações de diversos sensores em três registros de dados: Log de Eventos, Log de Pulsos e Log de Engenharia. Os dados podem ser baixados usando um módulo de interface de dados USB conectado a um computador pessoal. Os dados podem ser transferidos para os serviços EVIDENCE.com.</p> <p>14. Relógio em tempo real com bateria reserva.</p> <p>15. Autodiagnóstico, monitoramento e relatório de status do sistema.</p> <p>16. Interruptor de segurança ambidestro.</p> <p>17. O gatilho ativa um único ciclo (aproximadamente 5 segundos). Ao utilizar uma bateria digital de alta performance, manter o gatilho pressionado fará com que a descarga seja continuada além do ciclo padrão. O ciclo pode ser interrompido posicionando o interruptor de segurança na posição inferior (SEGURA).</p> <p>18. Compatível apenas com cartuchos TASER Smart™.</p>	<p>Especificações:</p> <p>Carcaça: Polímero negro de alto impacto. Vida útil estimada: Aproximadamente 5 anos.</p> <p>Compatível com armas de eletrochoque TASER X2 (CEWs). • Sistema de rastreamento para identificação de criminosos (AFID) com micropontos serializados. • Recurso de choque acionado (quando conectado à CEW). • Recurso de arco de aviso (quando conectado à CEW). • Instalação do cartucho não reversível. • Cobertura de envio incluída, evitando danos inadvertidos durante o envio ou manuseio quando não instalado de outra forma na CEW.</p> <p>Modelo: Cartucho inteligente TASER 15' e Cartucho inteligente TASER 25'</p> <p>Propulsor: Nitrogênio comprimido</p> <p>Faixa: 15' (4,6 m) e 25' (7,62 m)</p> <p>Cor da Porta Amarelo e Preto</p>
---	---	---

#### Axon "Taser T7"

A fabricante AXON fabrica, como um dos modelos prospectados, o TASER T7 (Figura 9). A seguir, serão descritas as especificações contidas no catálogo da fabricante (27996852):





**Figura 9.** Modelo T7 da Fabricante Axon

São as principais características do Modelo T7 da Fabricante Axon:

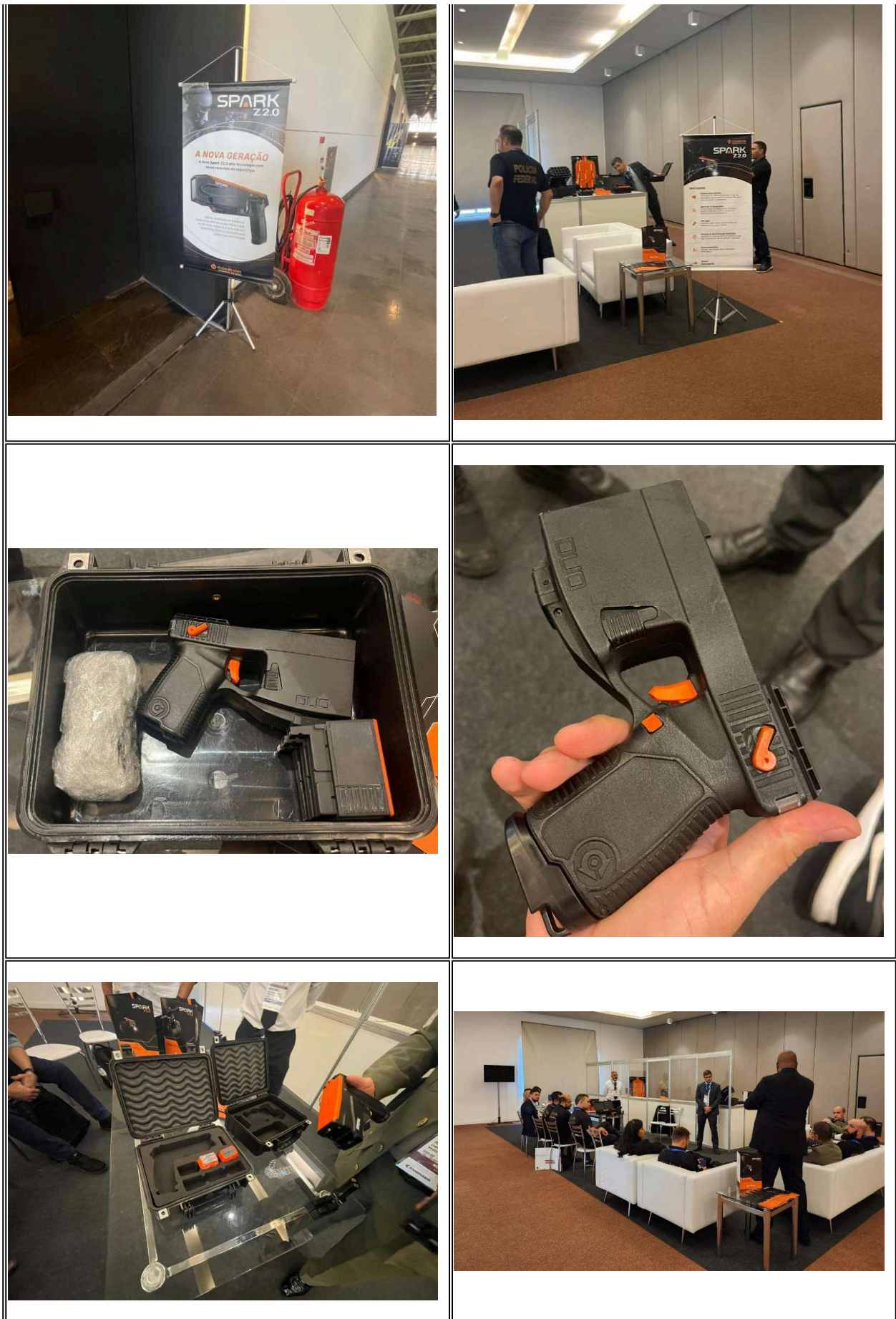
Especificações	Características	Cartucho
<p>Tela central de informações (CID): Exibe dados essenciais, como energia restante da bateria, tempo de rajada e modo de operação.</p> <p>A arma de eletrochoque registra informações de uma variedade de sensores. Os dados podem ser baixados usando o TASER 7 Dock e acessados através dos serviços Axon Evidence (Evidence.com).</p> <p>Autodiagnóstico a bordo e monitoramento e apresentação</p>	<p>Arma de eletrochoque (CEW) de múltiplos disparos (2 disparos).</p> <p>Caixa: Construção em polímeros de alto impacto.</p> <p>Lanterna LED de alta eficiência.</p>	<p>Especificações:</p> <p>Compatível com a arma de eletrochoque (CEW) TASER 7.</p> <p>Caixa: Construção em polímeros de alto impacto.</p> <p>Os cartuchos de proximidade de 12 graus (CQ) podem ser eficazes em faixas de engate de até 1,22 metros (4 pés). Os cartuchos standoff de 3,5 graus (SO) podem ser eficazes em intervalos de engate de 3,5 m ou superior.</p>

<p>de relatórios do estado do sistema.</p> <p>Interruptor de segurança para ambidestros. O ciclo de saída pode ser interrompido a qualquer momento, colocando o interruptor de segurança na posição para baixo (SAFE).</p> <p>A TASER 7 pode ser configurada pela agência para que o ciclo de saída da arma de eletrochoque pare em 5 segundos e a arma emita um alerta sonoro pelos últimos 2 segundos do ciclo de saída da arma de eletrochoque.</p> <p>Compatível apenas com cartuchos Axon TASER 7.</p> <p>A TASER 7 é compatível com a tecnologia Axon Signal.</p>	<p>LASER superior verde classe 3R ou classe 2 e LASERs inferiores vermelhos (3,5° e 12°) disponíveis.</p> <p>O interruptor Arc permite o acionamento (por toque ou contato) com ou sem um cartucho TASER 7 instalado.</p> <p>No caso da implantação de 2 cartuchos, a tecnologia Adaptive Cross Connect (ACC) da TASER 7 distribuirá os pulsos de descarga através das 4 combinações de conexão possíveis (a partir de qualquer sonda positiva a negativa ou eletrodo da arma). Com base nas medições de conexão em tempo real, o ACC monitora e adapta continuamente o PPS de cada conexão elétrica</p>	<p>Sistema de rastreamento de identificação digital anticriminosa (AFID).</p> <p>Instalação do cartucho irreversível.</p> <p>Clique de segurança incluído, o que minimiza danos acidentais durante o transporte ou manuseio quando não instalado na arma de eletrochoque.</p> <p>Vida útil estimada: Aproximadamente 5 anos.</p> <p>Modelo: Cartucho de proximidade TASER 7 (12°) e Cartucho Standoff TASER 7 (3,5°)</p> <p>Propulsor: Nitrogênio comprimido</p> <p>Faixa máxima: 25' (7,6 m)</p> <p>Cor da Porta: Preto</p>
---	--	--

A fim de se esgotar as prospecções de mercado, membros desta EPC, conforme Ordem de Missão Policial 17.016/2023, estiveram na Feira LAAD DEFENCE & SECURITY | 2023 entre o período de 10 a 14/04/2023.



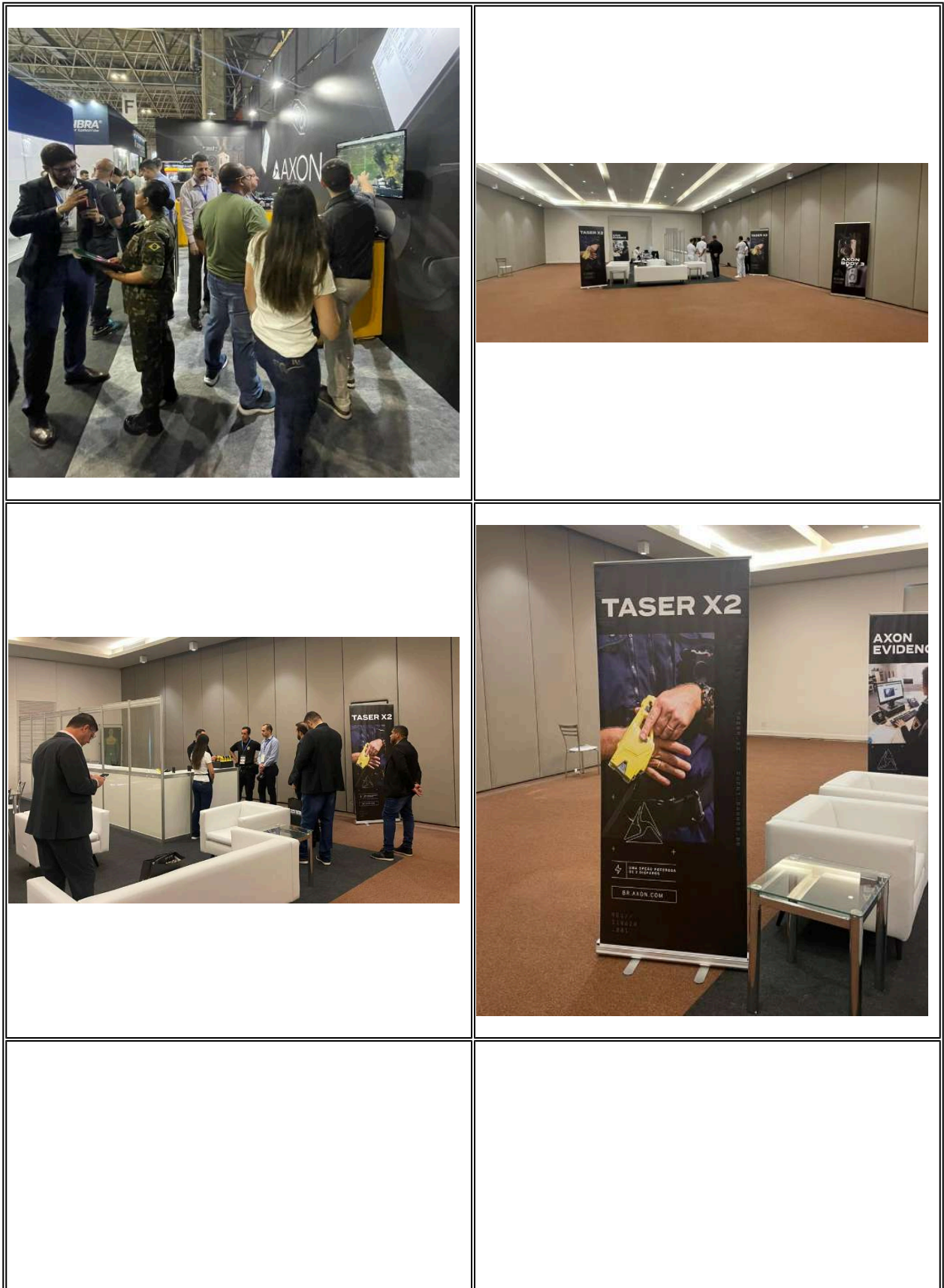




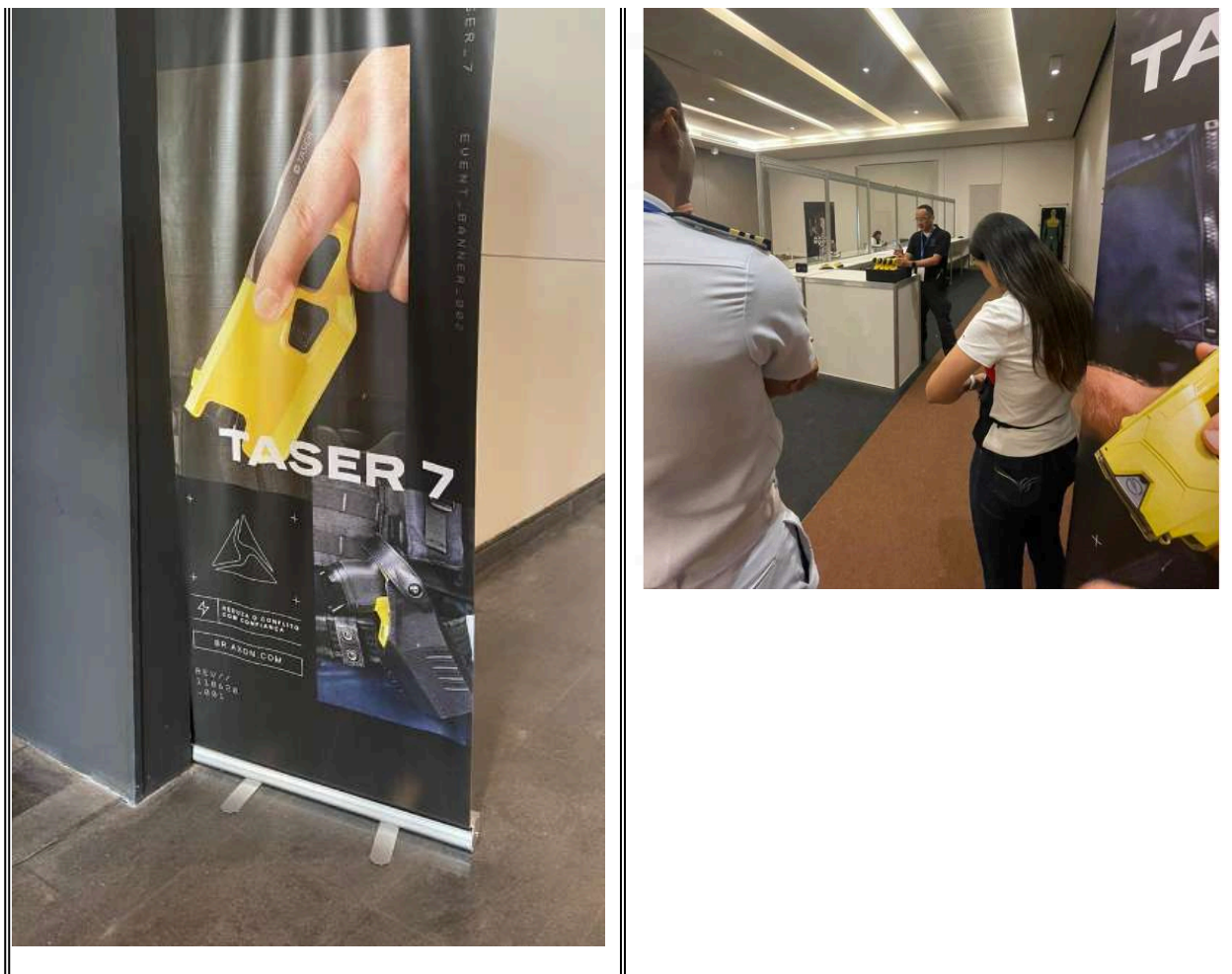
**Figura 10.** Visita de membros da EPC ao Stand da Fabricante

CONDOR

Acima, conforme memorial fotográfico contido na Figura 10, detalhamento da reunião de prospecção de AINMs produzidos pela empresa Condor.







**Figura 11.** Visita de membros da EPC ao Stand da Fabricante

AXON

Nas visitas acima, foi possível verificar o funcionamento dos AINMs Condor Spark Z 2.0, Axon X2 e Axon T7, bem como suas especificidades, características e aplicações anteriormente descritas nos prospectos dos fabricantes. Além do que já era de conhecimento de membros da EPC, a fabricante Condor apresentou um protótipo, que, segundo aquela, ainda está em vias de homologação junto aos órgãos reguladores, como Exército Brasileiro (e sem previsão de entrega, do modelo Spark DUO (Figura 10 e Figura 12). Tal produto, quando efetivamente disponível no mercado, abarcará características imprescindíveis para a casuística da Polícia Federal, como duplo cartucho de disparos, distância mínima e cross conexão.

Ao final do levantamento de mercado e, considerando toda as condições inerentes à plena execução das atividades precípuas da Polícia Federal, elencadas exaustivamente no Tópico DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE [ITEM 2]. Por seu turno, é de se considerar também as características de cada produto prospectado e o seu desempenho, segurança, eficiência e aplicação diante das peculiaridades nas diversas atividades do policial federal.

Desta lavra, o modelo da fabricante AXON TASER T7 se mostrou o mais adequado, conforme detalhamento a seguir:

*Da singularidade do objeto - TASER T7<sup>[7]</sup> frente aos demais existentes no mercado*

A utilização de armas de choque como a Taser T7 pela polícia em aeronaves é uma medida importante para garantir a segurança dos passageiros e tripulação em situações de emergência ou ameaças à segurança a bordo. Este modelo específico de AINM tem a possibilidade de disparar dois dardos de curta distância (menos que 2 metros) que se prendem à roupa ou pele do alvo e enviam uma descarga elétrica que incapacita temporariamente a pessoa conforme mencionado anteriormente.



Essas situações em que a polícia precisa tomar medidas extremas para controlar indivíduos agressivos ou ameaçadores em voos comerciais são citadas anteriormente no [ITEM 2.31], quando menciona-se o "**Protocolo para o desembarque compulsório de passageiro indisciplinado em aeronaves civis**", publicado em Setembro de 2022 pela Polícia Federal. A utilização da Taser T7 pode ser uma alternativa segura e eficaz para conter tais indivíduos, sem colocar em risco a vida dos demais passageiros e tripulação. Segundo a Taser International, fabricante da Taser T7, o dispositivo foi projetado especificamente para uso em aviões, sendo seguro para uso em ambientes confinados.

De acordo com a Federal Aviation Administration (FAA), a agência reguladora da aviação civil nos Estados Unidos, o número de incidentes envolvendo passageiros perturbadores em voos comerciais tem aumentado nos últimos anos. Em 2020, por exemplo, foram registrados mais de 3.000 incidentes deste tipo, incluindo agressões a tripulação e outros passageiros. A presença de uma arma de choque como a Taser T7 pode ser uma medida preventiva eficaz para reduzir o número de incidentes em voos.

No entanto, é importante ressaltar que o uso de armas de choque em aviões deve ser realizado com cautela e seguindo protocolos específicos de segurança. Nos Estados Unidos, por exemplo, a FAA exige que a tripulação da aeronave seja treinada para utilizar armas de choque em situações de emergência, e que a arma seja armazenada em um local seguro e de fácil acesso. Além disso, é necessário avaliar cuidadosamente a situação antes de utilizar a arma de choque, a fim de evitar danos desnecessários.

Destarte, a utilização da Taser T7 pela polícia em aviões pode ser uma medida importante para garantir a segurança dos passageiros e tripulação em situações de emergência. No entanto, é necessário seguir protocolos específicos de segurança e avaliar cuidadosamente cada situação antes de utilizar a arma de choque. Utilizar um equipamento como este em aviões pode ser uma alternativa segura e eficaz para controlar indivíduos agressivos ou ameaçadores em voos comerciais, sem colocar em risco a vida dos demais passageiros e tripulação.

Há ainda outras funções do dispositivo que se destacam entre as opções como: múltiplos disparos que permita a aplicação de ciclos independentes de energia em cada um dos dois cartuchos simultaneamente, a fim de viabilizar a recuperação de disparo perdido ou controle de múltiplos alvos; Tecnologia *Adaptive Cross Connect* (ACC) que distribui os pulsos de descarga através das 4 combinações de conexão possíveis (a partir de qualquer sonda positiva, negativa ou eletrodo da arma); Lanterna LED de alta eficiência integrada com possibilidade de acionamento no modo automático, ao ligar o equipamento, e no modo dissimulado sem o acionamento automático da função; entre outros.

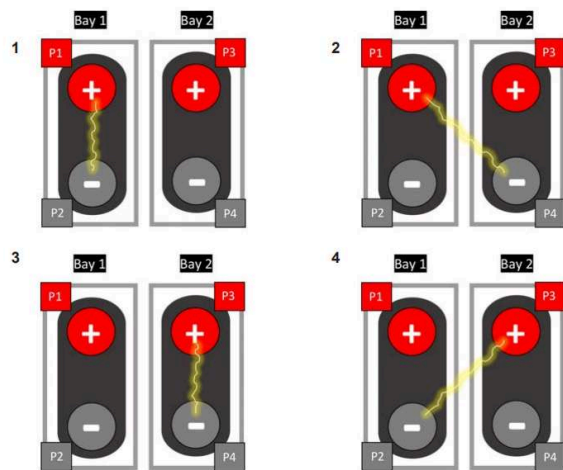
A AINM deve identificar, por meio de seus sensores, as seguintes informações: o Registro de Eventos: registra a data e hora de cada acionamento, diferenciando a utilização com ou sem munição, o tipo de munição, bem como o tempo de cada acionamento; o Registro de Pulsos: registra a corrente elétrica emitida em cada pulso, possibilitando a medição individualizada de cada um dos 19 pulsos emitidos por segundo; o Registro de Engenharia: possibilita ao Fabricante identificar remotamente via internet a existência de possíveis problemas técnicos com o dispositivo, bem como autodiagnosticar e monitorar o relatório de status do sistema. As informações devem ser acessadas por meio da estação de carregamento (*TASER 7 6-BAY DOCK AND CORE*);

Quando uma pessoa é atingida por um disparo da arma de choque Taser T7, os efeitos fisiológicos podem variar dependendo de diversos fatores, como idade, peso, condição física, entre outros. No entanto, existem algumas respostas corporais típicas que são observadas na maioria das pessoas que recebem um choque elétrico dessa arma. Em primeiro lugar, o dispositivo é projetado para enviar um impulso elétrico de curta duração (geralmente de 5 a 15 segundos) para o corpo do alvo. Esse impulso elétrico interrompe temporariamente a comunicação entre os nervos e músculos, o que pode levar a uma perda de controle muscular e queda imediata. Espera-se que o choque elétrico cause contrações musculares violentas, que podem ser dolorosas e incapacitantes, levando a uma sensação de rigidez muscular e tremores, e em alguns casos, a pessoa atingida pode apresentar lesões musculares ou fraturas ósseas em consequência da queda.

A seguir, serão detalhados alguns desses principais aspectos que diferenciam o modelo T7 dos demais estudados:

#### *Tecnologia Adaptive Cross Connect*

Esta tecnologia sempre tentará fornecer um Adaptive Cross Connect em todos os caminhos de eletrodos disponíveis (Figura 12), fornecendo descargas usando até quatro sondas nos dois compartimentos do cartucho. A tecnologia Adaptive Cross Connect fornece pulsos elétricos sequencialmente, em até 44 pulsos por segundo, entre todas as combinações de sonda positiva e negativa: Sonda superior esquerda até sonda inferior esquerda; sonda superior esquerda até sonda inferior direita, sonda superior direita até sonda inferior direita e sonda superior direita até sonda inferior esquerda. (As ilustrações abaixo são da perspectiva de alguém atrás dos compartimentos dos cartuchos, segurando a arma.)



**Figura 12.** Croqui da forma de atuação da

tecnologia *Adaptive Cross Connect*.

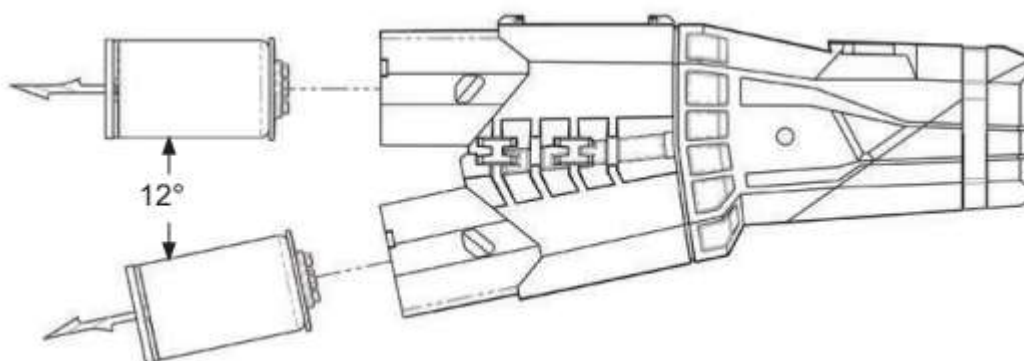
Essa tecnologia pode fazer com que a **arma de eletrochoque seja eficaz, mesmo que algumas sondas não atinjam o alvo.** A eletricidade é intencionalmente acionada entre todos os contatos para **maximizar o impacto da montagem da sonda e para compensar a propagação próxima da sonda ou a desconexão da roupa.** A tecnologia de medição de carga foi concebida para manter uma saída de carga fixa independente das condições de carga: boa conexão, conexão parcial, formação de arcos na pele, etc

*Capacidade de múltiplos Disparos:*

Cartuchos com dupla angulação: **Permite alteração da distância mínima e máxima sem precisar forçar aproximação ou distanciamento do operador e nem mudança de cartuchos durante a abordagem.**

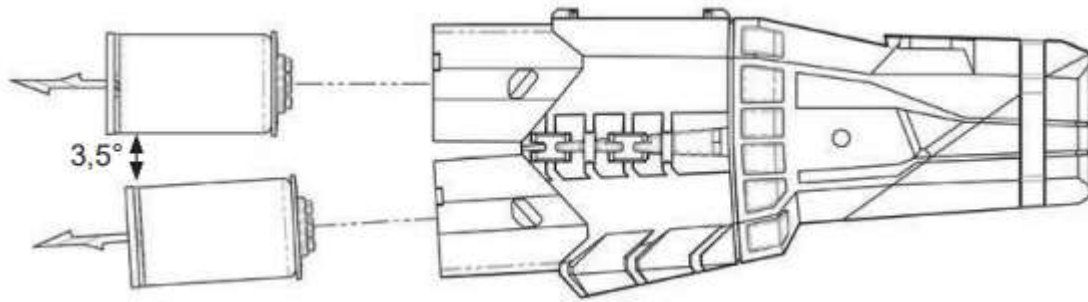
Os cartuchos são diferenciados por finalidade e ângulo do cartucho. O ângulo do cartucho é o ângulo de separação entre as sondas superior e inferior quando elas são colocadas.

Cartuchos Close Quarter (12 graus) - Figura 13: têm um comprimento de fio de 25 pés (7,6 m). Os cartuchos de doze graus podem ser **eficazes em faixas de engate de aproximadamente quatro pés (1,22 metros), sendo um dos grandes diferenciais para uso na casuística da Polícia Federal.**



**Figura 13.** Croqui do Cartuchos Close Quarter (12 graus).

Cartucho Standoff (3,5 graus) - Figura 14: destinados a colocações de longo alcance têm um ângulo de 3,5 graus e podem ser **eficazes em 11,5 pés (3,5 metros) ou em intervalos de engate mais longos.**

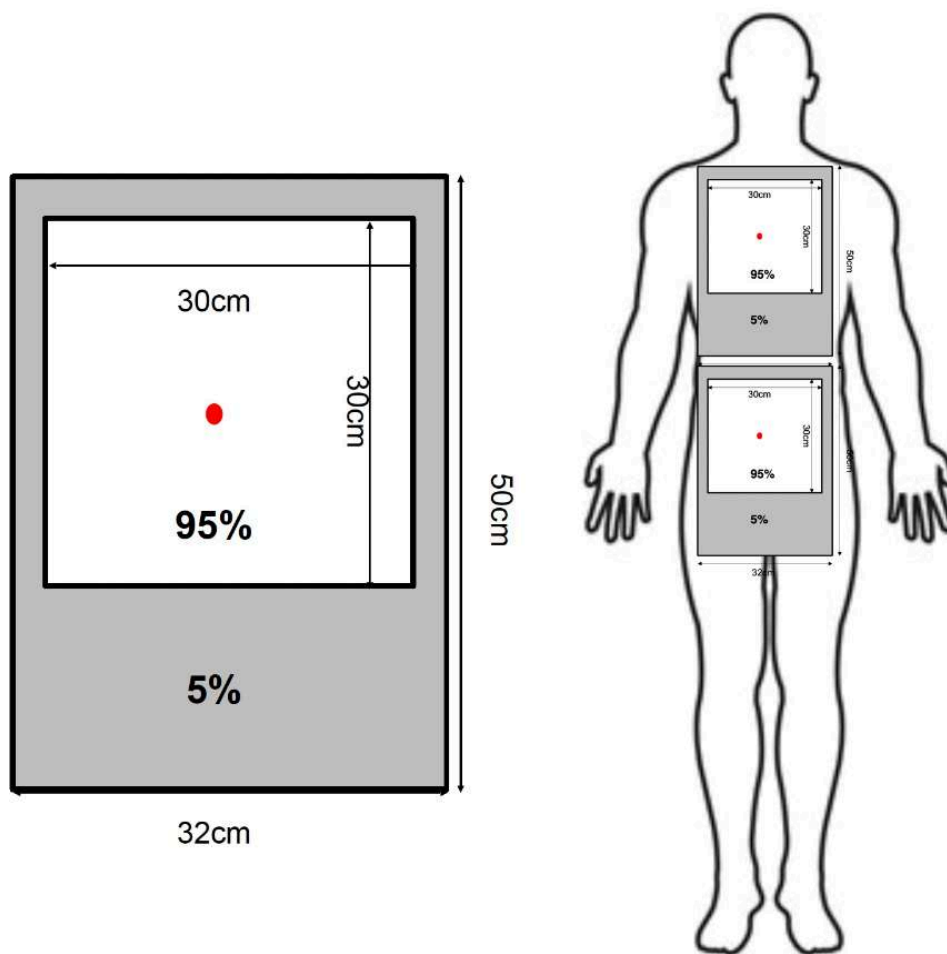


**Figura 14.** Croqui do Cartuchos Cartucho Standoff (3,5 graus).

Ante o que se observou no evento, tem-se que a contratação do objeto em tela é a que melhor atende à Administração, tendo em vista que a empresa *AXON ENTERPRISE* é a única fabricante que produz modelos de AINM que empregam simultaneamente **dois cartuchos para distancias diferentes**. Conforme amplamente apontado, essa característica possibilita maior eficiência no emprego da tecnologia, bem como diversifica as alternativas táticas da ação policial. Essa alteração de angulação do arco voltaico torna único o dispositivo, vez que o operador pode utiliza-lo tanto de perto quanto de longe, melhorando significativamente não só sua segurança quanto a de terceiros que eventualmente estejam próximos ao alvo. Ainda, existe a possibilidade da utilização do arco de advertência (emissão de arco elétrico de advertência – centelha) e acionamento de contato, ambos sem necessidade de remoção do cartucho;

Considera-se, ainda, que as especificações exigidas neste Estudo Técnico Preliminar, para o objeto da contratação, são aquelas estritamente necessárias para alcançar o atendimento do interesse da Administração, pois permitem a modernização da tecnologia atualmente adotada e garantem a aquisição de equipamento que não se tornará obsoleto em curto horizonte. Impende destacar que, além da *AXON ENTERPRISE*, há atualmente outros fabricantes que produzem equipamentos eletrônicos de controle; contudo, há apenas um com a capacidade de atender à demanda da Polícia Federal por diferentes distancias.

Por fim, o modelo permite uma precisão de aproximadamente 95% do disparo (Figura 15), num enquadramento de 30 cm de largura e altura, em razão do formato da ponta dos dardos, não encontrado nos modelos X2 (Axon) e Spark Z 2.0 (Condor), que confere maior peso e, conseqüentemente, manutenção da trajetória do disparo com o previsto pelo laser de mira. Tal tecnologia mitiga sobremaneira as chances de, num espaço diminuto, a possibilidade de erro do operador



**Figura 15.** Croqui da precisão do cartucho do Modelo AXON T7.

Por fim, resta sedimentado em estudo contido no processo SEI nº 08500.028841/2021-95, originado a partir de RELATÓRIO DE SITUAÇÃO (20272905) produzido em 12/09/2021, pelo DPF Kel Lúcio, e pelo APF Tiago Machado, na condição de Master Instructors (AXON/TASER) e de Instrutores do SEOP/ANP, onde a necessidade de aquisição do equipamento TASER 7 já havia sido apontada, a fim de que sejam cumpridas as diretrizes contidas na Lei nº 13.060/2014, norma que disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPO) pelos agentes de segurança pública.

Reza o referido relatório que:

*"As estatísticas reforçam a qualidade das CEWs (Conducted Energy Weapons) comercializadas pela AXON/TASER, sem que se tenha observado a existência de similares no mercado nacional e internacional. A evolução dos dispositivos tem sido brutal. A última CEW produzida pela empresa, a TASER7, possui um poder de incapacitação neuro-muscular bastante superior às versões anteriores, além de possibilitar a realização de dois (02) disparos, tal como a X2. Estima-se, segundo a empresa, que cerca de dezesseis mil (16000) agências/forças de segurança estejam utilizando as CEWs produzidas pela AXON/TASER.*

*Adicionalmente, observou-se que de todos os participantes, somente a Polícia Federal do Brasil ainda utiliza o DEC (CEW) modelo X26, consideravelmente defasado em relação aos demais equipamentos. E o que é pior. Pela falta do acessório chamado data-port, não é possível fazer o download dos registros do dispositivo, impedindo, dessa maneira, qualquer tipo de posterior avaliação da conduta do operador. Ademais, a análise dos dados do equipamento é realizada no software EVIDENCE SYNC, também estranho à Polícia Federal. É preciso destacar que, segundo a empresa, inúmeras ações judiciais tem sido implemmentadas por parte de vítimas justamente lesionadas, questionando a ação do operador e a utilização do próprio equipamento. O Poder Público e a empresa, com base nos dados do EVIDENCE SYNC, refutam indagações do Poder Judiciário e das próprias partes, atestando a regularidade e a lisura das ações. Além disso, a estatística oferece elementos ao estudo de casos, ao planejamento de futuras capacitações e à definição de diretrizes de atuação.*

[...]

*A título de exemplo, as Polícias de Porto Rico e do Hawai utilizam os dispositivos X26P e X2. A Polícia Militar do Estado de São Paulo, mais recentemente, adquiriu o DEC modelo X2, avançado dispositivo que também possibilita a realização de dois (02) disparos. A Polícia do Senado recentemente adquiriu a moderna TASER 7, qualitativamente superior a qualquer dispositivo existente no mundo.*

[...]

*O dispositivo eletrônico de controle TASER 7 Com base nos argumentos acima expostos e na experiência adquirida ao longo dos anos de atuação como instrutores, é inegável que a melhor relação CUSTO-BENEFÍCIO, atualmente, sugere a aquisição do do DEC nominado TASER 7. Além de ser o equipamento que vem sendo continuamente aprimorado, posto que o último fabricado pela empresa, revela-se alta a possibilidade de sua vida útil. Como dito, além de permitir que sejam efetuados dois (02) disparos, o equipamento possui bateria recarregável e cartuchos destinados a disparos em distâncias diferentes (curta e longa), sem que haja a necessidade de troca de cartuchos. Ademais, a quantidade de pulsos (energia conduzida) do TASER 7 eleva a incapacitação neuro muscular (INM), ofertando ao seu operador inúmeros benefícios quando da seleção dos meios de força (USF)."*

Assim, com base nas informações exaustivamente explicitadas anteriormente, bem como aquelas apontadas no documento acima, em suma, os principais fatores que tornam a TASER T7 superior a outros modelos de armas de choque, tornando-a uma escolha preferencial:

- Tecnologia mais avançada oferecendo maior precisão e eficácia nos dardos lançados;
- Laser de mira para precisão com possibilidade de oferecer uma câmera acoplável para registro automático de cada disparo (*Axon Signal Sidearm*);
- Recursos adicionais de segurança, como opção de disparo duplo;
- Alcance tanto para 1,2 metros quanto para até 7,6 metros, permitindo que os policiais mantenham uma distância segura do alvo;
- Bateria com maior vida útil em comparação com outras armas de choque;

Além de todos os fatores técnicos já explicitados, a escolha por tal dispositivo se dá também por oferecer recursos adicionais de segurança para evitar o uso indevido ou acidental, minimizando o risco de lesões graves em comparação com outras armas de choque; Isso se traduz justamente em mais segurança e respeito à dignidade da pessoa humana, alvo dos disparos ou choque.

Oferecer ao policial o que há de mais moderno em tecnologia avançada, confiável e testada pelo tempo, amplamente utilizada pelas forças policiais em todo o mundo, trazendo maior precisão e eficácia em situações de alta pressão, reflete a preocupação do órgão em oferecer uma polícia cidadã, cada vez mais alinhada aos novos tempos.

#### QUADRO COMPARATIVO DE MODELOS PROSPECTADOS DE

##### AINM - ARMAS ELETRÔNICAS DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR

CARACTERÍSTICAS	SPARK Z 2.0	TASER X2	TASER T7
Capacidade de disparos	Único	Múltiplo (2 disparos)	Múltiplo (2 disparos)
Permite alternância de distância num mesmo cartucho	Não	Não	Sim
Permite disparos abaixo de 2 metros	Não (2 a 8 metros)	Não	Sim (Cartucho CQ <sup>[8]</sup> : 0,9 a 3,35m. Cartucho SO <sup>[9]</sup> : 3,35-6,1m)
Adaptação da tensão da descarga ante detecção de aumento da resistência do circuito	Não	Sim, sistema CC ( <i>Cross connect</i> )	Sim, sistema AAC ( <i>Adaptive Cross Connect</i> )

Iluminação	Mira Laser e lanterna	Mira Laser dupla, padrão verde para o superior e vermelho para o inferior e lanterna	Mira laser dupla, padrão verde para o dardo superior e vermelho para o inferior de alta visibilidade (tipo 3R ou 2) e lanterna
Ciclo de descarga	5s, não permite carga contínua se o operador permanecer com o dedo no gatilho	5s, não permite carga contínua se o operador permanecer com o dedo no gatilho	5s, não permite carga contínua se o operador permanecer com o dedo no gatilho
Tecnologia de adaptação da descarga quando o alvo é atingido por mais que dois dardos	Não	Sim, sistema CC ( <i>Cross connect</i> )	Sim, sistema AAC ( <i>Adaptive Cross Connect</i> )
Recarga simultânea de mais de um cartucho	Não	Não*	Sim
Resistência ao tempo	*	IEC 60529 IPx2 (chuva), MIL-STD-810G Método 510.5, Procedimento 1 (poeira)	IP53 Ingress Protection MIL-STD-810G Método de teste 510.6 (areia e poeira), Método 506.6 (chuva) IEC 60529
Teste de queda	*	1,22 metros	1,22 metros
Frequência de Pulso	*	19 a 38 PPS	22 a 44 PPS
Duração do pulso	35µs	-----	45µs
Energia por pulso	0,06J	*	0,081J
Temperatura de operação	-10°C a 50°C	-20°C a 50°C	-20°C a 50°C

\*Não foram encontradas no prospecto tais características sendo essas informações colhidas no Stand da Empresa na Feira LAAD DEFENCE & SECURITY | 2023

## 7. Descrição da solução como um todo

De acordo com a Lei 14.133, a inexigibilidade na licitação se dá quando há impossibilidade de competição, podendo ser caracterizada tanto em casos de exclusividade do produto ou para serviço técnico em que haja inviabilidade de seleção de proposta mais vantajosa através de critérios objetivos, consistentes no esforço humano, de difícil comparação de forma que uma única fonte fornecedora é capaz de atender às necessidades da administração pública.

No caso de aquisições internacionais, a inexigibilidade pode ser aplicada quando se trata de bens ou serviços exclusivos de determinado país ou fornecedor estrangeiro que seja reconhecido pela administração pública como único capaz de fornecê-los. É importante ressaltar que a inexigibilidade só pode ser utilizada se houver justificativa técnica que comprove a exclusividade do produto ou serviço e a necessidade de sua aquisição pela administração pública. Além disso, é preciso seguir um processo de habilitação técnica do fornecedor estrangeiro, garantindo que ele atende aos requisitos técnicos e financeiros necessários para a

prestação do serviço ou fornecimento do bem. Essa habilitação pode ser feita por meio de documentos emitidos pelo próprio país de origem do fornecedor, desde que sejam reconhecidos pelas autoridades brasileiras.

A utilização da modalidade de inexigibilidade em aquisições internacionais deve seguir os princípios da isonomia e da eficiência, garantindo que a escolha do fornecedor exclusivo seja feita de forma transparente e justa, sem favorecimentos ou direcionamentos. Ressalta-se que os mesmos objetos pretendidos por esta Administração Pública (27996880) já foi alvo de contratação por outros órgãos nacionais, conforme mencionado exaustivamente acima, utilizando-se dessa mesma modalidade de licitação, como por exemplo do SENADO FEDERAL, por meio do Contrato nº 20200114, pela Polícia Militar do Estado do Espírito Santo - Contrato 019/2022 e Prefeitura Municipal de Dourados - Contrato 300/2022/DL/PMD.

Adicionalmente ao que foi mencionado, cumpre esclarecer que a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança – ABIMDE, por meio da Declaração de Exclusividade - N/REF.: EXCL 001/23(28107953), de 07 de fevereiro de 2023 declarou que a empresa AXON ENTERPRISE, INC é fabricante exclusiva e detentora da patente do produto TASER T7 e seus respectivos acessórios e insumos.

NT-SENASP nº 002/2020 – Arma Eletroeletrônica de Incapacitação Neuromuscular (AINM) - requisitos técnicos mínimos:

Características Gerais Obrigatórias:

O equipamento deverá possuir corpo constituído de material resistente, não condutor de eletricidade, de alta resistência a impactos, devendo ser isento, em qualquer de suas partes ou componentes, de rachaduras, deformações, mossas, rebarbas, perfurações, corrosões, ou qualquer outro defeito que comprometa a segurança, durabilidade ou empregabilidade, devendo ainda ser resistente a água e a umidade.

Temperatura de armazenamento e operação: o equipamento deverá suportar à temperaturas do espectro entre -10°C a +50°C em ambas situações, sem que sua eficácia e durabilidade sejam comprometidas.

Identificação do número de série individualizado no equipamento e cartucho operacional.

O armamento deverá ser provido de tecnologia capaz de aplicar, dentro dos limites de segurança, a carga necessária no corpo do indivíduo agressor para sua efetiva incapacitação.

Corrente elétrica: deverá operar em uma margem segura, conforme normas complementares a esta NT - SENASP, que não ocasione lesões graves, nem nos órgãos internos, devendo, contudo, atuar com eficácia na incapacitação neuromuscular.

Aparelho de pontaria: deverá obrigatoriamente possuir aparelho de pontaria fixo e ao menos uma mira laser ou com tecnologia equivalente.

Armazenamento de dados de, no mínimo, 500 disparos, bem como emissão de relatórios contendo, no mínimo, data e hora do acionamento, cartuchos disparados, número de série da AINM, e duração do acionamento. Tal solução deverá permitir auditoria dos dados armazenados no dispositivo se necessário, independentemente da tecnologia utilizada.

Bateria facilmente substituível em ação operacional, com autonomia para, no mínimo, 100 (cem) acionamentos de 3 (três) a 5 (cinco) segundos de descarga, com capacidade de 300 (trezentos) ciclos de recarga, e durabilidade de armazenamento de pelo menos 5 (cinco) anos, quando a bateria for recarregável; no caso de bateria não recarregável, que esta tenha vida útil para suportar, no mínimo, 500 (quinhentos) acionamentos com ciclos de 3 (três) a 5 (cinco) segundos de descarga e durabilidade de armazenamento de pelo menos 5 (cinco) anos.

Espectro mínimo de alcance útil dos dardos entre 2 (dois) a 7,5 metros (sete metros e meio), e espectro ideal de até 10 (dez) metros.

O equipamento (AINM e cartuchos) deverá ser resistente a quedas de altura de no mínimo 2 (dois) metros de altura, sem haver acionamento acidental ou danos que atinjam sua estrutura, que façam com que suas características sejam alteradas, ou inviabilizem sua utilização operacional temporária ou permanentemente.

Segurança: deve possuir chave "liga/desliga" ou dispositivo que previna a ativação acidental.

Requisitos Adicionais Opcionais:

O aparelho de pontaria poderá ser composto por alça e massa, com duas miras laser (ou tecnologia equivalente) indicando a direção de ambos dardos.

O sistema de armazenamento poderá ter a capacidade mínima de guardar os dados dos últimos 1.000 (mil) acionamentos, no próprio AINM antes de ter seus dados descarregados.

Propiciar a retirada do cartucho sem perda da empunhadura pelo operador e com o uso de apenas uma de suas mãos.

Possuir opção de acoplagem de dois ou mais cartuchos de forma concomitante, com intercambio operativo entre seus dardos (fechar corrente com dardos de diferentes cartuchos), para uma resposta segura, eficiente e rápida.

Possibilitar o teste de centelha mesmo com os cartuchos acoplados.

Possuir tecla de "liga/desliga" ambidestra.

Possuir opção de lanterna com 300 lúmens ou superior, acessível sem perda da empunhadura, com projeção de luz tipo "iluminação central" (concentrada) e/ou "derrame" (*flood beam*) juntos.

Acionamento da lanterna independente do acionamento da arma, proporcionando ao operador optar por utilizá-la a qualquer momento.

#### Características Específicas

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
			<p>ARMA DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR TASER 7</p> <p>-Corpo em polímero de alto impacto em cor preta e amarela;</p> <p>-Dimensões:</p> <p>Comprimento: máximo de 200 mm com cartucho;</p> <p>Altura: máximo de 120 mm com bateria;</p> <p>Largura: máximo de 50 mm;</p> <p>Peso: máximo de 450 gramas (com 2 cartuchos e bateria);</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS</p> <p>- Dispositivo fabricado em polímero com alta resistência a impactos, limpo e isento, em qualquer das suas partes ou componentes, de rachaduras, deformações, mossas, rebarbas, perfurações, corrosões ou qualquer outro defeito que comprometa a segurança, durabilidade ou empregabilidade, sendo resistente à umidade e água;</p> <p>- Dispositivo provido de tecnologia capaz de medir e aplicar, de forma precisa, a quantidade necessária de corrente elétrica no corpo do indivíduo, de forma que atua precisamente nas ondas cerebrais responsáveis pela incapacitação neuromuscular;</p> <p>- Possuir recurso que permita ao operador definir rapidamente o tipo de cartucho mais adequado para a situação e distância, além de possibilitar efetuar um segundo disparo sem a necessidade de remuniamento do dispositivo, para os casos de múltiplos agressores ou falha de penetração de um dos dardos do primeiro disparo.</p>



1	505	ARMA DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR TASER 7	<p>CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dispositivo Eletrônico de Controle de Duplo Disparo: deve permitir ao operador efetuar um segundo disparo sem a necessidade de remunição do armamento e a aplicação de ciclos independentes de energia em cada um dos dois cartuchos simultaneamente, a fim de viabilizar a recuperação de disparo perdido ou controle de múltiplos alvos;</li> <li>- Conexão cruzada adaptativa: tecnologia que distribua os pulsos de descarga através das 4 combinações de conexão de sondas possíveis (a partir de qualquer sonda positiva, negativa ou eletrodo da arma);</li> <li>- Frequência da conexão cruzada adaptativa: Com dois compartimentos, 2 a 4 sondas na carga, a frequência mínima deverá ser de 20 PPS (Pulsos por segundo) e a máxima de 45 PPS (Pulsos por Segundo);</li> <li>- Medição de corrente: deve possuir tecnologia inteligente que possibilita medir, ajustar e empregar, precisamente a quantidade de corrente elétrica necessária para atuar diretamente no sistema neuromuscular, eliminando os riscos de falha na incapacitação do indivíduo devido à falta ou excesso de descarga elétrica;</li> <li>- Deve permitir a utilização de 2 tipos diferentes de cartuchos, sendo: <ul style="list-style-type: none"> <li>- 01 (um) cartucho para curtas distâncias, com abertura de lançamento das sondas de, no mínimo, 11,5 graus, possibilitando eficácia em faixas de engate de 1,22 metros até 3,5 metros;</li> <li>- 01 (um) cartucho para médias distâncias, com abertura de lançamento das sondas, de no mínimo, de 3,0 graus, possibilitando eficácia em faixas de engate acima de 3,5 metros;</li> </ul> </li> <li>- Alternância de cartuchos: dever possibilitar a alternância entre os cartuchos de forma rápida e precisa, sem a necessidade de operador manipular os cartuchos manualmente. Esta exigência é de fundamental importância, tendo em vista que o operador deverá selecionar o cartucho ideal para cada tipo de situação em fração de segundos;</li> <li>- Arco de advertência (ou arco voltaico): o AINM deve possibilitar utilização do arco de advertência (emissão de arco elétrico de advertência ou centelha) e acionamento de contato, ambos sem necessidade de remoção do cartucho;</li> <li>- Lanterna: AINM deve possuir lanterna integrada, em Diodo Emissor de Luz (LED) de, no mínimo, 200 lúmens, de alta eficiência e com possibilidade de acionamento no modo automático, ao ligar o equipamento, e no modo dissimulado sem o acionamento automático da função;</li> <li>- Tela central de informações: deverá possuir tela central para exibição de dados essenciais, como nível da bateria, quantidade e tipo de cartuchos carregados no AINM, tempo de rajada, modo operacional vigente, status do dispositivo (falhas críticas) e o menu de usuário para alteração das configurações e exibição de dados;</li> <li>- Emissão de relatórios: o AINM deve identificar, por meio de seus sensores, as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Registro de Eventos: registra a data e hora de cada acionamento, diferenciando a utilização com ou sem munição, o tipo de munição, bem como o tempo de cada acionamento;</li> <li>- Registro de Pulsos: registra a corrente elétrica emitida em cada pulso,</li> </ul> </li> </ul>
---	-----	---	---

		<p>possibilitando a medição individualizada de cada um dos pulsos emitidos por segundo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Registro de Engenharia: possibilita ao Fabricante identificar remotamente via internet a existência de possíveis problemas técnicos com o dispositivo, bem como auto-diagnosticar e monitorar o relatório de status do sistema.</li> <li>- Acesso às informações: as informações devem ser acessadas por meio da estação sincronização e carregamento das baterias;</li> <li>- Desligamento automático: o AINM deve desligar automaticamente após 20 minutos para preservar a bateria;</li> <li>- Trava de segurança: deve possuir trava de segurança ambidestra evitando acionamentos acidentais;</li> <li>- Interruptor de segurança: deve possuir interruptor de segurança ambidestro para cessar o ciclo de saída a qualquer momento;</li> <li>- Configuração do Ciclo de Saída: deve possibilitar a configuração do AINM para que o ciclo de saída pare em 5 segundos, mesmo que o gatilho seja pressionado continuamente e seja emitido alerta sonoro pelos últimos 2 segundos;</li> <li>- Apontador Laser Duplo (ou mira laser dupla): Deverá possuir sistema de mira convencional com alça e massa mecânica e, também com apontadores de laser estáticos duplos, que permitam visualizar os pontos dos alvos das duas sondas, para evitar a “adivinhação” e aumentar a precisão do disparo, conforme a seguinte especificação:</li> <li>- Superior: Laser de alta visibilidade Verde Classe 3R, possibilitando maior visibilidade, principalmente durante o dia ou sob intensa luminosidade;</li> <li>- Inferior: Laser Vermelho de, no mínimo, Classe 2;</li> <li>- Identificação por número de série: os AINM e os cartuchos devem possuir número de série individuais, e dispositivos que permitam a rastreabilidade e controle de cartuchos disparados no teatro de operações;</li> <li>- Resistência à quedas: mínima de 1,5 metros;</li> <li>- Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li> <li>- Nível de resistência a água e poeira: IP53 ou superior.</li> </ul>
		<p>BATERIA EXTRA BATERIA DE LÍTIO RECARREGÁVEL ADICIONAL / EXTRA</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetada para uso com o AINM e a estação de sincronização e carregamento;</li> <li>- Caixa: Polímero de alto impacto;</li> <li>- Células: Mínimo de 2 células de polímeros de íons de lítio recarregáveis;</li> <li>- Capacidade mínima do pacote de baterias: 850 mAh;</li> <li>- Tempo de carregamento:</li> <li>- Carga padrão: máximo de 7 horas;</li> <li>- Carga rápida: máximo de 3,5 horas;</li> </ul>

2	606	BATERIA RECARREGÁVEL PARA TASER 7, TÁTICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Circuito de proteção da bateria integrado: O circuito de proteção deverá proporcionar proteção contra sobrecarga de tensão de alta precisão, descarga excessiva e sobrecorrente para as células de bateria recarregáveis de íons de lítio/polímeros de lítio conectadas em série;</li> <li>- Vida útil: Aproximadamente 300 ciclos completos de descarga e carga da bateria;</li> <li>- Resistência a quedas: mínima de 1,0 metro;</li> <li>- Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li> <li>- Ergonomia: o pacote de baterias táticas deve incluir um suporte ergonômico para descanso dos dedos;</li> <li>- Resistente a poeira e umidade: quando instalado corretamente no AINM.</li> </ul>
3	505	COLDRE PARA TASER 7	<p>COLDRE ELABORADO COM POLÍMERO RESISTENTE COM PORTA-CARTUCHO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Compatível com o AINM;</li> <li>- Confeccionado em polímero de alta resistência em cor preta;</li> <li>- Nível de contenção: Nível II;</li> <li>- Capacidade de armazenamento de, no mínimo, 2 cartuchos adicionais diretamente no corpo do coldre;</li> <li>- Poderá ser ambidestro ou não, sendo que na última hipótese, será obedecido o percentual de 90% para operadores destros e 10% para operador canhoto.</li> </ul>
4	4.200	CARTUCHO TASER 7 OPERACIONAL 3,5 GRAUS (COMBATE DISTANTE - NÃO SERIALIZADO)	<p>UNIDADES DE CARTUCHOS OPERACIONAL DE COMBATE DISTANTE</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Compatível com o AINM;</li> <li>- Distância mínima de operação: 3,5 m;</li> <li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li> <li>- Abertura de sondas (cartucho para médias distâncias):</li> <li>- Abertura de lançamento das sondas, de no mínimo, de 3,0 graus, possibilitando eficácia em faixas de engate acima de 3,5 metros;</li> <li>- Sistema de rastreamento de identificação digital anti-criminosa, permitindo a rastreabilidade e controle de cartuchos disparados no teatro de operações;</li> <li>- Clipe de segurança incluído, o que minimiza danos acidentais durante o transporte ou manuseio quando não instalado no AINM;</li> <li>- Lançamento das sondas: por utilização de gás inerte (nitrogênio comprimido), sem necessidade de utilização de explosivo inflamável;</li> <li>- Resistente à energia estática, para evitar disparos acidentais;</li> <li>- Vida útil estimada: 5 anos;</li> <li>- Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li> </ul>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nível de resistência a água e poeira: IP53</li> </ul>
5	4.200	CARTUCHO TASER 7 OPERACIONAL 12,0 GRAUS (COMBATE PROXIMO - NÃO SERIALIZADO)	<p>UNIDADES DE CARTUCHOS OPERACIONAL DE COMBATE PRÓXIMO OPERACIONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Compatível com o AINM;</li> <li>- Distância mínima de operação: 1,22 m;</li> <li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li> <li>- Abertura de sondas (cartucho para curtas distâncias):</li> <li>- Abertura de lançamento das sondas de, no mínimo, 11,5 graus, possibilitando eficácia em faixas de engate de 1,22 metros até 3,5 metros;</li> <li>- Sistema de rastreamento de identificação digital anti-criminosa, permitindo a rastreabilidade e controle de cartuchos disparados no teatro de operações;</li> <li>- Clipe de segurança incluído, o que minimiza danos acidentais durante o transporte ou manuseio quando não instalado no AINM;</li> <li>- Lançamento das sondas: por utilização de gás inerte (nitrogênio comprimido), sem necessidade de utilização de explosivo inflamável;</li> <li>- Resistente à energia estática, para evitar disparos acidentais;</li> <li>- Vida útil estimada: 5 anos;</li> <li>- Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li> <li>- Nível de resistência a água e poeira: IP53.</li> </ul>
6	4.250	CARTUCHO TASER 7 TREINAMENTO 3,5 GRAUS (COMBATE DISTANTE)	<p>UNIDADES DE CARTUCHOS TREINAMENTO DE COMBATE DISTANTE</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Compatível com o AINM;</li> <li>- Distância mínima de operação: 3,5 m;</li> <li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li> <li>- Abertura de sondas (cartucho para médias distâncias):</li> <li>- Abertura de lançamento das sondas, de no mínimo, de 3,0 graus, possibilitando eficácia em faixas de engate acima de 3,5 metros;</li> <li>- Sistema de rastreamento de identificação digital anti-criminosa, permitindo a rastreabilidade e controle de cartuchos disparados no teatro de operações;</li> <li>- Clipe de segurança incluído, o que minimiza danos acidentais durante o transporte ou manuseio quando não instalado no AINM;</li> <li>- Lançamento das sondas: por utilização de gás inerte (nitrogênio comprimido), sem necessidade de utilização de explosivo inflamável;</li> <li>- Resistente à energia estática, para evitar disparos acidentais;</li> <li>- Vida útil estimada: 5 anos;</li> </ul>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li> <li>- Nível de resistência a água e poeira: IP53</li> </ul>
7	4.250	CARTUCHO TASER 7 TREINAMENTO 12,0 GRAUS (COMBATE PROXIMO)	<p>UNIDADES DE CARTUCHOS TREINAMENTO DE COMBATE PRÓXIMO OPERACIONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Compatível com o AINM;</li> <li>- Distância mínima de operação: 1,22 m;</li> <li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li> <li>- Abertura de sondas (cartucho para curtas distâncias):</li> <li>- Abertura de lançamento das sondas de, no mínimo, 11,5 graus, possibilitando eficácia em faixas de engate de 1,22 metros até 3,5 metros;</li> <li>- Sistema de rastreamento de identificação digital anti-criminosa, permitindo a rastreabilidade e controle de cartuchos disparados no teatro de operações;</li> <li>- Clipe de segurança incluído, o que minimiza danos acidentais durante o transporte ou manuseio quando não instalado no AINM;</li> <li>- Lançamento das sondas: por utilização de gás inerte (nitrogênio comprimido), sem necessidade de utilização de explosivo inflamável;</li> <li>- Resistente à energia estática, para evitar disparos acidentais;</li> <li>- Vida útil estimada: 5 anos;</li> <li>- Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li> <li>- Nível de resistência a água e poeira: IP53.</li> </ul>
8	505	CARTUCHO TASER 7 INERTE (DEMO) 3,5 GRAUS (COMBATE DISTANTE)	<p>CARTUCHO TASER 7 INERTE (DEMO) 3,5 GRAUS (COMBATE DISTANTE)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Compatível com o AINM;</li> <li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li> <li>- Para uso em treinamento.</li> </ul>
9	505	CARTUCHO TASER 7 INERTE (DEMO) 12,0 GRAUS (COMBATE PRÓXIMO)	<p>CARTUCHO TASER 7 INERTE (DEMO) 12,0 GRAUS (COMBATE PRÓXIMO)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Compatível com o AINM;</li> <li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li> <li>- Para uso em treinamento.</li> </ul>
10	505	LICENÇA DE 5 ANOS, EVIDENCE.COM, TASER 7	<p>LICENÇA DE 5 ANOS, EVIDENCE.COM, TASER 7</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 5 (cinco) anos Sistema de Gerenciamento de Evidências Digitais (DEMS)</li> </ul>

			compatível com o DEC ofertado, onde serão armazenadas os dados dos dispositivos para emissão de relatórios, bem como de configuração, controle de insumos e utilização, além da atribuição dos dispositivos;
11	27	BASE DE CARREGAMENTO E SINCRONIZAÇÃO (DOCA), 6 POSIÇÕES	<p>CARREGADOR DE BATERIA / DOCK STATION BASE DE CARREGAMENTO E SINCRONIZAÇÃO (DOCA), 6 POSIÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Compatível com o AINM;</li> <li>- Doca para carregamento simultâneo de pelo menos 6 baterias;</li> <li>- Capacidade de carregamento as informações registradas no AINM tais como: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Registro de Eventos: registra a data e hora de cada acionamento, diferenciando a utilização com ou sem munição, o tipo de munição, bem como o tempo de cada acionamento;</li> <li>- Registro de Pulsos: registra a corrente elétrica emitida em cada pulso, possibilitando a medição individualizada de cada um dos pulsos emitidos por segundo;</li> <li>- Registro de Engenharia: possibilita ao Fabricante identificar remotamente via internet a existência de possíveis problemas técnicos com o dispositivo, bem como auto-diagnosticar e monitorar o relatório de status do sistema.</li> </ul> </li> <li>- Compatível com estação de computador pessoal com sistema operacional Windows 7 Ultimate ou posterior.</li> </ul>
12	50	BASE DE CARREGAMENTO E SINCRONIZAÇÃO (DOCA), 1 POSIÇÃO	<p>CARREGADOR DE BATERIA / DOCK STATION BASE DE CARREGAMENTO E SINCRONIZAÇÃO (DOCA), 1 POSIÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Compatível com o AINM;</li> <li>- Doca para carregamento simultâneo de 1 bateria;</li> <li>- Capacidade de carregamento as informações registradas no AINM tais como: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Registro de Eventos: registra a data e hora de cada acionamento, diferenciando a utilização com ou sem munição, o tipo de munição, bem como o tempo de cada acionamento;</li> <li>- Registro de Pulsos: registra a corrente elétrica emitida em cada pulso, possibilitando a medição individualizada de cada um dos pulsos emitidos por segundo;</li> <li>- Registro de Engenharia: possibilita ao Fabricante identificar remotamente via internet a existência de possíveis problemas técnicos com o dispositivo, bem como auto-diagnosticar e monitorar o relatório de status do sistema.</li> </ul> </li> <li>- Compatível com estação de computador pessoal com sistema operacional Windows 7 Ultimate ou posterior.</li> </ul>
13	6	TRAJE DE TREINAMENTO EM VELCRO PARA CARTUCHO TASER 7, MODELO HALT	<p>TRAJE DE TREINAMENTO EM VELCRO PARA CARTUCHO TASER 7, MODELO HALT</p> <p>Traje deverá ser elaborado em velcro de alta durabilidade para utilização com cartuchos de treinamento TASER 7.</p>

14	13	ALVO DE TREINAMENTO HÍBRIDO, TASER 7	ALVO DE TREINAMENTO HÍBRIDO, TASER 7 Alvo para treinamento TASER 7, deverá ser elaborado em material ultra-resistente.
----	----	--------------------------------------	---

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### Quantitativo ideal:

Conforme elencado no Relatório de Situação (27996838), contido no bojo do processo 08500.028841/2021-95, a quantidade necessária para atender a realidade da Polícia Federal, perfaz o montante de 3.000 unidades, conforme excerto a seguir:

*"Essa análise de cenário permitiu estimar a quantidade de equipamentos que deveriam ser adquiridos à concretização de ações policiais e instrucionais. Ademais, foram igualmente levados em consideração:*

- a) O fato de que as equipes, em ações ostensivas, são compostas, em regra, por quatro (04) policiais federais;*
- b) Que a instituição, no âmbito de suas atribuições, desenvolve diversas atividades vinculadas ao atendimento ao público;*
- c) A existência de consolidada doutrina acerca do Uso Seletivo da Força (USF):*
- d) Que, no momento presente, a AXON/TASER comercializa os equipamentos X26P, X2 e TASER 7, revelando-se o último, por sua recente produção e por estar em constante aprimoramento, mais apropriado à eventual aquisição;*
- e) Que os equipamentos X2 e TASER 7 são os únicos que permitem dois disparos, tendo o TASER 7 a vantagem de possibilitar a troca única dos dois cartuchos.*

*Desse modo, com base no quantitativo de policiais em atuação, cerca de doze mil (12.000), haveria a necessidade de aquisição de **três mil (3.000) instrumentos**, que seriam posteriormente direcionados, conforme as peculiaridades de cada unidade da Polícia Federal. Eventual aquisição deverá observar a compra de INSUMOS (estações de recarga, cartuchos, material instrucional e o serviço de atualização de software), sem os quais a utilização dos dispositivos restará prejudicada."*

### Quantitativo de efetivo previsto para a compra em voga

UNIDADE	QUANTIDADE	SEI
SECAP/DIREX	2	22722416
COT + GPI	116	26497855
CAOP	12	22782661
CPP	10	22798382
AEROPORTOS	93	22916346
COMPORTOS/NEPOM	72	22786164

SEOP/ANP	200	27848092
TOTAL	505	

Detalhamento Aeroportos	
AC	2
AL	2
AM	2
AP	2
BA	2
CE	2
DF	10
ES	2
GO	2
MA	2
MG	2
MS	2
MT	2
PA	2
PB	2
PE	2



PI	2
PR	2
RJ	15
RN	2
RO	2
RR	2
RS	2
SC	2
SE	2
SP	20
TO	2

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 9.476.181,68

Tomando como base contratos de outros órgãos públicos, para o mesmo objeto - AINM TASER T7, contidos no documento Sei 27996880, foi gerada a seguinte tabela:

Item	Especificação	CATMAT	Quantidade	Contrato 20200114 Senado Federal	Contrato 300-2022-Prefeitura Dourados	Contrato 019-2022 PM ES	Média
1	ARMA DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR TASER 7	150913	505	\$ 1.642,60	\$ 2.010,00	\$ 1.564,00	\$
2	BATERIA RECARREGÁVEL TASER 7, TÁTICA	21881	606	\$ 82,13		\$ 78,00	\$
3	COLDRE PARA TASER 7	150170	505	\$ 67,50		\$ 76,00	\$
	CARTUCHO TASER 7 OPERACIONAL 3.5 GRAUS						

4	(COMBATE DISTANTE - NÃO SERIALIZADO)	112232	4.200	\$	36,29	\$	37,00	\$	35,70	\$
5	CARTUCHO TASER 7 OPERACIONAL 12 GRAUS (COMBATE PRÓXIMO - NÃO SERIALIZADO)	112232	4.200	\$	36,29	\$	37,00	\$	35,70	\$
6	CARTUCHO TASER 7 TREINAMENTO 3.5 GRAUS, (COMBATE DISTANTE)	112232	4.250	\$	36,29			\$	35,70	\$
7	CARTUCHO TASER 7 TREINAMENTO 12 GRAUS, (COMBATE PRÓXIMO)	112232	4.250	\$	36,29			\$	35,70	\$
8	CARTUCHO TASER 7 INERTE (DEMO) 3.5 GRAUS (COMBATE DISTANTE)	112232	505					\$	45,90	\$
9	CARTUCHO TASER 7 INERTE (DEMO) 12 GRAUS (COMBATE PRÓXIMO)	112232	505	\$	4,91			\$	45,90	\$
10	LICENÇA DE 5 ANOS EVIDENCE. COM, TASER 7	27502	505					\$	276,25	\$
11	BASE DE CARREGAMENTO E SINCRONIZAÇÃO (DOCA), 6 POSIÇÃO.	150500	27	\$	1.432,50	\$	1.100,00	\$	1.364,25	\$
12	BASE DE CARREGAMENTO E SINCRONIZAÇÃO (DOCA), 1 POSIÇÃO.	150500	50					\$	325,00	\$
	TRAJE DE TREINAMENTO EM									

13	VELCRO PARA CARTUCHOS TASER® 7, MODELO HALT		6			\$	637,50	\$
14	ALVO DE TREINAMENTO HÍBRIDO, VELCRO, TASER® 7		13			\$	127,50	\$
TOTAL								

Considerando o valor do Dólar, cotado em 20/3/2023, a 5,2461 reais, tem-se o valor estimado para a contratação de **R\$ 9.476.181,68 (nove milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, cento e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos)**.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no Art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

No caso em tela, o parcelamento do objeto em itens não se mostra tecnicamente viável, por se tratar de fornecedor único e pela singularidade do objeto, gerando impossibilidade de competição (perda de padronização).

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A aquisição das Armas Eletrônicas de Incapacitação Neuromuscular (AINM) é autônoma e prescinde de contratações correlatas ou interdependentes.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretendida aquisição vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2022/2023 da Polícia Federal, atualizado pela Resolução nº 006-CGPF/PF, de 10 de outubro de 2022, contribuindo para que se atinja os seguintes objetivos estratégicos:

Conferir efetividade ao emprego dos recursos; e

Fortalecer o enfrentamento à criminalidade.

Portanto a aquisição pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Como já foi explicitado neste estudo, os resultados que se almeja alcançar com a aquisição proposta são os seguintes:

A utilização de meios menos danosos, mas capazes de alcançar o efeito pretendido durante a adoção de ações sobre pessoas ou coisas, utilizando-se de instrumentos que complementem a força física utilizada (bastão, algemas etc.), numa escala de progressão de força, observando os preceitos legais;

Desenvolver as atividades com segurança e confiabilidade no decorrer das missões policiais, resguardando e garantindo a integridade física de todos os envolvidos na ação;

Capacitar os policiais no uso de equipamentos menos letais;

Manter um padrão de qualidade e condições de atendimento às demandas da sociedade em matéria de segurança pública e enfrentamento à criminalidade;

Equipar as unidades da Polícia Federal com Armas de Choque modernas e atualizadas, em modelo padronizado, para uso em missões, diligências, operações policiais e/ou situações inusitadas que possam vir a acontecer com o efetivo policial;

Adequar o quantitativo de armas à demanda atual da Polícia Federal, melhorando a distribuição, disponibilidade e economicidade da compra;

Atender à demanda real de uso do armamento por setores afins e grupos táticos;

Manter disponíveis apenas o armamento atualizados e capazes de ser operacionalizados;

## 14. Providências a serem Adotadas

Pleno atendimento à Portaria 15.431/2020 que regulamenta a gestão de armamentos e equipamentos táticos;

A presente aquisição demanda que o Órgão se adeque à dotação própria, conforme legislação vigente referente ao tema;

Formação de professores/multiplicadores policiais federais para instruir e capacitar o corpo de policiais a usarem o equipamento;

Treinamento dos policiais que irão utilizar o equipamento;

Realizar a transferência de todo armamento substituído pela aquisição anterior (armas com vida útil expirada e sem garantia) ao SEOP/DEOP/CGDHO/DIREN-ANP, para fins de avaliação e classificação para possibilidade de atendimento à logística reversa proposta doravante.

Esta EPC também vislumbra a necessidade de estudo e planejamento para venda do armamento com garantia expirada por meio de serviço de vendas internacionais para agências de governo, por exemplo GovDeals (<https://www.govdeals.com/index.cfm>), com regras de leilão e sujeito às leis do governo americano. Além de evitar o processo de destruição do armamento fora do prazo da garantia da fábrica pelo Exército Brasileiro, é possível recuperar ou deduzir (em forma de desconto) junto ao fabricante algo em torno de U\$ 100,00 por arma em compras futuras. O processo é realizado por meio de leilão online que compram e vendem (em logística reversa) tanto do varejo quanto do setor público por meio de parcerias com fabricantes equipamentos de segurança e defesa (<https://www.allsurplus.com/>).

Também é necessário que se mantenha os estudos para aprimoramento da dotação de produtos controlados pela Polícia Federal, revisando o planejamento estratégico para produtos controlados da instituição.

Ainda, vislumbra-se a necessidade de formação de uma comissão para recebimento e distribuição do novo armamento, com presidência na DMAT/COAD/DLOG/PF e participação do SEOP/DEOP/CGDHO/DIREN-ANP.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

Não há previsão de impactos ambientais significativos resultantes da contratação pretendida.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Por todo o exposto, DECLARAMOS que a solução que melhor atende o interesse público no caso concreto é a aquisição das munições menos letais acima especificadas e consideramos que a contratação é plenamente viável

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUCIAN RICARDO GUEDES FIDELIS**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 19/04/2023 às 12:15:23.*

**EDUARDO HOFMANN**

Membro da comissão de contratação

**EDIMAR LOPES DE MORAES JUNIOR**

Membro da comissão de contratação

**PAULO SANTINO CORREA JÚNIOR**

Membro da comissão de contratação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Contrato\_Inexigibilidade\_Outros\_Orgaos.pdf (6.81 MB)
- Anexo II - Relatorio de situacao.pdf (1.56 MB)
- Anexo III - Prospecto Modelos Condor.pdf (3.1 MB)
- Anexo IV - Prospecto Modelos Axon.pdf (2.46 MB)
- Anexo V - Singularidade objeto T7.pdf (272.23 KB)
- Anexo VI - Contrato Inexigibilidade Outros Orgaos.pdf (6.81 MB)

**Anexo I - Contrato\_Inexigibilidade\_Outros\_Orgaos.pdf**



SENADO FEDERAL

**CONTRATO Nº 20200114**

Que entre si celebram, de um lado, a **UNIÃO** por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, **AXON ENTERPRISE, INC**, objetivando o fornecimento de Dispositivos Eletrônicos de Controle (DEC) **TASER T7** e respectivos acessórios e insumos, bem como insumos para o DEC **TASER X26**.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e **AXON ENTERPRISE, INC**, com sede na 17800 N 85th St. Scottsdale, Arizona 85255, EUA, fax nº +1 800-978-2737, telefone nº +1 800-978-2737, EIN (*Employer Identification Number*) nº 860741227, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. FRANCO GIAFFONE, RG nº 13.597.927-4, expedida pela SSP-SP, CPF nº 257.875.238-90, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de **Inexigibilidade de Licitação** com base no inciso I do art. 25 da Lei 8.666/93, reconhecida pela Senhora Diretora-Geral, conforme documento nº 00100.085027/2020-98 e ratificada pelo Exmo. Senhor Primeiro Secretário do Senado Federal, conforme documento nº 00100.086219/2020-11 do Processo nº 00200.016346/2019-91, observado o Parecer nº 470/2020 – ADVOSF, documento nº 00100.075539/2020-46, incorporando a este instrumento a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento nº 00100.036079/2020-31, o projeto básico, documento nº 00100.066687/2020-70, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13/2018, dos Atos da Diretoria-Geral nº 9/2015 e nº 31/2015 e das Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objeto o **fornecimento de Dispositivos Eletrônicos de Controle (DEC) TASER T7 e respectivos acessórios e insumos, bem como insumos para o DEC TASER X26**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As especificações técnicas do objeto constam do **Anexo I** deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA fornecerá, sem ônus para o SENADO, como peças de reposição, 3% (três por cento) de cada um dos itens 1, 2 e 3 especificados no **Anexo I**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA ainda realizará, sem ônus para o







## SENADO FEDERAL

SENADO, treinamento com as seguintes especificações:

Treinamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Habilitação de instrutor multiplicador no uso do DEC <i>TASER T7</i>;</li> <li>• Capacitação para 10 (dez) alunos do Senado Federal e até 10 (dez) convidados de outras instituições públicas;</li> <li>• Carga horária mínima de 16 (dezesseis) horas por turma;</li> <li>• Ministrado por profissional habilitado como instrutor do equipamento DEC <i>TASER T7</i> certificado pelo fabricante;</li> <li>• Insumos incluídos;</li> <li>• Realização em Brasília/DF;</li> <li>• O Senado Federal disponibilizará o local para o curso e os meios auxiliares necessários.</li> </ul>

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

**I -** Manter, durante a execução deste contrato, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

**II -** Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

**III -** Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

**IV -** Responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive seguros, desde a origem até sua entrega no local de destino;

**V -** Responsabilizar-se pelos custos até o desembaraço alfandegário, incluídos os decorrentes de armazenagem, pelo período máximo de 5 (cinco) dias úteis;

**VI -** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes deste contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

**VII -** Providenciar a *Proforma Invoice* contendo os dados de acordo com a modalidade Incoterms CIP, bem como todas as informações do equipamento cotado, como especificações técnicas, acessórios, nome do fabricante, se o equipamento é fabricado sob encomenda ou é





## SENADO FEDERAL

equipamento de prateleira, disponível no mercado externo, peso líquido, peso bruto do objeto e volume, conforme contido em sua proposta, além de todos os seus dados, como razão social, endereço, telefone e dados bancários completos, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato. Após o envio das correções e atesto da *Proforma Invoice* pelo SENADO, a CONTRATADA deverá enviar a versão definitiva em até 05 (cinco) dias úteis se houver alguma correção a ser feita.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA entregará os equipamentos objeto deste contrato, novos, sem uso e de qualidade profissional de linha normal de fabricação, de acordo com as características discriminadas em sua proposta, inclusive marca e especificações, sendo vedado o uso de material improvisado ou de peças adaptadas, no prazo máximo de **120 (cento e vinte) dias**, a contar da assinatura do contrato, da emissão do Certificado Internacional de Importação, e da Licença de Exportação, o que ocorrer por último, no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, localizado em Brasília, Distrito Federal, Brasil.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caberá à CONTRATANTE comunicar ao Comando do Exército os equipamentos objeto deste contrato, para fins de emissão do Certificado Internacional de Importação, nos termos do art. 34, §1º-A, c/c art. 37, §1º, ambos do Decreto 9.847/2019.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O produto será fornecido em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, prazo de validade, nome do fabricante, endereço e registro no órgão competente. Cada unidade do produto deverá estar acompanhada de especificações técnicas e termo de garantia e serem embalados de forma suficiente para oferecer proteção contrachoque mecânicos, intempéries, calor excessivo e outras formas de agressão aos materiais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O prazo de garantia dos itens 1 e 4 deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto, podendo ser essa garantia







## SENADO FEDERAL

estendida a um custo adicional. Os itens 2, 3, 5, 7 e 8 deverão ter prazo de garantia de, no mínimo, 3 (três) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 deverão ter prazo de validade mínima de 60 (sessenta) meses, podendo, no ato do recebimento definitivo, já ter decorrido até 10% (dez por cento) da validade.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A CONTRATADA responderá, durante o período de garantia dos equipamentos, por quaisquer procedimentos necessários, de forma a assegurar prontamente ao SENADO a assistência técnica e, inclusive, a substituição da(s) peça(s), caso seja necessário, sem qualquer ônus adicional.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA deverá atender à notificação do gestor do Contrato para reparar qualquer equipamento ou acessório no prazo de 5 (cinco) dias úteis e realizar o conserto em até 120 (cento e vinte) dias. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão. Serão enviados 3% (três por cento) de cada um dos itens 1, 2 e 3 especificados no Anexo I como reserva técnica para substituição imediata, que deverão ser usados somente nos casos em que os equipamentos sejam danificados, sendo essa permissão formalizada pela *AXON ENTERPRISE, INC.*

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Caso seja necessário retirar o equipamento ou acessório para realizar conserto junto à fábrica ou substituir por outro novo, o prazo para retorno e disponibilização ao SENADO será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da retirada do material pela CONTRATADA. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Independente da garantia que trata o parágrafo terceiro, todo equipamento para o qual foi acionada a garantia terá uma nova garantia de 90 (noventa) dias para os serviços realizados.

**PARÁGRAFO NONO** – Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

**I – provisoriamente**, no ato de entrega, no Armazém Alfandegário do Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato designado para este ato, a fim de verificar apenas a quantidade dos itens, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações;

**II – definitivamente**, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste ou, nos casos em que se enquadrarem no §8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, por comissão designada pelo Diretor-Geral, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, para verificação das especificações do objeto.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:





## SENADO FEDERAL

**I** - Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação por escrito. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão;

**II** - Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Caberá à CONTRATADA o recolhimento de materiais por ela fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação do gestor. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos, da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – Para os fins do tratado no parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

## CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores abaixo, compreendendo as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste Contrato, inclusive os custos de frete e taxa de transferência, conforme proposta da CONTRATADA, documento nº 00100.036079/2020-31.

Item	Descrição	Quant.	Unidade de Medida	Preço Unitário (USD)	Preço Total (USD)
1	Dispositivo Eletrônico de Controle - DEC Taser T7	100	Unidade	1.642,60	164.260,00







## SENADO FEDERAL

2	Pacote de Bateria para <i>Taser T7</i>	100	Unidade	82,13	8.213,00
3	Coldre para <i>Taser T7</i>	100	Unidade	67,50	6.750,00
4	Estação de Carregamento (Dock) para <i>Taser T7</i>	4	Unidade	1.432,50	5.730,00
5	Cartucho para <i>Taser T7</i>	800	Unidade	36,29	29.032,00
6	Licença para uso do Sistema de Gestão de Dados Evidence.com	100	Unidade	200,00	20.000,00
7	Cartucho para <i>Taser X26</i>	248	Unidade	32,00	7.936,00
8	Bateria para <i>Taser X26</i>	62	Unidade	48,00	2.976,00
Total dos Produtos					244.897,00
Taxa de Transferência					105,00
Frete					11.330,22
TOTAL GERAL					256.332,22

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O valor global do presente instrumento é de **US\$ 256.332,22 (duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e trinta e dois dólares americanos e vinte e dois centavos)** a ser pago à CONTRATADA na forma dos parágrafos subsequentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O pagamento efetuar-se-á por intermédio de transferência bancária internacional em favor de **AXON ENTERPRISE, INC.**, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pelo SENADO, de acordo com o disposto no parágrafo nono da cláusula terceira. O custo da transferência bancária correrá por conta do CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A cotação do dólar a ser considerada será a taxa oficial de fechamento do câmbio fornecida pelo Banco Central do Brasil (PTAX) no dia da operação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

## CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

O preço será fixo e irreajustável.



**SENADO FEDERAL****CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES**

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01.031.0034.4061.5664 e Naturezas de Despesa 4.4.90.52, 3.3.90.30, 3.3.90.40, 3.3.90.39, tendo sido empenhadas mediante as Notas de Empenho nºs 2020NE000034, 2020NE000035, 2020NE000036, 2020NE000037, 2020NE000038, 2020NE000039 e 2020NE000040, todas de 1º de outubro de 2020.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral ou Diretor Executivo de Contratações promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento do contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I** – advertência;

**II** – multa;

**III** – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e,

**IV** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea III desta Cláusula.





**SENADO FEDERAL**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Decorrido o prazo previsto para o início deste contrato, sem a entrega do objeto, conforme os prazos estabelecidos neste contrato, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Findo o prazo limite previsto no parágrafo anterior, sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global deste contrato, observando-se os critérios constantes do parágrafo sexto, podendo ainda o SENADO, a seu critério, impor outras sanções legais cabíveis.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto no parágrafo segundo, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do parágrafo quinto da cláusula décima, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

- I** – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II** – a não reincidência da infração;
- III** – a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e,
- V** – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no parágrafo sexto.





## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO NONO** – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Não ocorrendo quitação da multa, na forma do parágrafo anterior, será o valor remanescente, em último caso, cobrado judicialmente.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

**I** - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da inexigibilidade de licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou,

**II** - judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura ou até a execução plena do objeto, o que ocorrer primeiro.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.







Processo: 00200.016346/2019-91

**SENADO FEDERAL**

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

***ILANA TROMBKA***  
**DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**

***FRANCO GIAFFONE***  
**AXON ENTERPRISE, INC.**

**FRANCO**  
**GIAFFONE:25787523890**

Assinado de forma digital por FRANCO  
GIAFFONE:25787523890  
Dados: 2020.10.14 20:57:13 -03'00'

**Testemunhas:**

**Diretor da SADCON**

**Coordenador da COPLAC**

U:\COPLAC\SECON\SECON2020\MINUTAS\CONTRATO\AXON - CT NOVO - 016346 2019 (PO).doc





SENADO FEDERAL

## ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

Os itens que são objeto deste contrato deverão atender aos seguintes requisitos:

Item	CATMAT	Especificações	Un. Medida	Quant.
1	150913	<p><b>DISPOSITIVO ELETRÔNICO DE CONTROLE <i>TASER T7 (TASER 7 HANDLE, HIGH VISIBILITY (GREEN LASER), CLASS 3R)</i>:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Corpo em polímero de alto impacto em cor preta e amarela;</li> <li>Dimensões: comprimento: 189mm; altura: 82mm; largura: 42mm;</li> <li>Peso: 270 gramas (sem bateria);</li> <li>Dispositivo Eletrônico de Controle de múltiplos disparos que permita a aplicação de ciclos independentes de energia em cada um dos dois cartuchos simultaneamente, a fim de viabilizar a recuperação de disparo perdido ou controle de múltiplos alvos;</li> <li>Tecnologia <i>Adaptive Cross Connect (ACC)</i> que distribui os pulsos de descarga através das 4 combinações de conexão possíveis (a partir de qualquer sonda positiva, negativa ou eletrodo da arma);</li> <li>O DEC deve possibilitar utilização do arco de advertência (emissão de arco elétrico de advertência – centelha) e acionamento de contato, ambos sem necessidade de remoção do cartucho;</li> <li>Lanterna LED de alta eficiência integrada com possibilidade de acionamento no modo automático, ao ligar o equipamento, e no modo dissimulado sem o acionamento automático da função;</li> <li>Tela central de informações para exibição de dados essenciais, como nível da bateria, quantidade e tipo de cartuchos carregados no DEC, tempo de rajada, modo operacional vigente, status do dispositivo (falhas críticas) e o menu de usuário para alteração das configurações e exibição de dados;</li> <li>O DEC deve identificar, por meio de seus sensores, as seguintes informações: o Registro de Eventos: registra a data e hora de cada acionamento, diferenciando a utilização com ou sem munição, o tipo de munição, bem como o tempo de cada acionamento; o Registro de Pulsos: registra a corrente elétrica emitida em cada pulso, possibilitando a medição individualizada de cada um dos 19 pulsos emitidos por segundo; o Registro de Engenharia: possibilita ao Fabricante identificar remotamente via internet a existência de possíveis problemas técnicos com o dispositivo, bem como autodiagnosticar e monitorar o relatório de status do sistema. As informações devem ser acessadas por meio da estação de carregamento (<i>TASER 7 6-BAY DOCK AND CORE</i>);</li> <li>O DEC deve desligar automaticamente após 20 minutos para preservar a bateria;</li> </ul>	Unidade	100





## SENADO FEDERAL

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trava de segurança ambidestra evitando acionamentos acidentais;</li> <li>• Interruptor de segurança para ambidestros para cessar o ciclo de saída a qualquer momento;</li> <li>• Possibilidade de configuração do DEC para que o ciclo de saída pare em 5 segundos, mesmo que o gatilho seja pressionado continuamente e seja emitido alerta sonoro pelos últimos 2 segundos;</li> <li>• Sistema de mira convencional, alça e massa mecânica e também com apontadores de laser estático duplos, que permitam visualizar os pontos dos alvos das duas sondas;</li> <li>• Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li> <li>• Nível de resistência a água e poeira: IP53.</li> </ul>		
2	21881	<b>PACOTE DE BATERIA PARA T7 (TASER 7 BATTERY PACK, TACTICAL):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetado para uso com DEC <i>TASER T7</i> e a estação de carregamento (<i>TASER 7 6-BAY DOCK AND CORE</i>);</li> <li>• Caixa: Polímero de alto impacto;</li> <li>• Duas células de polímeros de íons de lítio recarregáveis;</li> <li>• Capacidade do pacote de baterias: 900 mAh;</li> <li>• Vida útil: Aproximadamente 300 ciclos completos de descarga e carga da bateria;</li> <li>• Teste de queda: 1 m;</li> <li>• Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li> <li>• O pacote de baterias táticas deve incluir um suporte ergonômico para descanso dos dedos;</li> <li>• Resistente a poeira e umidade, quando instalado corretamente no DEC.</li> </ul>	Unidade	100
3	150170	<b>COLDRE PARA T7 (TASER 7 HOLSTER):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com DEC <i>TASER T7</i>;</li> <li>• Confeccionado em polímero de alta resistência em cor preta;</li> <li>• Nível II de contenção;</li> <li>• 100% Ambidestro ou 90% (90 unidades) para operador destro e 10% (10 unidades) para operador canhoto.</li> </ul>	Unidade	100
4	150500	<b>ESTAÇÃO DE CARREGAMENTO (TASER 7 6-BAY DOCK AND CORE):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com DEC <i>TASER T7</i>;</li> <li>• Doca para carregamento simultâneo de até seis baterias;</li> <li>• Capacidade de carregamento das informações registradas no DEC como o Registro de Eventos (registra a data e hora de cada acionamento diferenciando a utilização com ou sem munição, o tipo de munição, bem como o tempo de cada acionamento), o Registro de Pulsos (registra a corrente elétrica emitida em cada pulso, possibilitando a medição individualizada de cada um dos 19 pulsos emitidos por segundo) e o Registro de Engenharia (possibilita ao Fabricante identificar remotamente via internet a existência de possíveis problemas técnicos com o dispositivo, bem como autodiagnosticar e monitorar o relatório de <i>status</i> do sistema);</li> </ul>	Unidade	4







## SENADO FEDERAL

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com estação de computador pessoal com sistema operacional <i>Windows 7 Ultimate</i> ou posterior.</li> </ul>		
5	112232	<p><b>CARTUCHO PARA T7 (TASER 7 LIVE CARTRIDGE, CLOSE QUARTERS – 12 DEGREE):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com DEC <i>TASER T7</i>;</li> <li>• Construção em polímeros de alto impacto;</li> <li>• Abertura de sondas aproximadamente 12°;</li> <li>• Eficácia em faixas de engate de até 4 pés (1,22 metros);</li> <li>• Sistema de rastreamento de identificação digital anticriminosa (AFID);</li> <li>• Clipe de segurança incluído, o que minimiza danos acidentais durante o transporte ou manuseio quando não instalado no DEC;</li> <li>• Lançamento das sondas por utilização de gás inerte (nitrogênio comprimido), sem necessidade de utilização de explosivo inflamável;</li> <li>• Resistência a energia estática, para evitar disparos acidentais;</li> <li>• Vida útil estimada: Aproximadamente 5 anos;</li> <li>• Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li> <li>• Nível de resistência a água e poeira: IP53.</li> </ul>	Unidade	800
6	27502	<p><b>LICENÇA PARA USO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DADOS EVIDENCE.COM (TASER 7 E.COM 5 YEAR UPFRONT PAYMENT):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com DEC <i>TASER T7</i>;</li> <li>• Licença para uso do sistema de gestão Evidence.com, para administração, armazenamento e compartilhamento de dados extraídos dos DEC <i>TASER T7</i>;</li> <li>• Deve possibilitar auditoria no uso dos equipamentos;</li> <li>• Deve fazer o controle e a gestão dos dados registrados, bem como garantir a preservação da cadeia de custódia;</li> <li>• Deve monitorar a condição de uso e saúde dos equipamentos e acessórios;</li> <li>• Deve permitir a atualização do <i>firmware</i> dos dispositivos acoplados à estação de carregamento;</li> <li>• Deve controlar a distribuição dos dispositivos, bem como o fluxo de retirada e devolução dos equipamentos;</li> <li>• Vigência de 5 anos;</li> <li>• Compatível com estação de computador pessoal com sistema operacional <i>Windows 7 Ultimate</i> ou posterior.</li> </ul>	Unidade	100
7	112232	<p><b>CARTUCHO PARA TASER X26 (25 FT STANDART CARTRIDGE, X26/X26P):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com DEC <i>TASER X26</i>;</li> <li>• Construção em polímeros de alto impacto;</li> <li>• Eficácia em faixas de engate de até 25 pés (7,6 metros);</li> <li>• Os cartuchos devem produzir pequenos confetes numerados de identificação quando utilizados, permitindo rastreamento e documentação dos disparos;</li> <li>• Sistema de rastreamento de identificação digital anticriminosa</li> </ul>	Unidade	248





## SENADO FEDERAL

		(AFID); <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento das sondas por utilização de gás inerte (nitrogênio comprimido), sem necessidade de utilização de explosivo inflamável;</li> <li>• Vida útil estimada: Aproximadamente 5 anos.</li> </ul>		
8	21881	<b>BATERIA PARA TASER X26 (XDPM, SPARE CARTRIDGE BATTERY PACK, X26):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetado para uso com DEC TASER X26;</li> <li>• Caixa: Polímero de alto impacto;</li> <li>• Duas células de polímeros de íons de lítio de 3V;</li> <li>• Deve armazenar em sua memória interna o percentual de bateria remanescente;</li> <li>• Vida útil: Aproximadamente 195 ciclos completos de 5 segundos de acionamento;</li> <li>• Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li> <li>• Resistente a poeira e umidade, quando instalado corretamente no DEC;</li> <li>• Em sua base, a bateria deve ter suporte para armazenamento de cartucho adicional.</li> </ul>	Unidade	62





O documento foi assinado por:

<b>Alexandre Mattos de Freitas</b>	<b>16/10/2020 13:18:05</b>	
<b>FELIPE ORSETTI PRADO</b>	<b>16/10/2020 14:12:54</b>	
<b>ILANA TROMBKA</b>	<b>19/10/2020 12:03:06</b>	

A assinatura digital deste documento é Válida e Confiável.

Para obter mais informações sobre o certificado usado para assinar digitalmente o documento clique em Detalhes.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

## CONTRATO Nº 019/2022

Processo nº 2022-33QRQ

Inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

**CONTRATO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE ARMAS DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR (AINM), ACESSÓRIOS E INSUMOS, INSTRUMENTO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO (IMPO) PARA A PMES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA PMES E A EMPRESA AXON ENTERPRISE, INC., COM FULCRO NO ART. 25, INCISO I, DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS LEGISLAÇÕES CORRELATAS.**

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, adiante denominada **CONTRATANTE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ sob o nº 27.476.373/0001-90, com sede na Avenida Maruípe, nº 2.111, Maruípe, Vitória-ES, CEP 29.048-463, representada legalmente pelo seu Comandante Geral **CEL QOC DOUGLAS CAUS**, brasileiro, casado, Militar Estadual, CPF/MF nº 946.689.497-87, e a Empresa **AXON ENTERPRISE, INC.**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede na 17800 N 85th St. Scottsdale, Arizona 85255, EUA, fax nº +1 800-978-2737, telefone nº +1 800-978-2737, EIN (*Employer Identification Number*) nº 860741227, neste ato representada pelo **Sr. FRANCO GIAFFONE**, brasileiro, casado, administrador, RG nº 13.597.927-4, SSP-SP, CPF sob o nº 257.875.238-90, celebram o presente contrato com fulcro no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislações correlatas, para a aquisição de armas de incapacitação neuromuscular (AINM), acessórios e insumos, instrumento de menor potencial ofensivo (IMPO), que permita incapacitação temporária, causando o menor dano possível, para uso individual pelos policiais militares que desempenham atendimento à comunidade capixaba diuturnamente

### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### 1. DO OBJETO

1.1. Este Contrato tem por objeto a aquisição de a aquisição de armas de incapacitação neuromuscular (AINM), acessórios e insumos, instrumento de menor potencial ofensivo (IMPO), que permita incapacitação temporária, causando o menor dano possível, para

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

uso individual pelos policiais militares que desempenham atendimento à comunidade capixaba diuturnamente, de acordo com o descrito no Anexo I, parte integrante deste instrumento.

## CLÁUSULA SEGUNDA

### 2. DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada o valor total de **U\$ 2.808.403,50 (dois milhões, oitocentos e oito mil, quatrocentos e três dólares e cinquenta centavos)**, e nele deverão estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto do contrato.

2.2. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### 3. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação. Sendo que o efetivo pagamento só poderá ser realizado nos dias 10, 20 ou 30 de cada mês conforme determina o Art. 4º, inciso IV do Decreto Estadual nº 4662-R e Inciso II do Art. 1º da portaria SEFAZ 034-R de 18 de junho de 2020.

3.2. Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

#### Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

3.3. O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

3.4. Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

3.5. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

3.6. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

3.7. Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e que estejam atualmente em produção pelo fabricante.

## **CLÁUSULA QUARTA**

### **4. DO PRAZO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA GARANTIA**

4.1. O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial e terá duração de 12 (doze) meses.

4.2. A prorrogação poderá ser admitida nos termos do artigo 57, da Lei Federal nº. 8.666/93, mediante prévia justificativa e autorização da Diretoria de Logística da PMES.

4.3. Ocorrendo a hipótese prevista no inciso II, artigo 57, da Lei Federal nº. 8.666/93, a duração do contrato poderá sofrer prorrogação por sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, desde que cumpridas as formalidades acima indicadas e demonstrado, nos autos, que a medida importará em obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

#### **4.4. DA GARANTIA**

4.4.1. O armamento de incapacitação neuromuscular deverá ter validade mínima de 05 (cinco) anos e garantia total do produto, pelo prazo de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes, desde que seguidas as recomendações do fabricante, contados a partir da data do recebimento, de forma definitiva, pela Comissão de Recebimento de Material. Já os cartuchos, baterias e acessórios deverá ter validade mínima de 05 (cinco) anos e garantia total do produto, pelo prazo de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes.

4.4.2. O prazo de garantia será contado a partir da data de recebimento de forma definitiva pela Administração e visa à reposição ou reparação contra defeitos de fabricação, os quais poderão ocorrer de imediato ou ao longo deste período, em decorrência do uso e do desgaste sofrido, salvo se o dano foi causado por imprudência ou negligência do usuário, situação em que o ônus da prova de “mau uso” recairá sobre a empresa, incluindo os custos para emissão de laudos técnicos e demais despesas relacionadas à constatação e comprovação da indevida utilização pela CONTRATANTE.

4.4.3. Ficará a cargo do fabricante a retirada e o envio dos materiais à assistência técnica ou para a fábrica, juntamente com os documentos necessários, bem como esta se responsabilizará pelos custos totais da reparação ou substituição do material.

4.4.4. O fabricante terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para que efetue o conserto ou troca dos materiais, contados da notificação do pedido de assistência técnica, bem como para promover sua substituição, caso necessário.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

4.4.5. No caso de empresa internacional, o ganhador deve prover 3% do total de produtos adquiridos para que sejam acautelados pela Diretoria de Logística da PMES, para substituição imediata de armas que possam apresentar falhas, sendo que, caso ocorram falhas em algum equipamento, este será enviado de volta à fábrica de origem para avaliação técnica, sem ônus ao Estado.

4.4.6. O prazo de garantia ficará suspenso pelo mesmo período em que o equipamento/bem permanecer inoperante em decorrência do serviço de garantia técnica.

4.4.7. Todas as despesas relativas à movimentação dos bens descritos nos anexos deste contrato, portadores de defeito de fabricação, dentro ou fora do Brasil, com vistas ao reparo, bem como sua devolução à CONTRATANTE, são de responsabilidade exclusiva da respectiva empresa vendedora.

4.4.8. Caso algum equipamento ou bem apresente defeito e, em decorrência de falta de peça ou acessório defeituoso de responsabilidade da fornecedora, permaneça por mais que 90 (noventa) dias a contar da notificação formal sem o devido reparo ou substituição, a CONTRATADA deverá substituir o equipamento/bem defeituoso por um novo, de igual qualidade e característica, sem custo para a CONTRATANTE, em até 90 (noventa) dias após a solicitação.

## **CLÁUSULA QUINTA**

### **5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do orçamento próprio da PMES a cargo da conta do projeto nº 3000, Fonte 0301, PO 890 (Equipamentos Finalísticos para Atividade Policial), Natureza de despesa nº 4.4.90.52.00 do orçamento da PMES para o exercício de 2022.

## **CLÁUSULA SEXTA**

### **6. DA ENTREGA, PRAZO DE ENTREGA E PAGAMENTO**

6.1. Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e que estejam atualmente em produção pelo fabricante.

6.2. O prazo de entrega será de 120 (cento e vinte) dias, sendo o prazo contado a partir do recebimento do Swift da Carta de Crédito, da Permissão de Exportação, do CII – Certificado Internacional de Importação e do contrato, o que ocorrer por último, além da publicação do respectivo resumo do contrato em Diário Oficial do Estado, sem quaisquer custos adicionais de frete, impostos e outras despesas decorrentes.

6.3. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, desde que a CONTRATADA solicite formalmente e apresente motivos de natureza relevante, os

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

quais serão analisados a critério da CONTRATANTE que, justificadamente, poderá recusar o pedido de dilação de prazo.

6.4. Do prazo constante no item 6.2, **será descontado o período em que não tiver sido emitida a autorização para compra pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados – DFPC (EB).**

6.5. A entrega será efetuada no local apontado pela CONTRATANTE na ordem de fornecimento, devendo ser no âmbito da Região Metropolitana da Grande Vitória.

6.6. A entrega dos materiais deverá ocorrer nas instalações da Diretoria de Logística da Polícia Militar do Espírito Santo, localizada na Avenida Maruípe, nº 2111, São Cristóvão, Vitória/ES, CEP 29.048-463, mediante agendamento prévio.

6.7. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega das armas, mediante alegação de caso fortuito ou força maior, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo final da entrega e devidamente fundamentada.

6.8. A CONTRATADA ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os materiais que vierem a ser recusados, ficando ciente de que o ato do recebimento não importará sua aceitação.

6.9. O fornecedor será o responsável pelas despesas com todos e quaisquer impostos, bem como transporte, armazenamento em geral e movimentação da carga, até a entrega no depósito da PMES.

6.10. As armas deverão ser retiradas já desembaraçadas nas dependências do Aeroporto de Vitória- ES, sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE.

6.11. Caso seja necessário importar algum tipo de equipamento ou produto, a chegada deverá ser pelo Aeroporto de Vitória- ES, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de todas as despesas, inclusive com despachantes (se necessário), visando ao desembarço sem qualquer custo adicional a CONTRATANTE.

6.12. Havendo necessidade legal ou operacional de desembarque das armas em outro Aeroporto Brasileiro, caberá à Contratada o ônus financeiro e administrativo decorrente, visando a providenciar a remessa dos produtos adquiridos ao Aeroporto de Vitória - ES.

6.13. Havendo a importação, o pagamento deverá ser feito por meio de carta de crédito, emitida pela PMES por meio do sistema bancário, conforme as regras em vigor. Todos e quaisquer valores referentes à emissão da carta de crédito, incluindo eventuais prorrogações de prazo, se for o caso, serão de responsabilidade da Contratada, devendo tais valores ser previstos e devidamente detalhados junto à proposta comercial apresentada.

6.14. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio.

6.15. Não será admitida a subcontratação, parcial ou total, do fornecimento.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

6.16. Salvo comprovado o benefício e claro atendimento ao interesse público, atestada pelo Gestor do contrato, não será aceita a troca de marca ofertada na proposta constante dos autos, por ocasião da entrega dos produtos.

6.17. No ato do recebimento, caso os equipamentos apresentados não estiverem em conformidade com as especificações constantes neste contrato, o item será recusado total ou parcialmente conforme o caso, sendo decorrentes as providências previstas pela Lei, sendo o CONTRATANTE responsável por todos os custos decorrentes (substituição, troca, etc.).

6.18. A CONTRATADA deverá, por ocasião da entrega, oferecer em manual (em português), bem como a descrição completa das condições de armazenamento e de utilização recomendadas para o produto.

6.19. O fornecedor será o responsável pelas despesas com todos e quaisquer impostos, bem como transporte, armazenamento em geral e movimentação da carga, até a entrega no local apontado pela CONTRATANTE.

6.20. A CONTRATADA deverá informar, de forma detalhada, o ato do recebimento do contrato, bem como as condições de acomodação do equipamento antes do efetivo fornecimento. Essas condições incluem: espaço físico adequado, detalhes da alimentação elétrica, ambiente necessário, bem como qualquer outra condição exigida para a instalação e/ou funcionamento adequado.

6.21. Visando a obter a maior economicidade possível em favor do erário, a plena utilização do equipamento adquirido não deverá importar em quaisquer custos de manutenção com pagamentos mensais ou outras despesas adicionais para uso do sistema.

6.22. Caso existam novas versões para o sistema, estas devem garantir a comunicação e correlação automatizada com as versões anteriores.

## **CLÁUSULA SÉTIMA**

### **7. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

7.1. O recebimento Provisório não se traduz por aceitação, pois esta somente será definitivamente, bem como não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da qualidade dos produtos.

7.2. O recebimento Provisório ocorrerá mediante a conclusão de um curso teórico e prático de 32 horas/aulas (mínimo), a ser ofertado a uma turma de, no mínimo, 05 (cinco) integrantes da CONTRATANTE, com a devida certificação, que servirão de multiplicadores dos conhecimentos para todo o efetivo operacional da Polícia Militar do Espírito Santo, a ser realizado em sede da CONTRATADA, durante o qual todas as funcionalidades das AINM deverão ser reiteradamente apresentadas, sem a ocorrência de nenhuma intercorrência ou mau funcionamento dos equipamentos, com os custos arcados pela CONTRATADA.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

7.3.O recebimento em caráter definitivo não exime a empresa contratada das responsabilidades sobre o produto oferecido que, se apresentar qualquer irregularidade dentro de seu prazo de garantia, deverá ser sanada integralmente, sujeitando-se a empresa contratada, se for o caso, às penalidades previstas no Contrato e na Lei, sendo que todo o ônus pertinente ao conserto/manutenção/translado será de sua total responsabilidade.

7.4.Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega dos materiais, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo e devidamente fundamentada.

7.5.Todas as fases do recebimento deverão ser previamente comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, visando ao agendamento.

7.6.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## CLÁUSULA OITAVA

### 8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1.O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

8.1.1. Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

8.1.2. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

8.1.3. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 8.2 deste contrato e na Lei 8.666/1993.

8.2.A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções a contratada:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) Suspensão temporária de participação em contratação direta e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

8.2.1. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

8.2.2. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

8.2.3. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

8.2.4. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado.

8.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada à ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar a contratada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta da contratada reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8.666/1993;
- d) A contratada comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da contratada que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

8.4. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos à contratada, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

8.5. Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

8.6. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor da contratada, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

8.7. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na contratação direta ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

## **CLÁUSULA NONA**

### **9. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

9.1. Compete à Contratada:

- a) Entregar os equipamentos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;
- b) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) Garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia.

9.2. Compete à Contratante:

- a) Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- b) Definir o local para entrega dos equipamentos adquiridos;
- c) Designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

### **10. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO POR PARTE DA CONTRATANTE**

10.1. Fiscalizar se a contratada está cumprindo o disposto no contrato;

10.2. Solicitar ao órgão competente a aplicação das sanções prevista em lei, caso a contratada descumpra o contrato ou não sane os erros cometidos quando for acionada.

10.3. Sugerir o cancelamento do contrato, caso exista vícios ilegalidade ou não exista mais interesse da administração pública.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

- 10.4. Solicitar as informações a contratada, demandadas pela PMES.
- 10.5. Prover a contratada das informações que solicitar.
- 10.6. Acompanhar a entrega do objeto, assim como a sua distribuição, verificando se a quantidades atendem a necessidade da corporação
- 10.7. Solicitar, em caso interesse publicação do aditivo ou a supressão, do quantitativo do contrato até o percentual previsto em lei.
- 10.8. Outras atribuições previstas em lei.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

### 11. DA REPRESENTAÇÃO COMERCIAL

- 11.1. A Contratada deverá possuir apenas um representante legalmente nomeado no Brasil, com escritório de representação estabelecido em conformidade com a legislação comercial pátria, o qual deverá comprovar poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente por todo e qualquer ato relativo ao certame.
- 11.2. Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular deve constar poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
- 11.3. A procuração constante no item 11.2 deste documento deverá conter reconhecimento de assinatura do emitente em cartório, sendo que tal documento, se grafado em idioma estrangeiro, deverá ser objeto de tradução juramentada nos termos da lei brasileira para documentos com natureza de fé pública.
- 11.4. O representante que eventualmente se apresentar perante as autoridades do certame sem os documentos exigidos neste instrumento será considerado sem poderes de representação, não lhe sendo reconhecido, portanto, a devida legitimidade para atuação.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

### 12. DOS ADITAMENTOS

- 12.1. O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

### 13. DA RESCISÃO

- 13.1. A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

### 14. DOS RECURSOS

14.1. Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

### 15. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução do contrato será acompanhada pela Diretoria de Logística, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

### 16. DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

16.1. Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

16.2. Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

16.3. Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

16.4. Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

16.5. Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

## CLÁUSULAS DÉCIMA SÉTIMA

### 17. DO FORO

17.1. Fica eleito o foro do Juízo de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO**  
**DOUGLAS CAUS**  
**COMANDANTE GERAL DA PMES**

\_\_\_\_\_  
**FRANCO GIAFFONE**  
**REPRESENTANTE LEGAL**  
**AXON ENTERPRISE, INC.**  
**CONTRATADA**



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

# **ANEXO I**

## **CONTRATO Nº 019/2022**

### **AQUISIÇÃO DE KITS DE ARMAS DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR (AINM)**

#### **1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por escopo, após justificativa e descrição, a **aquisição de armas de incapacitação neuromuscular (AINM), acessórios e insumos**, instrumento de menor potencial ofensivo (IMPO), que permita incapacitação temporária, causando o menor dano possível, para uso individual pelos policiais militares que desempenham atendimento à comunidade capixaba diuturnamente.

#### **1.2. Custo Global**

1.2.1. U\$ 2.808.403,50 (dois milhões, oitocentos e oito mil, quatrocentos e três dólares e cinquenta centavos), perfazendo a quantia de R\$ 14.705.081,56 (quatorze milhões, setecentos e cinco mil e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos), conforme cotação do dólar do dia 19/09/2022 no site do Banco Central do Brasil, descrito no ANEXO “B”<sup>1</sup>.

#### **1.3. Quantitativos e custos**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (U\$)	VALOR TOTAL (U\$)
01	Arma de Incapacitação Neuromuscular com Bateria	1.100	U\$ 1.564,00	U\$ 1.720.400,00
02	Coldre Elaborado com Polímero Resistente com Porta-Cartucho	1.100	U\$ 76,50	U\$ 84.150,00
03	Bateria de Lítio Recarregável Adicional / Extra	1.400	U\$ 78,20	U\$ 109.480,00
04	Carregador de Bateria / Dock Station: Base de Carregamento e Sincronização (Doca), com 6 Posições	50	U\$ 1.364,25	U\$ 68.212,50

<sup>1</sup> Para obter o valor global de R\$ 14.705.081,56 foi utilizada a taxa de cotação do Dólar dos Estados Unidos (USD) datada do fechamento do dia 19/09/2022, do valor de U\$ 2.808.403,50, conforme consulta no site <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>, de modo que o citado site apresentou o valor de “1 Dólar dos Estados Unidos/USD (220) = 5,2361 Real/BRL (790) e 1 Real/BRL (790) = 0,1909818 Dólar dos Estados Unidos/USD (220)”.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

05	Carregador de Bateria / Dock Station: Base de Carregamento e Sincronização (Doca), com 1 Posição	40	U\$ 325,00	U\$ 13.000,00
06	Unidade de cartucho operacional de combate próximo	6.000	U\$ 35,70	U\$ 214.200,00
07	Unidade de Cartucho Operacional de Combate Distante	4.000	U\$ 35,70	U\$ 142.800,00
08	Licença de 5 anos Evidence.com, para dispositivo Taser® 7	1.100	U\$ 276,25	U\$ 303.875,00
09	Trajes de Treinamento	10	U\$ 637,50	U\$ 6.375,00
10	Alvo para Treinamento Híbrido	10	U\$ 127,50	U\$ 1.275,00
11	Cartucho para Treinamento de Combate Próximo	2.000	U\$ 35,70	U\$ 71.400,00
12	Cartucho para Treinamento de Combate Distante	2.000	U\$ 35,70	U\$ 71.400,00
13	Cartucho Inerte de Combate Próximo	20	U\$ 45,90	U\$ 918,00
14	Cartucho Inerte de Combate Distante	20	U\$ 45,90	U\$ 918,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>U\$ 2.808.403,50</b>

**CUSTO TOTAL:** U\$ 2.808.403,50 (dois milhões, oitocentos e oito mil, quatrocentos e três dólares e cinquenta centavos)

## **2. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO – Base Legal art. 22, Lei 8666/93**

**Inexigibilidade** de licitação - art. 25, da lei 8.666/93, que assim dispõe, verbis:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

[...]

Assim, o diploma legal transcrito traduz, em sua essência, uma das hipóteses em que o administrador público estará desobrigado da imposição constitucional de licitar, quando da aquisição de bens e serviços em virtude da impossibilidade de competição o que se denomina ***Inexigibilidade de Licitação***, por exclusividade de fornecedor.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

Ratificando, a inexigibilidade na licitação se dá quando há impossibilidade de competição, podendo ser caracterizada tanto em casos de exclusividade do produto ou para serviço técnico em que haja inviabilidade de seleção de proposta mais vantajosa através de critérios objetivos, consistentes no esforço humano, de difícil comparação.

Ressalta-se que os mesmos objetos pretendidos por esta Administração Pública já foram adquiridos por outros órgãos nacionais, utilizando-se dessa mesma modalidade de licitação, como, por exemplo, o SENADO FEDERAL, por meio da celebração do Contrato nº 20200114, Processo nº 00200.016346/2019-91, conforme extrato abaixo:

00100.094003/2020-20

Processo: 00200.016346/2019-91



SENADO FEDERAL

CONTRATO Nº 20200114

Que entre si celebram, de um lado, a **UNIÃO** por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, **AXON ENTERPRISE, INC.**, objetivando o fornecimento de Dispositivos Eletrônicos de Controle (DEC) **TASER T7** e respectivos acessórios e insumos, bem como insumos para o DEC **TASER X26**.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e **AXON ENTERPRISE, INC.**, com sede na 17800 N 85th St. Scottsdale, Arizona 85255, EUA, fax nº +1 800-978-2737, telefone nº +1 800-978-2737, EIN (*Employer Identification Number*) nº 860741227, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. FRANCO GIAFFONE, RG nº 13.597.927-4, expedida pela SSP-SP, CPF nº 257.875.238-90, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de **Inexigibilidade de Licitação** com base no inciso I do art. 25 da Lei 8.666/93, reconhecida pela Senhora Diretora-Geral, conforme documento nº 00100.085027/2020-98 e ratificada pelo Exmo. Senhor Primeiro Secretário do Senado Federal, conforme documento nº 00100.086219/2020-11 do Processo nº 00200.016346/2019-91, observado o Parecer nº 470/2020 – ADVOSF, documento nº 00100.075539/2020-46, incorporando a este instrumento a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento nº 00100.036079/2020-31, o projeto básico, documento nº 00100.066687/2020-70, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13/2018, dos Atos da Diretoria-Geral nº 9/2015 e nº 31/2015 e das Cláusulas seguintes:

### 3. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

#### 3.1. Atribuição legal para aquisição

- Resolução nº 34/169, 17 de dezembro de 1979, Assembleia Geral das Nações Unidas – Código de Conduta para os Encarregados pela Aplicação da Lei (CCEAL);

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

- b) UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS, *Basic Principles on the Use of the Force and Firearms by Law Enforcement Officials*, 1990;
- c) Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014;
- d) Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010;
- e) Portaria nº 118 – COLOG, de 4 de outubro de 2019;
- f) Portaria nº 197, de 23 de novembro de 2020.

### 3.2. Necessidade de aquisição

A proteção da Comunidade capixaba é tarefa árdua e exige contínuo aperfeiçoamento, por parte da Polícia Militar, das técnicas e materiais empregados na atividade-fim, que está instituída pela Carta Magna de 1988 – policiamento ostensivo e preservação da ordem pública.

A missão, especificamente da Polícia Militar, é hercúlea, visto que “[...] as situações que a polícia enfrenta são tão variadas quanto às exigências da vida humana<sup>2</sup>” (BAYLEY, 2001). Ou seja, as imprevisibilidades das situações a serem enfrentadas exigem um preparo de leque amplo e que disponha aos policiais os instrumentos, técnicas e meios adequados para que se execute o melhor atendimento possível à sociedade.

Nesse diapasão, a fim de que a sensação de segurança difundida à Comunidade seja constante, faz-se necessário que as intervenções policiais sejam sempre lastreadas em reações técnicas e legais e, assim, proporcionem tranquilidade à população em geral, ao transmitir a confiabilidade e aptidão do trabalho policial<sup>3</sup>.

A atividade policial desdobra-se rotineiramente para a resolução de conflitos, de modo que é natural a intercorrência, durante o atendimento policial, de circunstâncias que exigem o uso da força, através de intervenção compulsória pelo policial, visto que:

“[...] a força será empregada quando a ação ou ímpeto do indivíduo se der em contrariedade com as normas ou determinações legais do Estado, personificado pela figura do agente<sup>4</sup>”.

O emprego da força pelo policial deve ser diferente para cada situação ou estágio da ameaça, pois o uso da força deve ser progressivo/regressivo, a depender da evolução ou involução da ameaça<sup>5</sup>.

<sup>2</sup> 1. BAYLEY, David. Padrões de Policiamento. Livro 1 da Série Polícia e Sociedade. São Paulo: Ford Foundation/NEV/Edusp, 2001. p. 121.

<sup>3</sup> 2. POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO. Instrução modular. 5. ed. rev. e ref. Vitória: PMES, 1999. p. 130.

<sup>4</sup> SILVINO JUNIOR, João Bosco. Balística Aplicada aos locais de crime. 3. ed. Campinas/SP: Millenium Editora, 2021. p. 145-146.





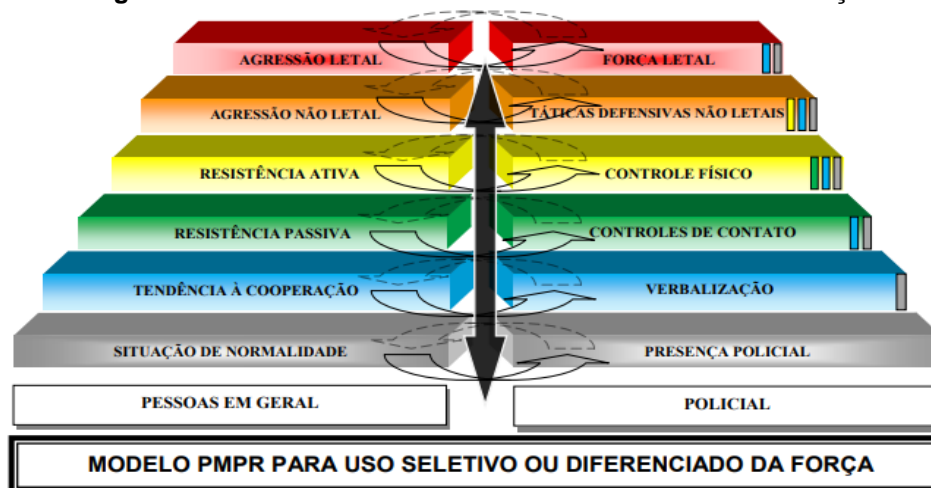
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

O policial que atua diretamente na aplicação da lei deve estar preparado e ter à sua disposição técnicas e materiais que possam ser selecionados em conformidade com os níveis de força que as diversas circunstâncias possam exigir.

A seleção do nível de uso da força cabe somente ao policial, após analisar as circunstâncias que envolvem a decisão, a necessidade de uma intervenção compulsória e a aplicação do nível necessário, razoável e proporcional dentre as técnicas de menor potencial ofensivo (TMPO) e os instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPO).

Tal escolha é consubstanciada no modelo de escalonamento da força desenvolvido pelo *U.S. Department Justice*<sup>6</sup>, sendo que tal modelo foi adotado e incorporado ao arcabouço doutrinário policial brasileiro. A representação abaixo, feita por Dennekewski (2020), é a ilustração mais didática de como efetivamente a seleção do uso da força se faz na prática:

Figura 1 - Modelo de escalonamento do uso seletivo da força.



Fonte: Dennekewski et al (2020)<sup>7</sup>.

Assim, podemos perceber que o nível da ameaça é que dita o nível de força a ser selecionado, de forma proporcional, pelo policial.

Para garantir essa proporcionalidade, é essencial que o policial tenha a seu dispor, no momento do atendimento da ocorrência, os equipamentos necessários<sup>8</sup>. Nesse sentido, a norma infralegal diz que,

todo agente de segurança pública que, em razão da sua função, possa vir a se envolver em situações de uso da força, deverá portar no mínimo 2 (dois)

<sup>6</sup> JOHNSON, R. A. *Phoenix Project: Predictors of Suspect Use of Force*. [S1]: U.S. Department of Justice, 2001.

<sup>7</sup> DENKEWSKI, W. et al. Políticas públicas desenvolvidas pela Polícia Militar do Paraná voltadas à preservação da integridade física dos envolvidos em ocorrências. *Revista de Ciências Policiais da Academia Policial Militar de Guatupê*. São José dos Pinhais, v. 3, 2020, p. 98-108.

<sup>8</sup> SILVINO JUNIOR, João Bosco. *Balística Aplicada aos locais de crime*. 3. ed. Campinas/SP: Millenium Editora, 2021. p. 155.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

instrumentos de menor potencial ofensivo e equipamentos de proteção necessários à atuação específica, independentemente de portar ou não arma de fogo<sup>9</sup>.

A supracitada norma orienta que aquele policial militar que está diuturnamente à disposição da Comunidade e, por consequência, sujeito às incalculáveis circunstâncias que envolvem as situações enfrentadas pela polícia, traga junto ao seu corpo uma quantidade mínima de IMPO, ou seja, o policial, conforme aquela orientação, deve portar, no mínimo, 2 (dois) instrumentos de menor potencial ofensivo.

No entanto, é de se destacar que IMPO, no contexto daquela norma, é definido como o “conjunto de armas, munições e equipamentos desenvolvidos com a finalidade de preservar vidas e minimizar danos à integridade das pessoas<sup>10</sup>”.

Neste ponto é importante trazer à baila o recente trabalho de Silvino Junior (2020):

“[...] o operador precisa contar com alguns instrumentos, como aqueles necessários para maximizar a verbalização (megafone), a contenção do indivíduo (algemas) ou mesmo para controle de contato e técnicas de imobilização (tonfas<sup>11</sup>) (*sic*). Os instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPOs) (*sic*) são alternativas desenvolvidas visando à maximização dos efeitos contra o abordado, buscando sua incapacitação, seu atordoamento ou debilitação, causando o menor dano possível”.

[...]

“De maneira geral, os IMPOs (*sic*) podem ser classificados em duas categorias: incapacitantes e debilitantes/atordoantes. Os IMPOs (*sic*) incapacitantes, como o próprio nome diz, fazem com que o abordado não consiga esboçar qualquer tipo de reação. Já os instrumentos debilitantes/atordoantes atuam no sentido de minimizar as chances de reação do abordado” (grifo nosso).

Hoje, a PMES, fornece, nos cursos de formação, capacitação, habilitação, aperfeiçoamento e especialização, instruções voltadas às técnicas de menor potencial ofensivo, que possibilitam ao policial selecionar os dois primeiros níveis – presença policial e verbalização – representados na Figura 1. Em relação aos níveis de controle de contato e controle físico é necessária, além daqueles conhecimentos, a disponibilidade de IMPO.

É na seleção do nível de controle físico que se torna razoável o uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo, incapacitantes, com o objetivo de salvaguardar a vida – e/ou integridade física – do policial, do abordado, e de terceiros, visto que uma situação de intervenção policial que chegue a se desdobrar para o penúltimo nível possui chances

<sup>9</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Anexo I, Diretriz nº 8.

<sup>10</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Anexo II.

<sup>11</sup> A palavra tonfa é o termo vulgar utilizado para aqui que se define como cassetete. Vejamos o significado: “Cassetete s.m. (1881) cacete ou bastão de tamanhos variados, de madeira ou de borracha, com alça em uma das extremidades, us. ger. por policiais em situação de confronto.” HOUAISS, Antônio. *et al.* Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 1. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 491.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

de escalonar para circunstâncias nas quais ocorra agressão letal, por parte do abordado, ou que seja necessário o uso da força letal por parte do policial.

É uma conclusão lógica afirmar que a dotação do policial militar, que atua na linha de frente da segurança pública, com Armas de Incapacitação Neuromuscular (AINM) aumenta de forma considerável o leque de IMPO à disposição, de modo que preservará muitas vidas.

A AINM, para que seja efetiva, deve comportar algumas características que se comprovaram eficazes no uso desse tipo de equipamento por forças policiais nos últimos anos:

- a) Tamanho e peso reduzidos: O tamanho e formato muito grande tornam árduos o seu transporte durante todo o turno. O exemplar menor e mais leve permite o acoplamento no cinturão durante todo o horário de trabalho sem esforços acrescidos;
- b) Mira e *led*: sistema de mira laser efetivo nas duas angulações e uma luz *led* de baixa intensidade, que permite a iluminação em situações de baixa visibilidade;
- c) Capacidade da memória: podendo guardar dados relativos aos disparos (a informação recolhida deve estar correlacionada com a hora e data da utilização);
- d) Segurança da informação: o sistema de dados deve ser protegido através de encriptação contra qualquer tentativa de adulteração dos dados, sendo que estes devem ser transferidos periodicamente para um computador através de um cabo USB ou tecnologia superior, como sistema de docas e WI-FI;
- e) Visualização de dados: A AINM deve possuir uma tela na qual seja possível visualizar a quantidade de bateria restante, horas e data, temperatura e a duração da última descarga;
- f) Dois disparos: deve possibilitar que se dispare no mínimo 2 (duas) vezes – a AINM deve permitir o acoplamento de dois cartuchos – sem a necessidade de operacionalizar o carregamento de um novo cartucho manualmente, preferencialmente para disparos distantes e curtos;
- g) Dois modos de utilização: por contato direto ou à distância. Os dois modos devem produzir uma incapacidade neuromuscular temporária no alvo;
- h) Descarga após disparo: possibilidade de voltar a produzir uma descarga, acionando manualmente, se os arpões se mantiverem ligados ao suspeito;
- i) Capacidade de conexão cruzada: direcionar a corrente elétrica para a combinação de dardos que esteja mais distante, caso sejam disparados duas vezes no mesmo alvo o que permite a contração de mais músculos aumentando a efetividade da imobilização;
- j) Do arco de advertência com os cartuchos inseridos: exibição de “arcos elétricos” de “aviso” (visíveis e audíveis), mesmo antes do disparo, com o cartucho “ativo”, que servem de alerta ao indivíduo–alvo;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

k) Bateria recarregável de excelente duração: baterias NiMH, com gabinete que permite autonomia de pelo menos 100 (cem) disparos.

Todas essas características da AINM contribuem para a efetividade das ações policiais com a possibilidade desse equipamento, em muitas circunstâncias, substituir a arma de fogo, pois, em conformidade com a revisão literária, percebe-se que na detenção de indivíduos violentos e perigosos a utilização da AINM facilita a atuação policial (*Queensland Police Service*, 2009; *Western Australia Police*, 2010)<sup>12</sup>. A utilização da AINM proporciona uma ação mais eficiente, salvaguardando a integridade física dos intervenientes (*New South Wales Police Force*, 2010)<sup>13</sup>.

### **3.3. Da necessidade de aquisição de Armas de Incapacitação Neuromuscular (AINM).**

A partir do compromisso do Brasil perante as normas internacionais de proteção aos Direitos Humanos, as Polícias Militares, instituições representantes do Estado, encarregadas da missão constitucional de prestação de Segurança Pública para a preservação da ordem, da incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de atividades de polícia ostensiva, passaram a tomar como base de ação os princípios da necessidade, legalidade e proporcionalidade.

A estreita observância das normas de Direitos Humanos no exercício da Segurança Pública tornou-se indispensável nas ações policiais militares, a fim de proteger e efetivar os direitos e garantias fundamentais.

Intervenções policiais militares tradicionais necessitam do uso de força física, munições de impacto controlado, agentes químicos, cassetetes e outros dispositivos não-letais, além é claro de armas de fogo, cujo uso por vezes recebe críticas, sendo essas intervenções expostas nos meios de comunicação como formas agressivas de resolução de conflitos críticos, mesmo tendo a polícia agido de forma legal, necessária e proporcional, com o objetivo constitucional de preservar a ordem pública.

Em alternativa a isso, as Polícias Militares no Brasil, há alguns anos, introduziram em seu rol de equipamentos não-letais as Armas de Incapacitação Neuromuscular (AINM), que gera incapacitação neuromuscular temporária no indivíduo atingido, a fim de contê-lo sem maiores esforços. O objetivo desse equipamento, segundo seu fabricante, é justamente garantir a proteção da vida e especialmente diminuir a lesividade dos envolvidos nas intervenções policiais.

Sendo o Brasil signatário de normas internacionais de Direitos Humanos, ele prima, com foco nas ações policiais, pela garantia da vida, pela preservação da incolumidade física e pela proteção da dignidade humana. Isso tem sido feito com investimento e capacitação da força policial militar em tecnologias não-letais, e atualmente, com o

<sup>12</sup> *Queensland Police Service*. (2009). *Crime and Misconduct Commission Queensland, Facts about Tasers*. Retirado de file:///C:/Users/Arturr/Downloads/An-update-on-Taseruse-in-Qld-2012.pdf

<sup>13</sup> *New South Wales Police Force*. (2010). *Use Of Conducted Electrical Weapons (Taser)*. Retirado de [http://www.police.nsw.gov.au/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0006/188322/TASER\\_Use\\_Pub\\_lic\\_Information.pdf](http://www.police.nsw.gov.au/__data/assets/pdf_file/0006/188322/TASER_Use_Pub_lic_Information.pdf)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

aprimoramento e o estudo de novas tecnologias como as Armas de Incapacitação Neuromuscular (AINM) com disparos múltiplos, que reduzam a necessidade de se utilizar meios contundentes e desgastantes nas intervenções no estrito cumprimento do dever, trazendo benefícios não só para o próprio indivíduo, mas também para o policial militar, em consonância com as perspectivas dos Direitos Humanos de proteção à vida, à integridade física e à dignidade humana no exercício da Segurança Pública.

### 3.4. Da necessidade de aquisição internacional.

O histórico de utilização desse tipo de equipamento na PMES teve início em meados de 2010 com uma pequena doação feita pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo (SESP/ES), que não chegava a uma centena de AINM. Daí, a partir de 2012, houve um investimento maior, com mais um lote com duas centenas de unidades.

Destaca-se que aquele equipamento, por se tratar de doação de outro órgão, não teve sua especificação confeccionada em termo de referência produzido pelo setor da PMES competente para avaliar e definir um material com as características necessárias ao uso policial, de modo a considerar as especificidades correlatas às necessidades operacionais, confrontando com os casos concretos observados empiricamente no atendimento à comunidade estadual.

Conforme já exposto, a utilização de AINM na atividade policial militar é de suma importância, visto que o seu fim é a preservação da integridade física e vida dos policiais, cidadãos ou infratores. Nesse sentido, há que se priorizar, com fulcro no atendimento à eficiência, eficácia e efetividade da Administração Pública, a aquisição de equipamentos que já tenham sido testados e homologados por outros órgãos policiais com doutrina já estabelecida para esse tipo de instrumento.

Ainda sobre o requisito de eficiência, eficácia e efetividade da Administração Pública, segundo consta no livro do Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária:

Espera-se, portanto, uma Polícia Eficiente. Essa eficiência decorre exatamente do grau de preparo do profissional. Para atuar corretamente, diante do que a sociedade espera, o policial deve ser e estar preparado.

Deve conhecer bem o seu mister, porque não é uma atividade empírica ou amadora, como alguns podem pensar, mas extremamente técnica e científica, em qualquer de seus ramos de atividade” (BRASIL, 2007: 26, 27, grifo nosso).

Ora, sob esta ótica hodierna de resolução de conflitos, há de se pré-confrontar e manter a postos todos os recursos disponíveis em termos humanos e tecnológicos para melhor servir à comunidade, pois basta apenas um erro em uma ocorrência de repercussão para que toda a credibilidade alcançada em décadas de atendimentos legítimos e bem-sucedidos seja colocada à prova, ou ainda que acidentes graves aconteçam às vítimas, aos policiais militares e também aos causadores da crise.

Ocorre que a utilização daqueles equipamentos nacionais doados a esta PMES foi marcada por recall e diversas comunicações internas relatando problemas de

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

funcionamento daquelas AINM, contrariando os argumentos da eficiência, eficácia e efetividade da Administração Pública. Tais relatos foram registrados nos expedientes internos e no consequente encaminhamento de um número expressivo de equipamentos à fabricante.

Nesse sentido, portanto, existem pedras de toque que merecem atenção por parte desta PMES, a qual carece da aquisição de equipamentos mais avançados tecnologicamente e que atendem melhor às diretrizes e temáticas de Direitos Humanos quanto ao uso legal da força, tendo em vista que alguns dos equipamentos utilizados podem expor a risco tanto os militares quanto os cidadãos que precisam do serviço policial.

Dessa forma, ao aprimorar a capacidade de resposta buscando novos equipamentos mais modernos, minimizar-se-ão danos e efeitos indesejáveis para o Comando da instituição e, principalmente, para a comunidade. Para exemplificar, seguem o *link* e o *QR Code* de uma recente reportagem da emissora de televisão SBT sobre o assunto em questão.

	<p><b>Vídeo: Uso de Taser diminui letalidade da Polícia Militar em São Paulo   Primeiro Impacto (23/08/21).</b></p> <p>Fonte: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=...">www.youtube.com</a> &lt;Uso de Taser diminui letalidade da Polícia Militar em São Paulo   Primeiro Impacto (23/08/21)&gt;, acesso em 24/08/2021.</p>	
--	--	--

Daí insurge a necessidade de ampliação do mercado, visto que atualmente não há ampla quantidade de AINM com características especificadas pela Divisão de Material Bélico e que atenda às necessidades operacionais. Além disso, a baixa quantidade daquelas doadas que ainda estão em uso na Corporação, cerca de 102 (cento e duas armas), conforme relatório do Sistema de Gestão da Polícia Militar/Logística, provou-se, conforme os citados expedientes, não ser adequada para atender às equipes de Forças Táticas, Radiopatrulhas Operacionais, e, tampouco, às Unidades Especializadas.

### 3.4 Projetos Relacionados

a. Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 – Estratégia de Governo: “Redução da violência e da Criminalidade.”

b. De acordo com o estudo estratégico do Estado-Maior Geral da PMES, como referência o “*item 7. Objetivos, Desafios e Ações Estratégicas*”, do Planejamento Estratégico 2020-2023” da Polícia Militar do Espírito Santo, em seu objetivo 5, caberá ao Alto Comando da PMES “suprir o policial militar com recursos modernos para atuação rotineira no desempenho dos serviços da Polícia Militar”. Ainda dentro dessa premissa, foi estipulado no estudo desenvolvido pelo Estado Maior Geral que a Ação

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

“2” é “Adquirir materiais bélicos modernos”, bem como a ação “1” é “*adquirir equipamentos de proteção individual modernos, primando pela segurança do policial militar*”.

#### **4. JUSTIFICATIVA DAS DEFINIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ADOTADAS.**

##### **4.1. Justificativa das definições**

I. As definições constantes nos anexos referenciados no item 3.2 objetivam a aquisição de armas de incapacitação neuromuscular (AINM), acessórios e insumos para instrumento de menor potencial ofensivo (IMPO), que permita incapacitação temporária, causando o menor dano possível, para uso individual pelos policiais militares que desempenham atendimento à comunidade capixaba diuturnamente.

II. As exigências mínimas constantes no presente contrato visam a garantir o fornecimento de equipamento comprovadamente seguro, de tecnologia superior, a fim de aprimorar a capacidade de resposta estatal, que possibilitará minimizar os danos e efeitos indesejáveis para o Comando da Instituição e, principalmente, para os cidadãos, os policiais e os criminosos.

##### **4.2. Especificações dos equipamentos**

4.2.1. As especificações devem estar conforme as descrições constantes no Anexo A.

##### **4.3. Da Singularidade do objeto a ser contratado**

Conforme o Estudo Comparativo entre as Armas de Incapacitação Neuromuscular Nacional e Importada, apresentado no documento E-Docs nº 2022-RJ90D3, entranhado à peça #5 do Processo nº 2022-33QRQ, foi realizada uma contextualização e comparação que permitiu definir as características que se comprovaram eficazes na aplicação desse tipo de equipamento por agências de segurança pública nos últimos anos.

Tais características foram, então, consideradas as mais desejáveis visando às futuras aquisições de AINM pela PMES, que garantam a incapacitação temporária de um indivíduo agressor causando-lhe o menor dano possível e possibilitando a segurança dos policiais militares e dos cidadãos.

Diante das características técnicas apontadas no mencionado estudo, cabe aqui destacar que esta Administração Pública solicitou orçamento à empresa nacional CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA, para que fosse verificada a possibilidade de fornecimento de equipamento que pudesse atender às especificações deste instrumento.

Em resposta à solicitação desta PMES, o Diretor Comercial da empresa enviou Proposta No. 2022-4203, conforme Anexo “E”, de um produto ainda em

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

desenvolvimento, afirmando que “**se encontra em fase de homologação junto ao Exército Brasileiro**”, ou seja, o que fora apresentado no orçamento é apenas **UM PROTÓTIPO de AINM que ainda não foi homologado pelo órgão regulador, nesse caso o Exército.**

Por outro lado, o produto importado reúne os quesitos pontuados no estudo – e em conformidade com a revisão literária – considerados como primordiais para facultar a substituição da arma de fogo pela AINM, bem como facilitar a atuação policial quando da detenção de indivíduos violentos e perigosos.

Dessa forma, esta Administração Pública entende que resta inequívoca a demonstração da exclusividade da empresa estrangeira para o fornecimento dos bens que se pretende adquirir, tendo em vista esse aspecto tratar-se de requisito imprescindível para possibilitar a contratação nos moldes pretendidos.

## 5. CRITÉRIOS PARA DIMENSIONAMENTO DAS QUANTIDADES

5.1. Em relação ao quantitativo previsto, foi observado como critério, em primeiro lugar, que o efetivo da PMES, de acordo com a Lei Complementar nº 972/2021, que alterou o Anexo I da Lei Complementar nº 533/2009, foi fixado em 10.922 (dez mil e novecentos e vinte e dois) policiais, levando a Instituição a adotar providências no sentido de serem adquiridos armamentos e equipamentos para suprir tal contingente de forma coletiva.

Com a referida contratação, espera-se que neste primeiro momento, pelo menos um AINM e acessórios seja disponibilizado para cada equipe de policiamento ostensivo em processo motorizado em todo o Estado do Espírito Santo.

## 6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1. A proponente deverá apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

6.2. De igual forma, proponentes deverão apresentar Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo Distribuidor do Foro da sede da pessoa jurídica, datada de até 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da proposta;

6.3. Além dos outros documentos previstos neste TR, o representante deverá atender ao que determina o artigo 27, incisos I, II, III, IV e V da Lei 8.666/1993, c/c com os artigos 29, 30 e 31 (e respectivos parágrafos e incisos).

6.4. Para fins de cumprimento ao que determina o item 6.3, as empresas estrangeiras deverão apresentar documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

## 7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Para comprovar a confiabilidade e a segurança dos equipamentos ofertados, cabe à empresa fornecedora apresentar, no mínimo 01 (um) certificado emitido por órgão policial e/ou militar do Brasil ou exterior, que comprove a utilização dos mesmos equipamentos por pelo menos 01 (um) ano, sem a existência de nenhum *recall*, de falhas, quebras ou problemas de funcionamento em geral;

7.1.1. Se estrangeiro, o documento deverá ser objeto de tradução juramentada nos termos da lei brasileira para documentos com natureza de fé pública.

7.2. O atestado mencionado no item 7.1 deve vir acompanhado dos contatos atualizados (telefone, e-mail, endereço) da instituição para que a Administração Pública, de acordo com sua conveniência, possa certificar-se das atuais condições de funcionamento do armamento indicado, visando a apurar o bom funcionamento da arma ofertada e o afastamento de qualquer problema técnico.

## 8. DEVERES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

8.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

8.1.1. Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

8.1.2. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

8.1.3. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 8.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

8.2. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

(a) advertência;

(b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

(c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

(d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

8.2.1 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

8.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c” e “d”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

8.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

8.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado.

8.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8666/1993;

(d) O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

8.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

8.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

8.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

8.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

## **9. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO POR PARTE DA CONTRATANTE**

9.1. Fiscalizar se a contratada está cumprindo o disposto no contrato;

9.2. Solicitar ao órgão competente a aplicação das sanções prevista em lei, caso a contratada descumpra o contrato ou não sane os erros cometidos quando for acionada.

9.3. Sugerir o cancelamento do contrato, caso exista vícios ilegalidade ou não exista mais interesse da administração pública.

9.4. Solicitar as informações a contratada, demandadas pela PMES.

9.5. Prover a contratada das informações que solicitar.

9.6. Acompanhar a entrega do objeto, assim como a sua distribuição, verificando se a quantidades atendem a necessidade da corporação

9.7. Solicitar, em caso interesse publicação do aditivo ou a supressão, do quantitativo do contrato até o percentual previsto em lei.

9.8. Outras atribuições previstas em lei.

## **10. DA PROPOSTA**

10.1. A proposta, que deverá ater-se exclusivamente ao objeto definido pela Administração Pública, sem quaisquer acréscimos ou supressões, em idioma português, deverá conter prazo de garantia, no qual a licitante se obriga a reparar ou

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

substituir quaisquer peças ou unidades que venham a apresentar defeitos de fabricação ou funcionamento, conforme já especificado neste contrato.

10.2. A proposta deverá possuir prazo de validade mínimo de 120 dias, devendo considerar todos os custos incidentes da aquisição, desde a fabricação até a entrega efetiva, devendo o material se entregue sem qualquer ônus adicional a contratante.

10.3. A proposta poderá conter o valor em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicando-se o disposto no artigo 42, parágrafos 1º e 2º, da Lei 8.666/1993.

10.4. A omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto deste contrato será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a Contratante pleitear quaisquer acréscimos não constantes da proposta comercial.

## **11. DA REPRESENTAÇÃO COMERCIAL**

11.1. A Contratada deverá possuir apenas um representante legalmente nomeado no Brasil, com escritório de representação estabelecido em conformidade com a legislação comercial pátria, o qual deverá comprovar poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente por todo e qualquer ato relativo ao certame.

11.2. Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular deve constar poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

11.3. A procuração constante no item 11.2 deste documento deverá conter reconhecimento de assinatura do emitente em cartório, sendo que tal documento, se grafado em idioma estrangeiro, deverá ser objeto de tradução juramentada nos termos da lei brasileira para documentos com natureza de fé pública.

11.4. O representante que eventualmente se apresentar perante as autoridades do certame sem os documentos exigidos neste contrato será considerado sem poderes de representação, não lhe sendo reconhecido, portanto, a devida legitimidade para atuação.

## **12. DA GARANTIA**

12.1. O armamento de incapacitação neuromuscular deverá ter validade mínima de 05 (cinco) anos e garantia total do produto, pelo prazo de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes, desde que seguidas as recomendações do fabricante, contados a partir da data do recebimento, de forma definitiva, pela Comissão de Recebimento de Material. Já os cartuchos, baterias e acessórios deverá ter validade mínima de 05 (cinco) anos e garantia total do produto,

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

pelo prazo de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes.

12.1.1. O prazo de garantia será contado a partir da data de recebimento de forma definitiva pela Administração e visa à reposição ou reparação contra defeitos de fabricação, os quais poderão ocorrer de imediato ou ao longo deste período, em decorrência do uso e do desgaste sofrido, salvo se o dano foi causado por imprudência ou negligência do usuário, situação em que o ônus da prova de “mau uso” recairá sobre a empresa, incluindo os custos para emissão de laudos técnicos e demais despesas relacionadas à constatação e comprovação da indevida utilização pela CONTRATANTE.

12.2. Ficará a cargo do fabricante a retirada e o envio dos materiais à assistência técnica ou para a fábrica, juntamente com os documentos necessários, bem como esta se responsabilizará pelos custos totais da reparação ou substituição do material.

12.3. O fabricante terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para que efetue o conserto ou troca dos materiais, contados da notificação do pedido de assistência técnica, bem como para promover sua substituição, caso necessário.

12.4. No caso de empresa internacional, o ganhador deve prover 3% do total de produtos adquiridos para que sejam acautelados pela Diretoria de Logística da PMES, para substituição imediata de armas que possam apresentar falhas, sendo que, caso ocorram falhas em algum equipamento, este será enviado de volta à fábrica de origem para avaliação técnica, sem ônus ao Estado.

12.5. O prazo de garantia ficará suspenso pelo mesmo período em que o equipamento/bem permanecer inoperante em decorrência do serviço de garantia técnica.

12.6. Todas as despesas relativas à movimentação dos bens descritos nos anexos deste instrumento, portadores de defeito de fabricação, dentro ou fora do Brasil, com vistas ao reparo, bem como sua devolução à CONTRATANTE, são de responsabilidade exclusiva da respectiva empresa vendedora.

12.7. Caso algum equipamento ou bem apresente defeito e, em decorrência de falta de peça ou acessório defeituoso de responsabilidade da fornecedora, permaneça por mais que 90 (noventa) dias a contar da notificação formal sem o devido reparo ou substituição, a CONTRATADA deverá substituir o equipamento/bem defeituoso por um novo, de igual qualidade e característica, sem custo para a CONTRATANTE, em até 90 (noventa) dias após a solicitação.

### **13. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

13.1. O prazo de entrega será de 120 (cento e vinte) dias, sendo o prazo contado a partir do recebimento do Swift da Carta de Crédito, da Permissão de Exportação, do CII – Certificado Internacional de Importação e do contrato, o que ocorrer por último, além

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

da publicação do respectivo resumo do contrato em Diário Oficial do Estado, sem quaisquer custos adicionais de frete, impostos e outras despesas decorrentes.6 66

13.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, desde que a CONTRATADA solicite formalmente e apresente motivos de natureza relevante, os quais serão analisados a critério da CONTRATANTE que, justificadamente, poderá recusar o pedido de dilação de prazo.

13.3. A entrega será efetuada no local apontado pela CONTRATANTE na ordem de fornecimento, devendo ser no âmbito da Região Metropolitana da Grande Vitória.

13.4. A entrega dos materiais deverá ocorrer nas instalações da Diretoria de Logística da Polícia Militar do Espírito Santo, localizada na Avenida Maruípe, 2111- São Cristóvão - Vitória/ES - CEP 29.048-463, mediante agendamento prévio.

#### **14. DO RECEBIMENTO**

14.1. O recebimento Provisório não se traduz por aceitação, pois esta somente será efetivada após o produto ter sido avaliado e julgado em condições de ser recebido definitivamente, bem como não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da qualidade dos produtos.

14.1.1. O recebimento Provisório ocorrerá mediante a conclusão de um curso teórico e prático de 32 horas/aulas (mínimo), a ser ofertado a uma turma de, no mínimo, 05 (cinco) integrantes da CONTRATANTE, com a devida certificação, que servirão de multiplicadores dos conhecimentos para todo o efetivo operacional da Polícia Militar do Espírito Santo, a ser realizado em sede da CONTRATADA, durante o qual todas as funcionalidades das AINM deverão ser reiteradamente apresentadas, sem a ocorrência de nenhuma intercorrência ou mau funcionamento dos equipamentos, com os custos arcados pela CONTRATADA.

14.2. O recebimento em caráter definitivo não exime a empresa contratada das responsabilidades sobre o produto oferecido que, se apresentar qualquer irregularidade dentro de seu prazo de garantia, deverá ser sanada integralmente, sujeitando-se a empresa contratada, se for o caso, às penalidades previstas no Contrato e na Lei, sendo que todo o ônus pertinente ao conserto/manutenção/translado será de sua total responsabilidade.

14.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega dos materiais, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo e devidamente fundamentada.

14.4. Todas as fases do recebimento deverão ser previamente comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, visando ao agendamento.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

## 15. DOS PAGAMENTOS

15.1. Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e que estejam atualmente em produção pelo fabricante.

15.2. Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação, em Diário Oficial do Estado do ES, da ordem de fornecimento.

15.3. Do prazo constante no item 15.2, será descontado o período em que não tiver sido emitida a autorização para compra pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados – DFPC (EB).

15.4. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega das armas, mediante alegação de caso fortuito ou força maior, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo final da entrega e devidamente fundamentada.

15.5. A CONTRATADA ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os materiais que vierem a ser recusados, ficando ciente de que o ato do recebimento não importará sua aceitação.

15.6. O fornecedor será o responsável pelas despesas com todos e quaisquer impostos, bem como transporte, armazenamento em geral e movimentação da carga, até a entrega no depósito da PMES.

15.7. As armas deverão ser retiradas já desembaraçadas nas dependências do Aeroporto de Vitória- ES, sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE.

15.8. Havendo necessidade legal ou operacional de desembarque das armas em outro Aeroporto Brasileiro, caberá à Contratada o ônus financeiro e administrativo decorrente, visando a providenciar a remessa dos produtos adquiridos ao Aeroporto de Vitória-ES.

15.9. Havendo a importação, o pagamento deverá ser feito por meio de carta de crédito, emitida pela PMES por meio do sistema bancário, conforme as regras em vigor. Todos e quaisquer valores referentes à emissão da carta de crédito, incluindo eventuais prorrogações de prazo, se for o caso, serão de responsabilidade da Contratada, devendo tais valores ser previstos e devidamente detalhados junto à proposta comercial apresentada.

15.10. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio.

15.12. Não será admitida a subcontratação, parcial ou total, do fornecimento.

15.12. Visando a precaver a Administração Pública quanto ao eventual fornecimento de produto de qualidade duvidosa, dada a natureza de imprescindibilidade de pleno e adequado funcionamento da AINM e seus acessórios, não será aceita a participação de empresa cujo respectivo produto tenha: sido recusado, no todo ou em parte, em procedimento de conferência por ocasião de recebimento provisório ou definitivo por parte de quaisquer órgãos; e/ou tenha sido objeto de procedimento de natureza

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

sancionatória, no Brasil ou no exterior, cujo resultado tenha atestado, no todo ou em parte, mal funcionamento ou qualquer tipo de defeito; e/ou tenham sido constatados quaisquer problemas de funcionamento, devidamente atestados por autoridade pública, no Brasil ou no exterior, TUDO nos últimos 5 (cinco) anos, ficando reservado à PMES o direito de pesquisa e eventual atestamento da condição regular da empresa participante.

15.13. Para fins de ampla divulgação e maior participação possível de empresas, recomenda-se a publicação do Edital na internet, além do Diário Oficial do Espírito Santo.

15.15. As empresas participantes, desde já, tomam conhecimento que para fins de participação em pregões eletrônicos no âmbito da Administração Pública do Estado do Espírito Santo, deve haver cadastro prévio junto ao Sistema Integrado de Gestão Administrativa do Governo do Estado do Espírito Santo (SIGA). O procedimento adequado deve ser verificado junto à Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER).

15.16. Todas as exigências contidas neste contrato são comuns aos respectivos lotes, devendo, por conseguinte, ser integralmente cumpridas pelos licitantes.

15.17. Visando a preservar a máxima qualidade, impedir quebras ou eventos danosos que atendem contra a vida das pessoas em geral, bem como garantir o mais fiel cumprimento a todas as disposições contidas neste contrato, em especial os aspectos de garantia continuada, fornecimento de peças e assistência técnica, dada a superioridade do interesse público, a PMES se reserva o direito de apenas negociar, nos termos da Lei brasileira, com empresas fabricantes de AINM (que possuam parque fabril reconhecidamente existente e em funcionamento), e não com empresas, no Brasil ou no exterior, que apenas realizem a montagem, no todo ou em parte, ou comercializam AINMs em geral, mas que, efetivamente, não sejam fabricantes.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Salvo comprovado o benefício e claro atendimento ao interesse público, atestada pelo Gestor do contrato, não será aceita a troca de marca ofertada na proposta constante dos autos, por ocasião da entrega dos produtos.

16.2. Os objetos deste contrato deverão ser novos, de primeiro uso.

16.3. No ato do recebimento, caso os equipamentos apresentados não estiverem em conformidade com as especificações constantes neste instrumento, o item será recusado total ou parcialmente conforme o caso, sendo decorrentes as providências previstas pela Lei, sendo o CONTRATANTE responsável por todos os custos decorrentes (substituição, troca, etc.).

16.4. A CONTRATADA deverá, por ocasião da entrega, oferecer em manual (em português), bem como a descrição completa das condições de armazenamento e de utilização recomendadas para o produto.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

16.5. O fornecedor será o responsável pelas despesas com todos e quaisquer impostos, bem como transporte, armazenamento em geral e movimentação da carga, até a entrega no local apontado pela CONTRATANTE.

16.6. Caso seja necessário importar algum tipo de equipamento ou produto, a chegada deverá ser pelo Aeroporto de Vitória- ES, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de todas as despesas, inclusive com despachantes (se necessário), visando ao desembaraço sem qualquer custo adicional a CONTRATANTE.

16.7. Havendo necessidade legal ou operacional de desembarque dos equipamentos em outro Aeroporto Brasileiro, caberá à CONTRATADA o ônus financeiro e administrativo decorrente, visando a providenciar a remessa dos produtos adquiridos ao Aeroporto de Vitória- ES.

16.8. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio.

16.9. Não será admitida a subcontratação, parcial ou total, do fornecimento.

16.10. A CONTRATADA deverá informar, de forma detalhada, o ato do recebimento da ordem de fornecimento, bem como as condições de acomodação do equipamento antes do efetivo fornecimento. Essas condições incluem: espaço físico adequado, detalhes da alimentação elétrica, ambiente necessário, bem como qualquer outra condição exigida para a instalação e/ou funcionamento adequado.

16.11. Visando a obter a maior economicidade possível em favor do erário, a plena utilização do equipamento adquirido não deverá importar em quaisquer custos de manutenção com pagamentos mensais ou outras despesas adicionais para uso do sistema.

16.12. Caso existam novas versões para o sistema, estas devem garantir a comunicação e correlação automatizada com as versões anteriores.

## 17. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

17.1. Major QOCPM **André Pratti Lemos**, RG 19.359/7.

17.2. Capitão QOCPM **Wesley Rossetto** Romanha, RG 19.927/7.

17.3. 3º Sargento QPMP-C Héber Porto **Valverde**, RG. 20.066/6.

## 18. DATA DA ELABORAÇÃO

18.1. Elaborado em 19/09/2022.

## 19. HOMOLOGAÇÃO

19.1. Homologado pelo Diretor Adjunto de Logística da PMES:

Tenente Coronel QOCPM Luciano Franzen de Mello, RG 16.531-3.

---

*“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”*

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

# **ANEXO A**

## **CONTRATO Nº 019/2022**

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

#### **1. DO OBJETO**

1.1 Aquisição de kits de armas de incapacitação neuromuscular (AINM), que compreendem instrumentos de menor potencial ofensivo que permitem a incapacitação temporária de um indivíduo agressor causando-lhe o menor dano possível, para uso individual pelos policiais militares que desempenham o atendimento à comunidade capixaba diuturnamente. As exigências mínimas constantes no presente instrumento visam a garantir o fornecimento de um equipamento inovador e seguro, a fim de aprimorar a capacidade de resposta estatal diante de ocorrências policiais nas quais é necessário utilizar a força de maneira eficaz para incapacitar um indivíduo agressivo sem, contudo, lançar mão da força letal.

1.2. Serão utilizadas como normas referenciais:

1.2.1. IEC 60529

1.2.2. Protocolo de Teste para Armas Elétricas da Universidade de Carleton/Canadá.

#### **1.3. Detalhamento completo do objeto**

1.3.1. kits de Armamento de incapacitação neuromuscular: serão compostos, na sua totalidade por:

- a. 1.100 (mil e cem) armas de incapacitação neuromuscular com bateria;
- b. 1.100 (mil e cem) coldres de polímero resistente com porta cartucho;
- c. 6.000 (seis mil) unidades de cartucho operacional “combate próximo” e 4.000 (quatro mil) unidades de cartucho operacional “combate distante”, ambos com alcance de 7,5 (sete metros e meio) metros, totalizando 10.000 (dez mil) cartuchos;
- d. 4.000 (quatro mil) unidades de Cartucho Operacional de Combate Distante;
- e. 1.100 (mil e cem) unidades de Licença de 5 anos Evidence.com, para dispositivo Taser® 7;
- f. 50 (cinquenta) docas (dock station) com no mínimo 6 (seis) baias para transferência de dados;
- g. 40 (quarenta) docas (dock station) com no mínimo 1 (uma) baia para transferência de dados;
- h. 1.400 (mil e quatrocentas) baterias de lítio (modelo recarregável) extras;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

- i. 10 (dez) trajes de treinamento em velcro compatíveis com cartuchos de treinamento;
- j. 10 (dez) alvos para treinamento híbrido;
- k. 2.000 (dois mil) cartuchos para treinamento de combate curto;
- l. 2.000 (dois mil) cartuchos para treinamento de combate distante;
- m. 20 (vinte) cartuchos inertes de combate próximo;
- n. 20 (vinte) cartuchos inertes de combate distante;

## 2. DEFINIÇÕES

2.1. Arma de incapacitação neuromuscular: é uma arma de menor letalidade destinada a ser utilizada quando do uso progressivo e proporcional da força, em missões de polícia ostensiva e de preservação e restauração da ordem pública, causando grande impacto psicológico, despersuasão e contenção de infratores da lei.

2.2. Lote: Conjunto de unidades do produto grupadas segundo um determinado critério;

2.3. Lote de fabricação: Conjunto de unidades do produto oriundas de uma produção, grupadas segundo critérios de homogeneidade.

2.4. Lote de inspeção: Conjunto de unidades do produto, oriundo do lote de fabricação, apresentado de uma só vez ao fiscal militar ou agente técnico credenciado, para fins de inspeção.

2.5. Lote de Homologação: Conjunto de unidades do produto, oriundo do lote de fabricação, entregues nas Unidades ou na DLOG, selecionado, aleatoriamente, pelos técnicos militares, para fins de realização de testes de recebimento definitivo.

## 3. CARACTERÍSTICAS GERAIS

3.1. A arma de incapacitação neuromuscular descrita nestas especificações técnicas será de uso operacional e de treinamento, com normatização de aprovação exigida pelo Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, por meio do CAEx (Campo de Provas de Marambaia – RJ), bem como pelos protocolos de testes estabelecidos no âmbito da DLOG.

3.2. Em caso de armamento de produção estrangeira será exigida documentação que comprove a permissão para produção emitido por Banco de Provas Internacional ou por órgão oficial do país de origem, bem como ser submetido aos protocolos de testes estabelecidos no âmbito da DLOG.

3.3. O armamento deverá ser fabricado em polímero com alta resistência a impactos, devendo ser limpa e isenta, em qualquer das suas partes ou componentes, de rachaduras, deformações, mossas, rebarbas, perfurações, corrosões ou qualquer outro defeito que comprometa a segurança, durabilidade ou empregabilidade, devendo ainda ser resistente à umidade e água.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

3.4. O armamento deverá ser provido de tecnologia capaz de medir e aplicar, de forma precisa, a quantidade necessária de corrente elétrica no corpo do indivíduo, de forma que atue precisamente nas ondas cerebrais responsáveis pela incapacitação neuromuscular.

3.5. Deverá possuir o recurso que permita ao operador que efetue um segundo disparo sem a necessidade de remuniamento do armamento, para os casos de múltiplos agressores ou falha de penetração de um dos dardos do primeiro disparo.

3.6. Deverá possuir Sistema de Gestão de Dados compatível com o AINM por no mínimo 05 (cinco) anos, com as seguintes características:

3.6.1. Licença para uso do Sistema de Gestão de Dados, para administração, armazenamento e compartilhamento de dados extraídos dos AINM.

3.6.2. Deve possibilitar auditoria no uso dos equipamentos.

3.6.3. Deve fazer o controle e a gestão dos dados registrados, bem como garantir a preservação da cadeia de custódia, garantindo assim a validade legal e sua utilização como meio de prova.

3.6.4. Deve possibilitar a configuração dos AINM de maneira automática para que o ciclo de saída pare em 5 segundos, mesmo que o gatilho seja pressionado continuamente e seja emitido alerta sonoro pelos últimos 2 segundos.

3.6.5. Deve monitorar a condição de uso e saúde dos equipamentos e acessórios.

3.6.6. Deve permitir a atualização do firmware dos dispositivos acoplados à estação de carregamento.

3.6.7. Deve controlar a distribuição dos dispositivos, bem como o fluxo de retirada e devolução dos equipamentos.

3.6.8. Compatível com estação de computador pessoal com sistema operacional *Windows 7 Ultimate* ou posterior.

3.6.9. Vigência mínima da Licença: 5 (cinco) anos.

3.7. A empresa vencedora deverá fornecer Curso de Formação de Instrutores certificados no modelo ofertado para até 15 (quinze) participantes, não sendo gerado custos para esta administração pública.

## 4. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS

### 4.1. Descrição dos produtos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	<b><u>Arma de Incapacitação Neuromuscular com Bateria</u></b> -Corpo em polímero de alto impacto em cor preta e amarela;	1.100

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

<p>-Dimensões:</p> <p><b>Comprimento:</b> máximo de 200 mm com cartucho;</p> <p><b>Altura:</b> máximo de 120 mm com bateria;</p> <p><b>Largura:</b> máximo de 50 mm;</p> <p><b>Peso:</b> máximo de 450 gramas (com 2 cartuchos e bateria);</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS GERAIS</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Dispositivo fabricado em polímero com alta resistência a impactos, limpo e isento, em qualquer das suas partes ou componentes, de rachaduras, deformações, mossas, rebarbas, perfurações, corrosões ou qualquer outro defeito que comprometa a segurança, durabilidade ou empregabilidade, sendo resistente à umidade e água;</li><li>- Dispositivo provido de tecnologia capaz de medir e aplicar, de forma precisa, a quantidade necessária de corrente elétrica no corpo do indivíduo, de forma que atua precisamente nas ondas cerebrais responsáveis pela incapacitação neuromuscular;</li><li>- Possuir recurso que permita ao operador definir rapidamente o tipo de cartucho mais adequado para a situação e distância, além de possibilitar efetuar um segundo disparo sem a necessidade de remuniamento do dispositivo, para os casos de múltiplos agressores ou falha de penetração de um dos dardos do primeiro disparo.</li></ul> <p><b>CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Dispositivo Eletrônico de Controle de Duplo Disparo: deve permitir ao operador efetuar um segundo disparo sem a necessidade de remuniamento do armamento e a aplicação de ciclos independentes de energia em cada um dos dois cartuchos simultaneamente, a fim de viabilizar a recuperação de disparo perdido ou controle de múltiplos alvos;</li><li>- Conexão cruzada adaptativa: tecnologia que distribuía os pulsos de descarga através das 4 combinações de conexão de sondas possíveis (a partir de qualquer sonda positiva, negativa ou eletrodo da arma);</li><li>- Frequência da conexão cruzada adaptativa: Com dois compartimentos, 2 a 4 sondas na carga, a frequência mínima deverá ser de 20 PPS (Pulsos por segundo) e a máxima de 45 PPS (Pulsos por Segundo);</li><li>- Medição de corrente: deve possuir tecnologia inteligente que possibilita medir, ajustar e empregar, precisamente a quantidade de corrente elétrica necessária para atuar diretamente no sistema neuromuscular, eliminando os riscos de falha na incapacitação do indivíduo devido à falta ou excesso de descarga elétrica;</li><li>- Deve permitir a utilização de 2 tipos diferentes de cartuchos, sendo:<ul style="list-style-type: none"><li>- 01 (um) cartucho para curtas distâncias, com abertura de lançamento das sondas de, no mínimo, 11,5 graus, possibilitando eficácia em faixas de engate de até 1,22 metros;</li><li>- 01 (um) cartucho para médias distâncias, com abertura de lançamento das sondas, de no mínimo, de 3,0 graus, possibilitando eficácia em faixas de engate acima de 3,5 metros;</li></ul></li><li>- Alternância de cartuchos: dever possibilitar a alternância entre os cartuchos de forma rápida e precisa, sem a necessidade de operador manipular os</li></ul>	
--	--

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

	<p>cartuchos manualmente. Esta exigência é de fundamental importância, tendo em vista que o operador deverá selecionar o cartucho ideal para cada tipo de situação em fração de segundos;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Arco de advertência (ou arco voltaico): o AINM deve possibilitar utilização do arco de advertência (emissão de arco elétrico de advertência ou centelha) e acionamento de contato, ambos sem necessidade de remoção do cartucho;</li><li>- Lanterna: AINM deve possuir lanterna integrada, em Diodo Emissor de Luz (LED) de, no mínimo, 200 lúmens, de alta eficiência e com possibilidade de acionamento no modo automático, ao ligar o equipamento, e no modo dissimulado sem o acionamento automático da função;</li><li>- Tela central de informações: deverá possuir tela central para exibição de dados essenciais, como nível da bateria, quantidade e tipo de cartuchos carregados no AINM, tempo de rajada, modo operacional vigente, status do dispositivo (falhas críticas) e o menu de usuário para alteração das configurações e exibição de dados;</li><li>- Emissão de relatórios: o AINM deve identificar, por meio de seus sensores, as seguintes informações:<ul style="list-style-type: none"><li>- Registro de Eventos: registra a data e hora de cada acionamento, diferenciando a utilização com ou sem munição, o tipo de munição, bem como o tempo de cada acionamento;</li><li>- Registro de Pulsos: registra a corrente elétrica emitida em cada pulso, possibilitando a medição individualizada de cada um dos pulsos emitidos por segundo;</li><li>- Registro de Engenharia: possibilita ao Fabricante identificar remotamente via internet a existência de possíveis problemas técnicos com o dispositivo, bem como auto-diagnosticar e monitorar o relatório de status do sistema.</li></ul></li><li>- Acesso às informações: as informações devem ser acessadas por meio da estação sincronização e carregamento das baterias;</li><li>- Desligamento automático: o AINM deve desligar automaticamente após 20 minutos para preservar a bateria;</li><li>- Trava de segurança: deve possuir trava de segurança ambidestra evitando acionamentos acidentais;</li><li>- Interruptor de segurança: deve possuir interruptor de segurança ambidestro para cessar o ciclo de saída a qualquer momento;</li><li>- Configuração do Ciclo de Saída: deve possibilitar a configuração do AINM para que o ciclo de saída pare em 5 segundos, mesmo que o gatilho seja pressionado continuamente e seja emitido o alerta sonoro pelos últimos 2 segundos;</li><li>- Apontador Laser Duplo (ou mira laser dupla): Deverá possuir sistema de mira convencional com alça e massa mecânica e, também com apontadores de laser estáticos duplos, que permitam visualizar os pontos dos alvos das duas sondas, para evitar a “adivinhação” e aumentar a precisão do disparo, conforme a seguinte especificação:<ul style="list-style-type: none"><li>- Superior: Laser de alta visibilidade Verde Classe 3R, possibilitando maior visibilidade, principalmente durante o dia ou sob intensa luminosidade;</li><li>- Inferior: Laser Vermelho de, no mínimo, Classe 2;</li></ul></li><li>- Identificação por número de série: os AINM e os cartuchos devem possuir</li></ul>	
--	---	--

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

	<p>número de série individuais, e dispositivos que permitam a rastreabilidade e controle de cartuchos disparados no teatro de operações;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Resistência à quedas: mínima de 1,5 metros;</li><li>- Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li><li>- Nível de resistência a água e poeira: IP53 ou superior.</li></ul>	
02	<p><b><u>Coldre Elaborado com Polímero Resistente com Porta-Cartucho</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Confeccionado em polímero de alta resistência em cor preta;</li><li>- Nível de contenção: Nível II;</li><li>- Capacidade de armazenamento de, no mínimo, 2 cartuchos adicionais diretamente no corpo do coldre;</li><li>- Poderá ser ambidestro ou não, sendo que na última hipótese, será obedecido o percentual de 90% para operadores destros e 10% para operador canhoto.</li></ul>	1.100
03	<p><b><u>Bateria de Lítio Recarregável Adicional / Extra</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Projetado para uso com o AINM e a estação de sincronização e carregamento;</li><li>- Caixa: Polímero de alto impacto;</li><li>- Células: Mínimo de 2 células de polímeros de íons de lítio recarregáveis;</li><li>- Capacidade mínima do pacote de baterias: 850 mAh;</li><li>- Tempo de carregamento:<ul style="list-style-type: none"><li>· Carga padrão: máximo de 7 horas;</li><li>· Carga rápida: máximo de 3,5 horas;</li></ul></li><li>- Circuito de proteção da bateria integrado: O circuito de proteção deverá proporcionar proteção contra sobrecarga de tensão de alta precisão, descarga excessiva e sobrecorrente para as células de bateria recarregáveis de íons de lítio/polímeros de lítio conectadas em série;</li><li>- Vida útil: Aproximadamente 300 ciclos completos de descarga e carga da bateria;</li><li>- Resistência a quedas: mínima de 1 metro;</li><li>- Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li><li>- Ergonomia: o pacote de baterias táticas deve incluir um suporte ergonômico para descanso dos dedos;</li><li>- Resistente a poeira e umidade: quando instalado corretamente no AINM.</li></ul>	1.400
04	<p><b><u>Carregador de Bateria / Dock Station: Base de Carregamento e Sincronização (Doca), com 6 Posições</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Doca para carregamento simultâneo de pelo menos 6 baterias;</li><li>- Capacidade de carregamento as informações registradas no AINM tais como:</li><li>- Registro de Eventos: registra a data e hora de cada acionamento,</li></ul>	50

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

	<p>diferenciando a utilização com ou sem munição, o tipo de munição, bem como o tempo de cada acionamento;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Registro de Pulsos: registra a corrente elétrica emitida em cada pulso, possibilitando a medição individualizada de cada um dos pulsos emitidos por segundo;</li><li>- Registro de Engenharia: possibilita ao Fabricante identificar remotamente via internet a existência de possíveis problemas técnicos com o dispositivo, bem como auto-diagnosticar e monitorar o relatório de status do sistema.</li><li>- Compatível com estação de computador pessoal com sistema operacional Windows 7 Ultimate ou posterior.</li></ul>	
05	<p><b><u>Carregador de Bateria / Dock Station: Base de Carregamento e Sincronização (Doca), com 1 Posição</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Doca para carregamento simultâneo de 1 bateria;</li><li>- Capacidade de carregamento as informações registradas no AINM tais como:</li><li>- Registro de Eventos: registra a data e hora de cada acionamento, diferenciando a utilização com ou sem munição, o tipo de munição, bem como o tempo de cada acionamento;</li><li>- Registro de Pulsos: registra a corrente elétrica emitida em cada pulso, possibilitando a medição individualizada de cada um dos pulsos emitidos por segundo;</li><li>- Registro de Engenharia: possibilita ao Fabricante identificar remotamente via internet a existência de possíveis problemas técnicos com o dispositivo, bem como auto-diagnosticar e monitorar o relatório de status do sistema.</li><li>- Compatível com estação de computador pessoal com sistema operacional Windows 7 Ultimate ou posterior.</li></ul>	40
06	<p><b><u>Unidade de cartucho operacional de combate próximo</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Distância mínima de operação: 7 m;</li><li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li><li>- Abertura de sondas (cartucho para curtas distâncias):<ul style="list-style-type: none"><li>· Abertura de lançamento das sondas de, no mínimo, 11,5 graus, possibilitando eficácia em faixas de engate de até 1,22 metros;</li><li>· Sistema de rastreamento de identificação digital anti-criminosa, permitindo a rastreabilidade e controle de cartuchos disparados no teatro de operações;</li><li>· Clipe de segurança incluído, o que minimiza danos acidentais durante o transporte ou manuseio quando não instalado no AINM;</li></ul></li><li>- Lançamento das sondas: por utilização de gás inerte (nitrogênio comprimido), sem necessidade de utilização de explosivo inflamável;</li><li>- Resistente à energia estática, para evitar disparos acidentais;</li><li>- Vida útil estimada: 5 anos;</li></ul>	6.000

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

	<ul style="list-style-type: none"><li>- Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li><li>- Nível de resistência a água e poeira: IP53.</li></ul>	
07	<p><b><u>Unidade de Cartucho Operacional de Combate Distante</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Distância mínima de operação: 7 m;</li><li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li><li>- Abertura de sondas (cartucho para médias distâncias):<ul style="list-style-type: none"><li>· Abertura de lançamento das sondas, de no mínimo, de 3,0 graus, possibilitando eficácia em faixas de engate acima de 3,5 metros;</li><li>· Sistema de rastreamento de identificação digital anti-criminosa, permitindo a rastreabilidade e controle de cartuchos disparados no teatro de operações;</li><li>· Clipe de segurança incluído, o que minimiza danos acidentais durante o transporte ou manuseio quando não instalado no AINM;</li><li>· Lançamento das sondas: por utilização de gás inerte (nitrogênio comprimido), sem necessidade de utilização de explosivo inflamável;</li></ul></li><li>- Resistente à energia estática, para evitar disparos acidentais;</li><li>- Vida útil estimada: 5 anos;</li><li>- Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li><li>- Nível de resistência a água e poeira: IP53.</li></ul>	4.000
08	<p><b><u>Licença de 5 anos Evidence.com, para dispositivo Taser® 7</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Licença para uso do Sistema de Gestão de Dados do armamento, possibilitando a administração, o armazenamento e compartilhamento dos dados extraídos da arma de incapacitação.</li></ul>	1.100
09	<p><b><u>Trajes de Treinamento</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Trajes de treinamento em velcro compatíveis com cartuchos de treinamento.</li></ul>	10
10	<p><b><u>Alvo para Treinamento Híbrido</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Alvos para treinamento híbrido.</li></ul>	10
11	<p><b><u>Cartucho para Treinamento de Combate Próximo</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li><li>- Para uso em treinamento.</li></ul>	2.000
12	<p><b><u>Cartucho para Treinamento de Combate Distante</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li><li>- Para uso em treinamento.</li></ul>	2.000

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

13	<b><u>Cartucho Inerte de Combate Próximo</u></b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li><li>- Para uso em treinamento.</li></ul>	20
14	<b><u>Cartucho Inerte de Combate Distante</u></b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li><li>- Para uso em treinamento.</li></ul>	20

## 5. GARANTIA E ASSISTÊNCIA

5.1. Conforme descrito no item “12” do Anexo I deste contrato.

## 6. DAS EXIGÊNCIAS

6.1. A empresa deverá fornecer assistência técnica ou indicar local para que seja, em território nacional, caso necessário, bem como garantir a retirada e entrega do material na Diretoria de Logística da PMES, durante a vigência da garantia

6.2. Deverá ser fornecido um manual ou cartão com informações, em material de qualidade e relativa resistência, contendo instruções de conservação e limites de aplicação do material, entre outras informações de uso correto e armazenamento do produto, em linguagem clara e de fácil compreensão ao usuário comum, em língua pátria, em cada caixa que agrupe os cartuchos para fim de entrega à Polícia Militar do Espírito Santo;

## 7. DA EMBALAGEM

7.1. Deverá ser entregue à Polícia Militar do Espírito Santo em caixas individuais de transporte, de material rígido e de qualidade, com etiqueta adesiva externa em tinta indelével e resistente à abrasão, de fácil e rápida visualização, contendo os dados de destinação (PMES), identificação sequencial numérica do produto, com a data de fabricação e dados do fabricante, permitindo a proteção ao material contra ação de agentes externos que possam causar danos ao seu material;

7.2. Deverá ainda estar contido em cada caixa, um manual ou cartão com informações de uso, conservação e limites do material, em língua pátria, no formato de livreto confeccionado com papel de qualidade e resistente.

## 8. DOS PROTOCOLOS DE TESTES

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

8.1. Para verificação dos padrões de qualidade técnica, aplicados no processo fabril da AINM que será fornecida, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

8.1.1. Laudo(s) emitido(s) por banco(s) de prova(s) ou ainda por laboratório(s) independente(s) acreditado(s) internacionalmente ou comprovação de que pelo menos um órgão governamental militar que tenha testado o AINM, do mesmo modelo, com testes descritos que estejam dentro dos requisitos das normas a seguir:

8.1.1.1. Com base nos ditames da Portaria MJSP nº 104/2020, de 13 de março de 2020 (11162914), que dispôs sobre o Pró-Segurança - Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública, o equipamento descrito neste contrato deverá ser submetido aos testes descritos na NT-SENASP nº 002/2020 – Arma Eletroeletrônica de Incapacitação Neuromuscular (AINM).

8.1.1.2. Caso armamento importado, poderá ser utilizada para validação dos protocolos de testes as seguintes normas:

8.1.1.2.1. IEC 60529.

8.1.1.2.2. Protocolo de Teste para Armas Elétricas da Universidade de Carleton/Canadá.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

## ANEXO B

### CONTRATO Nº 019/2022

### Orçamento Detalhado e Proposta Comercial

#### Axon Enterprise, Inc.

Protect Life.

17800 N 85th St.  
Scottsdale, Arizona 85255  
United States  
Phone: +1 (800) 978-2737  
Fax:



#### PROPOSTA COMERCIAL

Código do Orçamento: Q-248293-3

Data: 19/09/2022

Data de Validade: 60 dias.

Data de Início do Contrato: A confirmar



Franco Gialfione  
Representante TASER e  
Procurador Legal AXON no Brasil

**BILL TO:**  
POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO - PMES  
QUARTE DO COMANDO GERAL – QCG  
AVENIDA MARU PE, 2111  
VITÓRIA, ES 29048463, BR.  
A/C MAJOR ANDRÉ PRATTI LEMOS

**Ship To:**  
POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO - PMES  
QUARTE DO COMANDO GERAL – QCG  
AVENIDA MARU PE, 2111  
VITÓRIA, ES 29048463, BR.  
A/C MAJOR ANDRÉ PRATTI LEMOS

REPRESENTANTE	TELEFONE	EMAIL	METODO DE ENTREGA	FORMA DE PGTO
Franco Gialfione	+55 11 98105-5555	<a href="mailto:franco@gialfione.com.br">franco@gialfione.com.br</a>	Carga Internacional	Carta de Crédito

TASER T7				
QUANT.	SKU	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.100	20008	ARMA DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR TASER 7	USD 1.564,00	USD 1.720.400,00
1.400	20018	BATERIA RECARREGÁVEL TASER 7, TÁTICA	USD 78,20	USD 101.660,00
1.100	20160	COLDRE PARA TASER 7	USD 76,50	USD 84.150,00
4.000	22175	CARTUCHO TASER 7 OPERACIONAL 3.5 GRAUS (COMBATE DISTANTE - NÃO SERIALIZADO)	USD 35,70	USD 142.800,00
6.000	22176	CARTUCHO TASER 7 OPERACIONAL 12 GRAUS (COMBATE PRÓXIMO - NÃO SERIALIZADO)	USD 35,70	USD 214.200,00
2.000	22177	CARTUCHO TASER 7 TREINAMENTO 3.5 GRAUS, MODELO HALT	USD 35,70	USD 71.400,00
2.000	22178	CARTUCHO TASER 7 TREINAMENTO 12 GRAUS, MODELO HALT	USD 35,70	USD 71.400,00
20	22179	CARTUCHO TASER 7 INERTE (DEMO) 3.5 GRAUS (COMBATE DISTANTE)	USD 45,90	USD 918,00
20	22181	CARTUCHO TASER 7 INERTE (DEMO) 12 GRAUS (COMBATE PRÓXIMO)	USD 45,90	USD 918,00
10	80089	ALVO DE TREINAMENTO HÍBRIDO, VELCRO, TASER® 7	USD 127,50	USD 1.275,00
10	20050	TRAJE DE TREINAMENTO EM VELCRO PARA CARTUCHOS TASER® 7, MODELO HALT	USD 637,50	USD 6.375,00
50	74200	BASE DE CARREGAMENTO E SINCRONIZAÇÃO (DOCA), 6 POSIÇÕES.	USD 1.364,25	USD 54.570,00
40	74201	BASE DE CARREGAMENTO E SINCRONIZAÇÃO (DOCA), 1 POSIÇÃO.	USD 325,00	USD 13.000,00
1.100	20248	LICENÇA DE 5 ANOS EVIDENCE.COM, TASER 7	USD 276,25	USD 303.875,00
Total Geral				USD 2.808.403,50

**IMPORTANTE!** As vendas dos produtos AXON (TASER) são feitas sempre em moeda estrangeira (USD) e convertidas a moeda nacional (Real) no dia de fechamento de câmbio da Carta de Crédito junto ao Banco do Brasil. Portanto, poderá haver variações nos valores em moeda brasileira a depender da flutuação do câmbio USD x BRL.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

**CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO**

<b>Prazo de Garantia:</b>	<b>12 (doze) meses</b> para os Dispositivos Elétricos TASER® e Docas Axon. <b>3 meses (90 dias)</b> para cartuchos, baterias e demais acessórios. Para efeito da contagem do prazo de garantia será considerada a data do recebimento definitivo dos produtos.
<b>Prazo de Entrega:</b>	Em condições normais, a Axon entrega os produtos em <b>até 120 dias</b> depois da data de recebimento/emissão da <b>Carta de Crédito</b> e da emissão da Permissão de Importação do Exército Brasileiro (CIL), o que ocorrer por último. Fatores como disponibilidade dos produtos devido à alta demanda e processos aduaneiros do país de destino podem impactar o tempo de entrega.
<b>Validade da Proposta:</b>	Especificada no campo "Data de Validade" da parte superior-direita do Orçamento. Se tal informação não estiver especificada, será considerado o prazo de validade padrão de <b>60 (sessenta) dias corridos</b> para cada proposta. Para efeito de validade da proposta será considerada a data constante da proposta. Após esse prazo, poderá ser emitida nova proposta comercial.
<b>Frete e Seguro:</b>	Inclusos.
<b>Orçamentos:</b>	<b>IMPORTANTE! As vendas dos produtos Axon (TASER) são feitas sempre em USD</b> , conforme orçamento (com valores em USD), e convertidas a BRL no dia de assinatura efetiva do contrato com a instituição compradora. Portanto, pode haver variações nos valores apresentados em BRL, a depender da flutuação do câmbio USD x BRL.
<b>Pagamento:</b>	O pagamento deverá ser efetuado pelo Órgão Adquirente, através de <b>Carta de Crédito</b> no valor total da aquisição, confirmada e irrevogável, aberta em favor da AXON ENTERPRISE, INC., para pagamento, sendo 100% (cem por cento) contra recebimento definitivo do objeto, comprovado através de Atestado de Recebimento Definitivo a ser emitido pelo Órgão Adquirente, em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis após o recebimento do objeto. Considera-se recebimento definitivo do objeto a entrega definitiva do material, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).  Dados do Beneficiário: AXON ENTERPRISE, INC. 17800 N. 85th Street, Scottsdale, Arizona, USA Zip Code 85255 Tax ID: 860741227  Dados Bancários: JPMorgan Chase Bank, N.A, New York, USA Account No.: 634912729 ABA No. 122100024 Swift Code: CHASUS33**** Beneficiary: Axon Enterprise, Inc.

**CONDIÇÕES GERAIS DE IMPORTAÇÃO**

- Desembaraço Aduaneiro:** o desembaraço aduaneiro será efetuado por Despachante Aduaneiro contratado pela Axon Enterprise, Inc. Para usufruir de potenciais isenções de impostos previstas em Lei, o órgão adquirente deve credenciar o Despachante no sistema RADAR do Siscomex de sua Instituição através de Procuração específica que o habilite a fazer os procedimentos de desembaraço aduaneiro pela instituição compradora.
- Local de Entrega:** por serem produtos controlados pelo Exército Brasileiro, embora o desembaraço seja realizado pelo Despachante Aduaneiro contratado pela Axon, o cliente será o responsável por retirar o produto no Aeroporto Internacional de sua escolha e transladá-lo a seu destino final.

FIM DO DOCUMENTO



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Acesso à Informação | Política monetária | Estabilidade financeira | Estatísticas | Cédulas e moedas | Publicações e pesquisa

Home > Conversor de Moedas

### Conversor de Moedas

Data da cotação: 19/09/2022

Valor: 2.808.403,50 Converter de: Dólar dos Estados Unidos (USD) Para: Real (BRL)

**Resultado da conversão**

Conversão de: Dólar dos Estados Unidos/USD (220)  
Valor a converter: 2.808.403,50

Para: Real/BRL (790)  
**Resultado da conversão: 14.705.081,5664**

Data cotação utilizada: 19/09/2022  
Taxa:  
1 Dólar dos Estados Unidos/USD (220) = 5,2361 Real/BRL (790)  
1 Real/BRL (790) = 0,1909818 Dólar dos Estados Unidos/USD (220)

- O cálculo efetuado tem caráter informativo e não substitui as disposições da norma cambial brasileira para casos específicos de conversão.
- Conversões disponíveis para datas informadas a partir de 01/02/1999.
- Para dias não úteis, assume-se a cotação do dia útil imediatamente anterior.
- O Banco Central não assume qualquer responsabilidade pela não simultaneidade ou falta das informações prestadas, assim como por eventuais erros de paridades das moedas, ou qualquer outro, salvo a paridade relativa ao dólar dos Estados Unidos da América em relação ao Real. Igualmente, não se responsabiliza pelos atrasos ou indisponibilidade de serviços de telecomunicação, interrupção, falha ou pelas imprecisões no fornecimento dos serviços ou informações. Não assume, também, responsabilidade por qualquer perda ou dano oriundo de tais interrupções, atrasos, falhas ou imperfeições, bem como pelo uso inadequado das informações contidas na transação.

### Taxa de câmbio

Os valores considerados para disposição na tabela de Quantitativos e Custos constante no item 1.3 deste Termo tiveram como referência a cotação do dólar americano, no fechamento da data de 19/09/2022, informada pelo site <https://www.bcb.gov.br/conversao>, conforme a conversão do dólar para o Real mostrada na imagem.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

## ANEXO C

### CONTRATO Nº 019/2022

### Carta de Exclusividade



São Paulo, 24 de março de 2022  
N/REF.: EXCL 035/22

AOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DEFESA

REF.: DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL EXCLUSIVA

Prezados Senhores,

Apraz-nos informar a V.Sas. que de acordo com nosso melhor conhecimento, baseado em nossos registros de produtos e serviços de empresas produtoras de materiais de defesa e segurança, a empresa **GRAND PRIX INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA.**, CNPJ **43.774.261/0001-71**, estabelecida à Rua Almirante Soares Dutra, nº 387, casa 05, Morumbi – São Paulo/ SP, CEP 05654-000, consta, até a presente data, como a única empresa representante comercial no Brasil da empresa:

**AXON INTERPRISE, Inc.**, uma empresa de Delaware, EUA, para venda dos seguintes produtos e acessórios no Brasil, de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022:

1. TASER X26P CEW e todos os acessórios e cartuchos relacionados;
2. TASER X2 CEW e todos os acessórios e cartuchos relacionados;
3. TASER CAM HD recorder;
4. Dispositivos conectados TASER; e
5. TASER 7 CEW e todos os acessórios e cartuchos relacionados.

Produtos estritamente dedicados às forças policiais e militares, não podendo ser comercializados para a população civil em nenhum momento.

A presente declaração foi emitida por solicitação da empresa mencionada, conforme documentos em nosso poder, seguindo os trâmites previstos na Norma de Emissão que pode ser encontrada em [www.abimde.org.br](http://www.abimde.org.br).

Atenciosamente,

Armando Lemos  
Diretor Técnico

**VÁLIDA ATÉ 31/12/2022**

Obs.: Esta Declaração se destina a comprovação de exclusividade de representação comercial em todo território nacional junto aos ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DEFESA, a confirmação da sua veracidade pode ser consultada no site da ABIMDE ([www.abimde.org.br](http://www.abimde.org.br)).

**Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança**  
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2367 – 12º andar – Conjunto 1211 – Edifício Barão de Ouro Branco  
Jardim Paulista – São Paulo / SP – CEP 01401-000  
Tel./Fax: +55 (11) 3170-1860 – E-mail: [abimde@abimde.org.br](mailto:abimde@abimde.org.br)  
[www.abimde.org.br](http://www.abimde.org.br)

EXCL. 035/22 de 24/03/2022 assinada por Armando Lemos, Diretor Técnico.

Este documento foi assinado digitalmente por Armando Lemos.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0CA0-92DB-7CCD-9C06.

Este documento foi assinado digitalmente por Armando Lemos.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0CA0-92DB-7CCD-9C06.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629



### PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0CA0-92DB-7CCD-9C06> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: 0CA0-92DB-7CCD-9C06**



#### Hash do Documento

44823104DC32747B6A8F25F6278F80155C1B34D294816FCC8255F3B8D4CD7443

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/03/2022 é(são) :

☒ Armando Lemos (Signatário) - 769.513.677-87 em 24/03/2022

17:17 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

## ANEXO D

### CONTRATO Nº 019/2022

### Justificativa de Preços

Segue contrato assinado com o SENADO FEDERAL com o objetivo de informar que os valores ofertados à PMES são compatíveis e não abusivos, conforme descreve o art. 26, parágrafo único, inciso III da Lei nº 8.666/93, exige a justificativa de preço, isso quer dizer, justificar e demonstrar que o preço está compatível com o mercado, em face do parágrafo único do art. 4º e § 2º do art. 25 da mesma lei.

00100.094003/2020-20

Processo: 00200.016346/2019-91



SENADO FEDERAL

CONTRATO Nº 20200114

Que entre si celebram, de um lado, a **UNIÃO** por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, **AXON ENTERPRISE, INC.**, objetivando o fornecimento de Dispositivos Eletrônicos de Controle (DEC) **TASER T7** e respectivos acessórios e insumos, bem como insumos para o DEC **TASER X26**.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e **AXON ENTERPRISE, INC.**, com sede na 17800 N 85th St. Scottsdale, Arizona 85255, EUA, fax nº +1 800-978-2737, telefone nº +1 800-978-2737, EIN (*Employer Identification Number*) nº 860741227, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. FRANCO GIAFFONE, RG nº 13.597.927-4, expedida pela SSP-SP, CPF nº 257.875.238-90, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de **Inexigibilidade de Licitação** com base no inciso I do art. 25 da Lei 8.666/93, reconhecida pela Senhora Diretora-Geral, conforme documento nº 00100.085027/2020-98 e ratificada pelo Exmo. Senhor Primeiro Secretário do Senado Federal, conforme documento nº 00100.086219/2020-11 do Processo nº 00200.016346/2019-91, observado o Parecer nº 470/2020 – ADVOSF, documento nº 00100.075539/2020-46, incorporando a este instrumento a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento nº 00100.036079/2020-31, o projeto básico, documento nº 00100.066687/2020-70, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13/2018, dos Atos da Diretoria-Geral nº 9/2015 e nº 31/2015 e das Cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o fornecimento de **Dispositivos Eletrônicos de Controle (DEC) TASER T7 e respectivos acessórios e insumos, bem como insumos para o DEC TASER X26**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As especificações técnicas do objeto constam do **Anexo I** deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA fornecerá, sem ônus para o SENADO, como peças de reposição, 3% (três por cento) de cada um dos itens 1, 2 e 3 especificados no **Anexo I**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA ainda realizará, sem ônus para o



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | [scecon@senado.leg.br](mailto:scecon@senado.leg.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E2E4D0B3E8BFD0.  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/legislacao/assp>

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

00100.054003/2020-20



SENADO FEDERAL

Processo: 00200.016346/2019-91

SENADO, treinamento com as seguintes especificações:

Treinamento
<ul style="list-style-type: none"><li>• Habilitação de instrutor multiplicador no uso do DEC <i>TASER T7</i>;</li><li>• Capacitação para 10 (dez) alunos do Senado Federal e até 10 (dez) convidados de outras instituições públicas;</li><li>• Carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas por turma;</li><li>• Ministrado por profissional habilitado como instrutor do equipamento DEC <i>TASER T7</i> certificado pelo fabricante;</li><li>• Insumos incluídos;</li><li>• Realização em Brasília/DF;</li><li>• O Senado Federal disponibilizará o local para o curso e os meios auxiliares necessários.</li></ul>

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I -** Manter, durante a execução deste contrato, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II -** Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III -** Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV -** Responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive seguros, desde a origem até sua entrega no local de destino;
- V -** Responsabilizar-se pelos custos até o desembaraço alfandegário, incluídos os decorrentes de armazenagem, pelo período máximo de 5 (cinco) dias úteis;
- VI -** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes deste contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;
- VII -** Providenciar a *Proforma Invoice* contendo os dados de acordo com a modalidade Incoterms CIP, bem como todas as informações do equipamento cotado, como especificações técnicas, acessórios, nome do fabricante, se o equipamento é fabricado sob encomenda ou é

2



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | [secon@senado.leg.br](mailto:secon@senado.leg.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8264204000385F3C  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/legisla/v.aspx>

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

00100.054003/2020-20

Processo: 00200.016346/2019-91



**SENADO FEDERAL**

equipamento de prateleira, disponível no mercado externo, peso líquido, peso bruto do objeto e volume, conforme contido em sua proposta, além de todos os seus dados, como razão social, endereço, telefone e dados bancários completos, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato. Após o envio das correções e atesto da *Proforma Invoice* pelo SENADO, a CONTRATADA deverá enviar a versão definitiva em até 05 (cinco) dias úteis se houver alguma correção a ser feita.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem subrogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

A CONTRATADA entregará os equipamentos objeto deste contrato, novos, sem uso e de qualidade profissional de linha normal de fabricação, de acordo com as características discriminadas em sua proposta, inclusive marca e especificações, sendo vedado o uso de material improvisado ou de peças adaptadas, no prazo máximo de **120 (cento e vinte) dias**, a contar da assinatura do contrato, da emissão do Certificado Internacional de Importação, e da Licença de Exportação, o que ocorrer por último, no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, localizado em Brasília, Distrito Federal, Brasil.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caberá à CONTRATANTE comunicar ao Comando do Exército os equipamentos objeto deste contrato, para fins de emissão do Certificado Internacional de Importação, nos termos do art. 34, §1º-A, c/c art. 37, §1º, ambos do Decreto 9.847/2019.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O produto será fornecido em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, prazo de validade, nome do fabricante, endereço e registro no órgão competente. Cada unidade do produto deverá estar acompanhada de especificações técnicas e termo de garantia e serem embalados de forma suficiente para oferecer proteção contra choques mecânicos, intempéries, calor excessivo e outras formas de agressão aos materiais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O prazo de garantia dos itens 1 e 4 deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto, podendo ser essa garantia

3



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | [seecom@senado.leg.br](mailto:seecom@senado.leg.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E2E42D4000388F30.  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/legis/web/v.aspx>

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

00100.094003/2020-20



Processo: 00200.016346/2019-91

SENADO FEDERAL

estendida a um custo adicional. Os itens 2, 3, 5, 7 e 8 deverão ter prazo de garantia de, no mínimo, 3 (três) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 deverão ter prazo de validade mínima de 60 (sessenta) meses, podendo, no ato do recebimento definitivo, já ter decorrido até 10% (dez por cento) da validade.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A CONTRATADA responderá, durante o período de garantia dos equipamentos, por quaisquer procedimentos necessários, de forma a assegurar prontamente ao SENADO a assistência técnica e, inclusive, a substituição da(s) peça(s), caso seja necessário, sem qualquer ônus adicional.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA deverá atender à notificação do gestor do Contrato para reparar qualquer equipamento ou acessório no prazo de 5 (cinco) dias úteis e realizar o conserto em até 120 (cento e vinte) dias. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão. Serão enviados 3% (três por cento) de cada um dos itens 1, 2 e 3 especificados no Anexo I como reserva técnica para substituição imediata, que deverão ser usados somente nos casos em que os equipamentos sejam danificados, sendo essa permissão formalizada pela *AXON ENTERPRISE, INC.*

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Caso seja necessário retirar o equipamento ou acessório para realizar conserto junto à fábrica ou substituir por outro novo, o prazo para retorno e disponibilização ao SENADO será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da retirada do material pela CONTRATADA. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Independente da garantia que trata o parágrafo terceiro, todo equipamento para o qual foi acionada a garantia terá uma nova garantia de 90 (noventa) dias para os serviços realizados.

**PARÁGRAFO NONO** – Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

**I – provisoriamente**, no ato de entrega, no Armazém Alfandegário do Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato designado para este ato, a fim de verificar apenas a quantidade dos itens, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações;

**II – definitivamente**, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste ou, nos casos em que se enquadrarem no §8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, por comissão designada pelo Diretor-Geral, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, para verificação das especificações do objeto.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

4



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | [seecon@senado.leg.br](mailto:seecon@senado.leg.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E2E42D4000388F30.

UFPA/2020-2021

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

00100.094003/2020-20

Processo: 00200.016346/2019-91



SENADO FEDERAL

**I** - Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação por escrito. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão;

**II** - Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Caberá à CONTRATADA o recolhimento de materiais por ela fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação do gestor. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos, da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – Para os fins do tratado no parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores abaixo, compreendendo as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste Contrato, inclusive os custos de frete e taxa de transferência, conforme proposta da CONTRATADA, documento nº 00100.036079/2020-31.

Item	Descrição	Quant.	Unidade de Medida	Preço Unitário (USD)	Preço Total (USD)
1	Dispositivo Eletrônico de Controle - DEC Taser T7	100	Unidade	1.642,60	164.260,00



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | seecon@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E3E4D400308F30  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/legisweb/v.aspx>

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

00100.094003/2020-20



Processo: 00200.016346/2019-91

SENADO FEDERAL

2	Pacote de Bateria para <i>Taser T7</i>	100	Unidade	82,13	8.213,00
3	Coldre para <i>Taser T7</i>	100	Unidade	67,50	6.750,00
4	Estação de Carregamento (Dock) para <i>Taser T7</i>	4	Unidade	1.432,50	5.730,00
5	Cartucho para <i>Taser T7</i>	800	Unidade	36,29	29.032,00
6	Licença para uso do Sistema de Gestão de Dados Evidence.com	100	Unidade	200,00	20.000,00
7	Cartucho para <i>Taser X26</i>	248	Unidade	32,00	7.936,00
8	Bateria para <i>Taser X26</i>	62	Unidade	48,00	2.976,00
Total dos Produtos					244.897,00
Taxa de Transferência					105,00
Frete					11.330,22
TOTAL GERAL					256.332,22

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O valor global do presente instrumento é de **US\$ 256.332,22** (duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e trinta e dois dólares americanos e vinte e dois centavos) a ser pago à CONTRATADA na forma dos parágrafos subsequentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O pagamento efetuar-se-á por intermédio de transferência bancária internacional em favor de **AXON ENTERPRISE, INC.**, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pelo SENADO, de acordo com o disposto no parágrafo nono da cláusula terceira. O custo da transferência bancária correrá por conta do CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A cotação do dólar a ser considerada será a taxa oficial de fechamento do câmbio fornecida pelo Banco Central do Brasil (PTAX) no dia da operação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

O preço será fixo e irreajustável.

6



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | [seecon@senado.leg.br](mailto:seecon@senado.leg.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E2E42D4003389F30.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/legisweb/vi.aspx>

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

00100.094003/2020-20

Processo: 00200.016346/2019-91



SENADO FEDERAL

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES**

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01.031.0034.4061.5664 e Naturezas de Despesa 4.4.90.52, 3.3.90.30, 3.3.90.40, 3.3.90.39, tendo sido empenhadas mediante as Notas de Empenho nºs 2020NE000034, 2020NE000035, 2020NE000036, 2020NE000037, 2020NE000038, 2020NE000039 e 2020NE000040, todas de 1º de outubro de 2020.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral ou Diretor Executivo de Contratações promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento do contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I** – advertência;

**II** – multa;

**III** – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e,

**IV** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea III desta Cláusula.

7



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | [seecon@senado.leg.br](mailto:seecon@senado.leg.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E2E4D400388F30

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/legisweb/v.aspx>

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

00100.054003/2020-20



Processo: 00200.016346/2019-91

SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Decorrido o prazo previsto para o início deste contrato, sem a entrega do objeto, conforme os prazos estabelecidos neste contrato, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Findo o prazo limite previsto no parágrafo anterior, sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global deste contrato, observando-se os critérios constantes do parágrafo sexto, podendo ainda o SENADO, a seu critério, impor outras sanções legais cabíveis.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto no parágrafo segundo, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do parágrafo quinto da cláusula décima, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

- I – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II – a não reincidência da infração;
- III – a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e,
- V – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no parágrafo sexto.

8



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | [secon@senado.leg.br](mailto:secon@senado.leg.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E2E4D403308F30.  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/legis/web/assp/>

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

00100.094003/2020-20

Processo: 00200.016346/2019-91



SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO NONO** – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Não ocorrendo quitação da multa, na forma do parágrafo anterior, será o valor remanescente, em último caso, cobrado judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

**I** - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da inexigibilidade de licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou,

**II** - judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura ou até a execução plena do objeto, o que ocorrer primeiro.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

9



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | [secon@senado.leg.br](mailto:secon@senado.leg.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E2E42D4300388F3D.  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/legisweb/v.aspx>.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

00100.094003/2020-20



Processo: 00200.016346/2019-91

**SENADO FEDERAL**

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

**ILANA TROMBKA**  
**DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**

**FRANCO GIAFFONE**  
**AXON ENTERPRISE, INC.**

**FRANCO**  
**GIAFFONE:25787523890**

Assinado de forma digital por FRANCO  
GIAFFONE:25787523890  
Dados: 2020.10.14 20:57:13 -03'00'

**Testemunhas:**

**Diretor da SADCON**

**Coordenador da COPLAC**

U:\COPLAC\SECON\SECON2020\MINUTAS\CONTRATO\AXON - CT NOVO - 01.03.46 2019 (PG).doc

10



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | secon@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E2E4D4000389F30.  
CONSULTE EM [http://www.senado.gov.br/legis/web/vi\\_s.asp](http://www.senado.gov.br/legis/web/vi_s.asp)

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

# **ANEXO E**

## **CONTRATO Nº 019/2022**

### **Comprovação de inviabilidade de competição**



Rio de Janeiro, 30 de Março de 2022  
Proposta No. 2022-4203

À/Ao

POLÍCIA MILITAR DO EST DO ESPÍRITO SANTO

Prezados Senhores, em atenção à solicitação desta, informamos abaixo a cotação de produtos não-letais da marca CONDOR.

Item	Ref.	Descrição resumida do produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	KIT SPARK DUO I	KIT SPARK DUO I	1,00	BRL 16.545,06	BRL 16.545,06
02	CJ ELETROMECANICO MZ3 MA N2	CJ ELETROMECANICO MZ3 MA N2 SPARK Z3	1,00	BRL 225,56	BRL 225,56
03	KIT SPARK DUO II	KIT SPARK DUO II	1,00	BRL 23.325,16	BRL 23.325,16
04	KIT CARTUCHO SPARK DUO	KIT DE CARTUCHOS SPARK DUO MA E CA	1,00	BRL 316,30	BRL 316,30

Valor Total BRL 40.412,08

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

Valor por extenso Quarenta mil quatrocentos e doze reais e oito centavos




#### CONDIÇÕES GERAIS

Validade da Proposta	90 (noventa) dias	Forma de pagamento	30 dias após entrega
Vida útil (produto)	05 (cinco) anos para Spark, Cartuchos Spark e Data Kit e 02 (dois) anos para os demais acessórios Spark.	Impostos	IPi isento e ICMS incluso
Prazo de Entrega	Até 210 (duzentos e dez) dias contados do recebimento da Nota de Empenho.	Endereço de entrega	AVENIDA MARUIPE, 2.111 VITORIA-ESPIRITO SANTO 29048463 BRASIL
Garantia	12 (doze) meses para Spark e 90 (noventa) dias para os demais itens.	Frete incluso	Sim

#### DADOS COMERCIAIS

Condor S/A Indústria Química

CNPJ: 30.092.431/0001-96  
Endereço: Rua Armando Dias Pereira, 160  
Nova Iguaçu - RJ CEP: 26053-640  
Telefone: (21) 3974-3355  
e-mail: comercial.nacional@condornaoletal.com.br

 Rua do Carmo, 7 - 12º andar  
Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Cep: 20011-020  
 +55 21 3974-3355  
 www.condornaoletal.com.br



**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629



#### DADOS BANCÁRIOS

Empresa: Condor S/A Indústria Química  
Banco: Caixa Econômica Federal  
Agência: 4263  
Conta Corrente: 901.134-6

#### Considerações importantes:

- 1) Será fornecido a título de DOAÇÃO: 01 (um) Dispositivo de Coleta de Dados - Data Kit da SPARK DUO a cada 200 (duzentos) Kits SPARK DUO ONE adquiridos.
- 2) Será fornecido a título de DOAÇÃO: 01 (um) Cartucho de Treinamento SPARK DUO a cada 50 (cinquenta) Kits SPARK DUO ONE adquiridos.
- 3) Será fornecido a título de DOAÇÃO: 02 (dois) Dispositivos de Coleta de Dados - Data Kit da SPARK DUO a cada 200 (duzentos) Kits SPARK DUO MASTER adquiridos.
- 4) Será fornecido a título de DOAÇÃO: 02 (um) Cartuchos de Treinamento SPARK DUO a cada 100 (cem) Kits SPARK DUO ONE adquiridos.

Convém ressaltar que o Dispositivo Elétrico Incapacitante Spark e seus acessórios são de fabricação exclusiva da CONDOR S.A. Indústria Química, no Brasil, possuem Certidão de Exclusividade, emitida pelo SIMDE – Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa, documento que faculta à Administração Pública contratar através da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no Art. 25, da Lei 8.666/93 e suas alterações pela Lei 8.883/93.

Confiante em um posicionamento favorável, colocamo-nos à disposição para maiores informações que se fizerem necessárias.

Luiz Cristiano Vallim Monteiro  
Diretor Comercial

É imprescindível o treinamento para o uso apropriado das armas e munições não letais.

Observação: Produto em fase de homologação junto ao Exército Brasileiro

#### Especificações

Ref.	Descrição do produto
	Kit do Dispositivo Elétrico Incapacitante SPARK DUO ONE Composição do Kit: 01 Spark DUO; 01 Coldre SPARK DUO Polímero; 02 Cartuchos SPARK DUO de curto alcance;

Rua do Carmo, 7 - 12º andar  
Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Cep: 20011-020  
 +55 21 3974-3355  
 www.condornaoletal.com.br



**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br








**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**



KIT SPARK DUO I	02 Cartuchos SPARK DUO de médio alcance; 02 Bateria Blindada SPARK DUO; 01 Carregador de Bateria SPARK DUO; 01 Maleta em Polímero; Manual do Usuário
CJ ELETROMECHANICO MZ3 MA N2	Cartucho de Lançamento de Dardos Energizados – Médio Alcance SPARK DUO A munição é ativada quando o gatilho da SPARK é pressionado e o cartucho é deflagrado liberando duas sondas energizadas conectadas a fios, que transmitem pulsos elétricos do dispositivo para o alvo.  ESPECIFICAÇÕES* CARACTERÍSTICAS DIMENSIONAIS Comprimento total: 49 mm Altura total: 70 mm Largura total: 22 mm Massa total: 65 g Quantidade de fio: 8 metros. Ângulo de saída: 7° Dispersão entre dardos por metro: 12 centímetros.
KIT SPARK DUO II	Kit do Dispositivo Elétrico Incapacitante SPARK DUO MASTER Composição do Kit: 01 Spark DUO; 01 Coldre SPARK DUO Polímero; 04 Cartuchos SPARK DUO de curto alcance; 08 Cartuchos SPARK DUO de médio alcance; 02 Bateria Blindada SPARK DUO; 01 Carregador de Bateria SPARK DUO; 01 Maleta em Polímero; Manual do Usuário
KIT CARTUCHO SPARK DUO	Kit de Cartuchos do Dispositivo Elétrico Incapacitante SPARK DUO Composição do Kit de cartuchos: 01 Cartucho SPARK DUO de curto alcance; 01 Cartucho SPARK DUO de médio alcance

 Rua do Carmo, 7 - 12º andar  
Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Cep: 20011-020  
  
 +55 21 3974-3355  
  
 [www.condornaoletal.com.br](http://www.condornaoletal.com.br)



**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
 Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
 Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**DOUGLAS CAUS**  
COMANDANTE GERAL PM  
PM-ES - PMES - GOVES  
assinado em 07/10/2022 12:18:29 -03:00

**FRANCO GIAFFONE**  
CIDADÃO  
assinado em 07/10/2022 09:54:17 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 07/10/2022 12:18:30 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por PAULO SERGIO ROCHA GOMES (CAPITAO QOC PM - PMDLOGSECCONTRCONV - PMES - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-47HQDH>



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

**CONTRATO Nº 300/2022/DL/PMD**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOURADOS E A EMPRESA AXON ENTERPRISE, INC, REPRESENTADA PELO SR. FRANCO GIAFFONE, EM DECORRÊNCIA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2022.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES**

- 1.1. O MUNICÍPIO DE DOURADOS, Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Coronel Ponciano, nº 1.700, Parque dos Jequitibás, em Dourados-MS, inscrito no CNPJ sob o nº 03.155.926/0001-44, neste ato representado pela Comandante da Guarda Municipal de Dourados, a Senhora **LILIANE GRAZIELE CESPEDES DE SOUZA NASCIMENTO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1383342 SSP/MS, e do CPF nº 998.301.241-34, residente e domiciliada na Rua: Andreilino Pinto Gonçalves, nº 4116 - Pq Jequitibas, nesta cidade de Dourados/MS, denominada CONTRATANTE; e de outro lado a empresa **AXON ENTERPRISE, INC**, sociedade constituída de acordo com as leis do Arizona, inscrita no Employer Identification Number (EIN) sob o nº 86-0741227, situada no endereço 17800 N - 85th St - Scottsdale/USA, AZ 85255, neste ato representada por seu representante legal, o Senhor **FRANCO GIAFFONE**, portador da Cédula de Identidade RG nº 13597927 SSP/SP e CPF nº 257.875.238-90, denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO, o qual sujeita as partes às normas disciplinadas e às regras estabelecidas no Termo de Referência e, ainda, às cláusulas e condições a seguir aduzidas.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

- 2.1. O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, com fundamento em seu art. 25, inciso I, constante do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº. 010/2022, Processo de Licitação nº. 269/2022/DL/PMD.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

- 3.1. O objeto do presente instrumento refere-se à Aquisição de kit's de armamento de incapacitação neuromuscular (AINM) e cartuchos de curta e longa distância, objetivando atender as necessidades da Guarda Municipal, com recursos de Transferência Especial realizada pelo Ministério da Economia através da Emenda Parlamentar nº 202240320002 (Deputado Federal Loester Trutis) e recursos próprios, conforme abaixo especificado:

Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Marca	Preço Expresso em (US\$ / R\$)	
					Unitário (US\$ / R\$)	Total (US\$ / R\$)
01	CARTUCHOS PARA AINM DE LONGA DISTÂNCIA Cartuchos para longa distância disponível para LONGO ALCANCE que possa atingir 6,40 m (seis metros e quarenta centímetros) ou mais até do alvo, compatível com as especificações técnicas da AINM citadas acima, devendo ser providos de tecnologia que impeça o lançamento de dardos pela queda ou outro meio de acionamento involuntário. · Em caso de equipamento de produção estrangeira será exigida documentação que comprove a permissão para produção emitida por Banco de Provas Internacional ou por órgão oficial do país de origem; · Possuir seu lote de fabricação e número de série, assim como, validade mínima de aproximadamente 5 (cinco) anos e garantia total de 90 (noventa) dias, contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes; Sua caixa deverá ser fabricada em	Unid.	150	Axon	US\$ 37,00 R\$ 205,35	US\$ 5.550,00 R\$ 30.802,50



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

	polímero de alta resistência com 02 (dois) arpões em aço inoxidável.					
02	<p>CARTUCHOS PARA AINM DE CURTA DISTÂNCIA Cartuchos para curta distância Para utilização em atendimentos, com disponibilidade para CURTO ALCANCE de 1,25 m (um metro e vinte e cinco centímetros) até 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) de distância do alvo, compatível com as especificações técnicas da AINM citadas acima devendo ser providos de tecnologia que impeça o lançamento de dardos pela queda ou outro meio de acionamento involuntário. ?Em caso de equipamento de produção estrangeira será exigida documentação que comprove a permissão para produção emitida por Banco de Provas Internacional ou por órgão oficial do país de origem;</p> <p>?Possuir seu lote de fabricação e número de série, assim como, validade mínima de aproximadamente 5 (cinco) anos e garantia total de 90 (noventa) dias, contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes;</p> <p>Sua caixa deverá ser fabricada em polímero de alta resistência com 02 (dois) arpões em aço inoxidável.</p>	Unid.	230	Axon	US\$ 37,00 R\$ 205,35	US\$ 8.510,00 R\$ 47.230,50
03	<p>ARMAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR (KIT) 1.1 Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular (AINM):</p> <p>1.2 Referências Normativas:</p> <p>A seguir apresenta-se a norma basilar relacionada, na qual, contém as disposições legais para elaboração dos requisitos técnicos deste equipamento, constituindo pela seguinte.</p> <p>- PORTARIA Nº 197, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020 que, Institui a Norma Técnica atinente a Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular para utilização policial (NTSENASP nº 002/2020) - Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular (AINM).</p> <p>1.3 Termos e Definições:</p> <p>Para os efeitos deste documento, aplicam-se os termos e definições abaixo reproduzidos:</p> <p>Arma Eletroeletrônica de Incapacitação Neuromuscular (AINM): Arma de porte que quando acionada promove descarga elétrica pulsada no alvo, estimulando ação neuromuscular para causar incapacidade física temporária.</p> <p>Pulso: Descarga variável de energia elétrica, em curto intervalo de tempo.</p> <p>Arco Voltaico: Propelido através de dois fios condutores que levam os dardos, e que ao entrarem em contato com o corpo, geram um fluxo intenso de corrente elétrica.</p> <p>Centelhamento: Procedimento de verificação da arma através do seu acionamento com ou sem cartuchos,</p>	Unid.	26	Axon	US\$ 2.010,00 R\$ 11.155,50	US\$ 52.260,00 R\$ 290.043,00



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

<p>sendo verificada a presença de descarga elétrica.</p> <p>Iluminação central: Diz respeito ao feixe de luz principal que integra o núcleo de projeção.</p> <p>Iluminação em derrame: Diz respeito ao feixe de luz que tem como finalidade iluminar as áreas adjacentes ao centro do feixe principal, dando visão periférica ao operador.</p> <p>Cartucho de incapacitação neuromuscular: É uma munição destinada a ser utilizada quando do uso progressivo e proporcional da força, em missões de polícia ostensiva e de preservação e restauração da ordem pública, causando grande impacto psicológico e despersuasão contra os infratores da lei, na arma de incapacitação neuromuscular.</p> <p>1.4Características Gerais:</p> <p>O equipamento deverá possuir corpo constituído de material resistente, não condutor de eletricidade, de alta resistência a impactos, devendo ser isento, em qualquer de suas partes ou componentes, de rachaduras, deformações, mossas, rebarbas, perfurações, corrosões, ou qualquer outro defeito que comprometa a segurança, durabilidade ou empregabilidade, devendo ainda ser resistente à água e a umidade.</p> <p>Temperatura de armazenamento e operação: O equipamento deverá suportar a temperaturas do espectro entre -10°C a +50°C em ambas as situações, sem que sua eficácia e durabilidade sejam comprometidas.</p> <p>Identificação do número de série individualizado no equipamento e no cartucho operacional.</p> <p>O armamento deverá ser provido de tecnologia capaz de aplicar, dentro dos limites de segurança, a carga necessária no corpo do indivíduo agressor para sua efetiva incapacitação.</p> <p>A corrente elétrica deverá operar em uma margem segura, conforme normas complementares a NT - SENASP, que não ocasione lesões graves, nem nos órgãos internos, devendo, contudo, atuar com eficácia na incapacitação neuromuscular.</p> <p>Armazenamento de dados de, no mínimo 500 disparos, bem como emissão de relatórios contendo, no mínimo, data e hora do acionamento, cartuchos disparados, número de série da AINM, e duração do acionamento. Tal solução deverá permitir auditoria dos dados armazenados no dispositivo se necessário, independentemente da tecnologia utilizada.</p> <p>Bateria facilmente substituível em ação operacional, com autonomia para, no mínimo, 100 (cem) acionamentos de 3 (três) a 5 (cinco) segundos de descarga,</p>					
--	--	--	--	--	--



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

<p>com capacidade de 300 (trezentos) ciclos de recarga, e durabilidade de armazenamento de pelo menos 5 (cinco) anos, quando a bateria for recarregável; no caso de bateria não recarregável, que esta tenha vida útil para suportar, no mínimo, 500 (quinhentos) acionamentos com ciclos de 3 (três) a 5 (cinco) segundos de descarga e durabilidade de armazenamento de pelo menos 5 (cinco) anos.</p> <p>Espectro mínimo de alcance útil dos dardos entre 2 (dois) a 7,5 metros (sete metros e meio), e espectro ideal de até 10 (dez) metros.</p> <p>O equipamento (AINM e cartuchos) deverão ser resistente a quedas de altura de no mínimo 2 (dois) metro de altura, sem haver acionamento acidental ou danos que atinjam sua estrutura, que façam com que suas características sejam alteradas, ou inviabilizem sua utilização operacional temporária ou permanentemente.</p> <p>Para a segurança, deve possuir chave "liga/desliga" ou dispositivo que previna a ativação acidental.</p> <p>1.5Características Específicas</p> <p>1.5.1 Do seu uso</p> <p>Arco de advertência (ou arco voltaico): Possibilidade de acionar o centelhamento, sem a necessidade de ejeção dos cartuchos e sem ocasionar lançamento dos dardos, de forma que permita ao agente sinalizar a intenção de uso do armamento ao agressor através de um centelhamento visível e audível, possibilitando a aplicação do uso progressivo da força através do impacto psicológico, desestimulando a resistência por parte do agressor;</p> <p>Corrente elétrica: Deverá operar em uma margem segura e que não ocasione lesões ou queimaduras na pele, nem em órgãos internos, devendo, contudo, atuar com eficácia nas ondas do sistema nervoso, que é o motor responsável pela incapacitação neuromuscular;</p> <p>Tiro de backup: Permite ao operador efetuar MAIS de 01 (um) disparo sem a necessidade de fazer a troca do cartucho disparado por um cartucho novo, permitindo que a arma esteja em pronto emprego diante de múltiplos agressores ou na falha de penetração de um dos dardos do primeiro disparo;</p> <p>Modo de acionamento: Possibilidade de decidir se os cartuchos são disparados em modo semiautomático (o dispositivo avança para o próximo cartucho) ou em modo manual (o usuário deve avançar para o próximo cartucho manualmente);</p> <p>Choque de contato: Capacidade de desempenhar um choque de contato sem a necessidade de se retirar os cartuchos; e</p> <p>Conexão cruzada (ou alternância de dardos): Para maximizar o sucesso</p>					
---	--	--	--	--	--





<p>operacional e nos casos em que algum dos dardos do primeiro disparo se desconecte ou não atinja o corpo do agressor, o armamento deverá ser capaz de se conectar de forma cruzada com os dardos do outro cartucho a ser disparado, permitindo o envio da corrente elétrica e a incapacitação neuromuscular.</p> <p>1.6 Material da AINM</p> <p>Carcaça: Fabricado em polímero de alta resistência e durabilidade;</p> <p>Resistência à água: Conforme protocolo de testes da norma IEC 60529;</p> <p>Temperatura de armazenamento e operação: O armamento deverá suportar a temperaturas de no mínimo -10°C a 50°C tanto para armazenamento quanto para operação, sem que a eficácia e a durabilidade sejam comprometidas, devendo ser comprovado por laudo de laboratório isento; e</p> <p>Peso e tamanho: O dispositivo (sem bateria) deve pesar no máximo 300 g (trezentas gramas) e comprimento máximo de 21 cm (vinte e um centímetros).</p> <p>1.7 Bateria</p> <p>Bateria: De uso recarregável, de lítio e que seja possível substituir facilmente, devendo possuir autonomia para aproximada 300 (trezentos) ciclos completos de carga e descarga;</p> <p>Capacidade do pacote de baterias: No mínimo 900 mAh;</p> <p>Ciclo de disparo: Após o acionamento do gatilho o armamento deverá emitir corrente elétrica por no máximo 5 (cinco) segundos, devendo interromper automaticamente o ciclo após esse tempo; e</p> <p>Emissão de relatórios: O armamento deverá ser capaz de emitir relatórios contendo, no mínimo, as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>·Número de acionamentos do botão teste de centelha;</li><li>·Duração de cada ciclo;</li><li>·Utilização do arco de advertência (ou arco voltaico);</li><li>·Registro de cada pulso e saída de tensão; e</li><li>·Todos os registros acima deverão ser emitidos com data e hora do acionamento e o número de série do armamento.</li></ul> <p>1.8 Outros</p> <p>Aparelho de pontaria: Ser composto por alça e massa de mira;</p> <p>Laser Duplo: Um laser indicando o local de impacto do dardo superior e o outro laser indicando o local de impacto do dardo inferior, diferenciando os receptivos através de cores distintas, para evitar a “adivinhação” e aumentar a precisão do disparo;</p> <p>Lanterna: De alta intensidade, embutida, com no mínimo 300 (trezentos) lúmens, acessível sem a perda de empunhadura.</p>					
---	--	--	--	--	--



<p>O acionamento da mesma independe do acionamento da arma;</p> <p>Visor (display): O armamento deverá possuir visor (ou display) que permita ao operador observar informações básicas como o nível da bateria, data, hora, contagem do ciclo de descarga e informações provenientes do autodiagnostico;</p> <p>Interruptor de segurança (trava): Ambidestro;</p> <p>Medição de corrente: Com tecnologia inteligente que seja capaz de medir, ajustar e empregar, precisamente, a quantidade de corrente elétrica necessária para atuar diretamente no sistema neuromuscular, eliminando os riscos de falha na incapacitação do indivíduo devido à falta ou excesso de descarga elétrica;</p> <p>Data Kit: Recurso que permita o gerenciamento de relatórios, de forma rápida e segura, através de cabo USB ou conexão Wi-Fi;</p> <p><b>2. ENTREGA TÉCNICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Apresentação de todos os itens e funções técnicas da AINM adquirida, a ser realizado por responsável designado pela empresa contratada;</li><li>· Insumos incluídos;</li><li>· A ser realizado em Dourados/MS; e</li><li>· A Guarda Municipal de Dourados disponibilizará o local para o curso e os meios auxiliares necessário.</li></ul> <p><b>3. DEFINIÇÃO DE UNIDADE DO ARMAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR (KIT)</b></p> <p>Para fins de aquisição licitatória, 01 (uma) unidade do armamento de incapacitação neuromuscular (KIT) será composta por:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>· 1 (uma) arma de incapacitação neuromuscular com suporte para no mínimo 02 (dois) cartuchos;</li><li>· 1 (uma) bateria de lítio (modelo recarregável);</li><li>· 1 (um) cabo USB para transferência de dados</li></ul> <p><b>PARA A QUANTIDADE TOTAL ADQUIRIDA;</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Licença de uso para 5 anos;</li><li>· 1 (um) manual de instruções em língua pátria; e</li><li>· 1 (um) coldre com porta cartucho do referido modelo de AINM para cada KIT, confeccionado em material resistente e compatível com o item adquirido, na proporção de 90% para destros e 10% para canhotos.</li></ul> <p>O armamento de incapacitação neuromuscular deverá ter validade mínima de 05 (cinco) anos e garantia total do produto, pelo prazo de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes, desde que seguidas as recomendações do fabricante, contados a partir da data do recebimento, de forma definitiva, pela</p>					
---	--	--	--	--	--



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

	Comissão de Recebimento de Material.					
<b>04</b>	CARREGADOR DE BATERIA Carregador de bateria com no mínimo 6 (seis) baias e compatível com tensão 110v ou 220v, compatível com os kit's de armamento de incapacitação neuromuscular (AINM) fornecido.	<b>Unid.</b>	01	Axon	US\$ 1.100,00 R\$ 6.105,00	US\$ 1.100,00 R\$ 6.105,00
<b>Valor Total</b>						<b>US\$ 67.420,00 R\$ 374.181,00</b>

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO E REAJUSTE**

- 4.1.** O valor global do presente Contrato é de US\$ 67.420,00 (sessenta e sete mil e quatrocentos e vinte dólares americanos), equivalente em reais em média à R\$ 374.181,00 (trezentos e setenta e quatro mil e cento e oitenta e um reais, observado o constante da proposta da Contratada. Para efeito de conversão da moeda estrangeira, o valor da contratação em reais será definido pela cotação do dólar americano fornecido pelo Banco no momento do fechamento da Carta de Crédito.
- 4.1.2.** O valor estimado constante no subitem acima, representa a conversão do preço do dólar com base na cotação cambial à época da apresentação da proposta, sendo que o valor a ser efetivamente pago em real no momento da efetivação da Carta de Crédito será atualizado com base na conversão cambial à época da abertura da carta de crédito. OBS: Os parâmetros utilizados para chegar a cotação cambial, consta no item “3” do Termo de Referência.
- 4.2.** O preço permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência do Contrato, salvo se em decorrência de prorrogação do prazo de vigência ultrapassar 12 (doze) meses, hipótese em que a Contratada poderá através de requerimento, ter o saldo remanescente reajustado, se houver.
- 4.3.** De acordo com a política monetária do Governo Federal e no caso da execução do objeto ultrapassar o período superior a 12 (doze) meses, o saldo contratual será reajustado aplicando-se o índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade ou qualquer outro índice oficial de preços, considerando a data de referência da aceitação da proposta, desde que, após decorridos 12 (doze) meses e que a Contratada solicite formalmente dentro do prazo de até 30 (trinta) dias do 12º (décimo segundo) mês, renunciando ao reajuste caso não faça.
- 4.4.** O descumprimento das condições supracitadas por responsabilidade da Contratada, bem como de suas obrigações contratuais, ensejará a não concessão de reajuste anual.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 5.1.** As despesas decorrentes da execução do objeto deste CONTRATO correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

**04.00. – Guarda Municipal**

**04.01. – Guarda Municipal**

**06.181.104.** – Programa de Aperfeiçoamento da Gestão, Aprimoramento dos Atendimentos Ofertados a População e Estruturação da Guarda Municipal

2012. – Manter ações Guarda Municipal, Implantar Novas Tecnologias, Capacitar e Estruturar

44.90.52.22. - Outros Materiais Permanentes

44.90.52.24. - Aparelhos e Equipamentos de Proteção e Segurança

33.90.30.38. – Material para Armamento, Munições, acessórios e Sobressalentes

- 5.2.** O CONTRATANTE se reserva no direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

- 6.1.** O presente instrumento terá vigência contada a partir da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação de seu extrato na Imprensa Oficial, com término em 31 de dezembro de 2022.
- 6.2.** Este Contrato poderá ter a sua vigência prorrogada nos termos que dispõe o art. 57, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações.



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

- 6.3. No caso da execução do Contrato ultrapassar o exercício financeiro vigente, as despesas efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo orçamento da mesma programação financeira.
- 6.4. A prorrogação do prazo de vigência do Contrato será precedida de justificativa devidamente fundamentada e autorização da autoridade competente, devendo ser formalizada nos autos do processo mediante Termo Aditivo.
- 6.5. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

- 7.1. A solicitação dos equipamentos será realizada através da Autorização de Fornecimento (AF), que é documento no qual consta a especificação exatamente licitada, devendo constar o número do Contrato, os equipamentos, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local de entrega, além das demais exigências legais.
- 7.2. A Autorização de Fornecimento (AF) será enviada à Contratada via email ou outra forma a ser estabelecida pelas partes, devidamente assinada pelo setor requerente.
- 7.3. O prazo de entrega é de 120 (cento e vinte) dias corridos a partir do recebimento do Swift da Carta de Crédito, da Permissão de Exportação, do CII – Certificado Internacional de Importação e do contrato, o que ocorrer por último, a ser expedida pelas autoridades competentes, em remessa única, na sede da Guarda Municipal, situado na Av. Joaquim Teixeira Alves nº 4120, Jardim Caramuru, na cidade de Dourados-MS, ou em outro local determinado com antecedência pela Guarda Municipal respeitando obrigatoriamente, a quantidade determinada, sendo os mesmos recebidos pelos integrantes da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, no período das 07h00min às 13h00min.
- 7.4. Os equipamentos deverão ser entregues devidamente embalado e identificado conforme preconiza a legislação, sendo que a falta do mesmo implicará no não recebimento destes por parte da Comissão de Recebimento.
- 7.6. A CONTRATADA deverá entregar junto aos equipamentos, o Termo ou Certificado de Garantia do Fabricante e manual de instrução/funcionamento.
- 7.7. Por se tratar de produto importado, no momento da entrega dos equipamentos, a Contratada deverá anexar à nota fiscal ou documento equivalente no exterior, cópia da Declaração de Importação – DI, a fim de comprovar a origem e regularidade da importação do equipamento em questão.
- 7.8. Caberá à Contratante comunicar ao Comando do Exército os equipamentos objeto deste Contrato, para fins de emissão do Certificado Internacional de Importação, nos termos do Decreto 9.847/2019.
- 7.9. Os equipamentos deverão ser entregues devidamente acompanhados dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal e/ou Fatura) ou seja, de acordo com a Autorização de Fornecimento (AF), dela devendo constar o número do Contrato, o material, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local de entrega, além das demais exigências legais.
- 7.10. A licitante vencedora está vinculada a fornecer estritamente os equipamentos discriminados no Pedido de Licitação, no contrato e na nota de empenho, e no ato da entrega da mercadoria poderá ser constatado o desacordo com o pedido de licitação, contratado e nota de empenho, o que acarretará a devolução do mesmo.
- 7.11. Todas as despesas relativas à entrega e substituição dos equipamentos ficarão a cargo da Contratada. Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pela Administração, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pela legislação vigente.
- 7.12. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos equipamentos que porventura sejam entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações do Contrato.
- 7.13. Tanto a Contratada quanto o fabricante assumem inteira responsabilidade pela qualidade e conformidade dos equipamentos entregues, com as condições estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria.
- 7.14. A Contratada será responsável, na forma da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos decorrentes do fornecimento contratado.
- 7.15. Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.



#### **7.16. DA ENTREGA TÉCNICA**

- 7.16.1.** Apresentação de todos os itens e funções técnicas da AINM adquirida, a ser realizado por responsável designado pela empresa contratada.
- 7.16.2.** A sua entrega deverá ser realizada no município de Dourados/MS.
- 7.16.3.** Quando da entrega, fica a empresa contratada responsável por apresentar o domínio e utilização do equipamento, incluindo as técnicas de utilização que possibilitem ao usuário o desenvolvimento das capacidades necessárias para utilização diária e apto a certificar os agentes como multiplicadores.
- 7.16.4.** Deverá ser ofertado a no mínimo 10 (dez) servidores, capacitando-os como multiplicadores. Os insumos necessários para a sua realização, como cartuchos de treino, correrão às expensas da empresa contratada.
- 7.16.5.** A Guarda Municipal de Dourados disponibilizará local e meios auxiliares necessários para a sua realização.

#### **7.17. DO PROTOCOLO DE TESTE**

- 7.17.1.** Para aferir se os requisitos técnicos mínimos das armas eletroeletrônicas de incapacitação neuromuscular (AINM) e dos cartuchos estão sendo atendida, com o objetivo de atender os profissionais de segurança pública, a empresa contratada deverá declarar que está de acordo com as normas de ensaio contidas na NT-SENASP 002/2020.

#### **7.18. DO TRANSPORTE**

- 7.18.1.** A CONTRATADA deverá arcar com as despesas de embalagem, frete, traslado, desembaraço alfandegário, seguro, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outras despesas que porventura vierem a existir até a sua entrega na sede da Guarda Municipal de Dourados, ficando a cargo da Contratada, ainda, as despesas com remoção dos bens fornecidos caso tenham que ser substituídos, não cabendo ao Contratante qualquer responsabilidade sobre os mesmos.
- 7.18.2.** Na execução do transporte deverão ser obedecidos os critérios adequados para sua realização, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade do material, e de acordo com as condições estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria.
- 7.18.3.** Os equipamentos que apresentar recomendações preconizadas pelo fabricante deverá ser transportado nessas condições e de acordo com as condições estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria.

#### **7.19. DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS**

- 7.19.1.** O armamento de incapacitação neuromuscular deverá ter validade mínima de 05 (cinco) anos e garantia total do produto, pelo prazo de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes, desde que seguidas as recomendações do fabricante, contados a partir da data do recebimento, de forma definitiva, pela Comissão de Recebimento de Material. Já os cartuchos, baterias e acessórios deverá ter validade mínima de 05 (cinco) anos e garantia total do produto, pelo prazo de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes.
- 7.19.2.** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 7.19.3.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 7.19.4.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 7.19.5.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

- 7.19.6.** A Contratada será devida prover 3% do total de produtos para substituição imediata de armas que possam apresentar falhas, sendo que, caso ocorram falhas em algum equipamento, este será enviado de volta à fábrica de origem para avaliação técnica, sem ônus ao Estado. O prazo para devolução do produto pela fábrica será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela Assistência Técnica Autorizada.
- 7.19.7.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 7.19.8.** Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 7.19.9.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 7.19.10.** O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 7.19.11.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO**

- 8.1.** Os equipamentos serão recebidos por servidor integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias, em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93, especificamente nos termos do artigo 73, II, “a” e “b” da referida Lei.
- I.** Entende-se como critério de aceitação do objeto que o mesmo esteja de acordo com especificação descrita na Proposta de Preços, que atenda o inciso VII do art. 39 da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
  - II.** Após a verificação do quantitativo e a equivalência dos equipamentos entregues com as especificações contidas na Proposta de Preços e, também, no presente instrumento, será feito o recebimento definitivo do equipamento.
- 8.2.** Para efeito de recebimento, não serão aceitos os equipamentos:
- I.** Divergentes, quanto às características, o modelo ou às especificações descritas na Proposta de Preços Contratada;
  - II.** Com embalagens individuais violadas, inadequação em relação ao conteúdo e não estiverem devidamente identificadas de acordo com o que estabelece a legislação vigente;
  - III.** Que não estejam adequados para uso/utilização.
- 8.3.** O CONTRATANTE reserva-se no direito de não aceitar os equipamentos que estiver em desacordo com o previsto nesse Termo Contratual.
- 8.4.** Os equipamentos serão recebidos por servidor integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias:
- I.** Será verificada a equivalência dos equipamentos entregues com as especificações contidas no Contrato, sob pena de ser recusado o seu recebimento;
  - II.** Detectando-se alguma anormalidade como defeitos, falhas ou imperfeições no equipamento, estes serão relacionados e entregues à Contratada para adoção das medidas cabíveis a fim de sanar os problemas, podendo rejeitá-los, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
  - III.** Caso se verifique alguma inconformidade com o equipamento em data posterior à entrega, será comunicado à empresa, que por sua vez, deverá manifestar-se formalmente acerca das providências a serem adotadas no prazo de até 07 (sete) dias.





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

- IV.** Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de Notificação;
- a. Essa Notificação interrompe os prazos de recebimento e de pagamento até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.
- V.** A contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição do equipamento que porventura seja entregue com defeito, danificado ou não compatível com as especificações, sem ônus para o Contratante, mantido o preço inicialmente contratado;
- VI.** A aceitação dos equipamentos somente será efetuada após ter o mesmo sido considerado satisfatório pela Comissão de Recebimento, designada especialmente para este fim, sendo que a não observância destas condições implicará na não aceitação dos mesmos, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou pedido de indenização por parte da inadimplente.
- 8.5.** Os equipamentos considerados inadequados, de inferior qualidade, ou que não atenderem às exigibilidades, serão devolvidos e o pagamento ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.
- 8.6.** Os equipamentos recusados pelo Contratante deverão ser substituídos, automaticamente, no indicado pela Contratante, contados da data de Notificação, sem qualquer ônus para o Contratante.
- 8.7.** A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação do Contratante, sendo que a falta de tal justificativa sujeitará a Contratada as penalidades previstas na legislação vigente.
- 8.8.** Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pelo Contratante, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pelo Contrato e legislação aplicável.
- 8.9.** Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o CONTRATANTE, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 8.10.** No caso de inadimplência da Contratada, entrega dos equipamentos com especificações diferentes do ofertado, ou ainda com imperfeições, quantidade inferior ao consignado na Nota de Empenho, considerar-se-á como data efetiva da entrega aquela em que a totalidade dos equipamentos sejam entregues, em quantitativos e características compatíveis com o solicitado.
- 8.11.** Em caso de necessidade de providências por parte da CONTRATADA, o prazo para pagamento será suspenso e o fornecimento considerado em atraso, sujeitando-o à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e conforme o caso, as outras sanções estabelecidas na lei e neste CONTRATO.
- 8.12.** Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade dos equipamentos e estará obrigada a substituir aquele que não estiver de acordo com o especificado ou no caso de apresentar falha, mesmo que o fato ocorra após o recebimento provisório e/ou definitivo, sob pena de aplicação, pelo Contratante, das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93.
- 8.13.** Todos os custos referentes ao fornecimento, como transporte, taxas e impostos, despesas com refeições e estadias de funcionários, atendimento fora do horário comercial para entrega e demais despesas necessárias para o perfeito fornecimento contratado, correrão por conta exclusiva da Contratada.
- 8.14.** O Termo de Recebimento Definitivo não eximirá a Contratada das obrigações definidas no Código Civil Brasileiro em vigor, bem como no artigo 69 da Lei Federal 8.666/93, e demais exigências legais.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES**

- 9.1.** Constituem obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste CONTRATO ou dele decorrentes:
- I.** Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da entrega dos equipamentos;
- II.** Arcar com todas as despesas operacionais, necessárias à entrega do objeto da licitação;
- III.** Dar ciência a Guarda Municipal de Dourados, imediatamente, e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na integra solicitadas;
- IV.** Entregar os equipamentos solicitados de acordo com a descrição;



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

- V. Executar a entrega através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Guarda Municipal exigir a retirada daquela cuja conduta seja julgada inconveniente, obrigando-se, também, a indenizar a Guarda Municipal por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem;
  - VI. Responsabilizar-se integralmente pela venda dos equipamentos, nos termos da legislação vigente;
  - VII. Realizar a entrega de acordo com a necessidade da Guarda Municipal de Dourados, dentro do prazo, locais e quantidades estabelecidos neste Termo;
  - VIII. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - IX. Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato;
  - X. Observar as prescrições emanadas do agente da Administração designado para acompanhar a entrega dos equipamentos;
  - XI. Ser zeloso na entrega, de maneira a não colocar em risco à saúde dos seus agentes e servidores;
  - XII. A contratada deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Guarda Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
  - XIII. A adjudicatária deverá responsabilizar-se por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados;
  - XIV. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.
  - XV. Para pagamentos via Carta de Crédito Internacional, providenciar a PROFORMA INVOICE no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, contendo os dados necessários, bem como todas as informações do equipamento cotado e os acessórios contido na proposta, além de todos os seus dados, razão social, endereço, telefone e dados bancários completos. Após possíveis correções e atesto da PROFORMA INVOICE pela Guarda Municipal de Dourados, a contratada deverá enviar a versão definitiva em até 5 (cinco) dias úteis se houver alguma correção a ser feita.
- 9.2.** Constituem obrigações do CONTRATANTE, além das demais previstas neste CONTRATO ou dele decorrentes:
- I. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
  - II. Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais;
  - III. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que deve ser realizada a entrega dos materiais solicitados;
  - IV. Atestar às Notas Fiscais/Faturas correspondentes a entrega dos equipamentos referente ao objeto deste Termo de Contrato;
  - V. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - VI. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do(s) objeto(s), no prazo e forma estabelecidos no contrato e seus anexos;
  - VII. Elaborar as Notas de Empenhos e as Autorizações de Fornecimento, determinando as quantidades a serem entregues;
  - VIII. Exercer a fiscalização da entrega dos equipamentos por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
  - IX. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da licitação, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;
  - X. Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega dos equipamentos;



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

- XI.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - XII.** Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que a Contratada entregar fora das especificações constantes da Proposta de Preços e do respectivo Contrato.
- 9.3.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.4.** Além das obrigações descritas anteriormente, devem ser observadas outras obrigações específicas em função da peculiaridade do objeto conforme Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

- 10.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.2.** O CONTRATANTE fiscalizará obrigatoriamente a execução do CONTRATO, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos.
- 10.3.** A gestão e fiscalização do presente CONTRATO e seu objeto será feita pelo CONTRATANTE, por meio de servidor devidamente designado, ao qual competirá, além dos deveres de fiscalização, também dirimir as dúvidas que surgirem no curso da de sua execução e de tudo dará ciência à CONTRATADA, para fiel execução contratual durante sua vigência e/ou prazo garantia.
- 10.4.** O gestor do CONTRATO anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos equipamentos objeto deste CONTRATO, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de multa ou rescisão do CONTRATO, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer cláusulas estabelecidas no presente instrumento.
- 10.5.** Na eventualidade de ocorrência de qualquer falha de execução ou em que os equipamentos tenham sido entregues fora das especificações da fiscalização ou ainda que os equipamentos tenham sido entregues fora do contratado, será a CONTRATADA notificada para que regularize tais falhas, sob pena de, não o fazendo, ser declarada inidônea, sem prejuízo das demais penalidades.
- 10.6.** As providências necessárias serão determinadas pelo representante do Município ao preposto indicado pela CONTRATADA.
- 10.7.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE e/ou terceiros, por qualquer irregularidade, na execução/fornecimento, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de equipamento inadequado ou de qualidade inferior ou em desacordo com o contratado e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO**

- 11.1.** O pagamento será efetuado em favor da adjudicatária por meio de Ordem Bancária em até 30 (trinta) dias, após a entrega e aceite definitivo dos equipamentos, mediante apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, devendo ainda indicar o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o Crédito.
- 11.2.** Quando do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em dia com todas as condições de habilitação exigidas na licitação.
- 11.3.** A Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos quando da entrega dos equipamento:s
- I.** **03 (três) vias da AF** encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado;
  - II.** **Nota Fiscal ou documento equivalente** gerada pelo fornecimento da quantidade dos materiais entregues solicitados na AF. Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, o motivo da não entrega da mesma, os quais serão analisados pela Secretaria e posteriormente será informado a decisão;



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

- III. **Prova de Regularidade Fiscal:** da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS) e Certidão de Débitos Trabalhistas (Justiça do Trabalho), ou na sua ausência, Declaração de Impossibilidade de Apresentação de Documentos de Habilitação e Contrato Social da Empresa, todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade. No caso de empresas estrangeiras que não possuam tais documentos, apresentar declaração de impossibilidade de apresentação de documentos habilitação.
- IV. Para empresas estrangeiras ainda deverão apresentar os seguintes documentos juramentados e traduzidos, assim como, outros que sejam relevantes para o andamento do processo.
1. Declaração de inexistência de impedimento e de fatos supervenientes impeditivos da habilitação;
  2. Carta de representante legal se for o caso;
  3. Procuração;
  4. Contrato Social da empresa com todas as suas alterações;
  5. Declaração de inexistência de impedimento para licitar ou contratar com a administração;
  6. Declaração de que está de acordo com a Norma Técnica - SENASP nº 002/2020, com relação as Arma Eletroeletrônica de Incapacitação Neuromuscular (AINM).
- 11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.6. No pagamento em **MOEDA ESTRANGEIRA (DÓLAR AMERICANO OU EURO)**, será efetuado por meio de Carta de Crédito Internacional, irrevogável e intransferível, emitida pela instituição financeira **Caixa Econômica Federal** em favor da empresa contratada e garantida por banco de primeira linha indicado pelo licitante, nos termos da legislação em vigor, cuja validade corresponderá ao prazo de entrega do objeto licitado, e sua liberação para pagamento ocorrerá mediante comunicação a ser feita ao emissor, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 11.7. Todas as despesas referentes à emissão de ordem de pagamento e/ou abertura de crédito documentário junto à Caixa Econômica Federal, (abertura, aviso, negociação e demais despesas decorrentes) serão custeadas pela CONTRATADA.
- 11.8. Sendo necessária emenda da carta de crédito, como prorrogação ou alteração de condicionantes, as despesas que venham a incidir serão custeadas por quem deu causa à emenda.
- 11.9. O pagamento será efetuado em Reais (R\$), mediante conversão pela taxa de câmbio de compra vigente para moeda estrangeira segundo o valor disponibilizado pelo site do BANCO CENTRAL DO BRASIL (<https://www.bcb.gov.br/>) boletim de fechamento referente ao dia de fechamento da carta de crédito.
- 11.10. Todas as operações financeiras serão efetivadas por meio da Caixa Econômica Federal, sendo que nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendências em virtude de sanção, inadimplência ou entrega, sem que isso gere direito a pleito de reajustamento de preços ou correção monetária, quando for o caso.
- 11.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:  
EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 12.1.** Caso haja inexecução parcial ou total do CONTRATO com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.
- 12.2.** Em caso de inexecução ou execução irregular do fornecimento ou de prestação de serviço:
- I.** Advertência por escrito;
  - II.** Multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso na entrega dos equipamento, incidente sobre o valor total do CONTRATO, limitada a incidência a 10 (dez) dias, que contar-se-á a partir da data limite para a entrega fixada neste CONTRATO ou após o prazo concedido para as substituições ou modificações devidas quando o objeto licitado estiver em desacordo com as especificações previstas; a partir do 10º (décimo) dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do CONTRATO, com as consequências daí advindas;
  - III.** Suspensão do CONTRATO após o 10º (décimo) dia de atraso.
  - IV.** Rescisão unilateral do CONTRATO após o 30º (trigésimo) dia de atraso;
  - V.** Multa compensatória de:
    - a)** 3% (três por cento) sobre o valor correspondente a parte não cumprida do CONTRATO por ocorrência, até o limite de 9% (nove por cento), em caso de inexecução parcial do CONTRATO;
    - b)** 30% (trinta por cento) sobre o valor do CONTRATO, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
  - VI.** Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo período de até 02 (dois) anos, no caso do não cumprimento de Cláusula Contratual ou quando ocorrer a rescisão unilateral do CONTRATO por culpa de CONTRATADA;
  - VII.** Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.
- 12.3.** As sanções previstas neste CONTRATO são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a depender do grau da infração cometida pelo adjudicatário.
- 12.4.** Quaisquer multas, quando aplicadas, deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias na Tesouraria do Município de Dourados ou serão deduzidas de qualquer fatura ou crédito existente do CONTRATANTE em favor da CONTRATADA ou, ainda, cobrada judicialmente.
- 12.5.** As penalidades estabelecidas em lei não excluem qualquer outra prevista neste CONTRATO, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas, danos e prejuízos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em consequência do inadimplemento das condições contratuais, nem impedem a rescisão do CONTRATO
- 12.6.** Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa.
- 12.7.** Fica garantido à CONTRATADA o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada na forma como foi apresentada.
- 12.8.** Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a pena de suspensão, acima tratados, as empresas ou profissionais que, em razão da Lei Federal nº 8.666/93:





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 13.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente CONTRATO de pleno direito, independentemente de interpelação judicial, pela ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78, combinado com o artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93, garantindo à CONTRATADA o direito de defesa e o contraditório, nos termos do artigo 109 da mesma Lei.
- 13.2. A rescisão não dará à CONTRATADA direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.
- 13.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes deste CONTRATO, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.
- 13.4. A declaração de nulidade do presente contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 13.5. A nulidade não exonera o Município de Dourados do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data da declaração da nulidade e por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, comprovando-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 13.6. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no presente Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO**

- 14.1. O presente CONTRATO está vinculado, para todos os efeitos e condições legais, à Inexigibilidade de Licitação nº 010/2022.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

- 15.1. O presente Contrato poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
  - a. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto contratual;
  - b. Quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
  - c. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação de pagamento, com relação ao cronograma fixado, sem a correspondente contraprestação de execução dos serviços;
  - d. Na hipótese do disposto na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 15.2. Qualquer alteração nas condições ora estipulada neste CONTRATO deverá ser feita através de Termo Aditivo, devidamente assinado pelos representantes legais das partes.
- 15.3. Qualquer aumento ou supressão de quantitativos, em relação aos previstos na proposta, deverá ser previamente justificado pela fiscalização e aprovado pela autoridade competente.
- 15.4. Em havendo alteração unilateral do CONTRATO que aumente os encargos da CONTRATADA, o Município de Dourados deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO AMPARO LEGAL E DA SUJEIÇÃO LEGAL ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS**

- 16.1. O presente CONTRATO regula-se pelas suas cláusulas e pelos seus preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral de Contratos e as disposições de direito privado.





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

- 16.2. Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente CONTRATO serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis.
- 16.3. Após a assinatura deste CONTRATO, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de correspondência devidamente registrada.
- 16.4. As partes se declaram sujeitas às normas previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, as demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos e às cláusulas expressas neste CONTRATO.
- 16.5. Não terão eficácia quaisquer exceções às especificações contidas neste instrumento e/ou em seus anexos, em relação às quais o CONTRATANTE não houver, por escrito, se declarado de acordo.
- 16.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorrido após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

- 17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES**

- 18.1. A CONTRATADA fica obrigada a manter durante o período de execução do presente CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação exigida na Inexigibilidade de Licitação nº 010/2022.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

- 19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente CONTRATO, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas *infra-assinados*, de tudo cientes.

Dourados-MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

LILIANE GRAZIELE  
CESPEDES DE SOUZA  
NASCIMENTO:99830124134

Assinado de forma digital por  
LILIANE GRAZIELE CESPEDES DE  
SOUZA NASCIMENTO:99830124134  
Dados: 2022.11.29 09:49:32 -04'00'

**LILIANE GRAZIELE CESPEDES DE SOUZA NASCIMENTO**  
*Comandante da Guarda Municipal*

FRANCO  
GIAFFONE:25787523890

Assinado de forma digital por  
FRANCO GIAFFONE:25787523890  
Dados: 2022.11.29 10:58:05 -03'00'

**FRANCO GIAFFONE**  
*Representante Legal da AXON ENTERPRISE, INC*

Testemunhas:

Ass.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

## **Anexo II - Relatorio de situacao.pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA  
Serviço de Ensino Operacional

## RELATÓRIO DE SITUAÇÃO

Ao Senhor Chefe do SEOP/DIDH/COEN/ANP

Como do conhecimento de Vossa Senhoria, encontra-se em tramitação o processo SEI nº **08500.028841/2021-95**, originado a partir de RELATÓRIO DE SITUAÇÃO (20272905) produzido em 12/09/2021, por este signatário, DPF Kel Lúcio, e pelo APF Tiago Machado, na condição de *Master Instructors* (AXON/TASER) e de Instrutores do SEOP/ANP. Em resumo, foi apontada a necessidade de aquisição do equipamento TASER 7, a fim de que sejam cumpridas as diretrizes contidas na Lei nº 13.060/2014, norma que disciplina o **uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPO) pelos agentes de segurança pública**.

Como apontado, o equipamento utilizado pela Polícia Federal – X26 – teve sua produção descontinuada, inexistindo cartuchos e baterias para venda. Os impactos diretos causados pela falta de equipamentos e insumos vem sendo sentidos pelas unidades regionais e pela própria Academia Nacional de Polícia, particularmente nos cursos de formação profissional e nos treinamentos continuados.

Atendendo a pedido de Vossa Senhoria e seguindo as sólidas diretivas do SEOP/ANP, foi avaliado o atual cenário operativo da Polícia Federal, com especial atenção à inexistência de equipamentos aptos a uso e à impossibilidade de aquisição de novos insumos para o dispositivo eletrônico de controle (DEC) em uso.

Cabe ainda ressaltar que algumas instituições vem priorizando a aquisição dos IMPOs, ofertando ao policial disparos que levarão os abordados à incapacitação neuromuscular, reduzindo sobremaneira os índices de lesão ou morte <sup>12</sup>.

---

<sup>1</sup> Governo de SP entrega mais de 3,1 mil armas de choque não letais para a PM. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/release/governo-de-sp-entrega-mais-de-31-mil-armas-de-choque-nao-letais-para-a-pm-2/>. Acesso em: 12 jan 2022.

<sup>2</sup> Uso de taser diminui letalidade da Polícia Militar de São Paulo. Disponível em: <https://www.sbtnews.com.br/noticia/primeiro-impacto/177876-uso-de-taser-diminui-letalidade-da-policia-militar-em-sao-paulo>. Acesso em: 12 jan 2022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA  
Serviço de Ensino Operacional

## Governo de SP entrega mais de 3,1 mil armas de choque não letais para a PM

Novos equipamentos fazem parte de modernização das forças de segurança e receberam investimento de R\$ 20 milhões

Qua, 05/01/2022 - 13h26 | Do Portal do Governo

f FACEBOOK

Twitter TWITTER

ENVIAR POR E-MAIL

O Governador João Doria anunciou nesta quarta-feira (5) a entrega de mais 3,1 mil armas de choque não letais para a Polícia Militar, com 7,5 mil cartuchos. As armas de incapacitação neuromuscular e acessórios foram adquiridos após investimento de cerca de R\$ 20 milhões, em um amplo programa de modernização das forças de segurança estaduais.

"Essas armas são fundamentais para controlar situações de risco para a polícia e para as vítimas, sem causar a morte do agressor e sem colocar em risco a população. Este equipamento diminui a letalidade policial sem comprometer a sua eficiência e faz parte do esforço do Governo de São Paulo em avançar seus programas de segurança, reduzindo a taxa de letalidade", destacou Doria.

Com a distribuição das novas unidades, a PM passa a contar com 7,5 mil armas de incapacitação neuromuscular, tornando-se a terceira maior força policial no mundo a utilizar esse tipo de equipamento – atrás apenas das polícias de Nova York (EUA) e Londres (Reino Unido). As novas armas foram adquiridas por meio de processo licitatório vencido pela empresa Axon Enterprise INC.

## Uso de taser diminui letalidade da Polícia Militar em São Paulo

**Brasil** por: Primeiro Impacto | 23/08/2021 às 12:35

Estado conta com quase 5 mil armas de choque e pretende aumentar para 13 mil até dezembro de 2023

Siga o SBT News no Google News

Outro ponto que foi considerado diz respeito ao reduzido número de equipamentos aptos às instruções capitaneadas pela ANP: quinze (15), todos fora do prazo de validade indicado pela empresa<sup>3</sup>.

Essa análise de cenário permitiu estimar a quantidade de equipamentos que deveriam ser adquiridos à concretização de ações policiais e instrucionais. Ademais, foram igualmente levados em consideração:

<sup>3</sup> X26 maintenance and care. Disponível em: [https://my.axon.com/s/article/X26-maintenance-and-care?language=en\\_US](https://my.axon.com/s/article/X26-maintenance-and-care?language=en_US). Acesso em: 12 jan 2022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA  
Serviço de Ensino Operacional

- a) O fato de que as equipes, em ações ostensivas, são compostas, em regra, por quatro (04) policiais federais;
- b) Que a instituição, no âmbito de suas atribuições, desenvolve diversas atividades vinculadas ao atendimento ao público;
- c) A existência de consolidada doutrina acerca do Uso Seletivo da Força (USF):
- d) Que, no momento presente, a AXON/TASER comercializa os equipamentos **X26P**, **X2** e **TASER 7**, revelando-se o último, por sua recente produção e por estar em constante aprimoramento, mais apropriado à eventual aquisição;
- e) Que os equipamentos X2 e TASER 7 são os únicos que permitem dois disparos, tendo o TASER 7 a vantagem de possibilitar a troca única dos dois cartuchos.

Desse modo, com base no quantitativo de policiais em atuação, cerca de doze mil (12.000), haveria a necessidade de aquisição de **três mil (3.000) instrumentos**, que seriam posteriormente direcionados, conforme as peculiaridades de cada unidade da Polícia Federal. Eventual aquisição deverá observar a compra de INSUMOS (estações de recarga, cartuchos, material instrucional e o serviço de atualização de *software*), sem os quais a utilização dos dispositivos restará prejudicada.

É o Relatório

KEL LÚCIO NASCIMENTO DE SOUZA

Delegado de Polícia Federal  
Classe Especial – Matrícula nº 14979  
*Master Instructor*

TIAGO MACHADO DE OLIVEIRA

Agente de Polícia Federal  
Classe Especial – Matrícula nº 13656  
*Master Instructor*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA  
Serviço de Ensino Operacional

## RELATÓRIO DE SITUAÇÃO

**URGENTE**

Ao Senhor Chefe do SEOP/DIDH/COEN/ANP

### **1. Introdução**

Em 28 de fevereiro de 2019, por iniciativa do SEOP/ANP, o APF TIAGO e este signatário foram indicados à participação do Curso MASTER INSTRUCTOR COURSE (MIS/2019), capacitação ofertada pela empresa AXON/TASER, fornecedora das CEWs (*Conducted Energy Weapons*), modelo X26, atualmente utilizadas pela Polícia Federal. A indicação, em especial, observou os seguintes aspectos:

- 1.1. o atendimento, por parte dos referidos instrutores, dos pré-requisitos à participação no *Master Instructor Course*;
- 1.2. a inexistência de instrutores, com certificação válida, em atuação na Polícia Federal;
- 1.3. a necessidade de capacitação de futuros instrutores, a partir da conclusão do curso MIS/2019 pelos indicados;
- 1.4. a iminência de cursos de formação profissional, na Academia Nacional de Polícia.

Superadas as etapas relativas à contratação do curso e ao afastamento do país, os indicados obtiveram a aprovação no curso, conforme certificações já levadas ao processo SEI nº 08204.000386/2019-93.

### **2. Master Instructor Course**

Os diversos treinamentos aplicados revelaram o compromisso da instituição promotora com a qualidade da formação e o alto nível de exigência física e mental dos participantes. A título de exemplo, cada um dos formandos efetuou cerca de quarenta (40) disparos, a partir de diversos tipos de CEWs (X26P, X2 e TASER7), em somente cinco (05) dias.

Os variados cenários a que foram submetidos os participantes envolveram instruções sobre





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA  
Serviço de Ensino Operacional

DE-ESCALATION (similar ao Uso Seletivo da Força), CEW DRILLS AND LIVE FIRE DRILLS (exercícios com DEC's e com simulacros de arma de fogo), REACTIONARY DRILLS (exercícios de reação), TEACH FOR TASER TRAINING (aulas pelos participantes) e ORAL PRESENTATIONS (apresentações orais sobre equipamentos) etc., de modo a tornar a capacitação mais próxima da realidade. Todos os participantes foram submetidos a avaliações ESCRITAS, ORAIS, e PRÁTICAS, com a necessidade aproveitamento de cem por cento (100%) do conteúdo ministrado.

### **3. Dos CEWs utilizados (X26P, X2 e TASER7)**

A capacitação envolveu o manuseio das *Conducted Energy Weapons* (CEWs) atualmente comercializadas pela AXON/TASER, quais sejam, X26P, X2 e TASER7. O próprio certificado demonstra a capacitação voltada a tais equipamentos, utilizados em mais de cento e sete (107) países. As estatísticas reforçam a qualidade das CEWs comercializadas pela AXON/TASER, sem que se tenha observado a existência de similares no mercado nacional e internacional.

A evolução dos dispositivos tem sido brutal. A última CEW produzida pela empresa, a TASER7, possui um poder de incapacitação neuro-muscular bastante superior às versões anteriores, além de possibilitar a realização de dois (02) disparos, tal como a X2. Estima-se, segundo a empresa, que cerca de dezesseis mil (16000) agências/forças de segurança estejam utilizando as CEWs produzidas pela AXON/TASER.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA  
Serviço de Ensino Operacional

**4. Dos Dispositivos Eletrônicos de Controle (DECs) utilizados pela Polícia Federal do Brasil**

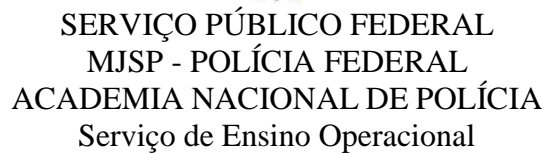
Adicionalmente, observou-se que de todos os participantes, somente a Polícia Federal do Brasil ainda utiliza o DEC (CEW) modelo X26, consideravelmente defasado em relação aos demais equipamentos. E o que é pior. Pela falta do acessório chamado *data-port*, não é possível fazer o download dos registros do dispositivo, impedindo, dessa maneira, qualquer tipo de posterior avaliação da conduta do operador. Ademais, a análise dos dados do equipamento é realizada no *software EVIDENCE SYNC*, também estranho à Polícia Federal.

É preciso destacar que, segundo a empresa, inúmeras ações judiciais tem sido implemetadas por parte de vítimas justamente lesionadas, questionando a ação do operador e a utilização do próprio equipamento. O Poder Público e a empresa, com base nos dados do *EVIDENCE SYNC*, refutam indagações do Poder Judiciário e das próprias partes, atestando a regularidade e a lisura das ações. Além disso, a estatística oferece elementos ao estudo de casos, ao planejamento de futuras capacitações e à definição de diretrizes de atuação.

Abaixo, extratos de apresentações feitas durante o treinamento, relativas a ações judiciais e ao uso do *evidence sync*, que explicitam dados sobre a operação do dispositivo:

***Glasscox v. City of Argo, 903 F.3d 1207 (11th Cir. Sept. 12, 2018)***

- Show your hands – complied
- Unbuckle seatbelt – complied
- Get out – “I’m going to if you shut up”
- 2 seconds later, **CEW deployed** successfully, 5-second cycle
- Could see both of suspect’s hands
- “Get out, now!” – suspect attempts to pull probe out
- 3 or 4 seconds later, **2<sup>nd</sup> CEW cycle**, 5-second cycle
- “I’ll give it to you again. Get out of the car!” – “I’ll get out if you just leave me alone.”
- 3 seconds later, **3<sup>rd</sup> CEW cycle**, 5-second cycle
- “I will!”
- 2 seconds later, officer applies **drive-stun** to thigh
- Suspect reaches for CEW
- “Get out of the car!” – “I will!”
- Suspect gets out of the car and is handcuffed



- Held: Officer violated Glasscox's right to be free from excessive force.
- Rationale:
  - Even assuming the first 2 deployments were reasonable, the video "conclusively shows Glasscox was not resisting but instead voicing his desire to comply with the officer's demands."
  - A jury reasonably could infer that Glasscox made no moves to get out of the truck because the officer **never gave him enough time to comply between deployments.**
  - No longer presented an immediate threat after 2<sup>nd</sup> deployment
  - Qualified Immunity? "It was clearly established on the date of Mr. Glasscox's arrest that the repeated tasing of a suspect who had ceased any resistance was unlawful."

AXON

EVIDENCE SYNC™

TASER Information  
Serial V05-14C177  
Model TASER X26  
Rev. 23  
Appication Version 3.15.57

Offline Report  
Local Timestamp Generated On Central Daylight Time (UTC -05:00)  
07 Aug 2017 10:23:42

Device (X26)

Seq #	Local Time (HH-MM-SS) [mm:ss]	Event (Event Type)	Duration (Seconds)	Temp. (Degrees Celsius)	Batt Remaining (%)
1	09 Sep 2008 09:45:46	Synch	09 Sep 2008 09:45:45 to 09 Sep 2008 09:45:46	-	-
2	09 Sep 2008 09:45:48	Synch	09 Sep 2008 09:45:48 to 09 Sep 2008 09:45:48	-	-
3	09 Sep 2008 09:46:28	Trigger	5	24	85
4	09 Sep 2008 09:46:44	Trigger	5	24	85
5	09 Sep 2008 09:46:55	Trigger	5	25	86
6	24 Sep 2008 05:24:57	Trigger	1	20	85
7	24 Sep 2008 05:35:21	Trigger	1	20	85
8	24 Sep 2008 05:49:03	Trigger	1	-	-
9	03 Oct 2008 05:31:20	Trigger	1	-	-
10	17 Oct 2008 06:18:07	Trigger	1	-	-
11	17 Oct 2008 14:48:04	Trigger	1	-	-
12	17 Oct 2008 17:02:52	Trigger	2	-	-
13	17 Oct 2008 17:03:08	Trigger	5	-	-
14	18 Oct 2008 12:02:36	Trigger	1	-	-
15	19 Oct 2008 10:37:08	Trigger	2	-	-
16	23 Oct 2008 10:38:23	Trigger	1	-	-
17	20 Oct 2008 17:49:29	Trigger	1	-	-
18	22 Oct 2008 17:44:39	Trigger	2	-	-

Pulse Log Graph

The figure shows two graphs side-by-side. The left graph plots Capacitor Voltage [volts] against Time [seconds]. It features three data series: Arc (green dots), Stim (blue crosses), and Charge (purple plus signs). All three series show a sharp initial drop from approximately 3500V at time 0 to around 1500V by 0.5 seconds, followed by stabilization between 1000V and 1500V until 5 seconds.

The right graph displays metadata:  
Serial #: X1200KCF  
Date Time: 30 Oct 2017 10:25:07

Table indicates output voltage of the capacitor(s) measured inside the Conducted Electrical Weapon.  
Table does not reflect actual voltage or charge delivered into target.

TASER Technical Services  
Scottsdale, AZ, US

Document generated: 19 Feb 2018 - 17:23:31 :07:00 by Chiles, Bryan(00015-TS)

EVIDENCE AUDIT TRAIL

Evidence	Source
Evidence ID Test Categories Title	Device Type Taser X26P v4SR2DevKit Serial Number K12BTRW5H
Recorded Updated Uploader Unique ID	14 Feb 2018 16:21:06 14 Feb 2018 16:21:06 Chiles, Bryan (Badge Id: 00015-TS) CM00230RCEFAA0F081BBM42BDFBECA
File sizes Page downloads Video playback Last Viewed Or Downloaded On	3 1 N/A 19 Feb 2018 17:23:31

User	Activity
System	Evidence Record Created
Chiles, Bryan (Badge Id: 00015-TS) (Username: kbchile)	Evidence Record Accessed; Client IP Address: 192.168.1.10-243
Chiles, Bryan (Badge Id: 00015-TS) (Username: kbchile)	Evidence Record Accessed; Client IP Address: 192.168.1.10-243
Chiles, Bryan (Badge Id: 00015-TS) (Username: kbchile)	Evidence Record Accessed; Internal Record ID: FILE.ELEC.X26.CAPACITOR.VOLTAGE.DATA.FACTORY.WATCHDOG.K1200KCF.CLIENT.IP ADDRESS: 192.168.1.10-243



TASER	TASER
<b>(SUPERVISORY TASER CEW USE REPORT)</b>	
Date/Time: _____	
CEW Deploying Officer's Name: _____	
E-mail: _____ Agency Name: _____	
Agency Address: _____ Phone: _____	
On Scene Supervisor: _____ TASER Officer(s) Involved: _____	
<b>INCIDENT &amp; SUBJECT INFORMATION</b>	
Incident type (circle appropriate response(s)): Civil Disturbance    Suicidal    Suicide by Cop    EDP Violent Subject    Barricaded    Warrant    Other _____	
Nature of the call or incident: _____ Charges: _____ Booked? Y / N _____	
Subject: <input type="checkbox"/> Human <input type="checkbox"/> Animal	
Incident location: ( ) Indoor    ( ) Outdoor    ( ) Jail    ( ) Hospital	
Force used (check all that apply): ( ) Physical    ( ) Control hold    ( ) OC/Chemical    ( ) Baton ( ) Impact Munition    ( ) Fentanyl    ( ) Other _____	
Describe other means attempted to control the subject: _____	
Nature of the injuries and medical treatment required: _____	
Admitted to hospital for injuries: Y / N    Admitted to hospital for psychiatric: Y / N	
Medical exam: Y / N    Subject under the influence: Alcohol / Drugs (specify) _____	
Treating medical facility for subject: _____ Treating doctor of subject: _____	
Was an officer/law enforcement employee injured? Y / N _____	
Subject: Age: _____ Sex: _____ Height: _____ Race: _____ Weight: _____	
Is there a video record this event? <input type="checkbox"/> Body camera <input type="checkbox"/> TASER CAM <input type="checkbox"/> Other (type?) _____	
<b>TASER CEW INFORMATION</b>	
TASER Model (check one): <input type="checkbox"/> TASER M26 <input type="checkbox"/> TASER X26 <input type="checkbox"/> TASER X26P <input type="checkbox"/> TASER X2 <input type="checkbox"/> TASER X1 <input type="checkbox"/> TASER 7	
TASER CEW Serial Number: _____	
Cartridge(s) used: TASER M26/X26/X26P: <input type="checkbox"/> 15-ft <input type="checkbox"/> 21-ft <input type="checkbox"/> 25-ft XP <input type="checkbox"/> 35-ft XP <input type="checkbox"/> X2 Smart cartridge: <input type="checkbox"/> 15-ft <input type="checkbox"/> 25-ft <input type="checkbox"/> 35-ft <input type="checkbox"/> TASER 7: <input type="checkbox"/> 3.5-degree Standoff 25-ft <input type="checkbox"/> 12-degree Close Quarter 25-ft	
<small>Revised July 16, 2019</small>	
<small>NOTE: TASER® T, TASER CEW, X2, X26, X26P, X27, Proven Law, TASER®, and/or are trademarks of those owner(s) which are registered in the US and other countries. All rights reserved. © 2019 Axon Enterprise, Inc.</small>	

**TASER usage** (ONLY check the actual attempt(s))

( ) Removed from Holster Display - If displayed ONLY, was compliance gained Y / N

( ) LAZER Display Only - If only red-diffing was used, was compliance gained Y / N

( ) Warning Arc - If just the Warning Arc was used, was compliance gained Y / N

( ) TASER Application - ( ) probe contact    ( ) drive-stun contact    ( ) 3-point drive-stun follow-up

Approximate target distance at the time of the probe launch: \_\_\_\_\_ feet

Distance between the two probes: \_\_\_\_\_ inches    Was an additional cartridge deployed? Y / N

Did probe contacts penetrate the subject's skin? Y / N    Probes removed on scene: Y / N

Need for additional CEW cycles? Y / N    If yes, how many cycles were used? \_\_\_\_\_

If the TASER CEW deployment was unsuccessful was a drive-stun follow-up used? Y / N

Did CEW respond satisfactorily in preventing subject's goal? Y / N    If not, check what applies below:

☐ Probe(s) missed    ☐ Probe spread too short    ☐ Clothing too thick/disconnect    ☐ Other \_\_\_\_\_

Did TASER CEW application cause injury? Y / N    If yes, was the subject treated for the injury? Y / N

DESCRIPTION OF PHYSICAL INJURY AS A RESULT OF TASER DEPLOYMENT ONLY:

---



---



---

**APPLICATION AREAS**  
(Place "X"s where probes hit subject AND "O"s where drive-stunned)

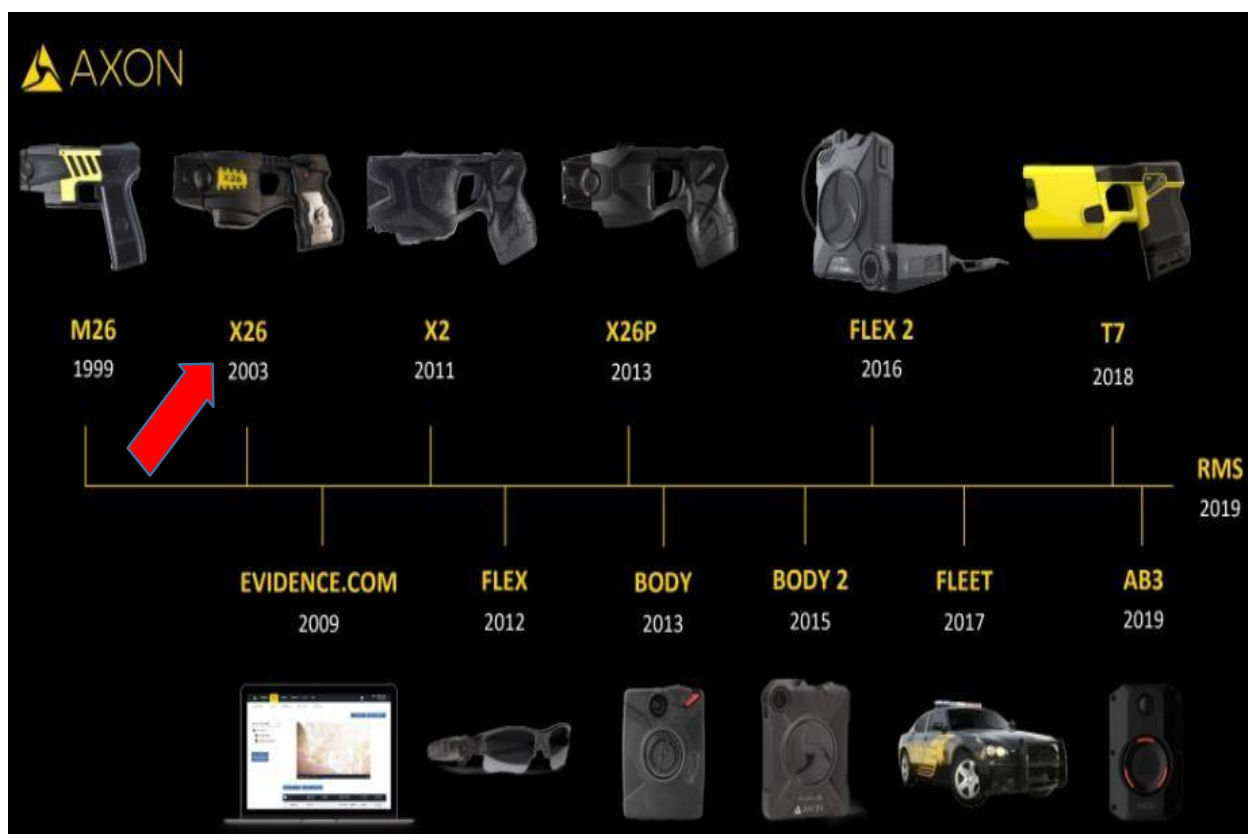




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA  
Serviço de Ensino Operacional

A título de exemplo, as Polícias de Porto Rico e do Hawai utilizam os dispositivos X26P e X2. A Polícia Militar do Estado de São Paulo, mais recentemente, adquiriu o DEC modelo X2, avançado dispositivo que também possibilita a realização de dois (02) disparos. A PMDF e a Polícia do Senado recentemente adquiriram a moderna TASER 7, qualitativamente superior a qualquer dispositivo existente no mundo.

Abaixo, linha de tempo que demonstra a evolução dos equipamentos. Cabe lembrar que o equipamento utilizado pela Polícia Federal – X26 –, foi produzido em 2003, ou seja, há cerca de dezesseis (18) anos. Depois dele, como se pode verificar, outros foram produzidos, com destaque aos dispositivos X2 e TASER7, que ao permitirem a realização de dois (02) disparos, aumentam a probabilidade de êxito da ação policial.



## 5. A “vida útil” do equipamento (DEC)

Por serem equipamentos eletrônicos, os DEC's estão mais próximos de um celular, de um computador ou de um HT do que propriamente de uma arma de fogo, cuja operação é mecânica. Faz-se necessário compreender que o DEC, da mesma forma que outros equipamentos eletrônicos,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
 ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA  
 Serviço de Ensino Operacional

carecem não só de atualização, mas de trocas, dada a vida útil do objeto e o aprimoramento das ferramentas tecnológicas.







SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA  
Serviço de Ensino Operacional

Os DECSs, segundo diretrizes da AXON/TASER, tem uma vida útil recomendada de cinco (05) anos, da mesma forma que a maioria dos outros equipamentos usados por Forças de Segurança Pública. Além disso, urge destacar que a empresa **NÃO MAIS FABRICA O DEC MODELO X26, TAMPOUCO SEUS INSUMOS**, o que, invariavelmente, **INVIABILIZA O USO DOS EQUIPAMENTOS DA POLÍCIA FEDERAL BRASILEIRA**.



A evolução do equipamento tem sido brutal, e por essa razão, é natural que alguns dos equipamentos mais antigos tenham sua produção descontinuada, como, por exemplo, os modelos M26 e X26.

PASSADO			FUTURO	
M26	X26	X26P	X2	T7
FORA DE LINHA	FORA DE LINHA	BÁSICO	CUSTO-BENEFÍCIO	ELITE / PREMIUM
ANALÓGICO	ANALÓGICO	DIGITAL	DIGITAL	DIGITAL
DISPARO ÚNICO (MANUAL)	DISPARO ÚNICO (MANUAL)	DISPARO ÚNICO (MANUAL)	DISPARO DUPLO (SEMIAUTOMÁTICO)	DISPARO DUPLO (SEMIAUTOMÁTICO)
LASER SIMPLES 1 VERMELHO	LASER SIMPLES 1 VERMELHO	LASER SIMPLES 1 VERMELHO	LASER DUPLO 2 VERMELHOS	LASER DUPLO 1 VERDE E 2 VERMELHOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA  
Serviço de Ensino Operacional

Isso quer dizer que **os equipamentos em uso pela POLÍCIA FEDERAL**, além da elevada probabilidade de falhas e causação de lesões, **não poderão ser empregados, seja por problemas de ordem técnica, seja pela falta de cartuchos e baterias.**

**6. As diretrizes da Lei nº 13.060/2014 (uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo)**

O referido normativo, de aplicação obrigatória aos agentes de segurança pública, disciplina a utilização dos instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPO), prescrevendo, em seus primeiros artigos:

*Art. 1º Esta Lei disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional.*

*Art. 2º Os órgãos de segurança pública deverão priorizar a utilização dos instrumentos de menor potencial ofensivo, desde que o seu uso não coloque em risco a integridade física ou psíquica dos policiais, e deverão obedecer aos seguintes princípios:*

*I - legalidade;*

*II - necessidade;*

*III - razoabilidade e proporcionalidade.*

De acordo com a doutrina aplicada pelo SEOP/ANP, são IMPOs os **bastões retráteis, os espargidores e os DECs, entre outros, empregados, como se sabe, no âmbito do USO SELETIVO DA FORÇA**. As instruções ministradas nos Cursos de Capacitação ofertados pela Academia Nacional de Polícia, em claro respeito às diretrizes da Lei nº 13.060/2014, vem atualizando seus cadernos didáticos e aprimorando suas instruções, de modo a fornecer aos policiais e alunos do CFP as melhores ferramentas ao exercício da atividade policial.

Contudo, as instruções sobre DECs, dada a falta de equipamentos, deixarão de ser ministradas. A falta de equipamentos deverá impactar o próximo CFP, a ser iniciado em OUTUBRO do corrente ano, com prejuízos aos futuros policiais. Isso sem falar na impossibilidade de oferta de cursos aos policiais da ativa, em especial, aqueles que atuam em aeroportos, portos, custódias, serviços de plantão, além daqueles que frequentemente efetuam o atendimento ao público.

**7. Da necessidade emergencial de aquisição de novos DECs e respectivos INSUMOS**

Não há dúvidas acerca da obrigatoriedade de capacitação dos policiais. Segundo diretrizes da própria empresa, em caso de inobservância dos regramentos de emprego dos equipamentos – e em ocorrendo algum tipo de incidente –, é possível que sejam responsabilizados o operador, os



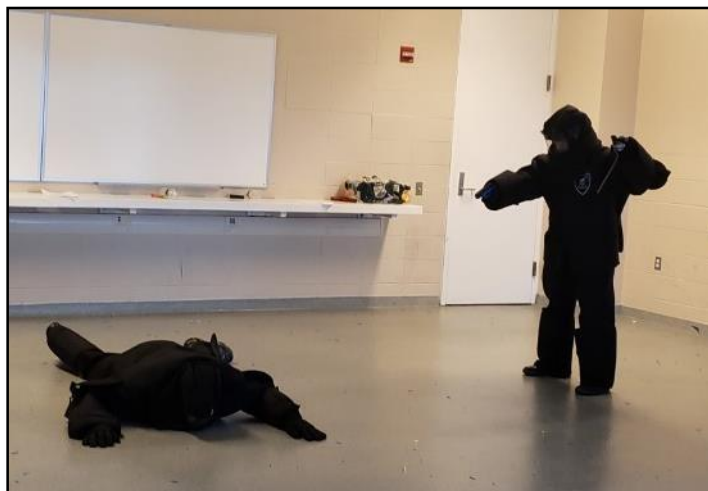
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA  
Serviço de Ensino Operacional

instrutores e a instituição. Nunca é demais lembrar que o risco de lesão ou morte, quando do uso do dispositivo, NÃO É ZERO, sendo a probabilidade de ocorrência de danos elevada pelo uso de equipamento e insumos fora do prazo de validade.



Nesse sentido, os treinamentos continuados e a formação de operadores/instrutores clamam pela frequente aquisição de cartuchos, sem os quais futuras capacitações poderão ser prejudicadas. Diante das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 13.060/2014. Considerando a tendência de ampliação das DEC's, verifica-se, por fim, avaliações quanto à utilização de dispositivos mais avançados e que proporcionam aos operadores mais chance de sucesso nas ações policiais.

Ainda em relação aos processos de capacitação, é preciso ressaltar a necessidade de aquisição de equipamentos que elevam a qualidade dos treinamentos e da própria formação de operadores e instrutores. Abaixo, alguns exemplos:





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA  
Serviço de Ensino Operacional



## 8. O dispositivo eletrônico de controle TASER 7

Com base nos argumentos acima expostos e na experiência adquirida ao longo dos anos de atuação como instrutores, é inegável que a melhor relação CUSTO-BENEFÍCIO, atualmente, sugere a aquisição do do DEC nominado TASER 7. Além de ser o equipamento que vem sendo continuamente aprimorado, posto que o último fabricado pela empresa, revela-se alta a possibilidade de sua vida útil.

Como dito, além de permitir que sejam efetuados dois (02) disparos, o equipamento possui bateria recarregável e cartuchos destinados a disparos em distâncias diferentes (curta e longa), sem que haja a necessidade de troca de cartuchos. **Ademais, a quantidade de pulsos (energia conduzida) do TASER 7 eleva a incapacitação neuro muscular (INM)**, ofertando ao seu operador inúmeros benefícios quando da seleção dos meios de força (USF).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA  
Serviço de Ensino Operacional

**TASER 7**



**CONFIANÇA. CONECTIVIDADE. COMUNIDADE.**

**O PODER PARA DIMINUIR CONFLITOS**  
DIMINUIA OS CONFLITOS COM CONFIANÇA/CONNECTE-SE PARA ECONOMIZAR TEMPO/FOQUE NAS COMUNIDADES

TASER 7 - a arma de eletrochoque mais eficaz de todos os tempos proporciona aos policiais a confiança para mitigar situações perigosas, proporciona uma integração aprimorada à rede Axon para fluxos de trabalho otimizados e demonstra ainda mais seu compromisso em manter as comunidades seguras por meio de uma capacitação ajustada à realidade que melhora os resultados.

AXON.COM/TASER 7

**TASER 7**

**| CARACTERÍSTICAS E BENEFÍCIOS**

**OTIMIZAÇÃO DE CURTA DISTÂNCIA:** Aumento de 93% na propagação de sondagem a curta distância, onde ocorrem 85% das implantações, de acordo com relatórios da agência

**DARDOS MELHORADOS:** Os dardos da TASER 7 são mais certos e rápidos com quase o dobro da energia cinética para uma melhor conexão com o alvo, e o corpo do dardo se rompe para permitir o alcance em ângulos difíceis

**ADAPTIVE CROSS-CONNECT:** A eletricidade é intencionalmente acionada entre todos os contatos para maximizar a eficiência da montagem da sonda e para ajudar a compensar a propagação próxima da sonda ou a desconexão da roupa

**RAPID ARC:** Oferece uma carga elétrica semelhante a dos modelos anteriores, mas a um ritmo mais rápido, o que provoca uma incapacitação mais acelerada

**GESTÃO DE INVENTÁRIO:** O uso do aplicativo móvel Axon Device Manager para atribuir armas e acessórios reduz drasticamente o tempo necessário para gerenciar dispositivos em campo. Essa nova funcionalidade inclui a pesquisa aprimorada de inventário e atualizações de estado

**FUNCIONALIDADE DOCK-AND-WALK:** As atualizações de firmware e as descargas dos registros de armas ocorrem automaticamente, economizando o tempo da sua agência e garantindo que suas armas estejam sempre atualizadas

**BATERIA RECARREGÁVEL:** Uma bateria para a vida útil da arma

**LASER DE LUZ NATURAL VERDE:** Melhore a sua pontaria com um laser de luz natural verde mais visível

**LOUDER ARC:** Melhora ainda mais a TASER 7 como uma ferramenta para reduzir conflitos

**MELHORIA DO GERENCIAMENTO DE DADOS:** Integração total ao ecossistema Axon Evidence (evidência.com), com gráficos de pulsos redesenhados e registros de disparo gerenciados como evidência

**DESIGN ERGONÔMICO APRIMORADO:** As interfaces operacionais foram refinadas por meio de um feedback abrangente do usuário

**| ESPECIFICAÇÕES**

<b>RESISTÊNCIA ÀS INTEMPÉRIES:</b> Proteção de ingresso IP53 MIL-STD-810G Método de teste 510.6 (areia e poeira), Método 506.6 (chuva) IEC 60529	<b>LASER:</b> Superior - Alta visibilidade Verde Classe 2; Inferior - Vermelho Classe 2
<b>CARÇA:</b> Polímero de alto impacto	<b>ILUMINAÇÃO:</b> Diodo emissor de luz de 300 lúmens (LED)
<b>TEMPERATURA OPERACIONAL:</b> - 4 °F a 122 °F [-20 °C a 50 °C]	<b>GARANTIA:</b> 1 ano a partir da data de recebimento
<b>TESTE DE QUEDA:</b> 5 pés (1,52 m)	<b>VIDA ÚTIL:</b> 5 anos (recomendado)
<b>UMIDADE:</b> 85% relativo, sem condensação	

▲ Axon, Axon, TASER e T7 são marcas comerciais de Axon Enterprise, Inc., registradas nos EUA e em outros países. Para obter mais informações, visite [www.axon.com/legal](http://www.axon.com/legal). Todos os direitos reservados. © 2018 Axon Enterprise, Inc.

**AXON**

Acompanham este Relatório documentos que contem as especificações técnicas do DEC TASER7 e de seus respectivos insumos.

É o Relatório.

KEL LÚCIO NASCIMENTO DE SOUZA

Delegado de Polícia Federal  
Classe Especial – Matrícula nº 14979  
Master Instructor

TIAGO MACHADO DE OLIVEIRA

Agente de Polícia Federal  
Classe Especial – Matrícula nº 13656  
Master Instructor

## **Anexo III - Prospecto Modelos Condor.pdf**





# DISPOSITIVO ELÉTRICO INCAPACITANTE

## SPARK Z 2.0



A Spark emite pulsos elétricos que atuam sobre o sistema neuromuscular, causando desorientação, fortes contrações musculares e queda do indivíduo, incapacitando-o enquanto estiver sob a ação da arma elétrica. Dispõe de comandos de acionamento ambidestro e exclusivo sistema de ejeção de cartucho e novas funcionalidades, tais como sistema safe ejection, sistema flex light, sistema de conexão wifi connection e eletronic recognition.

### CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

**Comprimento:** 194 mm

**Altura:** 147 mm

**Largura:** 48 mm

**Peso:** 475 gramas (com baterias e sem munição).

**Corpo da Arma:** Polímero

**Operacionalidade:** O disparo é realizado através do acionamento de gatilho, de ação progressiva, que ao ser premido permite que o dispositivo emita pulsos elétricos por um período de 5 s.

**Munição:** Cartucho contendo dois dardos, os quais são propelidos à base de gás nitrogênio, com alcances nominais de 6 m ou 8 m.

**Ativação do sistema:** Realizada por tecla LIGA / DESLIGA (Ambidestra).

**Sistema de ejeção do cartucho:** A substituição da munição deflagrada é realizada de forma automática após acionamento da tecla ejetora visando agilizar sua troca e com o novo sistema safe ejection o corte do circuito elétrico é no momento da ejeção do cartucho. Maior segurança para o usuário.

**Sistema Neutralizador por eletronic recognition:** Chave neutralizadora que permitirá o funcionamento do equipamento em sua proximidade.

**Memória interna da arma:** Armazenamento de 1000 disparos registrando data, hora e tempo de duração de cada disparo.

**Spark de conexão wifi :** Sistema wifi que permite o acesso aos dados internos da arma.

**Display:** OLED 0.95 in que exibe data, hora, carga da bateria e temperatura interna.

**Faixa de temperatura de operação:** -10 °C a 50 °C

**Numero de Serie da Arma:** marcação externa visível bem como na memória interna.

**Numero de Série do Cartucho:** marcação externa e chip de rádio frequência codificado para rastreabilidade.

**Sistema flex light:** Permite ao usuário ligar ou desligar o laser e a lanterna durante a operação.

### CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS

**Forma de Onda:** Pulso senoidal amortecido /pulso “arredondado”.

**Taxa de Pulso:** 18 Hz

**Duração do Pulso:** 35 µs

**Tempo de duração do ciclo:** 5 s (Para interromper o pulso imediatamente, basta delisgar a arma na chave liga-desliga, Ambidestra).

**Pico de tensão do arco voltaico:** 50.000 Volts (Em circuito aberto).  
6.800 Volts (Em contato)

**Corrente:** 0,0021 A

**Energia por Pulso:** 0,4 J

**Em contato:** 0,06 J

**Carga total do pulso:** 120 µC

**Potência média de saída:** 4 W

**Fonte de Alimentação:** BZ 2.0 14,8V 600mAh

**Autonomia:** Mínimo 100 disparos de 5 s

**Acessório indispensável para o funcionamento de cada arma:**

Porta baterias blindado BZ2.0, um carregador de baterias CZ2.0 e um datakit para cada armaria.

### ATENÇÃO

Este produto só pode ser utilizado por pessoas legalmente habilitadas e treinadas. Se empregado de forma inadequada, pode causar lesão grave ou morte e ainda provocar danos ao patrimônio e ao meio ambiente.



CONDOR S.A. INDÚSTRIA QUÍMICA

Rua Armando Dias Pereira 160 | Adrianópolis

Nova Iguaçu | RJ | CEP 26053-640

Tel/Fax + 55 21 2886-8747

www.condornaoletal.com.br | info@condornaoletal.com.br



INDÚSTRIA BRASILEIRA

A empresa se reserva o direito de fazer modificações técnicas para melhoria do produto sem aviso prévio. Figuras meramente ilustrativas.

DISPOSITIVO ELÉTRICO INCAPACITANTE - SPARK

Z 2.0

# SPARK Z 2.0

## DISPOSITIVO ELÉTRICO INCAPACITANTE

A Spark é um dispositivo elétrico incapacitante que emite pulsos elétricos à distância, a partir de dois dardos disparados, conectados ao suspeito por meio de fios. A SPARK atua sobre o sistema neuromuscular causando fortes contrações musculares, permitindo a incapacitação temporária do suspeito pelo Agente da Lei.

### ESPECIFICAÇÕES

#### CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

**Comprimento:** 201 mm

**Altura:** 140 mm

**Largura:** 47 mm

**Peso:** 460 gramas (com bateria e sem munição).

**Corpo:** construído em polímero de alta resistência.

**Munição:** cartucho com 2 dardos propelidos por gás inerte.

**Operação:** Acionado por gatilho com tempo máximo de ciclo de operação de 5 segundos.

**Ativação do sistema:** Realizada por chave LIGA / DESLIGA (Ambidestra);

**Sistema de ejeção de Cartuchos "SAFE EJECTION":** O ciclo de operação é interrompido automaticamente no momento em que a tecla lateral ejetora é pressionada, em todo o seu curso.

**Registro de eventos:** Armazenamento de até 1000 disparos registrando data, hora e duração de cada disparo.

**WI-FI connection:** Transmite todas as informações dos dispositivos para o DATAKIT sem necessidade de conexão por fios.

**Display:** OLED 0.95 in que exibe data, hora, carga da bateria e temperatura interna do dispositivo.

**Faixa de temperatura de operação:** -10 °C a 50 °C.

**Numero de série:** Marcado e registrado externamente no dispositivo e na memória interna da arma.

**Rastreabilidade:** Sistema de rastreabilidade I-REF.

**Sistema Flexlight:** Permite ao usuário ligar ou desligar o laser e a lanterna durante a operação conforme a sua necessidade.

**Neutralizador Eletrônico:** Acessório que desabilita o funcionamento do dispositivo pelo operador ao toque de um botão ou por distância entre o dispositivo e o neutralizador (opcional).



#### CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS

**Forma de Onda:** Pulso senoidal amortecido / pulso "arredondado".

**Taxa de Pulso:** 18 Hz\*

**Duração do Pulso:** 35 µs\*

**Tempo de duração do ciclo:** 5 s (Para interromper o pulso imediatamente, basta desligar o dispositivo na chave liga-desliga, ambidestra).

**Pico de tensão do arco voltaico:** 50.000 Volts (Em circuito aberto) - 6.800 Volts (Em contato)

**Corrente:** 0,0021 A\*

**Energia por Pulso:** 0,4 J - Em contato: 0,06 J\*

**Carga total do pulso:** 120 µC\*

**Potência média de saída:** 4 W\*

**Fonte de Alimentação:** BZ2.0 14,8V 600 mAh

**Autonomia:** 50 disparos de 5 s - em média\*\*

**Acessório indispensável para o funcionamento:**

Bateria blindada BZ2.0 e um carregador de baterias CZ2.0.

Recomenda-se utilizar, para melhor performance, os cartuchos da Spark.

\* Valores médios aferidos em equipamento devidamente preparado para estas determinações. Certas variações e tolerâncias são esperadas e, portanto consideradas normais.

\*\* Valores médios de autonomia aferidos em condições laboratoriais e controladas. Desvios são esperados e considerados normais.

### ATENÇÃO

Este produto só deve ser utilizado por pessoas treinadas e legalmente autorizadas.

Se mal utilizado, pode causar ferimentos graves, morte e/ou danos materiais.



#### Produto Homologado pelo CAEX

\* Valores informados são nominais.

\*\* Imagens meramente ilustrativas.

\*\*\* Todas as especificações estão sujeitas a alterações sem aviso prévio.

Todas as especificações de desempenho são baseadas em testes realizados no Rio de Janeiro, Brasil, em condições de temperatura ambiente.

#### CONDOR S.A. INDÚSTRIA QUÍMICA

Rua Armando Dias Pereira 160, Adrianópolis

Nova Iguaçu - RJ - CEP: 26053-640

Telefone: +55 21 2886-8747

www.condornaletal.com.br

Empresa Certificada: ISO 14001 | ISO 9001



Indústria Brasileira

# SPARK DUO

## DISPOSITIVO ELETRICO INCAPACITANTE DE DUPLO DISPARO

A Spark DUO é um dispositivo elétrico incapacitante que emite pulsos elétricos através dos condutores de seus cartuchos. Dotado de duas munições, o que permite ao operador uma segunda chance caso necessário. Cada munição é capaz de disparar dois dardos energizados com a possibilidade de interrupção da descarga elétrica automaticamente após 5 segundos ou a qualquer momento pela ação do operador. A SPARK atua sobre o sistema neuromuscular causando fortes contrações musculares, permitindo a incapacitação temporária do suspeito pelo Agente da Lei.

### ESPECIFICAÇÕES

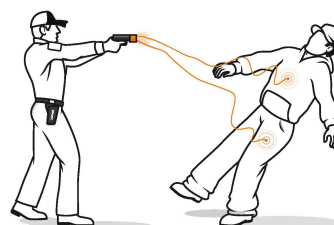
#### CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

**Comprimento:** 172 mm\* **Altura:** 118 mm\*  
**Largura:** 43 mm\* **Peso:** 300 gramas\*  
**Corpo:** Construído em polímero de alta resistência.  
**Capacidade:** Até duas munições com disparos independentes.  
**Operação:** Munição acionada por gatilho com tempo máximo de 5 segundos, com possibilidade de descargas adicionais em um mesmo indivíduo.  
**Modos complementares:** Choque de advertência ou contato direto através de botão independente.  
**Ativação do sistema:** Realizada por chave LIGA / DESLIGA (Ambidestra);  
**Registro interno:** Armazenamento das informações dos eventos contendo data, hora, duração de cada disparo, modo de operação, tipo e serial de cada cartucho.  
**Relatório de eventos:** Contem todas as informações de uso do equipamento e seu download é realizado de forma wireless, através do Datakit sem a necessidade de uso de sistema na nuvem, dando autonomia ao usuário.  
**Display:** OLED que exibe menu interativo (multi-linguagem) para visualização das informações de configuração e uso do produto.  
**Faixa de temperatura de operação:** -20 °C a 50 °C.  
**Numero de série:** Marcado e registrado externamente no dispositivo e na memória interna do dispositivo.  
**Rastreabilidade:** Sistema de rastreabilidade I-REF e serial individual.  
**Sistema Flexlight:** Permite ao usuário ligar ou desligar o sistema de mira (laser) e lanterna conforme necessidade.  
**Pontaria:** laser duplo (ou mira laser duplo) o que indica as posições de cravamento dos dardos superior e inferior com ajuste de ângulo.  
**Iluminação:** O dispositivo conta com uma lanterna tática, de ação independente, para auxiliar nas operações de varredura.  
**Resistência:** A chuva e queda (1,5 metros).  
**Cores:** Disponível na versão, majoritária, preta e versão com destaque laranja para indicar que trata-se de um item não-letal



#### CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS

**Forma de Onda:** Pulso senoidal amortecido /pulso "arredondado".  
**Taxa de Pulso:** 18 Hz\*  
**Duração do Pulso:** 35 µs\*  
**Tempo de duração do ciclo:** 5 s (Para interromper o pulso imediatamente, basta desligar o dispositivo na chave liga-desliga, ambidestra).\*  
**Pico de tensão do arco voltaico:** 6.800 Volts (Em carga de 600 ohms)\*  
**Corrente média:** 0,0021 A\* / **Corrente RMS:** 0,0031A\*  
**Carga total do pulso:** 120 µC\*  
**Potência média de saída:** 4 W\*  
**Fonte de Alimentação:** BZ3.0 14,8V 600 mAh  
**Autonomia:** 100 disparos de 5 s (bateria padrão) em média\*\*  
**Acessório indispensável para o funcionamento:**  
Bateria blindada BZ3.0 e um carregador de baterias CZ3.0.  
Utilizar apenas os cartuchos da Spark DUO, fabricados pela Condor.



#### Produto Homologado pelo CAEX

\*Valores médios aferidos em equipamento devidamente preparado para estas determinações. Certas variações e tolerâncias são esperadas e, portanto consideradas normais.  
\*\* Valores médios de autonomia aferidos em condições laboratoriais e controladas. Desvios são esperados e considerados normais.  
\*\*\* Todas as especificações estão sujeitas a alterações sem aviso prévio.  
Todas as especificações de desempenho são baseadas em testes realizados no Rio de Janeiro, Brasil, em condições de temperatura ambiente.  
Imagens meramente ilustrativas.

#### CONDOR S.A. INDÚSTRIA QUÍMICA

Rua Armando Dias Pereira 160, Adrianópolis  
Nova Iguaçu - RJ - CEP: 26053-640  
Telefone: +55 21 2886-8747  
www.condornaoletal.com.br  
Empresa Certificada: ISO 14001 | ISO 9001



Indústria Brasileira

# MZ3/MA

## CARTUCHO DE LANÇAMENTO DE DARDOS ENERGIZADOS – MÉDIO ALCANCE

A munição é ativada quando o gatilho da SPARK é pressionado e o cartucho é deflagrado liberando duas sondas energizadas conectadas a fios, que transmitem pulsos elétricos do dispositivo para o alvo.

### ESPECIFICAÇÕES\*

#### CARACTERÍSTICAS DIMENSIONAIS

Comprimento total: 70 mm\* ;

Altura total: 58 mm\*;

Largura total: 22 mm\*;

Peso: 65 g\*;

Efetividade: 2 à 8 metros.

Propelente: Gás;

#### CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS

Fabricado em polímero de alta resistência.

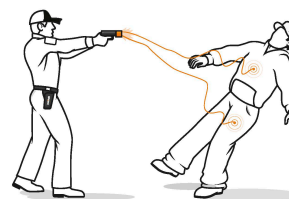
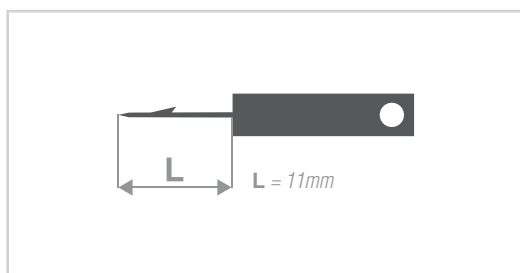
Sistema de rastreabilidade I-REF.

02(duas) sondas com arpões em aço inoxidável.



Vida útil aproximada de 5 anos se armazenado corretamente.

#### SONDA (DARDO)



*\* As informações técnicas apresentadas podem sofrer variações e tolerâncias de fabricação prevista em projeto. Tolerâncias informadas em memorial descritivo do produto.*

### ATENÇÃO

Este produto só deve ser utilizado por pessoas treinadas e legalmente autorizadas. Se mal utilizado, pode causar ferimentos graves, morte e/ou danos materiais.

SPARK\_DUO\_MZ3/MA

#### Produto Homologado pelo CAEX

\* Valores informados são nominais.

\*\* Imagens meramente ilustrativas.

\*\*\* Todas as especificações estão sujeitas a alterações sem aviso prévio.

Todas as especificações de desempenho são baseadas em testes realizados no Rio de Janeiro, Brasil, em condições de temperatura ambiente.

#### CONDOR S.A. INDÚSTRIA QUÍMICA

Rua Armando Dias Pereira 160, Adrianópolis

Nova Iguaçu - RJ - CEP: 26053-640

Telefone: +55 21 2886-8747

[www.condornaletal.com.br](http://www.condornaletal.com.br)

Empresa Certificada: ISO 14001 | ISO 9001

# MZ3/TR

## CARTUCHO DE LANÇAMENTO DE DARDOS – TREINAMENTO

A munição é ativada quando o gatilho da SPARK é pressionado e o cartucho é deflagrado liberando duas sondas conectadas a fios.

### ESPECIFICAÇÕES\*

#### CARACTERÍSTICAS DIMENSIONAIS

Comprimento total: 70 mm\*;

Altura total: 58 mm\*;

Largura total: 22 mm\*;

Peso: 65 g\*;

Efetividade: 2 à 8 metros.



#### CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS

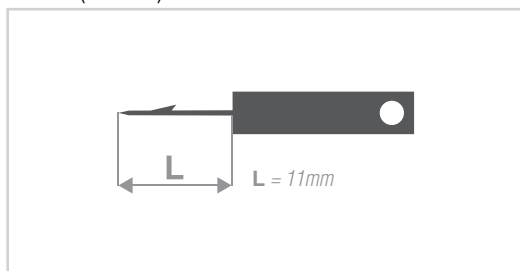
Fabricado em polímero de alta resistência.

Sistema de rastreabilidade I-REF.

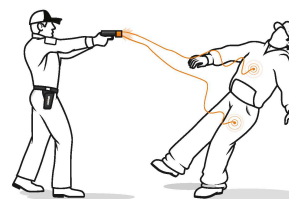
02(duas) sondas com arpões em aço inoxidável.

Vida útil aproximada de 5 anos se armazenado corretamente.

#### SONDA(DARDO)



*\* As informações técnicas apresentadas podem sofrer variações e tolerâncias de fabricação prevista em projeto. Tolerâncias informadas em memorial descritivo do produto.*



### ATENÇÃO

Este produto só deve ser utilizado por pessoas treinadas e legalmente autorizadas. Se mal utilizado, pode causar ferimentos graves, morte e/ou danos materiais.

SPARK\_DUO\_MZ3/TR

#### Produto Homologado pelo CAEX

\* Valores informados são nominais.

\*\* Imagens meramente ilustrativas.

\*\*\* Todas as especificações estão sujeitas a alterações sem aviso prévio.

Todas as especificações de desempenho são baseadas em testes realizados no Rio de Janeiro, Brasil, em condições de temperatura ambiente.

#### CONDOR S.A. INDÚSTRIA QUÍMICA

Rua Armando Dias Pereira 160, Adrianópolis

Nova Iguaçu - RJ - CEP: 26053-640

Telefone: +55 21 2886-8747

www.condornaletal.com.br

Empresa Certificada: ISO 14001 | ISO 9001



Indústria Brasileira


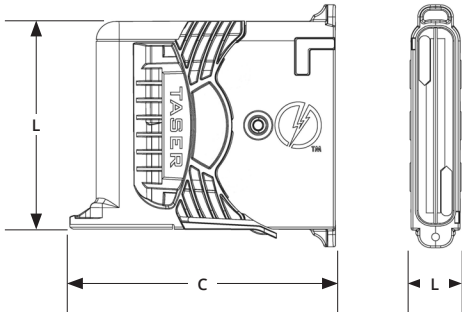
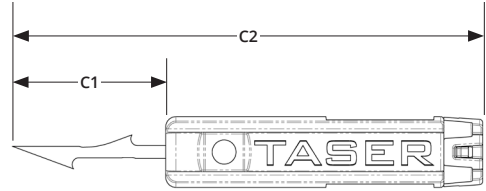
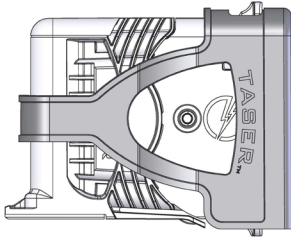
SPARKDUO | CARTUCHO - MZ3/TR

## **Anexo IV - Prospecto Modelos Axon.pdf**



# Especificações do cartucho inteligente de curto alcance TASER para uso com CEWs X2



MODELO <sup>1</sup>	MODELO N.º	PROPULSOR	FAIXA <sup>2</sup>	COR DA PORTA			
Cartucho inteligente TASER 15'	22150	Nitrogênio comprimido <sup>3</sup>	15' (4,6 m)	Amarelo			
Cartucho inteligente TASER 25'	22151	Nitrogênio comprimido	25' (7,62 m)	Preto			
ESPECIFICAÇÕES <sup>4</sup>		FUNCIONALIDADES					
<div>1. Carcaça: Polímero negro de alto impacto.</div> <div>2. Patentes: U.S. 5078117, 6999295, 7158362, 7234262, 7457096, 7570476, 7580237, 760259.</div> <div>3. Vida útil estimada: Aproximadamente 5 anos.</div>		<div>• Compatível com armas de eletrochoque TASER X2 (CEWs).</div> <div>• Sistema de rastreamento para identificação de criminosos (AFID) com micropontos serializados.</div> <div>• Recurso de choque acionado (quando conectado à CEW).</div> <div>• Recurso de arco de aviso (quando conectado à CEW).</div> <div>• Instalação do cartucho não reversível.</div> <div>• Cobertura de envio incluída, evitando danos inadvertidos durante o envio ou manuseio quando não instalado de outra forma na CEW.</div>					
CARACTERÍSTICAS FÍSICAS <sup>4,5</sup>							
CARTUCHO INTELIGENTE					SONDA INTELIGENTE		
Modelo N.º	Comprimento (C)	Altura (A)	Largura (L)	Peso	Comprimento (C1)	Comprimento (C2)	Peso
22150	2,77" (7,04 cm)	2,15" (5,46 cm)	0,5" (1,27 cm)	1,45 oz (41,1 g)	0,45" (1,15 cm)	1,4" (3,55 cm)	0,09 oz (2,56 g)
22151	2,77" (7,04 cm)	2,15" (5,46 cm)	0,5" (1,27 cm)	1,53 oz (43,4 g)	0,45" (1,15 cm)	1,4" (3,55 cm)	0,09 oz (2,56 g)
<div></div>					<div></div>		
<div><div>mostrada com cobertura de envio</div></div>							

- Modelos de cartuchos adicionais disponíveis. Entre em contato com um representante de vendas da Axon para obter mais informações.
- O comprimento real do cabo pode exceder o intervalo de uso especificado.
- A ficha de dados de segurança dos materiais (MSDS) relacionada a cartuchos de gás nitrogênio está disponível mediante solicitação.
- As especificações dos produtos podem ser alteradas sem aviso prévio; o produto real pode variar de imagem.
- As dimensões e os pesos são apenas para fins de referência. Não incluem a cobertura de envio.



A Axon Enterprise, Inc. reserva-se o direito de alterar esta especificação sem aviso prévio.

▲, Axon, Smart Cartridge, Smart Probe, X2, ⚡ e 🔍 são marcas comerciais da Axon Enterprise, Inc., algumas das quais estão registradas nos EUA e em outros países. Para mais informações, visite [www.axon.com/legal](http://www.axon.com/legal). Todos os direitos reservados. © 2019 Axon Enterprise, Inc.

Rev: 5.0 23 de maio de 2019



# Título: Especificações do Dispositivo Eletrônico de Controle TASER® X2™

Departamento: Pesquisa e Desenvolvimento

Versão: 3.0

Data de publicação: 5/10/2013



## AVISO

### Dispositivo Eletrônico de Controle

- Pode incapacitar o alvo temporariamente.
- Pode causar morte ou lesão grave.
- Obedeça os avisos, instruções e todas as leis.
- Siga os requisitos e materiais de treinamento vigentes.
- Consulte [br.TASER.com](http://br.TASER.com).

### Modelos de Dispositivo Eletrônico de Controle (DEC) TASER X2<sup>1</sup>

Modelo	Núm. Peça.	Cor	Classificação do LASER
TASER X2 (forças policiais)	22002	Preto	IIIa
TASER X2 (forças policiais)	22003	Amarelo	IIIa
TASER X2 (forças policiais)	22000	Preto	II
TASER X2 (forças policiais)	22001	Amarelo	II

### Especificações<sup>2,3</sup>

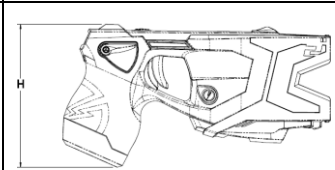
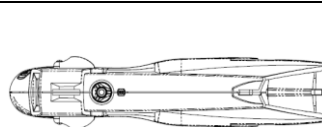
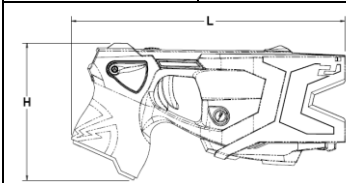
### Características

1. Especificações de Saída (por baía de cartucho)<sup>4,5</sup>  
Forma da Onda: Tecnologia Precision Shaped Pulse™.  
Em 600 ohms ( $\Omega$ ) de carga:
  - Taxa de pulso: 50–125 microsegundos ( $\mu$ s).
  - Pico carregado de tensão: 840-1440 volts.Em 250-1,000  $\Omega$  de carga:
  - Taxa de pulso:  $19 \pm 1$  pulsos por segundo (PPS).
  - carga de pulso total:  $63 \pm 9$  microcoulombs ( $\mu$ C).
  - Corrente: 1,2 miliamperes (mA) típico.
2. Intervalo de temperatura operacional e de armazenamento:  $-20^{\circ}\text{C}$  [ $-4^{\circ}\text{F}$ ] a  $50^{\circ}\text{C}$  [ $122^{\circ}\text{F}$ ].
3. Umidade relativa operacional: até 80% (sem condensação).
4. Vida útil estimada: aproximadamente 5 anos.
5. Fonte de alimentação: pacote de baterias de lítio de alta performance (PPM) fornece energia para aproximadamente 500 descargas de 5 segundos.<sup>6</sup>
6. Resistente a água conforme especificação IPX2 da IEC.<sup>7</sup>
7. Dispositivo de controle eletrônico de vários disparos.
8. Corpo: construção de polímero de alto impacto.
9. Flash de alta eficiência.
10. LASERs estáticos duplos: Vermelhos, classe IIIa. Lasers Classe II disponíveis.
11. Interruptor ARC permite choque de contato com ou sem o cartucho SMART instalado (Exibição Arc Re-energizar / avanço / Cartucho [ARC]).
12. Display Central de Informações (CID) exibe dados críticos como energia restante da bateria, tempo de rajada, modo operacional e o menu de usuário para alterar as configurações e exibir dados em um display amarelo e preto.
13. O sistema de registro Trilogy™ registra informações de diversos sensores em três registros de dados: Log de Eventos, Log de Pulsos e Log de Engenharia. Os dados podem ser baixados usando um módulo de interface de dados USB conectado a um computador pessoal. Os dados podem ser transferidos para os serviços EVIDENCE.com.
14. Relógio em tempo real com bateria reserva.
15. Autodiagnóstico, monitoramento e relatório de status do sistema.
16. Interruptor de segurança ambidestro.
17. O gatilho ativa um único ciclo (aproximadamente 5 segundos). Ao utilizar uma bateria digital de alta performance, manter o gatilho pressionado fará com que a descarga seja continuada além do ciclo padrão. O ciclo pode ser interrompido posicionando o interruptor de segurança na posição inferior (SEGURA).<sup>8</sup>
18. Compatível apenas com cartuchos TASER Smart™.<sup>9</sup>

### Características Físicas<sup>10</sup>

#### Dimensões sem PPM

Comprimento (C)	Altura (A)	Largura (L)	Peso	Dimensões com PPM
19.8 cm [7.8"]	9.6 cm [3.8"]	4.3 cm [1.7"]	454 g [1 lbs] (com PPM e 2 cartuchos)	Altura (A) 10.7 cm [4.2"]



<sup>1</sup> Itens adicionais disponíveis. Entre em contato com um representante de vendas e atendimento ao cliente da TASER para obter mais informações.

<sup>2</sup> Patentes: U.S. 5654867, 6999295, 7145762, 7158362, 7234262, 7457096, 7570476, 7580237, 7600337, 7602597, 7602598, 7631452, 7778004, 7782592, 7800885 e outras ainda pendentes.

<sup>3</sup> As especificações do produto podem ser alteradas sem aviso prévio; O produto real pode ser diferente da figura.

<sup>4</sup> Características de saída podem variar, dependendo da temperatura, carga da bateria, ou das características da carga. Características de saída derivadas de cargas resistivas de 250, 600 e 1000  $\Omega$ . O DEC X2 é projetado para manter a carga de saída em  $\sim 63 \mu\text{C}$ , independente da variação de impedância que varia de 250 a 1.000  $\Omega$ . Um estudo médico em 8 voluntários humanos demonstraram variações de impedâncias de 470-690  $\Omega$  (Dawes et al, Pace, 2010).

<sup>5</sup> Especificações de taxa de pulso em temperatura ambiente, com cargas de saída típicas. Temperaturas abaixo de  $0^{\circ}\text{C}$  [ $32^{\circ}\text{F}$ ] e cargas de saída extremas podem reduzir significativamente a taxa de pulso.

<sup>6</sup> O número aproximado de disparos é derivado de configurações controladas em temperatura ambiente, o número real de disparos pode ser diferente devido a variações ambientais e de uso.

<sup>7</sup> Classificação IPX2 de acordo com Norma IEC 60529.

<sup>8</sup> Isto descreve a operação com baterias PPM, TPPM e câmera TASER CAM™ HD padrão. Se o DEC é equipado com uma bateria com desligamento automático ou uma TASER CAM HD com o desligamento automático (AS), o ciclo acabará após 5 segundos, mesmo que o gatilho siga pressionado.

<sup>9</sup> As especificações dos cartuchos smart da TASER estão disponíveis, entre em contato com a TASER International. O uso de cartuchos não autorizados pela TASER International anulará a garantia do produto.

<sup>10</sup> As dimensões e pesos são apenas para referência.

# Especificações de porta de dados da TASER X2 e X26P



## ADVERTÊNCIA

### Arma de Incapacitação Neuromuscular

- Pode incapacitar temporariamente o alvo
- Pode causar morte ou ferimento grave
- Obedeça as advertências, instruções e todas as leis.
- Cumpra com os requisitos e materiais de treinamento atuais
- Veja [www.axon.com](http://www.axon.com)

MODELO <sup>1</sup>	Nº DO MODELO	COR		
Kit de download de porta de dados, USB, X2 e X26P	22013	Plástico claro		
ESPECIFICAÇÕES	CARACTERÍSTICAS			
<div>1. Material da caia - Policarbonato claro estabilizado UV</div> <div>2. Cabo de comunicação USB-A</div> <div>3. Temperatura operacional: -0°C a 40°C.</div> <div>4. Não pode ser usado para ativação da Arma de Incapacitação Neuromuscular.</div>	<div><div></div><div>O LED de status na porta de dados USB indica o status do dispositivo.</div><div><div></div><div>Botão de reset para conexões USB confiáveis.</div></div><div><div></div><div>Carrega os registros Trilogy para os serviços Axon Evidence (Evidence.com) pelo Evidence Sync (somente on-line).<sup>1</sup></div></div><div><div></div><div>Exibe o registro de evento da Arma de Incapacitação Neuromuscular X2/X26P com o Evidence Sync (on-line e off-line).</div></div><div><div></div><div>Atualiza o firmware na Arma de Incapacitação Neuromuscular X2/X26P pelo Evidence Sync (on-line e off-line).</div></div><div><div></div><div>Atualiza as configurações de departamento pelo Evidence Sync (somente on-line)</div></div><div><div></div><div>Sincroniza e atualiza o relógio em tempo real (RTC) na Arma de Incapacitação Neuromuscular X2/X26P</div></div></div>			
CARACTERÍSTICAS FÍSICAS <sup>2,8</sup>				
Altura 1 (H1)	Altura 2 (H2) <sup>4</sup>	Comprimento (L)	Largura	Peso
2.53" (6,4 cm)	55' (1.4 m)	2.07" (5,3 cm)	1.24" (3,1 cm)	2.5 oz (72 g)
<div><div><div><div><div></div><div>H1</div></div><div><div></div><div>H2</div></div></div><div><div><div></div><div>L</div></div><div><div></div><div>W</div></div></div></div><div><div><div></div><div></div></div><div><div></div><div></div></div><div><div></div><div></div></div></div></div>				

1. O Evidence Sync é compatível com Windows 7 e Windows 10.
2. As especificações do produto podem ser alteradas sem aviso prévio. O produto real pode variar em relação à imagem.
3. Dimensões e pesos são apenas para referência.
4. Cabo totalmente esticado

A Axon Enterprise, Inc. reserva-se o direito de alterar essa especificação sem aviso prévio.

Windows é uma marca comercial da Microsoft Corporation

▲, Axon, Axon Evidence, Evidence Sync, X2, X26, TASER, ⚡, e ⌚ são marcas comerciais da Axon Enterprise, Inc., algumas delas registradas nos EUA e em outros países. Para mais informações, acesse o site [www.axon.com/legal](http://www.axon.com/legal). Todos os direitos reservados. © 2020 Axon Enterprise, Inc.

Rev: 1.0 20 de outubro de 2020



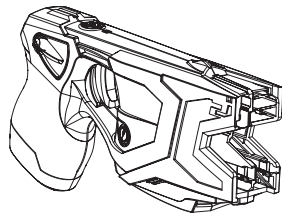


# Guia de Início Rápido DEC TASER X2

Português (Brasil)



## Hardware



DEC X2 (cartuchos vendidos separadamente)



PPM (Pente de alimentação de desempenho)

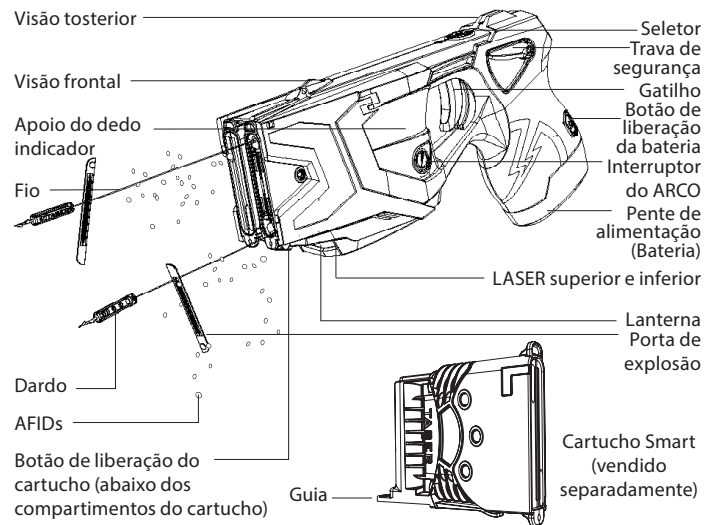
OU



TPPM (Pente de alimentação de desempenho tático)

Baterias adicionais estão disponíveis.  
Consulte [www.axon.com](http://www.axon.com) para obter detalhes.

## Referência Rápida



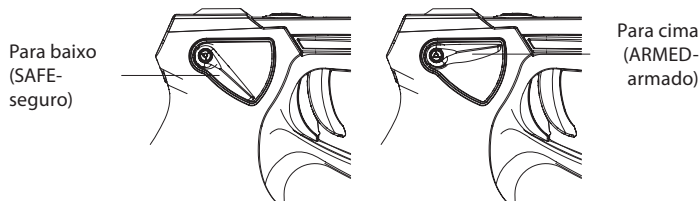
**Complete o treinamento antes.** Existem diferenças significativas entre cada modelo do Dispositivo Eletrônico de Controle ("DEC") da Axon Enterprise, Inc. ("TASER"). Não use nem tente usar nenhum modelo DEC, a menos que você tenha sido treinado e certificado por um Instrutor Certificado TASER no modelo específico. Consulte [www.axon.com](http://www.axon.com) para ver os alertas mais recentes.

### Passo 1:

#### Posicione a trava de segurança na posição SAFE (SEGURO)

OBS.: Antes de usar o DEC X2, confirme com o armeiro ou outra pessoa qualificada se o firmware foi atualizado.

A segurança ambidestra pode ser operada de qualquer dos lados. Vire a trava de segurança (SAFE-SEGURO) para baixo.



### Passo 2:

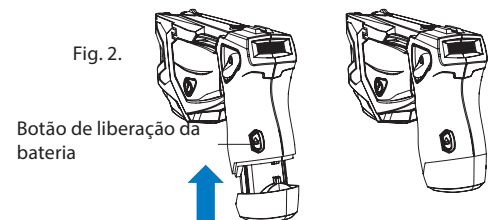
#### Inspecione e instale a bateria

- 1 Inspeção os contatos da bateria, para confirmar se eles estão limpos e sem danos (Fig. 1).
- 2 Instale a nova bateria e confirme se ela está totalmente inserida no DEC X2 (Fig. 2).
  - Aplique força suficiente para garantir que ela esteja totalmente encaixada.
  - Quando a bateria está adequadamente encaixada, o botão de liberação deve saltar da posição recolhida com um clique audível.

Fig. 1.



Fig. 2.



### Etapa 3:

#### Remova a capa de transporte do cartucho

Os Cartuchos Smart são vendidos separadamente. Remova as capas de transporte antes de tentar carregar um Cartucho Smart em um DEC X2.

- 1 Segure o cartucho sobre uma mesa ou outra superfície de modo que ele não caia no chão se for solto.
- 2 Segure o cartucho de forma que as portas de explosão não fiquem voltadas para você nem para outras pessoas. As portas de explosão ficam na frente do cartucho, por trás da parte sólida da tampa que tem a palavra REMOVE (remover) sobre ele.
- 3 Encontre a aba do cartucho que fica para fora no lado arredondado da capa de transporte.
- 4 Pressione essa guia enquanto puxa o cartucho para fora. Você deve pressionar o cartucho com os polegares e segurar a capa com os outros dedos. Você deve ouvir um clique quando a capa soltar do cartucho.
- 5 Puxe o cartucho para fora da capa.



## Passo 4:

### Carregue os Cartuchos Smart

(Antes de instalar e usar um cartucho Smart, inspecione se há rachaduras nas portas de explosão.)

- 1 Aponte o DEC para uma direção segura.
- 2 Certifique-se que a trava de segurança esteja na posição para baixo (SAFE-SEGURO) e que o dedo não esteja no gatilho nem no interruptor do ARCO.
- 3 Certifique-se que a capa de transporte protetora tenha sido removida do Cartucho Smart.
- 4 Mantendo a mão afastada da frente do cartucho, coloque-o no compartimento para cartucho até ouvir um clique (Fig. 1). Observe a posição da guia na parte inferior do cartucho; esse lado do cartucho deve ficar na parte inferior do compartimento do cartucho X2.
- 5 Verifique se o cartucho está firme puxando as guias nas partes inferior e superior do cartucho (Fig. 2).

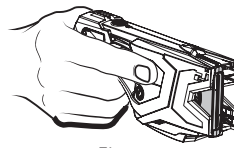


Fig. 1

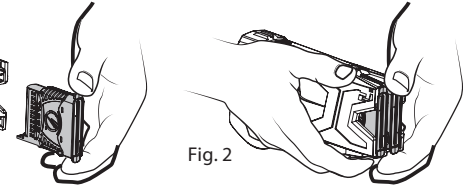


Fig. 2

**Use o interruptor do ARCO, não o gatilho, para realizar o teste de funcionamento. Apertar o gatilho dispara os cartuchos. Veja o arco elétrico de cima ou de lado do DEC. Não aponte o DEC para o rosto nem mantenha-o próximo do rosto.**

## Passo 5:

### Teste de Funcionamento

(O teste de funcionamento pode ser realizado com cartuchos carregados no DEC.)

- 1 Vire o DEC para longe do corpo em uma direção segura.
- 2 Posicione a parte superior do DEC X2 na palma da mão não dominante de forma que você possa segurar o trilho superior e o polegar alcance o interruptor do ARCO, enquanto o resto da mão não dominante e os dedos ficam afastados da frente do DEC.
- 3 Vire a trava de segurança para a posição superior (ARMED-armado). Mantenha os dedos afastados do gatilho e mantenha o DEC apontado em uma direção segura. Ao realizar um teste de funcionamento, NÃO toque no gatilho em nenhum momento.
- 4 Pressione e mantenha pressionado o interruptor do ARCO por 5 segundos.
- 5 Olhe o mostrador CID e verifique o seguinte:
  - Nenhum ícone de falha crítica ou importante é exibido.
  - As informações do cartucho correspondem aos cartuchos inseridos nos compartimentos de disparo X2.
  - TROQUE A BATERIA e BATERIA BAIXA não são exibidos no CID.
  - Se for exibido algum ícone de falha, devolva a unidade para o técnico de DEC da agência para manutenção.
- 6 Mude a trava de segurança para a posição inferior (SAFE-SEGURO).

### Ícones do mostrador

O mostrador central de informações (CID) apresenta informações sobre o estado de carga da bateria do DEC, estado do compartimento da bateria, tipo de cartucho, progresso do ciclo e outras informações. Quando você vira a trava de segurança para cima (ARMED-ARMADO), o CID acende e exibe as informações.

Cartucho selecionado			Cartuchos de 35 pés
Modo de operação			Indicador da bateria: 81-100% restantes
Cartucho de bateria vazio	Cartucho disparado	15' (4,6 m) Cartucho	25' (7,6 m) Cartucho
35' (10,6 m) Cartucho	Cartucho de treinamento de 25'	Erro de compartimento de cartucho	Cartucho selecionado
Modo semi-automático	Modo manual	Bateria*	21-40% de bateria restante
Falha da bateria	Bateria de APPM	Bateria de SPPM	Gravadora HD TASER CAM HD
TASER CAM HD Auto-Desligamento da gravadora	Falha importante	Defeito crítico	

\* cada barra representa um incremento de 20% da capacidade da bateria

	O ícone "LO BATT" (bateria baixa) pisca no CID quando a trava de segurança é colocada na posição superior (ARMED - armado) e a capacidade da bateria está ≤40 por cento (com gravadoras TASER CAM HD) ou ≤20 por cento (com outras baterias).
	O ícone "RECHARGE BATTERY" pisca se a bateria tem baterias recarregáveis (por exemplo, com uma gravadora TASER CAM HD) e a porcentagem da bateria está em 00%. O DEC não funcionará até que a bateria seja carregada.
	O ícone "CHANGE BATTERY" (trocar bateria) piscará se a bateria não tiver uma bateria recarregável (por exemplo, uma bateria PPM, APPM, SPPM ou TPPM) e a porcentagem da bateria estiver em 00%. O DEC não funcionará até que a bateria seja trocada.
	O ícone "DO NOT REMOVE BATTERY" (não remover a bateria) é exibido se a bateria SPPM está enviando uma transmissão SPPM em modo seguro ou conectada para atualizações.
	O DEC começará a contar no número 1.

## Passo 6:

### Retire os cartuchos

(Aponte o DEC para longe do corpo.)

- 1 Aponte o DEC para longe do corpo e em uma direção segura.
- 2 Certifique-se de que a trava de segurança esteja para baixo (SAFE-SEGURO).
- 3 Pressione o botão de liberação do cartucho com o indicador da mão de apoio.
- 4 Puxe o cartucho para fora do compartimento com firmeza puxando as guias superior e inferior do cartucho.



Botão de liberação do cartucho

Para obter mais informações, consulte o *Manual do Usuário do DEC TASER X2*, disponível em: [www.taser.com](http://www.taser.com) ou chame o serviço de assistência ao cliente Axon nos números 1-800-978-2737-2737-2737 para solicitar uma cópia.

▲, Cartucho Smart, TASER CAM, X2, X<sup>2</sup>, TASER, e são marcas de comércio da Axon Enterprise, Inc., alguns dos quais são registrados no EUA e em outros países. Para obter mais informações, acesse [www.axon.com/legal](http://www.axon.com/legal). Todos os direitos reservados. © 2017 Axon Enterprise, Inc. MPC0194 REV: D



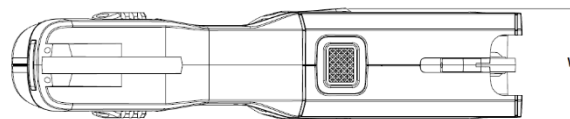
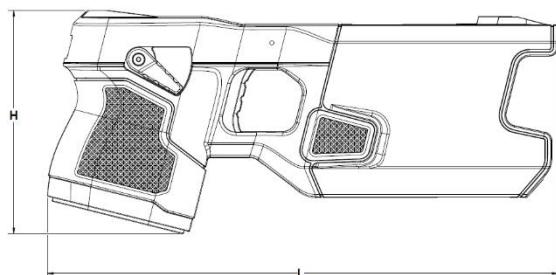


Modelos de armas de eletrochoque (CEW) TASER 7 <sup>1</sup>	Modelo N.º	Classificação LASER	Cor
Alta Visibilidade TASER 7	TS1001	3R	Amarelo e preto
Alta Visibilidade TASER 7	TS1002	2	Amarelo e preto

## As características incluem

- Arma de eletrochoque (CEW) de múltiplos disparos (2 disparos).
- Caixa: Construção em polímeros de alto impacto.
- Lanterna LED de alta eficiência.
- LASER superior verde classe 3R ou classe 2 e LASERs inferiores vermelhos (3,5° e 12°) disponíveis.
- O interruptor Arc permite o acionamento (por toque ou contato) com ou sem um cartucho TASER 7 instalado.
- No caso da implantação de 2 cartuchos, a tecnologia Adaptive Cross Connect (ACC) da TASER 7 distribuirá os pulsos de descarga através das 4 combinações de conexão possíveis (a partir de qualquer sonda positiva a negativa ou eletrodo da arma). Com base nas medições de conexão em tempo real, o ACC monitora e adapta continuamente o PPS de cada conexão elétrica.
- Tela central de informações (CID): Exibe dados essenciais, como energia restante da bateria, tempo de rajada e modo de operação.
- A arma de eletrochoque registra informações de uma variedade de sensores. Os dados podem ser baixados usando o TASER 7 Dock e acessados através dos serviços Axon Evidence (Evidence.com).
- Autodiagnóstico a bordo e monitoramento e apresentação de relatórios do estado do sistema.
- Interruptor de segurança para ambidestros. O ciclo de saída pode ser interrompido a qualquer momento, colocando o interruptor de segurança na posição para baixo (SAFE).
- A TASER 7 pode ser configurada pela agência para que o ciclo de saída da arma de eletrochoque pare em 5 segundos e a arma emita um alerta sonoro pelos últimos 2 segundos do ciclo de saída da arma de eletrochoque.
- Compatível apenas com cartuchos Axon TASER 7.
- A TASER 7 é compatível com a tecnologia Axon Signal.

## Especificações mecânicas



Parâmetro	Condição de teste	Mín	Tipo	Máx	Unidade
(L) Comprimento	Sem bateria ou cartucho		7,45 (18,9)		em (cm)
(H) Altura	Sem bateria ou cartucho		3,25 (8,25)		
(W) Largura	Sem bateria ou cartucho		1,65 (4,19)		

<sup>1</sup> Itens adicionais disponíveis. Entre em contato com o serviço de atendimento de vendas e ao cliente da Axon para obter mais informações.



Parâmetro	Condição de teste	Mín	Tipo	Máx	Unidade
Peso	Sem bateria ou cartucho		0,6 (0,27)		lb (kg)
Força de tração do gatilho <sup>2</sup>			4,2 (18,7)		libras (newton)

## Características da saída elétrica<sup>3</sup>

Parâmetro	Condição de teste	Mín	Tipo	Máx	Unidade
<b>Parâmetros entregues<sup>4</sup></b>					
Carga por pulso <sup>7</sup>	250–1000 $\Omega$	59	63	67	$\mu\text{C}$ (microcoulomb)
Frequência de pulsos <sup>5,6</sup>	Compartimento individual	21	22	23	Pulsos por segundo (PPS)
	Dois compartimentos	43	44	45	
Duração do pulso	600 $\Omega$ <sup>7</sup>	35	45	55	$\mu\text{s}$ (microsegundos)
Tempo total de descarga (tempo "ativado")	22 PPS em 600 $\Omega$ <sup>7</sup>	0,00077		0,0012	segundos
Corrente agregada <sup>8</sup>	22 PPS em 600 $\Omega$ <sup>7</sup>	0,0013		0,0015	A (amperes)
Energia por pulso	500 $\Omega$ <sup>9</sup>	0,063	0,081	0,104	J (joules)
Tensão carregada máxima	600 $\Omega$ <sup>7</sup>	1500		2600	V (volts)

<sup>2</sup> O peso do gatilho pode variar em função da temperatura.

<sup>3</sup> Para obter mais informações sobre as especificações da arma de eletrochoque TASER 7, consulte D. Panescu, M. Nerheim, M. W. Kroll e M. A. Brave, "New Conducted Electrical Weapons: Electrical Safety Relative to Relevant Standards," *Conf Proc IEEE Eng Med Biol Soc*, vol. 39, Jul 2017, pp. 2185 - 2190 (2017); consultar também American National Standards Institute (ANSI)/CPLSO-17-2017, Electrical Characteristics of ECDs and CEWs.

<sup>4</sup> O parâmetro "entregue" representa a quantidade que se espera que ingresse no corpo de um indivíduo quando um circuito tiver sido concluído, e a corrente elétrica é fornecida pela arma de eletrochoque TASER. Dados obtidos pela conexão de cargas resistivas às lanças dos dardos em um cartucho utilizado.

<sup>5</sup> A frequência de pulsos pode variar em função da temperatura operacional e as condições da bateria.

<sup>6</sup> Nota: Esse limite se aplica a pares de sondas e não a sondas individuais. Por exemplo, em uma saída triangular (sistema de três sondas em que a 4ª sonda não constitui uma conexão elétrica), uma sonda será o retorno comum para as outras duas sondas. Em uma saída triangular, a tecnologia Adaptive Cross Connect limitará a frequência de pulsos em cada boa conexão a cerca de 17,6 PPS, resultando em até 44  $\pm$  PPS na sonda comum.

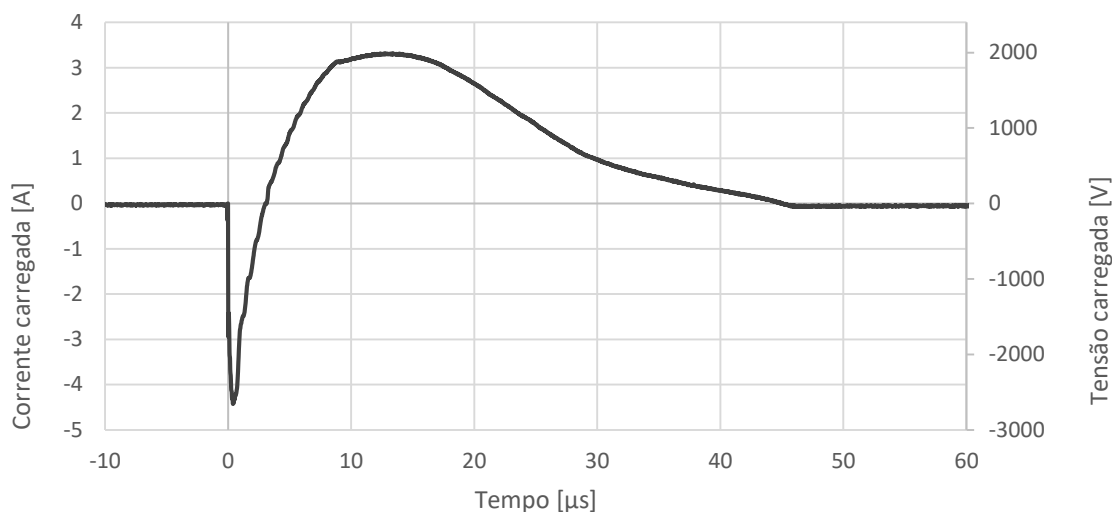
<sup>7</sup> Resistor não indutivo. Duração medida de –100 mA a 100 mA por ANSI CPLSO-17.

<sup>8</sup> A corrente agregada é o fluxo de carga por segundo. Igual à frequência de pulsos, carga por pulso de tempo.

<sup>9</sup> Carga padrão: consiste em um resistor não indutivo de 500  $\pm$  2,5  $\Omega$ . Comissão Eletrotécnica Internacional, Household and Similar Electrical Appliances—Safety—Parte 2—76: Particular Requirements for Electric Fence Energizers IEC 60335-2-76, Ed 2.1, 2006, Geneva: IEC.

Parâmetro	Condição de teste	Mín	Tipo	Máx	Unidade
<b>Adaptive Cross Connect</b>					
Frequência de pulsos Adaptive Cross Connect <sup>6,10,,11</sup>	Dois compartimentos, 2 a 4 sondas na carga <sup>12</sup>	21		45	PPS (pulsos por segundo)

## Forma de onda da saída elétrica<sup>13</sup>



## Características da lanterna e LASER

Parâmetro	Condição de teste	Mín	Tipo	Máx	Unidade
Saída luminosa da lanterna <sup>14</sup>			210		lm (lúmenes)
Saída de potência do LASER verde <sup>15</sup>	CLASSE 2		0,85	1,0	mW (miliwatts)
	CLASSE 3R		4	5,0	
Saída de potência do LASER vermelho <sup>15</sup>	CLASSE 2		0,85	1,0	mW
	CLASSE 3R		4	5,0	

<sup>10</sup> A frequência de pulsos pode variar em função da temperatura operacional e as condições da bateria.

<sup>11</sup> A frequência de pulsos por conexão Adaptive Cross Connect varia dinamicamente com base na qualidade da conexão. Boas conexões terão PPS mais alto (até 22 nominais), más conexões menos PPS (até 4 nominais).

<sup>12</sup> São necessárias duas sondas de polaridade oposta (superior e inferior) para fornecer pulsos elétricos à carga.

<sup>13</sup> O gráfico de forma de onda representa um único pulso de saída em um resistor não-indutivo 600 Ω.

<sup>14</sup> A saída da lanterna pode variar em virtude das condições da temperatura operacional, bateria, ambiente, etc.

<sup>15</sup> A potência de saída do LASER pode ser reduzida dependendo da temperatura de operação.

## Especificações ambientais e vida útil do produto

Parâmetro	Condição de teste		Mín	Tipo	Máx	Unidade
Temperatura operacional <sup>16,17</sup>			-20 -4		50 122	° C °F
Temperatura de armazenamento <sup>17</sup>			-20 -4		50 122	° C °F
Entrada de água <sup>18</sup>	IPX3	IP53				
Entrada de poeira <sup>18</sup>	IP5X					
Umidade de operação relativa					95	Por cento
Vida útil do produto <sup>19</sup>				5		Anos

## Classificações de descarga eletrostática (ESD)

Parâmetro	Condição de teste	Valor	Unidade
V <sub>ESD</sub> Descarga eletrostática <sup>20,21</sup>	Contato	±4	kV (quilovolt)
	Ar	±8	


Patente: [www.axon.com/patents](http://www.axon.com/patents)

## Aviso importante

As medições reais em produtos específicos podem variar como resultado de muitos fatores, incluindo fatores que estejam fora do controle da Axon. As especificações do produto podem sofrer alterações sem aviso prévio; o produto real pode ser diferente da foto, imagem ou gráfico. Consulte as especificações atuais do produto publicadas pela Axon para obter os limites e as condições de teste especificados. Leia o manual e a documentação do produto.

Para obter mais informações, consulte as fichas de especificações atuais dos dispositivos/produtos TASER, materiais de treinamento, manuais de produtos e o site ([www.axon.com](http://www.axon.com)). A Axon Enterprise Inc. reserva-se o direito de alterar ou modificar este documento sem aviso prévio.

# TASER 7

▲ AXON, Axon, Axon Evidence, Axon Signal, Evidence.com, TASER, TASER 7 e  são marcas comerciais da Axon Enterprise, Inc.,

<sup>16</sup> Salvo especificação em contrário, todas as especificações são válidas em função da faixa de temperatura de operação.

<sup>17</sup> A operação ou armazenamento fora da faixa de temperatura especificada pode causar um funcionamento incorreto ou danificar a arma de eletrochoque e seus acessórios.

<sup>18</sup> Válido apenas com cartuchos TASER 7 e bateria instalados na arma de eletrochoque.

<sup>19</sup> Vida útil recomendada.

<sup>20</sup> IEC EN 61000-4-2 (Ensaio de Imunidade a Descarga Eletrostática (ESD)).

<sup>21</sup> A classificação de descarga eletrostática pode ser aplicada a todas as partes do cabo, cartucho e pacote de baterias da arma de eletrochoque do sistema.



# Especificações TASER 7



algumas das quais estão registradas nos EUA e em outros países. Para mais informações, acesse [www.axon.com/legal](http://www.axon.com/legal). Todos os direitos reservados. © 2018 Axon Enterprise, Inc.

Versão 2.0 13 de dezembro de 2018

## Especificações do pacote de baterias

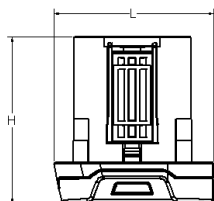
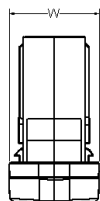
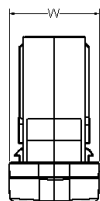
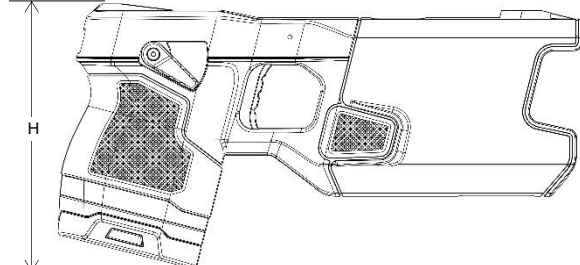
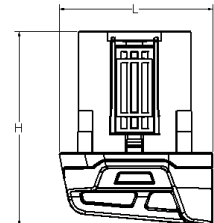
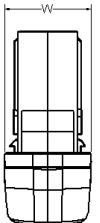
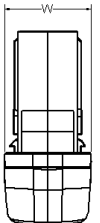
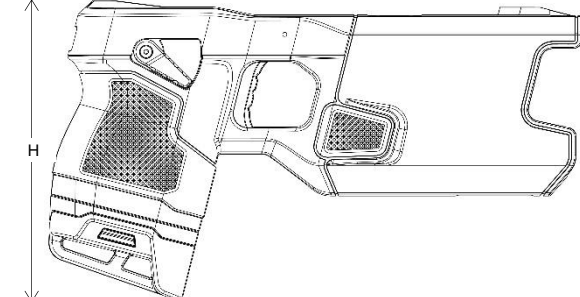
Modelo	Modelo N.º	Cor
Bateria recarregável compacta	TS1013	Preto
Bateria recarregável tática	TS1005	Preto

Especificações	Características
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Bateria: Duas células de polímeros de íons de lítio recarregáveis<sup>1</sup></li><li>2. Capacidade do pacote de baterias: 900 mAh (típico)</li><li>3. Consumo de corrente do circuito de proteção e do relógio da bateria a 25 °C (77 °F): 13,0 µA (típico)</li><li>4. Faixa de temperatura operacional: -4 °F a 122 °F (-20 °C a 50 °C)</li><li>5. Faixa da temperatura de carga: 32 °F a 104 °F (0 °C a 40 °C)</li><li>6. Faixa de temperatura de armazenamento: Menos de 1 ano: -4 °F a 77 °F (-20 °C a 25 °C) Menos de 3 meses: -4 °F a 104 °F (-20 °C a 40 °C)</li><li>7. Vida útil: Aproximadamente 300 ciclos completos de descarga e carga da bateria.</li><li>8. Teste de queda: 39" (1 m)</li></ol>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Projetado para uso com a arma de eletrochoque TASER 7 e a estação de carregamento.</li><li>• Caixa: Polímero de alto impacto.</li><li>• O pacote de baterias táticas inclui um suporte ergonômico para descanso dos dedos.</li><li>• Resistente à poeira e umidade, quando instalado corretamente na arma de eletrochoque.</li><li>• Axon Signal ativado.</li></ul>

## Dimensões do produto

Modelo	Comprimento (L)	Altura (H)	Largura (W)	Altura na arma de eletrochoque (H)
Compacto	2,14" (5,42 cm)	2,23" (5,66 cm)	1,2" (3 cm)	3,8" (9,7 cm)
Tático	2,14" (5,42 cm)	2,68" (6,81 cm)	1,2" (3 cm)	4,2" (10,7 cm)

<sup>1</sup> As baterias recarregáveis de íon de lítio têm uma vida útil limitada de aproximadamente 5 anos e perderão gradualmente sua capacidade de manter uma carga. Essa perda de capacidade (envelhecimento) é irreversível. À medida que a bateria perde capacidade, o tempo de alimentação do seu dispositivo (tempo de execução) diminui. Além disso, as baterias de íon de lítio continuam descarregando lentamente (autodescarga) quando não estão sendo utilizadas ou estão armazenadas. Recomenda-se verificar rotineiramente o estado da carga da bateria. Os manuais do usuário de produtos Axon resumem como verificar o status e as instruções de carregamento da bateria.

Modelo	Comprimento (L)	Altura (H)	Largura (W)	Altura na arma de eletrochoque (H)
Compacto				
Tático				

## Peso do produto

Modelo	Peso
Compacto	0,18 lb (0,08 kg) (típico)
Tático	0,17 lb (0,08 kg) (típico)

## Desempenho

	Condição de teste	Mín	Tipo	Máx	Unidade
<b>Pacote recarregável<sup>2,3,4</sup></b>					
Disparos iniciados por gatilho	Descarga 22 PPS 5 s		150		Disparos
Disparos iniciados por gatilho/interruptor Arc	Descarga 44 PPS 5 s		75		Disparos

## Especificações da célula de bateria

O pacote de baterias TASER 7 utiliza duas baterias de íons de lítio ICR18350P.

<sup>2</sup> O número aproximado de disparos deriva de configurações controladas à temperatura ambiente (77 °F/25 °C); os disparos reais e a frequência de pulsos podem ser diferentes em virtude da variação ambiental e de uso.

<sup>3</sup> No armazenamento, a bateria pode perder até 10% de sua capacidade no primeiro mês e 3% de sua capacidade por cada mês adicional. A perda de capacidade depende da temperatura de armazenamento e do estado de carga.

<sup>4</sup> Os pacotes de baterias devem ser armazenados com carga de 30 a 50%.



## Especificações elétricas da célula de bateria

Especificações
1. Capacidade nominal: Típico: 900 mAh (6,7 wh) quando carregado e descarregado a uma frequência de 0,2 C
2. Tensão nominal (tensão de operação média): 7,4 V
3. Tensão no final da descarga (tensão de corte da descarga): 6,0 V
4. Tensão final de carga: 8,4 V
5. Carga padrão: Corrente constante: 0,2 C Tensão constante: 8,40 V Corte de 0,02 C Tempo de carga: Aproximadamente 6,0 h
6. Descarga padrão: Corrente constante: 0,2 C Tensão final: 6,0 V
7. Carga rápida: Corrente constante: 1 C Tensão constante: 8,4 V Corte de 0,02 C Tempo de carga: Aproximadamente 2,5 h
8. Descarga rápida: Corrente constante: 1 C Tensão final: 6,0 V
9. Corrente de carga contínua máxima: 1 C
10. Corrente de descarga contínua máxima: 4 A
11. Faixa de temperatura operacional: Carga: 32 °F a 104 °F (0 °C a 40 °C) Descarga -4 °F a 122 °F (-20 °C a 50 °C) Umidade relativa: Até 85 por cento (sem condensação)
12. Dimensão da célula da bateria: Altura: 1,36" (35 mm) (típico) Diâmetro: 0,71" (18 mm) (típico)

## Especificações do módulo do circuito de proteção (PCM)

As baterias recarregáveis TASER 7 fornecem um circuito de proteção da bateria integrado. O circuito de proteção proporciona uma proteção contra sobrecarga de tensão de alta precisão, descarga excessiva e sobrecorrente para as 2 células de bateria recarregáveis de íons de lítio/polímeros de lítio conectadas em série.

Especificações do circuito de proteção por célula
1. Tensão de detecção de sobrecarga: 3,550 V a 4,600 V ±25 mV de 14 °F a 140 °F (-10 °C a 60 °C)
2. Tensão de liberação de sobrecarga: 3,15 V a 4,6 V ±30 mV
3. Tensão de detecção de descarga excessiva: 2,0 V a 3,0 V ±50 mV
4. Tensão de liberação de descarga excessiva: 2,0 V a 3,4 V ±100 mV
5. Tensão de detecção de sobrecorrente de descarga: 0,05 V a 0,4 V ±10 mV



## Especificações do pacote de baterias recarregável TASER 7

### Especificações do circuito de proteção por célula

6. Tensão de detecção de curto-circuito de carga: 0,5 V a 0,9 V  $\pm$ 100 mV
7. Tensão de detecção de sobrecorrente de descarga: -0,4 V a -0,05 V  $\pm$ 20 mV
8. Faixa de temperatura operacional do circuito de proteção: -40 °F a 185 °F (-40 °C a 85 °C)
9. Consumo de corrente do circuito de proteção das células da bateria:  
Durante a operação: 8,0  $\mu$ A máx. a 77 °F (25 °C)  
Durante o desligamento: 0,1  $\mu$ A máx. a 77 °F (25 °C)

Patente: [www.axon.com/patents](http://www.axon.com/patents)




### Aviso importante

As medições reais em produtos específicos podem variar como resultado de muitos fatores, incluindo fatores que estejam fora do controle da Axon. As especificações do produto podem sofrer alterações sem aviso prévio; o produto real pode ser diferente da foto, imagem ou gráfico. Consulte as especificações atuais do produto publicadas pela Axon para obter os limites e as condições de teste especificados. Leia o manual e a documentação do produto.

Para obter mais informações, consulte as fichas de especificações atuais dos dispositivos/produtos TASER, materiais de treinamento, manuais de produtos e o site ([www.axon.com](http://www.axon.com)). A Axon Enterprise Inc. reserva-se o direito de alterar ou modificar este documento sem aviso prévio.

# TASER 7



  AXON, TASER 7 e  são marcas comerciais da Axon Enterprise, Inc., algumas das quais estão registradas nos EUA e em outros países. Para mais informações, acesse [www.axon.com/legal](http://www.axon.com/legal). Todos os direitos reservados. © 2018 Axon Enterprise, Inc.

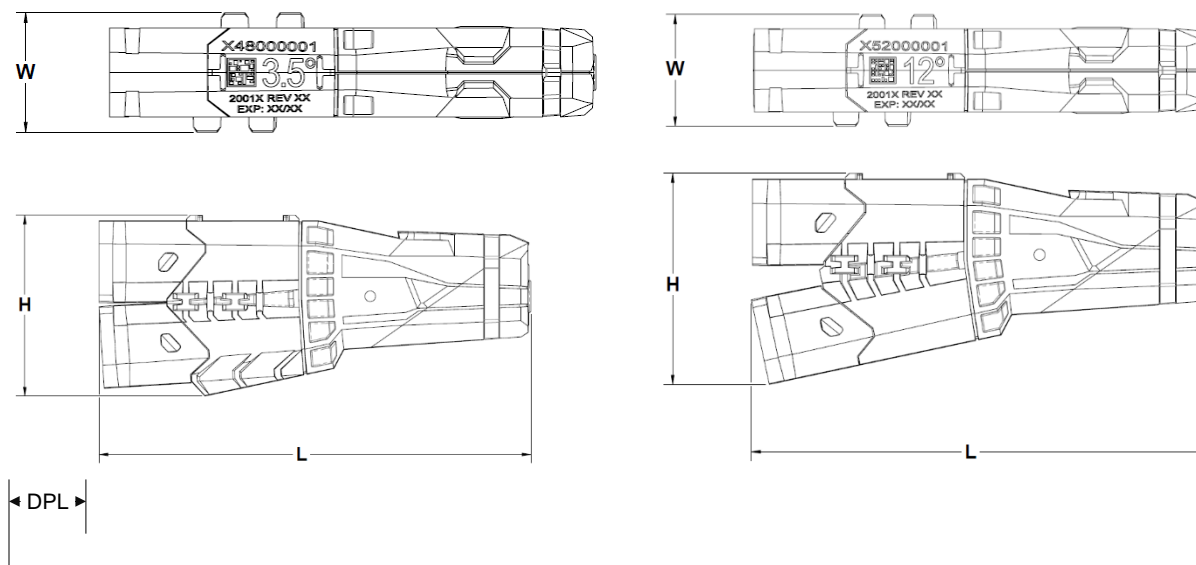
11 de dezembro de 2018 Rev: 1,0

## Especificações do cartucho ativo

Modelo	Modelo N.º	Propulsor	Faixa máxima <sup>1</sup>	Cor do corpo	Cor da porta
Cartucho de proximidade TASER 7 (12°)	20013	Nitrogênio comprimido <sup>2</sup>	25' (7,6 m)	Preto	Preto
Cartucho Standoff TASER 7 (3,5°)	20012	Nitrogênio comprimido	25' (7,6 m)	Preto	Preto

### As características incluem

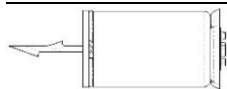
- Compatível com a arma de eletrochoque (CEW) TASER 7.
- Caixa: Construção em polímeros de alto impacto.
- Os cartuchos de proximidade de 12 graus (CQ) podem ser eficazes em faixas de engate de até 1,22 metros (4 pés).<sup>3</sup> Os cartuchos standoff de 3,5 graus (SO) podem ser eficazes em intervalos de engate de 3,5 m ou superior.<sup>3</sup>
- Sistema de rastreamento de identificação digital anticriminosa (AFID).
- Instalação do cartucho irreversível.
- Clipe de segurança incluído, o que minimiza danos acidentais durante o transporte ou manuseio quando não instalado na arma de eletrochoque.
- Vida útil estimada: Aproximadamente 5 anos.



<sup>1</sup> O comprimento real dos cabos pode exceder o intervalo utilizável especificado.

<sup>2</sup> A ficha de segurança de produtos químicos (FISPQ) relacionada a cartuchos propelidos por gás nitrogênio está disponível mediante solicitação.

<sup>3</sup> Consulte, em geral: Ho J, Dawes D, Miner J, Kunz S, Nelson R, Sweeney J. Conducted electrical weapon incapacitation during a goal-directed task as a function of probe spread (em português: incapacidade das armas de eletrochoque durante uma tarefa direcionada a um alvo em função da propagação da sonda). *Forensic Sci Med Pathol*. 2012;8(4):358-366. Criscione JC, Kroll MW. Tempos de recuperação da incapacidade devido à exposição à arma de eletrochoque. *Forensic science, medicine, and pathology*. 2014;10(2):203-207.



## Especificações mecânicas do cartucho ativo

Parâmetro	Tipo	Mín	Tipo	Máx	Unidade
(L) Comprimento	CQ (12°)		3,2 (81,5)		em (mm)
	SO (3,5°)				
(W) Largura	CQ (12°)		0,79 (19,9)		
	SO (3,5°)				
(H) Altura	CQ (12°)		1,48 (37,7)		
	SO (3,5°)		1,34 (34)		
Comprimento do ponto de dardo (DPL)	CQ (12°)		0,45 (11,5)		
	SO (3,5°)				
Peso do cartucho	CQ (12°)		1,16 (33)		oz (g)
	SO (3,5°)				
Diâmetro do cabo	CQ (12°)	0,0134 (0,34)	0,0140 (0,356)	0,0146 (0,371)	em (mm)
	SO (3,5°)				
Resistência à tração	CQ (12°)		~1,8 (~0,82)		lb (kg)
	SO (3,5°)				

## Desempenho balístico do cartucho ativo

Parâmetro	Condição de teste	Mín	Tipo	Máx	Unidade
Velocidade CQ (12°) & SO (3,5°) <sup>4</sup>	Boca		175 (53)		FPS (pés por segundo) (m/s)
	15 ft (4,6 m)		170 (52)		
Energia da sonda CQ (12°) & SO (3,5°) <sup>4,5</sup>	Boca		4,4 (6)		ft-lb (Pé-Libras) (J [Joules])
	15 ft (4,6 m)		4,1 (5,6)		
CQ (12°) Agrupamento (90%) <sup>6</sup>	15 ft (4,6 m)		6 (15,2)		em (cm)
SO (3,5°) Agrupamento (90%) <sup>6</sup>	15 ft (4,6 m)		5,7 (14,45)		em (cm)

<sup>4</sup> A velocidade e a energia da sonda podem variar em função da temperatura.

<sup>5</sup> A energia da sonda é uma medida da energia cinética de um dos dois dardos em um cartucho.

<sup>6</sup> O agrupamento é uma medida da porcentagem de dardos que alcançam o diâmetro de uma área alvo circular especificada.

## Especificações do cartucho Hook and Loop Training (HALT)

Modelo	Modelo N.º	Propulsor	Faixa máxima <sup>1</sup>	Cor do corpo	Cor da porta
Cartucho de proximidade HALT TASER 7 (12°)	20015	Nitrogênio comprimido <sup>2</sup>	25' (7,6 m)	Preto	Azul
Cartucho Standoff HALT TASER 7 (3,5°)	20014	Nitrogênio comprimido	25' (7,6 m)	Cinza	Azul

### As características do cartucho HALT incluem

- Compatível com a arma de eletrochoque CEW TASER 7.
- Caixa: Polímero preto de alto impacto.
- Os cartuchos HALT (20014, 20015) não contêm linha condutora.
- Os cartuchos de doze graus destinam-se a uma curta distância. Os cartuchos de 3,5 graus destinam-se a um maior alcance.
- Instalação do cartucho irreversível.
- Tampa de segurança incluída, o que minimiza danos acidentais durante o transporte ou manuseio quando não instalado na arma de eletrochoque.
- Vida útil estimada: Aproximadamente 5 anos.

### Especificações mecânicas do cartucho HALT<sup>7</sup>

Parâmetro	Tipo	Mín	Tipo	Máx	Unidade
Peso do cartucho	HALT CQ (12°)		1,1 (31)		oz (g)
	HALT SO (3,5°)				
Diâmetro do cabo	CQ (12°)	0,0114 (0,29)	0,0118 (0,30)	0,0122 (0,31)	em (mm)
	SO (3,5°)				
Resistência à tração	CQ (12°)		~10 (~4,54)		lb (kg)
	SO (3,5°)				

### Desempenho balístico de cartuchos HALT

Parâmetro de desempenho balístico do cartucho de simulação	Condição de teste	Mín	Tipo	Máx	Unidade
Velocidade CQ (12°) & SO (3,5°) <sup>4</sup>	Boca		185 (56,4)		FPS (pés por segundo) (m/s)
	15 ft (4,6 m)		155 (47,2)		
Energia da sonda CQ (12°) & SO (3,5°) <sup>4,5</sup>	Boca		4,1 (5,6)		ft-lb (Pé-Libras) (J [Joules])
	15 ft (4,6 m)		2,5 (3,39)		

<sup>7</sup> Os cartuchos de simulação têm a mesma aparência e dimensões que os cartuchos ativos, exceto que os cartuchos de simulação possuem portas de explosão azuis ou vermelhas e os cartuchos ativos possuem portas de explosão pretas.

Parâmetro de desempenho balístico do cartucho de simulação	Condição de teste	Mín	Tipo	Máx	Unidade
CQ (12°) Agrupamento (90%) <sup>6</sup>	15 ft (4,6 m)		6,9 (17,5)		em (cm)
SO (3,5°) Agrupamento (90%) <sup>6</sup>	15 ft (4,6 m)		8,9 (22,6)		em (cm)

## Especificações do cartucho de simulação reinicializável inerte

Modelo	Modelo N.º	Propulsor	Faixa máxima <sup>1</sup>	Cor do corpo	Cor da porta
Cartucho de proximidade inerte TASER 7 (12°)	20017	Nenhum	N/A	Preto	Vermelho
Cartucho Standoff inerte TASER 7 (3,5°)	20016	Nenhum	N/A	Cinza	Vermelho

## As características do cartucho de simulação reinicializável inerte incluem

- Compatível com a arma de eletrochoque TASER 7.
- Caixa: Polímero preto de alto impacto.
- Os cartuchos inertes (20016, 20017) não contêm cabos, sondas ou circuitos.
- Instalação do cartucho irreversível.
- Tampa de segurança incluída, o que minimiza danos acidentais durante o transporte ou manuseio quando não instalado na arma de eletrochoque.
- Vida útil estimada: Aproximadamente 5 anos.

## Especificações mecânicas do cartucho de simulação reinicializável inerte

Parâmetro	Tipo	Mín	Tipo	Máx	Unidade
Peso do cartucho	CQ inerte (12°)		0,6 (17)		oz (g)
	SO inerte (3,5°)				

**Nota:** Os cartuchos de simulação reinicializáveis inertes devem ser utilizados e armazenados a temperaturas de 55–85 °F (13–30 °C). **Os cartuchos de simulação reinicializáveis inertes não devem ser utilizados em serviço.**

## Especificações ambientais e vida útil do produto

Parâmetro	Condição de teste	Mín	Tipo	Máx	Unidade
Temperatura operacional <sup>8,9,10</sup>		-20		50	° C
		-4		122	° F

<sup>8</sup> Salvo especificação em contrário, todas as especificações são válidas em função da faixa de temperatura de operação.

<sup>9</sup> A operação ou armazenamento fora da faixa de temperatura especificada pode causar um funcionamento incorreto ou danificar a arma de eletrochoque e seus acessórios.

<sup>10</sup> Essa faixa de temperatura não se aplica a cartuchos de simulação reinicializáveis inertes.





## Especificações do cartucho TASER 7



Parâmetro	Condição de teste		Mín	Tipo	Máx	Unidade
Temperatura de armazenamento <sup>9,10</sup>			-20 -4		50 122	° C ° F
Entrada de água <sup>11,12</sup>	IPX3	IP53				
Entrada de poeira <sup>11,12</sup>	IP5X					
Umidade de operação relativa					95	Por cento
Vida útil do produto <sup>13</sup>				5		Anos

Patente: [www.axon.com/patents](http://www.axon.com/patents)

### Aviso importante

As medições reais em produtos específicos podem variar como resultado de muitos fatores, incluindo fatores que estejam fora do controle da Axon. As especificações do produto podem sofrer alterações sem aviso prévio; o produto real pode ser diferente da foto, imagem ou gráfico. Consulte as especificações atuais do produto publicadas pela Axon para obter os limites e as condições de teste especificados. Leia o manual e a documentação do produto.

Para obter mais informações, consulte as fichas de especificações atuais dos dispositivos/produtos TASER, materiais de treinamento, manuais de produtos e o site ([www.axon.com](http://www.axon.com)). A Axon Enterprise Inc. reserva-se o direito de alterar ou modificar este documento sem aviso prévio.

# TASER 7

▲ AXON, Axon, Axon Evidence, Axon Signal, Evidence.com, TASER, TASER 7 e ⚡ são marcas comerciais da Axon Enterprise, Inc., algumas das quais estão registradas nos EUA e em outros países. Para mais informações, acesse [www.axon.com/legal](http://www.axon.com/legal). Todos os direitos reservados. © 2019 Axon Enterprise, Inc.

Versão 3.0 terça-feira, 24 de setembro de 2019

<sup>11</sup> Válido apenas com cartuchos TASER 7 e pacote de baterias instalados para ser instalado na arma de eletrochoque.

<sup>12</sup> Os cartuchos de simulação reinicializáveis inertes não devem ser utilizados em serviço e não possuem uma classificação IP.

<sup>13</sup> Vida útil recomendada.

## **Anexo V - Singularidade objeto T7.pdf**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJSP - POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL**  
**DELEGACIA DE REPRESSÃO A DROGAS**

SPO/SAIS, Área Especial, Quadra 07, Lote 23, Complexo da Polícia Federal, Edifício SR/PF/DF, Setores Complementares, Setor Policial Sul, Bairro Asa Sul, Brasília/DF - CEP: 70.610-902 -  
Telefones: Chefia (61) 2024-7550 / Cartório (61) 2024-7513 / Núcleo de Operações (61) 2024-7549, 2024-7551, 2024-7552, 2024-7580, 2024-7810, 2024-7811 e 2024-7888 / Núcleo de Análise  
(61) 2024-7572, 2024-7576, 2024-7705, 2024-7810, 2024-7812, 2024-7816 e 2024-7837.  
E-mail: [drc.drcor.srdff@pf.gov.br](mailto:drc.drcor.srdff@pf.gov.br) e [no.drc.drcor.srdff@pf.gov.br](mailto:no.drc.drcor.srdff@pf.gov.br)

<b>PARECER TÉCNICO DE EXCLUSIVIDADE</b>
---

DE : DPF KEL LÚCIO E APF TIAGO  
AO : APF HOFMANN – DLOG/SEDE/PF/DF  
Referência : Aquisição de DEC's – Dispositivos eletrônicos de controle  
Data : 04.06.22

Senhor chefe,

Trata-se de um parecer técnico sobre o mais novo DEC - dispositivo eletrônico de controle produzido AXON ENTERPRISE, INC, o Taser T7. O equipamento lançado em 2019 possui a mais alta tecnologia de armamentos de incapacitação neuromuscular do mundo. Presente em mais de 129 países, ele possui liderança absoluta no segmento.

No Brasil, o dispositivo já foi adquirido por diversas forças de segurança, dentre outras, a Polícia Legislativa, PMSP, PMRJ, PMDF, PMMT, as quais já constataram a alta performance do armamento. No caso da PF, que já utiliza o equipamento TASER X26, não foi diferente. Em outubro de 2019, O DPF Kel Lúcio e o APF Tiago Machado estiveram em NOVA YORK – NYC, para o curso de Master Instructor da AXON ENTERPRISE, INC, oportunidade em que puderam se certificar da singular tecnologia do TASER T7.

Buscando destacar os itens exclusivos do T7, elaboramos um quadro informativo com dados e especificações, que detalha cada tecnologia exclusiva do equipamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL  
DELEGACIA DE REPRESSÃO A DROGAS

SPO/SAIS, Área Especial, Quadra 07, Lote 23, Complexo da Polícia Federal, Edifício SR/PF/DF, Setores Complementares, Setor Policial Sul, Bairro Asa Sul, Brasília/DF - CEP: 70.610-902 -  
Telefones: Chefia (61) 2024-7550 / Cartório (61) 2024-7513 / Núcleo de Operações (61) 2024-7549, 2024-7551, 2024-7552, 2024-7580, 2024-7810, 2024-7811 e 2024-7888 / Núcleo de Análise  
(61) 2024-7572, 2024-7576, 2024-7705, 2024-7810, 2024-7812, 2024-7816 e 2024-7837.  
E-mail: [drc.drcor.srdff@pf.gov.br](mailto:drc.drcor.srdff@pf.gov.br) e [no.drc.drcor.srdff@pf.gov.br](mailto:no.drc.drcor.srdff@pf.gov.br)



EXCLUSIVIDADES	TASER 7
DISPARO DE BACK-UP / DUPLO DISPARO	Com design exclusivo, O T7 permite que um segundo cartucho seja carregado e disparado imediatamente após a 1ª rodada, caso seja necessário. Veja <a href="https://vimeo.com/203847941">https://vimeo.com/203847941</a> para uma comparação entre Single Shot vs. Double Shot.
LASER DUPLO	Os lasers duplos aumentam significativamente a precisão, pois os usuários podem ver onde a sonda inferior e superior atingirá o alvo. Especialmente em situações de estresse e quando o alvo está em movimento.
ARCO DE ADVERTÊNCIA (TESTE DE CENTELHA)	Permite ao usuário dissuadir o alvo utilizando um aviso de arco voltaico/ elétrico aparente e audível. Em 84% dos casos, o alvo se rende ao se deparar com essa característica única.
CONTROLE ESTÁTICO	Evita o disparo acidental dos cartuchos por eletricidade estática.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJSP - POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL**  
**DELEGACIA DE REPRESSÃO A DROGAS**

SPO/SAIS, Área Especial, Quadra 07, Lote 23, Complexo da Polícia Federal, Edifício SR/PF/DF, Setores Complementares, Setor Policial Sul, Bairro Asa Sul, Brasília/DF - CEP: 70.610-902 -  
Telefones: Chefia (61) 2024-7550 / Cartório (61) 2024-7513 / Núcleo de Operações (61) 2024-7549, 2024-7551, 2024-7552, 2024-7580, 2024-7810, 2024-7811 e 2024-7888 / Núcleo de Análise  
(61) 2024-7572, 2024-7576, 2024-7705, 2024-7810, 2024-7812, 2024-7816 e 2024-7837.  
E-mail: [drc.drcor.srdff@pf.gov.br](mailto:drc.drcor.srdff@pf.gov.br) e [no.drc.drcor.srdff@pf.gov.br](mailto:no.drc.drcor.srdff@pf.gov.br)

<b>TECNOLOGIA SMART WAVEFORM™</b>	Dispositivos com tecnologia "Smart Waveform" são capazes de detectar a resistência do circuito. Isso significa que, se houver uma desconexão da roupa, eles perceberão e aumentarão a tensão para completar o circuito.
<b>ACIONAMENTO DE PULSO ROTACIONAL™</b>	O Rotational Pulse Drive sequênci rapidamente as descargas em ambos os compartimentos de cartucho a uma taxa de aproximadamente 19 pulsos por segundo em cada compartimento. Ele tem a capacidade de incapacitar 2 indivíduos simultaneamente, mas foi projetado principalmente para dar ao operador um backup imediato em caso de falha ou implantação ineficaz.
<b>SISTEMA DE CONTROLE DE DISPARO INDEPENDENTE</b>	A descarga de alta tensão e o método de disparo do cartucho são completamente separados, permitindo que o operador exiba um arco de aviso sem disparar cartuchos.
<b>MODO SEMIAUTOMÁTICO</b>	Permite que os usuários disparem o primeiro cartucho contra 1 alvo e, se o contato for bom, pressionar e segurar o botão ARC aplicará energia a ambos os compartimentos de cartucho, mas não implantará um cartucho não utilizado. Isso permite aplicar ciclos a um sujeito que resista continuamente, se necessário, sem gastar o cartucho restante.
<b>ILUMINAÇÃO</b>	A chave seletora da Taser 7 é usada para definir os modos de luz. O LASER e a lanterna podem ser configurados pelo usuário para serem seletivamente ON ou OFF quando a segurança for ativada.
<b>CARTUCHOS</b>	O Taser 7 possui cartuchos para curta e longa distância, <b>é o único</b> que consegue obter a incapacitação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL  
DELEGACIA DE REPRESSÃO A DROGAS

SPO/SAIS, Área Especial, Quadra 07, Lote 23, Complexo da Polícia Federal, Edifício SR/PF/DF, Setores Complementares, Setor Policial Sul, Bairro Asa Sul, Brasília/DF - CEP: 70.610-902 -  
Telefones: Chefia (61) 2024-7550 / Cartório (61) 2024-7513 / Núcleo de Operações (61) 2024-7549, 2024-7551, 2024-7552, 2024-7580, 2024-7810, 2024-7811 e 2024-7888 / Núcleo de Análise  
(61) 2024-7572, 2024-7576, 2024-7705, 2024-7810, 2024-7812, 2024-7816 e 2024-7837.  
E-mail: [drc.drcor.srdff@pf.gov.br](mailto:drc.drcor.srdff@pf.gov.br) e [no.drc.drcor.srdff@pf.gov.br](mailto:no.drc.drcor.srdff@pf.gov.br)

	neuromuscular a uma distância de <b>1.2m</b> / 3.5m ou 3.5m / 7.6m
<b>RECARGA SIMULTÂNEA DE 2 CARTUCHOS</b>	O novo design do cartucho que acopla 2 cartuchos juntos, permite que os usuários carreguem 2 deles em uma única ação, economizando tempo e melhorando a segurança.
<b>DARDOS APRIMORADOS</b>	Os dardos do TASER 7 voam mais retos e rápidos com quase o dobro da energia cinética para melhor conexão com o alvo, e o corpo do dardo se solta para permitir a obtenção em ângulos difíceis.
<b>DIFERENTES ÂNGULOS DE CARTUCHOS PARA DIFERENTES SITUAÇÕES. OTIMIZADO O DE PRÓXIMO ALCANCE</b>	Os cartuchos do T7 têm ângulos diferentes para permitir engajamentos próximos e distantes com alvos. Os Cartuchos Close Quarter têm um ângulo de 12 graus e são eficazes em alcance de engajamento de até 1,22 metros (4 pés). Os cartuchos de afastamento destinam-se a implantações de alcance maior, têm um ângulo de 3,5 graus e podem ser eficazes em alcances de engajamento de 11,5 pés (3,5 metros) ou mais. Todos os cartuchos do TA S E R 7 têm um comprimento de fio de 25 pés (7,6 m). OTIMIZADO O DE CURSO PRÓXIMO: aumento de 93% na propagação de sondas a curta distância, onde ocorrem 85% dos disparos.
<b>ÂNGULO DE ABERTURA ENTRE OS DARDOS</b>	Permite ao DEC uma zona ideal de acoplagem mais próxima ou mais distante ao alvo, dependendo do ângulo de abertura. Um ângulo maior de abertura, 12 graus, permite uma acoplagem mais próxima ao alvo. Um ângulo menor, 3,5 graus, permite a acoplagem em distâncias mais elevadas. Tecnologia, <b>EXCLUSIVA</b> , que permite o disparo à curta distância, <b>1,22m</b> . Distância ideal para situações reais.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL  
DELEGACIA DE REPRESSÃO A DROGAS

SPO/SAIS, Área Especial, Quadra 07, Lote 23, Complexo da Polícia Federal, Edifício SR/PF/DF, Setores Complementares, Setor Policial Sul, Bairro Asa Sul, Brasília/DF - CEP: 70.610-902 -  
Telefones: Chefia (61) 2024-7550 / Cartório (61) 2024-7513 / Núcleo de Operações (61) 2024-7549, 2024-7551, 2024-7552, 2024-7580, 2024-7810, 2024-7811 e 2024-7888 / Núcleo de Análise  
(61) 2024-7572, 2024-7576, 2024-7705, 2024-7810, 2024-7812, 2024-7816 e 2024-7837.  
E-mail: [drc.drcor.srdff@pf.gov.br](mailto:drc.drcor.srdff@pf.gov.br) e [no.drc.drcor.srdff@pf.gov.br](mailto:no.drc.drcor.srdff@pf.gov.br)

<p><b>CONEXÃO CRUZADA</b></p>	<p>A capacidade de dois disparos do Taser 7 destina-se a fornecer um disparo de backup imediato se o primeiro disparo falhar ou for ineficaz. As baias de cartucho operam independentemente e não energizam ao mesmo tempo. Qualquer combinação de dardos superior e inferior completa o circuito. A tecnologia de conexão cruzada foi projetada para dar conta de um primeiro tiro perdido, incompleto ou ineficaz. A conexão cruzada, <b>TECNOLOGIA TAMBÉM EXCLUSIVA</b>, melhora a eficácia geral aumentando a quantidade de eletricidade fornecida por toda a massa muscular, resultando em um maior nível de incapacitação sem fornecer uma corrente de carga adicional</p>
<p><b>CONEXÃO CRUZADA ADAPTATIVA</b></p>	<p>No caso de uma implantação de 2 cartuchos, a tecnologia de conexão cruzada adaptativa (ACC) da TASER 7 distribuirá os pulsos de descarga pelas 4 combinações de conexão possíveis (de qualquer sonda positiva a negativa ou eletrodo de arma). A <b>EXCLUSIVA</b> tecnologia Adaptive Cross Connect fornece pulsos elétricos em sequência, a até 44 pulsos por segundo, entre todas as combinações de sondas positivas e negativas: Sonda superior esquerda para sonda inferior esquerda; sonda superior esquerda para sonda inferior direita, sonda superior direita para sonda inferior direita e sonda superior direita para sonda inferior esquerda.</p> <p>A eletricidade é acionada intencionalmente entre todos os 4 dardos em contato com o alvo para maximizar a eficácia da implantação da sonda e ajudar a compensar as extensões próximas da sonda ou</p>



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJSP - POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL**  
**DELEGACIA DE REPRESSÃO A DROGAS**

SPO/SAIS, Área Especial, Quadra 07, Lote 23, Complexo da Polícia Federal, Edifício SR/PF/DF, Setores Complementares, Setor Policial Sul, Bairro Asa Sul, Brasília/DF - CEP: 70.610-902 -  
Telefones: Chefia (61) 2024-7550 / Cartório (61) 2024-7513 / Núcleo de Operações (61) 2024-7549, 2024-7551, 2024-7552, 2024-7580, 2024-7810, 2024-7811 e 2024-7888 / Núcleo de Análise  
(61) 2024-7572, 2024-7576, 2024-7705, 2024-7810, 2024-7812, 2024-7816 e 2024-7837.  
E-mail: [drc.drcor.srdf@pf.gov.br](mailto:drc.drcor.srdf@pf.gov.br) e [no.drc.drcor.srdf@pf.gov.br](mailto:no.drc.drcor.srdf@pf.gov.br)

	desconexões de roupas. A arma agora possui um algoritmo que verificará e verificará novamente a força das várias conexões entre sondas positivas e negativas e otimizará para fornecer o pulso nos maiores spreads. Isso significa que, mesmo que você tenha uma sonda próxima para seus dois primeiros dardos e uma sonda próxima para seus dois segundos dardos, a nova conexão cruzada otimizará qualquer combinação positiva e negativa que seja mais eficaz.
<b>REGISTROS DE DADOS AVANÇADOS/DETALHADOS</b>	Registros de dados detalhados ajudam quando há uma reclamação ou litígio envolvendo o uso de um dispositivo TASER. Os registros de dados detalhados mostram todo o uso do dispositivo, incluindo ativação de segurança, pressionamentos de botão de arco (TESTE DE CENTELHA), acionamentos de gatilho e dados de registro de pulso mostrando se um circuito completo foi feito.

Conforme as informações acima, não há dúvida que estamos diante do mais avançado DEC (dispositivo eletrônico de controle) do mercado. Nenhum concorrente, nacional ou estrangeiro, oferece tamanha tecnologia. Além disso, cabe ressaltar a importância deste armamento menos letal, no contexto da segurança pública brasileira. Os estados como São Paulo e Mato Grosso já registram expressivos índices de queda da violência cometida por policiais, bem como de resistência cometida por civis. Além disso, cabe ressaltar que este assunto já foi abordado em outros dois relatórios, constantes no processo sei nº 08500.028841/2021-95.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL  
DELEGACIA DE REPRESSÃO A DROGAS

SPO/SAIS, Área Especial, Quadra 07, Lote 23, Complexo da Polícia Federal, Edifício SR/PF/DF, Setores Complementares, Setor Policial Sul, Bairro Asa Sul, Brasília/DF - CEP: 70.610-902 -  
Telefones: Chefia (61) 2024-7550 / Cartório (61) 2024-7513 / Núcleo de Operações (61) 2024-7549, 2024-7551, 2024-7552, 2024-7580, 2024-7810, 2024-7811 e 2024-7888 / Núcleo de Análise  
(61) 2024-7572, 2024-7576, 2024-7705, 2024-7810, 2024-7812, 2024-7816 e 2024-7837.  
E-mail: [drc.drcor.srdff@pf.gov.br](mailto:drc.drcor.srdff@pf.gov.br) e [no.drc.drcor.srdff@pf.gov.br](mailto:no.drc.drcor.srdff@pf.gov.br)

Por fim, conclui-se pela **EXCLUSIVIDADE** do equipamento, tendo em vista toda especificação técnica apresentada, de caráter singular, bem como o excelente resultado já apresentado por outras forças de segurança pública. O Taser T7 é realmente único, com diferenciais que nenhum outro equipamento possui, o que o torna a melhor e mais segura opção de compra do mercado.

KEL LÚCIO NASCIMENTO DE SOUZA

Delegado de Polícia Federal  
Classe Especial – Matrícula nº 14979  
*Master Instructor*

TIAGO MACHADO DE OLIVEIRA

Agente de Polícia Federal  
Classe Especial – Matrícula nº 13656  
*Master Instructor*

## **Anexo VI - Contrato Inexigibilidade Outros Orgaos.pdf**



SENADO FEDERAL

**CONTRATO Nº 20200114**

Que entre si celebram, de um lado, a **UNIÃO** por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, **AXON ENTERPRISE, INC**, objetivando o fornecimento de Dispositivos Eletrônicos de Controle (DEC) **TASER T7** e respectivos acessórios e insumos, bem como insumos para o DEC **TASER X26**.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e **AXON ENTERPRISE, INC**, com sede na 17800 N 85th St. Scottsdale, Arizona 85255, EUA, fax nº +1 800-978-2737, telefone nº +1 800-978-2737, EIN (*Employer Identification Number*) nº 860741227, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. FRANCO GIAFFONE, RG nº 13.597.927-4, expedida pela SSP-SP, CPF nº 257.875.238-90, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de **Inexigibilidade de Licitação** com base no inciso I do art. 25 da Lei 8.666/93, reconhecida pela Senhora Diretora-Geral, conforme documento nº 00100.085027/2020-98 e ratificada pelo Exmo. Senhor Primeiro Secretário do Senado Federal, conforme documento nº 00100.086219/2020-11 do Processo nº 00200.016346/2019-91, observado o Parecer nº 470/2020 – ADVOSF, documento nº 00100.075539/2020-46, incorporando a este instrumento a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento nº 00100.036079/2020-31, o projeto básico, documento nº 00100.066687/2020-70, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13/2018, dos Atos da Diretoria-Geral nº 9/2015 e nº 31/2015 e das Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objeto o **fornecimento de Dispositivos Eletrônicos de Controle (DEC) TASER T7 e respectivos acessórios e insumos, bem como insumos para o DEC TASER X26**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As especificações técnicas do objeto constam do **Anexo I** deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA fornecerá, sem ônus para o SENADO, como peças de reposição, 3% (três por cento) de cada um dos itens 1, 2 e 3 especificados no **Anexo I**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA ainda realizará, sem ônus para o







## SENADO FEDERAL

SENADO, treinamento com as seguintes especificações:

Treinamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Habilitação de instrutor multiplicador no uso do DEC <i>TASER T7</i>;</li> <li>• Capacitação para 10 (dez) alunos do Senado Federal e até 10 (dez) convidados de outras instituições públicas;</li> <li>• Carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas por turma;</li> <li>• Ministrado por profissional habilitado como instrutor do equipamento DEC <i>TASER T7</i> certificado pelo fabricante;</li> <li>• Insumos incluídos;</li> <li>• Realização em Brasília/DF;</li> <li>• O Senado Federal disponibilizará o local para o curso e os meios auxiliares necessários.</li> </ul>

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

**I -** Manter, durante a execução deste contrato, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

**II -** Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

**III -** Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

**IV -** Responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive seguros, desde a origem até sua entrega no local de destino;

**V -** Responsabilizar-se pelos custos até o desembaraço alfandegário, incluídos os decorrentes de armazenagem, pelo período máximo de 5 (cinco) dias úteis;

**VI -** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes deste contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

**VII -** Providenciar a *Proforma Invoice* contendo os dados de acordo com a modalidade Incoterms CIP, bem como todas as informações do equipamento cotado, como especificações técnicas, acessórios, nome do fabricante, se o equipamento é fabricado sob encomenda ou é







## SENADO FEDERAL

equipamento de prateleira, disponível no mercado externo, peso líquido, peso bruto do objeto e volume, conforme contido em sua proposta, além de todos os seus dados, como razão social, endereço, telefone e dados bancários completos, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato. Após o envio das correções e atesto da *Proforma Invoice* pelo SENADO, a CONTRATADA deverá enviar a versão definitiva em até 05 (cinco) dias úteis se houver alguma correção a ser feita.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA entregará os equipamentos objeto deste contrato, novos, sem uso e de qualidade profissional de linha normal de fabricação, de acordo com as características discriminadas em sua proposta, inclusive marca e especificações, sendo vedado o uso de material improvisado ou de peças adaptadas, no prazo máximo de **120 (cento e vinte) dias**, a contar da assinatura do contrato, da emissão do Certificado Internacional de Importação, e da Licença de Exportação, o que ocorrer por último, no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, localizado em Brasília, Distrito Federal, Brasil.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caberá à CONTRATANTE comunicar ao Comando do Exército os equipamentos objeto deste contrato, para fins de emissão do Certificado Internacional de Importação, nos termos do art. 34, §1º-A, c/c art. 37, §1º, ambos do Decreto 9.847/2019.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O produto será fornecido em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, prazo de validade, nome do fabricante, endereço e registro no órgão competente. Cada unidade do produto deverá estar acompanhada de especificações técnicas e termo de garantia e serem embalados de forma suficiente para oferecer proteção contrachoque mecânicos, intempéries, calor excessivo e outras formas de agressão aos materiais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O prazo de garantia dos itens 1 e 4 deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto, podendo ser essa garantia





## SENADO FEDERAL

estendida a um custo adicional. Os itens 2, 3, 5, 7 e 8 deverão ter prazo de garantia de, no mínimo, 3 (três) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 deverão ter prazo de validade mínima de 60 (sessenta) meses, podendo, no ato do recebimento definitivo, já ter decorrido até 10% (dez por cento) da validade.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A CONTRATADA responderá, durante o período de garantia dos equipamentos, por quaisquer procedimentos necessários, de forma a assegurar prontamente ao SENADO a assistência técnica e, inclusive, a substituição da(s) peça(s), caso seja necessário, sem qualquer ônus adicional.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA deverá atender à notificação do gestor do Contrato para reparar qualquer equipamento ou acessório no prazo de 5 (cinco) dias úteis e realizar o conserto em até 120 (cento e vinte) dias. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão. Serão enviados 3% (três por cento) de cada um dos itens 1, 2 e 3 especificados no Anexo I como reserva técnica para substituição imediata, que deverão ser usados somente nos casos em que os equipamentos sejam danificados, sendo essa permissão formalizada pela *AXON ENTERPRISE, INC.*

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Caso seja necessário retirar o equipamento ou acessório para realizar conserto junto à fábrica ou substituir por outro novo, o prazo para retorno e disponibilização ao SENADO será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da retirada do material pela CONTRATADA. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Independente da garantia que trata o parágrafo terceiro, todo equipamento para o qual foi acionada a garantia terá uma nova garantia de 90 (noventa) dias para os serviços realizados.

**PARÁGRAFO NONO** – Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

**I – provisoriamente**, no ato de entrega, no Armazém Alfandegário do Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato designado para este ato, a fim de verificar apenas a quantidade dos itens, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações;

**II – definitivamente**, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste ou, nos casos em que se enquadrarem no §8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, por comissão designada pelo Diretor-Geral, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, para verificação das especificações do objeto.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:







## SENADO FEDERAL

**I** - Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação por escrito. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão;

**II** - Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Caberá à CONTRATADA o recolhimento de materiais por ela fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação do gestor. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos, da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – Para os fins do tratado no parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores abaixo, compreendendo as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste Contrato, inclusive os custos de frete e taxa de transferência, conforme proposta da CONTRATADA, documento nº 00100.036079/2020-31.

Item	Descrição	Quant.	Unidade de Medida	Preço Unitário (USD)	Preço Total (USD)
1	Dispositivo Eletrônico de Controle - DEC Taser T7	100	Unidade	1.642,60	164.260,00





## SENADO FEDERAL

2	Pacote de Bateria para <i>Taser T7</i>	100	Unidade	82,13	8.213,00
3	Coldre para <i>Taser T7</i>	100	Unidade	67,50	6.750,00
4	Estação de Carregamento (Dock) para <i>Taser T7</i>	4	Unidade	1.432,50	5.730,00
5	Cartucho para <i>Taser T7</i>	800	Unidade	36,29	29.032,00
6	Licença para uso do Sistema de Gestão de Dados Evidence.com	100	Unidade	200,00	20.000,00
7	Cartucho para <i>Taser X26</i>	248	Unidade	32,00	7.936,00
8	Bateria para <i>Taser X26</i>	62	Unidade	48,00	2.976,00
Total dos Produtos					244.897,00
Taxa de Transferência					105,00
Frete					11.330,22
TOTAL GERAL					256.332,22

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O valor global do presente instrumento é de **US\$ 256.332,22 (duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e trinta e dois dólares americanos e vinte e dois centavos)** a ser pago à CONTRATADA na forma dos parágrafos subsequentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O pagamento efetuar-se-á por intermédio de transferência bancária internacional em favor de **AXON ENTERPRISE, INC.**, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pelo SENADO, de acordo com o disposto no parágrafo nono da cláusula terceira. O custo da transferência bancária correrá por conta do CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A cotação do dólar a ser considerada será a taxa oficial de fechamento do câmbio fornecida pelo Banco Central do Brasil (PTAX) no dia da operação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

O preço será fixo e irreajustável.





**SENADO FEDERAL****CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES**

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01.031.0034.4061.5664 e Naturezas de Despesa 4.4.90.52, 3.3.90.30, 3.3.90.40, 3.3.90.39, tendo sido empenhadas mediante as Notas de Empenho nºs 2020NE000034, 2020NE000035, 2020NE000036, 2020NE000037, 2020NE000038, 2020NE000039 e 2020NE000040, todas de 1º de outubro de 2020.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral ou Diretor Executivo de Contratações promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento do contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I** – advertência;

**II** – multa;

**III** – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e,

**IV** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea III desta Cláusula.



**SENADO FEDERAL**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Decorrido o prazo previsto para o início deste contrato, sem a entrega do objeto, conforme os prazos estabelecidos neste contrato, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Findo o prazo limite previsto no parágrafo anterior, sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global deste contrato, observando-se os critérios constantes do parágrafo sexto, podendo ainda o SENADO, a seu critério, impor outras sanções legais cabíveis.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto no parágrafo segundo, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do parágrafo quinto da cláusula décima, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

- I** – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II** – a não reincidência da infração;
- III** – a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e,
- V** – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no parágrafo sexto.







## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO NONO** – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Não ocorrendo quitação da multa, na forma do parágrafo anterior, será o valor remanescente, em último caso, cobrado judicialmente.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

**I** - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da inexigibilidade de licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou,

**II** - judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura ou até a execução plena do objeto, o que ocorrer primeiro.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.





Processo: 00200.016346/2019-91

**SENADO FEDERAL**

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

***ILANA TROMBKA***  
**DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**

***FRANCO GIAFFONE***  
**AXON ENTERPRISE, INC.**

FRANCO  
GIAFFONE:25787523890

Assinado de forma digital por FRANCO  
GIAFFONE:25787523890  
Dados: 2020.10.14 20:57:13 -03'00'

**Testemunhas:**

**Diretor da SADCON**

**Coordenador da COPLAC**

U:\COPLAC\SECON\SECON2020\MINUTAS\CONTRATO\AXON - CT NOVO - 016346 2019 (PO).doc





SENADO FEDERAL

## ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

Os itens que são objeto deste contrato deverão atender aos seguintes requisitos:

Item	CATMAT	Especificações	Un. Medida	Quant.
1	150913	<p><b>DISPOSITIVO ELETRÔNICO DE CONTROLE <i>TASER T7 (TASER 7 HANDLE, HIGH VISIBILITY (GREEN LASER), CLASS 3R)</i>:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Corpo em polímero de alto impacto em cor preta e amarela;</li> <li>• Dimensões: comprimento: 189mm; altura: 82mm; largura: 42mm;</li> <li>• Peso: 270 gramas (sem bateria);</li> <li>• Dispositivo Eletrônico de Controle de múltiplos disparos que permita a aplicação de ciclos independentes de energia em cada um dos dois cartuchos simultaneamente, a fim de viabilizar a recuperação de disparo perdido ou controle de múltiplos alvos;</li> <li>• Tecnologia <i>Adaptive Cross Connect (ACC)</i> que distribui os pulsos de descarga através das 4 combinações de conexão possíveis (a partir de qualquer sonda positiva, negativa ou eletrodo da arma);</li> <li>• O DEC deve possibilitar utilização do arco de advertência (emissão de arco elétrico de advertência – centelha) e acionamento de contato, ambos sem necessidade de remoção do cartucho;</li> <li>• Lanterna LED de alta eficiência integrada com possibilidade de acionamento no modo automático, ao ligar o equipamento, e no modo dissimulado sem o acionamento automático da função;</li> <li>• Tela central de informações para exibição de dados essenciais, como nível da bateria, quantidade e tipo de cartuchos carregados no DEC, tempo de rajada, modo operacional vigente, status do dispositivo (falhas críticas) e o menu de usuário para alteração das configurações e exibição de dados;</li> <li>• O DEC deve identificar, por meio de seus sensores, as seguintes informações: o Registro de Eventos: registra a data e hora de cada acionamento, diferenciando a utilização com ou sem munição, o tipo de munição, bem como o tempo de cada acionamento; o Registro de Pulsos: registra a corrente elétrica emitida em cada pulso, possibilitando a medição individualizada de cada um dos 19 pulsos emitidos por segundo; o Registro de Engenharia: possibilita ao Fabricante identificar remotamente via internet a existência de possíveis problemas técnicos com o dispositivo, bem como autodiagnosticar e monitorar o relatório de status do sistema. As informações devem ser acessadas por meio da estação de carregamento (<i>TASER 7 6-BAY DOCK AND CORE</i>);</li> <li>• O DEC deve desligar automaticamente após 20 minutos para preservar a bateria;</li> </ul>	Unidade	100







## SENADO FEDERAL

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trava de segurança ambidestra evitando acionamentos acidentais;</li> <li>• Interruptor de segurança para ambidestros para cessar o ciclo de saída a qualquer momento;</li> <li>• Possibilidade de configuração do DEC para que o ciclo de saída pare em 5 segundos, mesmo que o gatilho seja pressionado continuamente e seja emitido alerta sonoro pelos últimos 2 segundos;</li> <li>• Sistema de mira convencional, alça e massa mecânica e também com apontadores de laser estático duplos, que permitam visualizar os pontos dos alvos das duas sondas;</li> <li>• Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li> <li>• Nível de resistência a água e poeira: IP53.</li> </ul>		
2	21881	<b>PACOTE DE BATERIA PARA T7 (TASER 7 BATTERY PACK, TACTICAL):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetado para uso com DEC <i>TASER T7</i> e a estação de carregamento (<i>TASER 7 6-BAY DOCK AND CORE</i>);</li> <li>• Caixa: Polímero de alto impacto;</li> <li>• Duas células de polímeros de íons de lítio recarregáveis;</li> <li>• Capacidade do pacote de baterias: 900 mAh;</li> <li>• Vida útil: Aproximadamente 300 ciclos completos de descarga e carga da bateria;</li> <li>• Teste de queda: 1 m;</li> <li>• Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li> <li>• O pacote de baterias táticas deve incluir um suporte ergonômico para descanso dos dedos;</li> <li>• Resistente a poeira e umidade, quando instalado corretamente no DEC.</li> </ul>	Unidade	100
3	150170	<b>COLDRE PARA T7 (TASER 7 HOLSTER):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com DEC <i>TASER T7</i>;</li> <li>• Confeccionado em polímero de alta resistência em cor preta;</li> <li>• Nível II de contenção;</li> <li>• 100% Ambidestro ou 90% (90 unidades) para operador destro e 10% (10 unidades) para operador canhoto.</li> </ul>	Unidade	100
4	150500	<b>ESTAÇÃO DE CARREGAMENTO (TASER 7 6-BAY DOCK AND CORE):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com DEC <i>TASER T7</i>;</li> <li>• Doca para carregamento simultâneo de até seis baterias;</li> <li>• Capacidade de carregamento das informações registradas no DEC como o Registro de Eventos (registra a data e hora de cada acionamento diferenciando a utilização com ou sem munição, o tipo de munição, bem como o tempo de cada acionamento), o Registro de Pulsos (registra a corrente elétrica emitida em cada pulso, possibilitando a medição individualizada de cada um dos 19 pulsos emitidos por segundo) e o Registro de Engenharia (possibilita ao Fabricante identificar remotamente via internet a existência de possíveis problemas técnicos com o dispositivo, bem como autodiagnosticar e monitorar o relatório de <i>status</i> do sistema);</li> </ul>	Unidade	4





## SENADO FEDERAL

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com estação de computador pessoal com sistema operacional <i>Windows 7 Ultimate</i> ou posterior.</li> </ul>		
5	112232	<p><b>CARTUCHO PARA T7 (TASER 7 LIVE CARTRIDGE, CLOSE QUARTERS – 12 DEGREE):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com DEC <i>TASER T7</i>;</li> <li>• Construção em polímeros de alto impacto;</li> <li>• Abertura de sondas aproximadamente 12°;</li> <li>• Eficácia em faixas de engate de até 4 pés (1,22 metros);</li> <li>• Sistema de rastreamento de identificação digital anticriminosa (AFID);</li> <li>• Clipe de segurança incluído, o que minimiza danos acidentais durante o transporte ou manuseio quando não instalado no DEC;</li> <li>• Lançamento das sondas por utilização de gás inerte (nitrogênio comprimido), sem necessidade de utilização de explosivo inflamável;</li> <li>• Resistência a energia estática, para evitar disparos acidentais;</li> <li>• Vida útil estimada: Aproximadamente 5 anos;</li> <li>• Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li> <li>• Nível de resistência a água e poeira: IP53.</li> </ul>	Unidade	800
6	27502	<p><b>LICENÇA PARA USO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DADOS EVIDENCE.COM (TASER 7 E.COM 5 YEAR UPFRONT PAYMENT):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com DEC <i>TASER T7</i>;</li> <li>• Licença para uso do sistema de gestão Evidence.com, para administração, armazenamento e compartilhamento de dados extraídos dos DEC <i>TASER T7</i>;</li> <li>• Deve possibilitar auditoria no uso dos equipamentos;</li> <li>• Deve fazer o controle e a gestão dos dados registrados, bem como garantir a preservação da cadeia de custódia;</li> <li>• Deve monitorar a condição de uso e saúde dos equipamentos e acessórios;</li> <li>• Deve permitir a atualização do <i>firmware</i> dos dispositivos acoplados à estação de carregamento;</li> <li>• Deve controlar a distribuição dos dispositivos, bem como o fluxo de retirada e devolução dos equipamentos;</li> <li>• Vigência de 5 anos;</li> <li>• Compatível com estação de computador pessoal com sistema operacional <i>Windows 7 Ultimate</i> ou posterior.</li> </ul>	Unidade	100
7	112232	<p><b>CARTUCHO PARA TASER X26 (25 FT STANDART CARTRIDGE, X26/X26P):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatível com DEC <i>TASER X26</i>;</li> <li>• Construção em polímeros de alto impacto;</li> <li>• Eficácia em faixas de engate de até 25 pés (7,6 metros);</li> <li>• Os cartuchos devem produzir pequenos confetes numerados de identificação quando utilizados, permitindo rastreamento e documentação dos disparos;</li> <li>• Sistema de rastreamento de identificação digital anticriminosa</li> </ul>	Unidade	248





## SENADO FEDERAL

		(AFID); <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento das sondas por utilização de gás inerte (nitrogênio comprimido), sem necessidade de utilização de explosivo inflamável;</li> <li>• Vida útil estimada: Aproximadamente 5 anos.</li> </ul>		
8	21881	<b>BATERIA PARA TASER X26 (XDPM, SPARE CARTRIDGE BATTERY PACK, X26):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetado para uso com DEC TASER X26;</li> <li>• Caixa: Polímero de alto impacto;</li> <li>• Duas células de polímeros de íons de lítio de 3V;</li> <li>• Deve armazenar em sua memória interna o percentual de bateria remanescente;</li> <li>• Vida útil: Aproximadamente 195 ciclos completos de 5 segundos de acionamento;</li> <li>• Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li> <li>• Resistente a poeira e umidade, quando instalado corretamente no DEC;</li> <li>• Em sua base, a bateria deve ter suporte para armazenamento de cartucho adicional.</li> </ul>	Unidade	62







O documento foi assinado por:

<b>Alexandre Mattos de Freitas</b>	<b>16/10/2020 13:18:05</b>	
<b>FELIPE ORSETTI PRADO</b>	<b>16/10/2020 14:12:54</b>	
<b>ILANA TROMBKA</b>	<b>19/10/2020 12:03:06</b>	

A assinatura digital deste documento é Válida e Confiável.

Para obter mais informações sobre o certificado usado para assinar digitalmente o documento clique em Detalhes.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

## CONTRATO Nº 019/2022

Processo nº 2022-33QRQ

Inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

**CONTRATO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE ARMAS DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR (AINM), ACESSÓRIOS E INSUMOS, INSTRUMENTO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO (IMPO) PARA A PMES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA PMES E A EMPRESA AXON ENTERPRISE, INC., COM FULCRO NO ART. 25, INCISO I, DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS LEGISLAÇÕES CORRELATAS.**

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, adiante denominada **CONTRATANTE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ sob o nº 27.476.373/0001-90, com sede na Avenida Maruípe, nº 2.111, Maruípe, Vitória-ES, CEP 29.048-463, representada legalmente pelo seu Comandante Geral **CEL QOC DOUGLAS CAUS**, brasileiro, casado, Militar Estadual, CPF/MF nº 946.689.497-87, e a Empresa **AXON ENTERPRISE, INC.**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede na 17800 N 85th St. Scottsdale, Arizona 85255, EUA, fax nº +1 800-978-2737, telefone nº +1 800-978-2737, EIN (*Employer Identification Number*) nº 860741227, neste ato representada pelo **Sr. FRANCO GIAFFONE**, brasileiro, casado, administrador, RG nº 13.597.927-4, SSP-SP, CPF sob o nº 257.875.238-90, celebram o presente contrato com fulcro no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislações correlatas, para a aquisição de armas de incapacitação neuromuscular (AINM), acessórios e insumos, instrumento de menor potencial ofensivo (IMPO), que permita incapacitação temporária, causando o menor dano possível, para uso individual pelos policiais militares que desempenham atendimento à comunidade capixaba diuturnamente

### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### 1. DO OBJETO

1.1. Este Contrato tem por objeto a aquisição de armas de incapacitação neuromuscular (AINM), acessórios e insumos, instrumento de menor potencial ofensivo (IMPO), que permita incapacitação temporária, causando o menor dano possível, para

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

uso individual pelos policiais militares que desempenham atendimento à comunidade capixaba diuturnamente, de acordo com o descrito no Anexo I, parte integrante deste instrumento.

## CLÁUSULA SEGUNDA

### 2. DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada o valor total de **U\$ 2.808.403,50 (dois milhões, oitocentos e oito mil, quatrocentos e três dólares e cinquenta centavos)**, e nele deverão estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto do contrato.

2.2. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### 3. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação. Sendo que o efetivo pagamento só poderá ser realizado nos dias 10, 20 ou 30 de cada mês conforme determina o Art. 4º, inciso IV do Decreto Estadual nº 4662-R e Inciso II do Art. 1º da portaria SEFAZ 034-R de 18 de junho de 2020.

3.2. Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

#### Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

3.3. O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

3.4. Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

3.5. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

3.6. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

3.7. Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e que estejam atualmente em produção pelo fabricante.

## **CLÁUSULA QUARTA**

### **4. DO PRAZO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA GARANTIA**

4.1. O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial e terá duração de 12 (doze) meses.

4.2. A prorrogação poderá ser admitida nos termos do artigo 57, da Lei Federal nº. 8.666/93, mediante prévia justificativa e autorização da Diretoria de Logística da PMES.

4.3. Ocorrendo a hipótese prevista no inciso II, artigo 57, da Lei Federal nº. 8.666/93, a duração do contrato poderá sofrer prorrogação por sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, desde que cumpridas as formalidades acima indicadas e demonstrado, nos autos, que a medida importará em obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

#### **4.4. DA GARANTIA**

4.4.1. O armamento de incapacitação neuromuscular deverá ter validade mínima de 05 (cinco) anos e garantia total do produto, pelo prazo de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes, desde que seguidas as recomendações do fabricante, contados a partir da data do recebimento, de forma definitiva, pela Comissão de Recebimento de Material. Já os cartuchos, baterias e acessórios deverá ter validade mínima de 05 (cinco) anos e garantia total do produto, pelo prazo de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes.

4.4.2. O prazo de garantia será contado a partir da data de recebimento de forma definitiva pela Administração e visa à reposição ou reparação contra defeitos de fabricação, os quais poderão ocorrer de imediato ou ao longo deste período, em decorrência do uso e do desgaste sofrido, salvo se o dano foi causado por imprudência ou negligência do usuário, situação em que o ônus da prova de “mau uso” recairá sobre a empresa, incluindo os custos para emissão de laudos técnicos e demais despesas relacionadas à constatação e comprovação da indevida utilização pela CONTRATANTE.

4.4.3. Ficará a cargo do fabricante a retirada e o envio dos materiais à assistência técnica ou para a fábrica, juntamente com os documentos necessários, bem como esta se responsabilizará pelos custos totais da reparação ou substituição do material.

4.4.4. O fabricante terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para que efetue o conserto ou troca dos materiais, contados da notificação do pedido de assistência técnica, bem como para promover sua substituição, caso necessário.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

4.4.5. No caso de empresa internacional, o ganhador deve prover 3% do total de produtos adquiridos para que sejam acautelados pela Diretoria de Logística da PMES, para substituição imediata de armas que possam apresentar falhas, sendo que, caso ocorram falhas em algum equipamento, este será enviado de volta à fábrica de origem para avaliação técnica, sem ônus ao Estado.

4.4.6. O prazo de garantia ficará suspenso pelo mesmo período em que o equipamento/bem permanecer inoperante em decorrência do serviço de garantia técnica.

4.4.7. Todas as despesas relativas à movimentação dos bens descritos nos anexos deste contrato, portadores de defeito de fabricação, dentro ou fora do Brasil, com vistas ao reparo, bem como sua devolução à CONTRATANTE, são de responsabilidade exclusiva da respectiva empresa vendedora.

4.4.8. Caso algum equipamento ou bem apresente defeito e, em decorrência de falta de peça ou acessório defeituoso de responsabilidade da fornecedora, permaneça por mais que 90 (noventa) dias a contar da notificação formal sem o devido reparo ou substituição, a CONTRATADA deverá substituir o equipamento/bem defeituoso por um novo, de igual qualidade e característica, sem custo para a CONTRATANTE, em até 90 (noventa) dias após a solicitação.

## **CLÁUSULA QUINTA**

### **5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do orçamento próprio da PMES a cargo da conta do projeto nº 3000, Fonte 0301, PO 890 (Equipamentos Finalísticos para Atividade Policial), Natureza de despesa nº 4.4.90.52.00 do orçamento da PMES para o exercício de 2022.

## **CLÁUSULA SEXTA**

### **6. DA ENTREGA, PRAZO DE ENTREGA E PAGAMENTO**

6.1. Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e que estejam atualmente em produção pelo fabricante.

6.2. O prazo de entrega será de 120 (cento e vinte) dias, sendo o prazo contado a partir do recebimento do Swift da Carta de Crédito, da Permissão de Exportação, do CII – Certificado Internacional de Importação e do contrato, o que ocorrer por último, além da publicação do respectivo resumo do contrato em Diário Oficial do Estado, sem quaisquer custos adicionais de frete, impostos e outras despesas decorrentes.

6.3. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, desde que a CONTRATADA solicite formalmente e apresente motivos de natureza relevante, os

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

quais serão analisados a critério da CONTRATANTE que, justificadamente, poderá recusar o pedido de dilação de prazo.

6.4. Do prazo constante no item 6.2, **será descontado o período em que não tiver sido emitida a autorização para compra pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados – DFPC (EB).**

6.5. A entrega será efetuada no local apontado pela CONTRATANTE na ordem de fornecimento, devendo ser no âmbito da Região Metropolitana da Grande Vitória.

6.6. A entrega dos materiais deverá ocorrer nas instalações da Diretoria de Logística da Polícia Militar do Espírito Santo, localizada na Avenida Maruípe, nº 2111, São Cristóvão, Vitória/ES, CEP 29.048-463, mediante agendamento prévio.

6.7. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega das armas, mediante alegação de caso fortuito ou força maior, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo final da entrega e devidamente fundamentada.

6.8. A CONTRATADA ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os materiais que vierem a ser recusados, ficando ciente de que o ato do recebimento não importará sua aceitação.

6.9. O fornecedor será o responsável pelas despesas com todos e quaisquer impostos, bem como transporte, armazenamento em geral e movimentação da carga, até a entrega no depósito da PMES.

6.10. As armas deverão ser retiradas já desembaraçadas nas dependências do Aeroporto de Vitória- ES, sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE.

6.11. Caso seja necessário importar algum tipo de equipamento ou produto, a chegada deverá ser pelo Aeroporto de Vitória- ES, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de todas as despesas, inclusive com despachantes (se necessário), visando ao desembarço sem qualquer custo adicional a CONTRATANTE.

6.12. Havendo necessidade legal ou operacional de desembarque das armas em outro Aeroporto Brasileiro, caberá à Contratada o ônus financeiro e administrativo decorrente, visando a providenciar a remessa dos produtos adquiridos ao Aeroporto de Vitória - ES.

6.13. Havendo a importação, o pagamento deverá ser feito por meio de carta de crédito, emitida pela PMES por meio do sistema bancário, conforme as regras em vigor. Todos e quaisquer valores referentes à emissão da carta de crédito, incluindo eventuais prorrogações de prazo, se for o caso, serão de responsabilidade da Contratada, devendo tais valores ser previstos e devidamente detalhados junto à proposta comercial apresentada.

6.14. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio.

6.15. Não será admitida a subcontratação, parcial ou total, do fornecimento.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

6.16. Salvo comprovado o benefício e claro atendimento ao interesse público, atestada pelo Gestor do contrato, não será aceita a troca de marca ofertada na proposta constante dos autos, por ocasião da entrega dos produtos.

6.17. No ato do recebimento, caso os equipamentos apresentados não estiverem em conformidade com as especificações constantes neste contrato, o item será recusado total ou parcialmente conforme o caso, sendo decorrentes as providências previstas pela Lei, sendo o CONTRATANTE responsável por todos os custos decorrentes (substituição, troca, etc.).

6.18. A CONTRATADA deverá, por ocasião da entrega, oferecer em manual (em português), bem como a descrição completa das condições de armazenamento e de utilização recomendadas para o produto.

6.19. O fornecedor será o responsável pelas despesas com todos e quaisquer impostos, bem como transporte, armazenamento em geral e movimentação da carga, até a entrega no local apontado pela CONTRATANTE.

6.20. A CONTRATADA deverá informar, de forma detalhada, o ato do recebimento do contrato, bem como as condições de acomodação do equipamento antes do efetivo fornecimento. Essas condições incluem: espaço físico adequado, detalhes da alimentação elétrica, ambiente necessário, bem como qualquer outra condição exigida para a instalação e/ou funcionamento adequado.

6.21. Visando a obter a maior economicidade possível em favor do erário, a plena utilização do equipamento adquirido não deverá importar em quaisquer custos de manutenção com pagamentos mensais ou outras despesas adicionais para uso do sistema.

6.22. Caso existam novas versões para o sistema, estas devem garantir a comunicação e correlação automatizada com as versões anteriores.

## **CLÁUSULA SÉTIMA**

### **7. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

7.1. O recebimento Provisório não se traduz por aceitação, pois esta somente será definitivamente, bem como não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da qualidade dos produtos.

7.2. O recebimento Provisório ocorrerá mediante a conclusão de um curso teórico e prático de 32 horas/aulas (mínimo), a ser ofertado a uma turma de, no mínimo, 05 (cinco) integrantes da CONTRATANTE, com a devida certificação, que servirão de multiplicadores dos conhecimentos para todo o efetivo operacional da Polícia Militar do Espírito Santo, a ser realizado em sede da CONTRATADA, durante o qual todas as funcionalidades das AINM deverão ser reiteradamente apresentadas, sem a ocorrência de nenhuma intercorrência ou mau funcionamento dos equipamentos, com os custos arcados pela CONTRATADA.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

7.3.O recebimento em caráter definitivo não exime a empresa contratada das responsabilidades sobre o produto oferecido que, se apresentar qualquer irregularidade dentro de seu prazo de garantia, deverá ser sanada integralmente, sujeitando-se a empresa contratada, se for o caso, às penalidades previstas no Contrato e na Lei, sendo que todo o ônus pertinente ao conserto/manutenção/translado será de sua total responsabilidade.

7.4.Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega dos materiais, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo e devidamente fundamentada.

7.5.Todas as fases do recebimento deverão ser previamente comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, visando ao agendamento.

7.6.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## CLÁUSULA OITAVA

### 8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1.O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

8.1.1. Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

8.1.2. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

8.1.3. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 8.2 deste contrato e na Lei 8.666/1993.

8.2.A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções a contratada:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) Suspensão temporária de participação em contratação direta e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

8.2.1. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

8.2.2. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

8.2.3. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

8.2.4. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado.

8.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada à ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar a contratada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta da contratada reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8.666/1993;
- d) A contratada comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da contratada que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

8.4. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos à contratada, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

8.5. Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

8.6. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor da contratada, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

8.7. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na contratação direta ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

## **CLÁUSULA NONA**

### **9. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

9.1. Compete à Contratada:

- a) Entregar os equipamentos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;
- b) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) Garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia.

9.2. Compete à Contratante:

- a) Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- b) Definir o local para entrega dos equipamentos adquiridos;
- c) Designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

### **10. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO POR PARTE DA CONTRATANTE**

10.1. Fiscalizar se a contratada está cumprindo o disposto no contrato;

10.2. Solicitar ao órgão competente a aplicação das sanções prevista em lei, caso a contratada descumpra o contrato ou não sane os erros cometidos quando for acionada.

10.3. Sugerir o cancelamento do contrato, caso exista vícios ilegalidade ou não exista mais interesse da administração pública.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

- 10.4. Solicitar as informações a contratada, demandadas pela PMES.
- 10.5. Prover a contratada das informações que solicitar.
- 10.6. Acompanhar a entrega do objeto, assim como a sua distribuição, verificando se a quantidades atendem a necessidade da corporação
- 10.7. Solicitar, em caso interesse publicação do aditivo ou a supressão, do quantitativo do contrato até o percentual previsto em lei.
- 10.8. Outras atribuições previstas em lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

### **11. DA REPRESENTAÇÃO COMERCIAL**

- 11.1. A Contratada deverá possuir apenas um representante legalmente nomeado no Brasil, com escritório de representação estabelecido em conformidade com a legislação comercial pátria, o qual deverá comprovar poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente por todo e qualquer ato relativo ao certame.
- 11.2. Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular deve constar poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
- 11.3. A procuração constante no item 11.2 deste documento deverá conter reconhecimento de assinatura do emitente em cartório, sendo que tal documento, se grafado em idioma estrangeiro, deverá ser objeto de tradução juramentada nos termos da lei brasileira para documentos com natureza de fé pública.
- 11.4. O representante que eventualmente se apresentar perante as autoridades do certame sem os documentos exigidos neste instrumento será considerado sem poderes de representação, não lhe sendo reconhecido, portanto, a devida legitimidade para atuação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

### **12. DOS ADITAMENTOS**

- 12.1. O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

### **13. DA RESCISÃO**

- 13.1. A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

### 14. DOS RECURSOS

14.1. Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

### 15. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução do contrato será acompanhada pela Diretoria de Logística, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

### 16. DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

16.1. Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

16.2. Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

16.3. Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

16.4. Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

16.5. Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

## CLÁUSULAS DÉCIMA SÉTIMA

### 17. DO FORO

17.1. Fica eleito o foro do Juízo de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO**  
**DOUGLAS CAUS**  
**COMANDANTE GERAL DA PMES**

\_\_\_\_\_  
**FRANCO GIAFFONE**  
**REPRESENTANTE LEGAL**  
**AXON ENTERPRISE, INC.**  
**CONTRATADA**



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

# **ANEXO I**

## **CONTRATO Nº 019/2022**

### **AQUISIÇÃO DE KITS DE ARMAS DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR (AINM)**

#### **1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por escopo, após justificativa e descrição, a **aquisição de armas de incapacitação neuromuscular (AINM), acessórios e insumos**, instrumento de menor potencial ofensivo (IMPO), que permita incapacitação temporária, causando o menor dano possível, para uso individual pelos policiais militares que desempenham atendimento à comunidade capixaba diuturnamente.

#### **1.2. Custo Global**

1.2.1. U\$ 2.808.403,50 (dois milhões, oitocentos e oito mil, quatrocentos e três dólares e cinquenta centavos), perfazendo a quantia de R\$ 14.705.081,56 (quatorze milhões, setecentos e cinco mil e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos), conforme cotação do dólar do dia 19/09/2022 no site do Banco Central do Brasil, descrito no ANEXO “B”<sup>1</sup>.

#### **1.3. Quantitativos e custos**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (U\$)	VALOR TOTAL (U\$)
01	Arma de Incapacitação Neuromuscular com Bateria	1.100	U\$ 1.564,00	U\$ 1.720.400,00
02	Coldre Elaborado com Polímero Resistente com Porta-Cartucho	1.100	U\$ 76,50	U\$ 84.150,00
03	Bateria de Lítio Recarregável Adicional / Extra	1.400	U\$ 78,20	U\$ 109.480,00
04	Carregador de Bateria / Dock Station: Base de Carregamento e Sincronização (Doca), com 6 Posições	50	U\$ 1.364,25	U\$ 68.212,50

<sup>1</sup> Para obter o valor global de R\$ 14.705.081,56 foi utilizada a taxa de cotação do Dólar dos Estados Unidos (USD) datada do fechamento do dia 19/09/2022, do valor de U\$ 2.808.403,50, conforme consulta no site <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>, de modo que o citado site apresentou o valor de “1 Dólar dos Estados Unidos/USD (220) = 5,2361 Real/BRL (790) e 1 Real/BRL (790) = 0,1909818 Dólar dos Estados Unidos/USD (220)”.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

05	Carregador de Bateria / Dock Station: Base de Carregamento e Sincronização (Doca), com 1 Posição	40	U\$ 325,00	U\$ 13.000,00
06	Unidade de cartucho operacional de combate próximo	6.000	U\$ 35,70	U\$ 214.200,00
07	Unidade de Cartucho Operacional de Combate Distante	4.000	U\$ 35,70	U\$ 142.800,00
08	Licença de 5 anos Evidence.com, para dispositivo Taser® 7	1.100	U\$ 276,25	U\$ 303.875,00
09	Trajes de Treinamento	10	U\$ 637,50	U\$ 6.375,00
10	Alvo para Treinamento Híbrido	10	U\$ 127,50	U\$ 1.275,00
11	Cartucho para Treinamento de Combate Próximo	2.000	U\$ 35,70	U\$ 71.400,00
12	Cartucho para Treinamento de Combate Distante	2.000	U\$ 35,70	U\$ 71.400,00
13	Cartucho Inerte de Combate Próximo	20	U\$ 45,90	U\$ 918,00
14	Cartucho Inerte de Combate Distante	20	U\$ 45,90	U\$ 918,00
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>U\$ 2.808.403,50</b>

**CUSTO TOTAL:** U\$ 2.808.403,50 (dois milhões, oitocentos e oito mil, quatrocentos e três dólares e cinquenta centavos)

## **2. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO – Base Legal art. 22, Lei 8666/93**

**Inexigibilidade** de licitação - art. 25, da lei 8.666/93, que assim dispõe, verbis:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

[...]

Assim, o diploma legal transcrito traduz, em sua essência, uma das hipóteses em que o administrador público estará desobrigado da imposição constitucional de licitar, quando da aquisição de bens e serviços em virtude da impossibilidade de competição o que se denomina ***Inexigibilidade de Licitação***, por exclusividade de fornecedor.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

Ratificando, a inexigibilidade na licitação se dá quando há impossibilidade de competição, podendo ser caracterizada tanto em casos de exclusividade do produto ou para serviço técnico em que haja inviabilidade de seleção de proposta mais vantajosa através de critérios objetivos, consistentes no esforço humano, de difícil comparação.

Ressalta-se que os mesmos objetos pretendidos por esta Administração Pública já foram adquiridos por outros órgãos nacionais, utilizando-se dessa mesma modalidade de licitação, como, por exemplo, o SENADO FEDERAL, por meio da celebração do Contrato nº 20200114, Processo nº 00200.016346/2019-91, conforme extrato abaixo:

00100.094003/2020-20

Processo: 00200.016346/2019-91



SENADO FEDERAL

CONTRATO Nº 20200114

Que entre si celebram, de um lado, a **UNIÃO** por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, **AXON ENTERPRISE, INC.**, objetivando o fornecimento de Dispositivos Eletrônicos de Controle (DEC) **TASER T7** e respectivos acessórios e insumos, bem como insumos para o DEC **TASER X26**.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e **AXON ENTERPRISE, INC.**, com sede na 17800 N 85th St. Scottsdale, Arizona 85255, EUA, fax nº +1 800-978-2737, telefone nº +1 800-978-2737, EIN (*Employer Identification Number*) nº 860741227, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. FRANCO GIAFFONE, RG nº 13.597.927-4, expedida pela SSP-SP, CPF nº 257.875.238-90, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de **Inexigibilidade de Licitação** com base no inciso I do art. 25 da Lei 8.666/93, reconhecida pela Senhora Diretora-Geral, conforme documento nº 00100.085027/2020-98 e ratificada pelo Exmo. Senhor Primeiro Secretário do Senado Federal, conforme documento nº 00100.086219/2020-11 do Processo nº 00200.016346/2019-91, observado o Parecer nº 470/2020 – ADVOSF, documento nº 00100.075539/2020-46, incorporando a este instrumento a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento nº 00100.036079/2020-31, o projeto básico, documento nº 00100.066687/2020-70, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13/2018, dos Atos da Diretoria-Geral nº 9/2015 e nº 31/2015 e das Cláusulas seguintes:

### 3. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

#### 3.1. Atribuição legal para aquisição

- a) Resolução nº 34/169, 17 de dezembro de 1979, Assembleia Geral das Nações Unidas – Código de Conduta para os Encarregados pela Aplicação da Lei (CCEAL);

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

- b) UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS, *Basic Principles on the Use of the Force and Firearms by Law Enforcement Officials*, 1990;
- c) Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014;
- d) Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010;
- e) Portaria nº 118 – COLOG, de 4 de outubro de 2019;
- f) Portaria nº 197, de 23 de novembro de 2020.

### 3.2. Necessidade de aquisição

A proteção da Comunidade capixaba é tarefa árdua e exige contínuo aperfeiçoamento, por parte da Polícia Militar, das técnicas e materiais empregados na atividade-fim, que está instituída pela Carta Magna de 1988 – policiamento ostensivo e preservação da ordem pública.

A missão, especificamente da Polícia Militar, é hercúlea, visto que “[...] as situações que a polícia enfrenta são tão variadas quanto às exigências da vida humana<sup>2</sup>” (BAYLEY, 2001). Ou seja, as imprevisibilidades das situações a serem enfrentadas exigem um preparo de leque amplo e que disponha aos policiais os instrumentos, técnicas e meios adequados para que se execute o melhor atendimento possível à sociedade.

Nesse diapasão, a fim de que a sensação de segurança difundida à Comunidade seja constante, faz-se necessário que as intervenções policiais sejam sempre lastreadas em reações técnicas e legais e, assim, proporcionem tranquilidade à população em geral, ao transmitir a confiabilidade e aptidão do trabalho policial<sup>3</sup>.

A atividade policial desdobra-se rotineiramente para a resolução de conflitos, de modo que é natural a intercorrência, durante o atendimento policial, de circunstâncias que exigem o uso da força, através de intervenção compulsória pelo policial, visto que:

“[...] a força será empregada quando a ação ou ímpeto do indivíduo se der em contrariedade com as normas ou determinações legais do Estado, personificado pela figura do agente<sup>4</sup>”.

O emprego da força pelo policial deve ser diferente para cada situação ou estágio da ameaça, pois o uso da força deve ser progressivo/regressivo, a depender da evolução ou involução da ameaça<sup>5</sup>.

<sup>2</sup> 1. BAYLEY, David. Padrões de Policiamento. Livro 1 da Série Polícia e Sociedade. São Paulo: Ford Foundation/NEV/Edusp, 2001. p. 121.

<sup>3</sup> 2. POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO. Instrução modular. 5. ed. rev. e ref. Vitória: PMES, 1999. p. 130.

<sup>4</sup> SILVINO JUNIOR, João Bosco. Balística Aplicada aos locais de crime. 3. ed. Campinas/SP: Millenium Editora, 2021. p. 145-146.



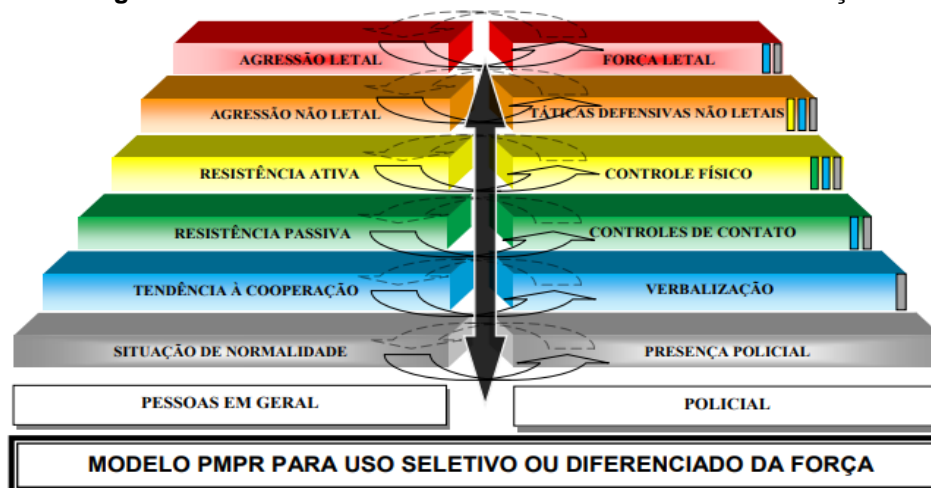
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

O policial que atua diretamente na aplicação da lei deve estar preparado e ter à sua disposição técnicas e materiais que possam ser selecionados em conformidade com os níveis de força que as diversas circunstâncias possam exigir.

A seleção do nível de uso da força cabe somente ao policial, após analisar as circunstâncias que envolvem a decisão, a necessidade de uma intervenção compulsória e a aplicação do nível necessário, razoável e proporcional dentre as técnicas de menor potencial ofensivo (TMPO) e os instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPO).

Tal escolha é consubstanciada no modelo de escalonamento da força desenvolvido pelo *U.S. Department Justice*<sup>6</sup>, sendo que tal modelo foi adotado e incorporado ao arcabouço doutrinário policial brasileiro. A representação abaixo, feita por Dennekewski (2020), é a ilustração mais didática de como efetivamente a seleção do uso da força se faz na prática:

Figura 1 - Modelo de escalonamento do uso seletivo da força.



Fonte: Dennekewski et al (2020)<sup>7</sup>.

Assim, podemos perceber que o nível da ameaça é que dita o nível de força a ser selecionado, de forma proporcional, pelo policial.

Para garantir essa proporcionalidade, é essencial que o policial tenha a seu dispor, no momento do atendimento da ocorrência, os equipamentos necessários<sup>8</sup>. Nesse sentido, a norma infralegal diz que,

todo agente de segurança pública que, em razão da sua função, possa vir a se envolver em situações de uso da força, deverá portar no mínimo 2 (dois)

<sup>6</sup> JOHNSON, R. A. *Phoenix Project: Predictors of Suspect Use of Force*. [S1]: U.S. Department of Justice, 2001.

<sup>7</sup> DENKEWSKI, W. et al. Políticas públicas desenvolvidas pela Polícia Militar do Paraná voltadas à preservação da integridade física dos envolvidos em ocorrências. *Revista de Ciências Policiais da Academia Policial Militar de Guatupê*. São José dos Pinhais, v. 3, 2020, p. 98-108.

<sup>8</sup> SILVINO JUNIOR, João Bosco. *Balística Aplicada aos locais de crime*. 3. ed. Campinas/SP: Millenium Editora, 2021. p. 155.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

instrumentos de menor potencial ofensivo e equipamentos de proteção necessários à atuação específica, independentemente de portar ou não arma de fogo<sup>9</sup>.

A supracitada norma orienta que aquele policial militar que está diuturnamente à disposição da Comunidade e, por consequência, sujeito às incalculáveis circunstâncias que envolvem as situações enfrentadas pela polícia, traga junto ao seu corpo uma quantidade mínima de IMPO, ou seja, o policial, conforme aquela orientação, deve portar, no mínimo, 2 (dois) instrumentos de menor potencial ofensivo.

No entanto, é de se destacar que IMPO, no contexto daquela norma, é definido como o “conjunto de armas, munições e equipamentos desenvolvidos com a finalidade de preservar vidas e minimizar danos à integridade das pessoas<sup>10</sup>”.

Neste ponto é importante trazer à baila o recente trabalho de Silvino Junior (2020):

“[...] o operador precisa contar com alguns instrumentos, como aqueles necessários para maximizar a verbalização (megafone), a contenção do indivíduo (algemas) ou mesmo para controle de contato e técnicas de imobilização (tonfas<sup>11</sup>) (*sic*). Os instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPOs) (*sic*) são alternativas desenvolvidas visando à maximização dos efeitos contra o abordado, buscando sua incapacitação, seu atordoamento ou debilitação, causando o menor dano possível”.

[...]

“De maneira geral, os IMPOs (*sic*) podem ser classificados em duas categorias: incapacitantes e debilitantes/atordoantes. Os IMPOs (*sic*) incapacitantes, como o próprio nome diz, fazem com que o abordado não consiga esboçar qualquer tipo de reação. Já os instrumentos debilitantes/atordoantes atuam no sentido de minimizar as chances de reação do abordado” (grifo nosso).

Hoje, a PMES, fornece, nos cursos de formação, capacitação, habilitação, aperfeiçoamento e especialização, instruções voltadas às técnicas de menor potencial ofensivo, que possibilitam ao policial selecionar os dois primeiros níveis – presença policial e verbalização – representados na Figura 1. Em relação aos níveis de controle de contato e controle físico é necessária, além daqueles conhecimentos, a disponibilidade de IMPO.

É na seleção do nível de controle físico que se torna razoável o uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo, incapacitantes, com o objetivo de salvaguardar a vida – e/ou integridade física – do policial, do abordado, e de terceiros, visto que uma situação de intervenção policial que chegue a se desdobrar para o penúltimo nível possui chances

<sup>9</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Anexo I, Diretriz nº 8.

<sup>10</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Anexo II.

<sup>11</sup> A palavra tonfa é o termo vulgar utilizado para aqui que se define como cassetete. Vejamos o significado: “Cassetete s.m. (1881) cacete ou bastão de tamanhos variados, de madeira ou de borracha, com alça em uma das extremidades, us. ger. por policiais em situação de confronto.” HOUAISS, Antônio. *et al.* Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 1. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 491.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

de escalonar para circunstâncias nas quais ocorra agressão letal, por parte do abordado, ou que seja necessário o uso da força letal por parte do policial.

É uma conclusão lógica afirmar que a dotação do policial militar, que atua na linha de frente da segurança pública, com Armas de Incapacitação Neuromuscular (AINM) aumenta de forma considerável o leque de IMPO à disposição, de modo que preservará muitas vidas.

A AINM, para que seja efetiva, deve comportar algumas características que se comprovaram eficazes no uso desse tipo de equipamento por forças policiais nos últimos anos:

- a) Tamanho e peso reduzidos: O tamanho e formato muito grande tornam árduos o seu transporte durante todo o turno. O exemplar menor e mais leve permite o acoplamento no cinturão durante todo o horário de trabalho sem esforços acrescidos;
- b) Mira e *led*: sistema de mira laser efetivo nas duas angulações e uma luz *led* de baixa intensidade, que permite a iluminação em situações de baixa visibilidade;
- c) Capacidade da memória: podendo guardar dados relativos aos disparos (a informação recolhida deve estar correlacionada com a hora e data da utilização);
- d) Segurança da informação: o sistema de dados deve ser protegido através de encriptação contra qualquer tentativa de adulteração dos dados, sendo que estes devem ser transferidos periodicamente para um computador através de um cabo USB ou tecnologia superior, como sistema de docas e WI-FI;
- e) Visualização de dados: A AINM deve possuir uma tela na qual seja possível visualizar a quantidade de bateria restante, horas e data, temperatura e a duração da última descarga;
- f) Dois disparos: deve possibilitar que se dispare no mínimo 2 (duas) vezes – a AINM deve permitir o acoplamento de dois cartuchos – sem a necessidade de operacionalizar o carregamento de um novo cartucho manualmente, preferencialmente para disparos distantes e curtos;
- g) Dois modos de utilização: por contato direto ou à distância. Os dois modos devem produzir uma incapacidade neuromuscular temporária no alvo;
- h) Descarga após disparo: possibilidade de voltar a produzir uma descarga, acionando manualmente, se os arpões se mantiverem ligados ao suspeito;
- i) Capacidade de conexão cruzada: direcionar a corrente elétrica para a combinação de dardos que esteja mais distante, caso sejam disparados duas vezes no mesmo alvo o que permite a contração de mais músculos aumentando a efetividade da imobilização;
- j) Do arco de advertência com os cartuchos inseridos: exibição de “arcos elétricos” de “aviso” (visíveis e audíveis), mesmo antes do disparo, com o cartucho “ativo”, que servem de alerta ao indivíduo–alvo;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

k) Bateria recarregável de excelente duração: baterias NiMH, com gabinete que permite autonomia de pelo menos 100 (cem) disparos.

Todas essas características da AINM contribuem para a efetividade das ações policiais com a possibilidade desse equipamento, em muitas circunstâncias, substituir a arma de fogo, pois, em conformidade com a revisão literária, percebe-se que na detenção de indivíduos violentos e perigosos a utilização da AINM facilita a atuação policial (*Queensland Police Service*, 2009; *Western Australia Police*, 2010)<sup>12</sup>. A utilização da AINM proporciona uma ação mais eficiente, salvaguardando a integridade física dos intervenientes (*New South Wales Police Force*, 2010)<sup>13</sup>.

### **3.3. Da necessidade de aquisição de Armas de Incapacitação Neuromuscular (AINM).**

A partir do compromisso do Brasil perante as normas internacionais de proteção aos Direitos Humanos, as Polícias Militares, instituições representantes do Estado, encarregadas da missão constitucional de prestação de Segurança Pública para a preservação da ordem, da incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de atividades de polícia ostensiva, passaram a tomar como base de ação os princípios da necessidade, legalidade e proporcionalidade.

A estreita observância das normas de Direitos Humanos no exercício da Segurança Pública tornou-se indispensável nas ações policiais militares, a fim de proteger e efetivar os direitos e garantias fundamentais.

Intervenções policiais militares tradicionais necessitam do uso de força física, munições de impacto controlado, agentes químicos, cassetetes e outros dispositivos não-letais, além é claro de armas de fogo, cujo uso por vezes recebe críticas, sendo essas intervenções expostas nos meios de comunicação como formas agressivas de resolução de conflitos críticos, mesmo tendo a polícia agido de forma legal, necessária e proporcional, com o objetivo constitucional de preservar a ordem pública.

Em alternativa a isso, as Polícias Militares no Brasil, há alguns anos, introduziram em seu rol de equipamentos não-letais as Armas de Incapacitação Neuromuscular (AINM), que gera incapacitação neuromuscular temporária no indivíduo atingido, a fim de contê-lo sem maiores esforços. O objetivo desse equipamento, segundo seu fabricante, é justamente garantir a proteção da vida e especialmente diminuir a lesividade dos envolvidos nas intervenções policiais.

Sendo o Brasil signatário de normas internacionais de Direitos Humanos, ele prima, com foco nas ações policiais, pela garantia da vida, pela preservação da incolumidade física e pela proteção da dignidade humana. Isso tem sido feito com investimento e capacitação da força policial militar em tecnologias não-letais, e atualmente, com o

<sup>12</sup> *Queensland Police Service*. (2009). *Crime and Misconduct Commission Queensland, Facts about Tasers*. Retirado de file:///C:/Users/Arturr/Downloads/An-update-on-Taseruse-in-QLd-2012.pdf

<sup>13</sup> *New South Wales Police Force*. (2010). *Use Of Conducted Electrical Weapons (Taser)*. Retirado de [http://www.police.nsw.gov.au/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0006/188322/TASER\\_Use\\_Pub](http://www.police.nsw.gov.au/__data/assets/pdf_file/0006/188322/TASER_Use_Public_Information.pdf)  
[lic\\_Information.pdf](http://www.police.nsw.gov.au/__data/assets/pdf_file/0006/188322/TASER_Use_Public_Information.pdf)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

aprimoramento e o estudo de novas tecnologias como as Armas de Incapacitação Neuromuscular (AINM) com disparos múltiplos, que reduzam a necessidade de se utilizar meios contundentes e desgastantes nas intervenções no estrito cumprimento do dever, trazendo benefícios não só para o próprio indivíduo, mas também para o policial militar, em consonância com as perspectivas dos Direitos Humanos de proteção à vida, à integridade física e à dignidade humana no exercício da Segurança Pública.

### 3.4. Da necessidade de aquisição internacional.

O histórico de utilização desse tipo de equipamento na PMES teve início em meados de 2010 com uma pequena doação feita pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo (SESP/ES), que não chegava a uma centena de AINM. Daí, a partir de 2012, houve um investimento maior, com mais um lote com duas centenas de unidades.

Destaca-se que aquele equipamento, por se tratar de doação de outro órgão, não teve sua especificação confeccionada em termo de referência produzido pelo setor da PMES competente para avaliar e definir um material com as características necessárias ao uso policial, de modo a considerar as especificidades correlatas às necessidades operacionais, confrontando com os casos concretos observados empiricamente no atendimento à comunidade estadual.

Conforme já exposto, a utilização de AINM na atividade policial militar é de suma importância, visto que o seu fim é a preservação da integridade física e vida dos policiais, cidadãos ou infratores. Nesse sentido, há que se priorizar, com fulcro no atendimento à eficiência, eficácia e efetividade da Administração Pública, a aquisição de equipamentos que já tenham sido testados e homologados por outros órgãos policiais com doutrina já estabelecida para esse tipo de instrumento.

Ainda sobre o requisito de eficiência, eficácia e efetividade da Administração Pública, segundo consta no livro do Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária:

Espera-se, portanto, uma Polícia Eficiente. Essa eficiência decorre exatamente do grau de preparo do profissional. Para atuar corretamente, diante do que a sociedade espera, o policial deve ser e estar preparado.

Deve conhecer bem o seu mister, porque não é uma atividade empírica ou amadora, como alguns podem pensar, mas extremamente técnica e científica, em qualquer de seus ramos de atividade” (BRASIL, 2007: 26, 27, grifo nosso).

Ora, sob esta ótica hodierna de resolução de conflitos, há de se pré-confrontar e manter a postos todos os recursos disponíveis em termos humanos e tecnológicos para melhor servir à comunidade, pois basta apenas um erro em uma ocorrência de repercussão para que toda a credibilidade alcançada em décadas de atendimentos legítimos e bem-sucedidos seja colocada à prova, ou ainda que acidentes graves aconteçam às vítimas, aos policiais militares e também aos causadores da crise.

Ocorre que a utilização daqueles equipamentos nacionais doados a esta PMES foi marcada por recall e diversas comunicações internas relatando problemas de

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

funcionamento daquelas AINM, contrariando os argumentos da eficiência, eficácia e efetividade da Administração Pública. Tais relatos foram registrados nos expedientes internos e no consequente encaminhamento de um número expressivo de equipamentos à fabricante.

Nesse sentido, portanto, existem pedras de toque que merecem atenção por parte desta PMES, a qual carece da aquisição de equipamentos mais avançados tecnologicamente e que atendem melhor às diretrizes e temáticas de Direitos Humanos quanto ao uso legal da força, tendo em vista que alguns dos equipamentos utilizados podem expor a risco tanto os militares quanto os cidadãos que precisam do serviço policial.

Dessa forma, ao aprimorar a capacidade de resposta buscando novos equipamentos mais modernos, minimizar-se-ão danos e efeitos indesejáveis para o Comando da instituição e, principalmente, para a comunidade. Para exemplificar, seguem o *link* e o *QR Code* de uma recente reportagem da emissora de televisão SBT sobre o assunto em questão.

	<p><b>Vídeo: Uso de Taser diminui letalidade da Polícia Militar em São Paulo   Primeiro Impacto (23/08/21).</b></p> <p>Fonte: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=...">www.youtube.com</a> &lt;Uso de Taser diminui letalidade da Polícia Militar em São Paulo   Primeiro Impacto (23/08/21)&gt;, acesso em 24/08/2021.</p>	
--	--	--

Daí insurge a necessidade de ampliação do mercado, visto que atualmente não há ampla quantidade de AINM com características especificadas pela Divisão de Material Bélico e que atenda às necessidades operacionais. Além disso, a baixa quantidade daquelas doadas que ainda estão em uso na Corporação, cerca de 102 (cento e duas armas), conforme relatório do Sistema de Gestão da Polícia Militar/Logística, provou-se, conforme os citados expedientes, não ser adequada para atender às equipes de Forças Táticas, Radiopatrulhas Operacionais, e, tampouco, às Unidades Especializadas.

### 3.4 Projetos Relacionados

a. Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 – Estratégia de Governo: “Redução da violência e da Criminalidade.”

b. De acordo com o estudo estratégico do Estado-Maior Geral da PMES, como referência o “*item 7. Objetivos, Desafios e Ações Estratégicas*”, do Planejamento Estratégico 2020-2023” da Polícia Militar do Espírito Santo, em seu objetivo 5, caberá ao Alto Comando da PMES “suprir o policial militar com recursos modernos para atuação rotineira no desempenho dos serviços da Polícia Militar”. Ainda dentro dessa premissa, foi estipulado no estudo desenvolvido pelo Estado Maior Geral que a Ação

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

“2” é “Adquirir materiais bélicos modernos”, bem como a ação “1” é “*adquirir equipamentos de proteção individual modernos, primando pela segurança do policial militar*”.

#### **4. JUSTIFICATIVA DAS DEFINIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ADOTADAS.**

##### **4.1. Justificativa das definições**

I. As definições constantes nos anexos referenciados no item 3.2 objetivam a aquisição de armas de incapacitação neuromuscular (AINM), acessórios e insumos para instrumento de menor potencial ofensivo (IMPO), que permita incapacitação temporária, causando o menor dano possível, para uso individual pelos policiais militares que desempenham atendimento à comunidade capixaba diuturnamente.

II. As exigências mínimas constantes no presente contrato visam a garantir o fornecimento de equipamento comprovadamente seguro, de tecnologia superior, a fim de aprimorar a capacidade de resposta estatal, que possibilitará minimizar os danos e efeitos indesejáveis para o Comando da Instituição e, principalmente, para os cidadãos, os policiais e os criminosos.

##### **4.2. Especificações dos equipamentos**

4.2.1. As especificações devem estar conforme as descrições constantes no Anexo A.

##### **4.3. Da Singularidade do objeto a ser contratado**

Conforme o Estudo Comparativo entre as Armas de Incapacitação Neuromuscular Nacional e Importada, apresentado no documento E-Docs nº 2022-RJ90D3, entranhado à peça #5 do Processo nº 2022-33QRQ, foi realizada uma contextualização e comparação que permitiu definir as características que se comprovaram eficazes na aplicação desse tipo de equipamento por agências de segurança pública nos últimos anos.

Tais características foram, então, consideradas as mais desejáveis visando às futuras aquisições de AINM pela PMES, que garantam a incapacitação temporária de um indivíduo agressor causando-lhe o menor dano possível e possibilitando a segurança dos policiais militares e dos cidadãos.

Diante das características técnicas apontadas no mencionado estudo, cabe aqui destacar que esta Administração Pública solicitou orçamento à empresa nacional CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA, para que fosse verificada a possibilidade de fornecimento de equipamento que pudesse atender às especificações deste instrumento.

Em resposta à solicitação desta PMES, o Diretor Comercial da empresa enviou Proposta No. 2022-4203, conforme Anexo “E”, de um produto ainda em

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

desenvolvimento, afirmando que “**se encontra em fase de homologação junto ao Exército Brasileiro**”, ou seja, o que fora apresentado no orçamento é apenas **UM PROTÓTIPO de AINM que ainda não foi homologado pelo órgão regulador, nesse caso o Exército.**

Por outro lado, o produto importado reúne os quesitos pontuados no estudo – e em conformidade com a revisão literária – considerados como primordiais para facultar a substituição da arma de fogo pela AINM, bem como facilitar a atuação policial quando da detenção de indivíduos violentos e perigosos.

Dessa forma, esta Administração Pública entende que resta inequívoca a demonstração da exclusividade da empresa estrangeira para o fornecimento dos bens que se pretende adquirir, tendo em vista esse aspecto tratar-se de requisito imprescindível para possibilitar a contratação nos moldes pretendidos.

## 5. CRITÉRIOS PARA DIMENSIONAMENTO DAS QUANTIDADES

5.1. Em relação ao quantitativo previsto, foi observado como critério, em primeiro lugar, que o efetivo da PMES, de acordo com a Lei Complementar nº 972/2021, que alterou o Anexo I da Lei Complementar nº 533/2009, foi fixado em 10.922 (dez mil e novecentos e vinte e dois) policiais, levando a Instituição a adotar providências no sentido de serem adquiridos armamentos e equipamentos para suprir tal contingente de forma coletiva.

Com a referida contratação, espera-se que neste primeiro momento, pelo menos um AINM e acessórios seja disponibilizado para cada equipe de policiamento ostensivo em processo motorizado em todo o Estado do Espírito Santo.

## 6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1. A proponente deverá apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

6.2. De igual forma, proponentes deverão apresentar Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo Distribuidor do Foro da sede da pessoa jurídica, datada de até 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da proposta;

6.3. Além dos outros documentos previstos neste TR, o representante deverá atender ao que determina o artigo 27, incisos I, II, III, IV e V da Lei 8.666/1993, c/c com os artigos 29, 30 e 31 (e respectivos parágrafos e incisos).

6.4. Para fins de cumprimento ao que determina o item 6.3, as empresas estrangeiras deverão apresentar documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

## 7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Para comprovar a confiabilidade e a segurança dos equipamentos ofertados, cabe à empresa fornecedora apresentar, no mínimo 01 (um) certificado emitido por órgão policial e/ou militar do Brasil ou exterior, que comprove a utilização dos mesmos equipamentos por pelo menos 01 (um) ano, sem a existência de nenhum *recall*, de falhas, quebras ou problemas de funcionamento em geral;

7.1.1. Se estrangeiro, o documento deverá ser objeto de tradução juramentada nos termos da lei brasileira para documentos com natureza de fé pública.

7.2. O atestado mencionado no item 7.1 deve vir acompanhado dos contatos atualizados (telefone, e-mail, endereço) da instituição para que a Administração Pública, de acordo com sua conveniência, possa certificar-se das atuais condições de funcionamento do armamento indicado, visando a apurar o bom funcionamento da arma ofertada e o afastamento de qualquer problema técnico.

## 8. DEVERES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

8.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

8.1.1. Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

8.1.2. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

8.1.3. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 8.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

8.2. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

(a) advertência;

(b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

(c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

(d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

8.2.1 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

8.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c” e “d”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

8.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

8.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado.

8.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8666/1993;

(d) O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

8.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

8.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

8.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

8.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

## **9. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO POR PARTE DA CONTRATANTE**

9.1. Fiscalizar se a contratada está cumprindo o disposto no contrato;

9.2. Solicitar ao órgão competente a aplicação das sanções prevista em lei, caso a contratada descumpra o contrato ou não sane os erros cometidos quando for acionada.

9.3. Sugerir o cancelamento do contrato, caso exista vícios ilegalidade ou não exista mais interesse da administração pública.

9.4. Solicitar as informações a contratada, demandadas pela PMES.

9.5. Prover a contratada das informações que solicitar.

9.6. Acompanhar a entrega do objeto, assim como a sua distribuição, verificando se a quantidades atendem a necessidade da corporação

9.7. Solicitar, em caso interesse publicação do aditivo ou a supressão, do quantitativo do contrato até o percentual previsto em lei.

9.8. Outras atribuições previstas em lei.

## **10. DA PROPOSTA**

10.1. A proposta, que deverá ater-se exclusivamente ao objeto definido pela Administração Pública, sem quaisquer acréscimos ou supressões, em idioma português, deverá conter prazo de garantia, no qual a licitante se obriga a reparar ou

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

substituir quaisquer peças ou unidades que venham a apresentar defeitos de fabricação ou funcionamento, conforme já especificado neste contrato.

10.2. A proposta deverá possuir prazo de validade mínimo de 120 dias, devendo considerar todos os custos incidentes da aquisição, desde a fabricação até a entrega efetiva, devendo o material se entregue sem qualquer ônus adicional a contratante.

10.3. A proposta poderá conter o valor em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicando-se o disposto no artigo 42, parágrafos 1º e 2º, da Lei 8.666/1993.

10.4. A omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto deste contrato será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a Contratante pleitear quaisquer acréscimos não constantes da proposta comercial.

## **11. DA REPRESENTAÇÃO COMERCIAL**

11.1. A Contratada deverá possuir apenas um representante legalmente nomeado no Brasil, com escritório de representação estabelecido em conformidade com a legislação comercial pátria, o qual deverá comprovar poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente por todo e qualquer ato relativo ao certame.

11.2. Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular deve constar poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

11.3. A procuração constante no item 11.2 deste documento deverá conter reconhecimento de assinatura do emitente em cartório, sendo que tal documento, se grafado em idioma estrangeiro, deverá ser objeto de tradução juramentada nos termos da lei brasileira para documentos com natureza de fé pública.

11.4. O representante que eventualmente se apresentar perante as autoridades do certame sem os documentos exigidos neste contrato será considerado sem poderes de representação, não lhe sendo reconhecido, portanto, a devida legitimidade para atuação.

## **12. DA GARANTIA**

12.1. O armamento de incapacitação neuromuscular deverá ter validade mínima de 05 (cinco) anos e garantia total do produto, pelo prazo de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes, desde que seguidas as recomendações do fabricante, contados a partir da data do recebimento, de forma definitiva, pela Comissão de Recebimento de Material. Já os cartuchos, baterias e acessórios deverá ter validade mínima de 05 (cinco) anos e garantia total do produto,

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

pelo prazo de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes.

12.1.1. O prazo de garantia será contado a partir da data de recebimento de forma definitiva pela Administração e visa à reposição ou reparação contra defeitos de fabricação, os quais poderão ocorrer de imediato ou ao longo deste período, em decorrência do uso e do desgaste sofrido, salvo se o dano foi causado por imprudência ou negligência do usuário, situação em que o ônus da prova de “mau uso” recairá sobre a empresa, incluindo os custos para emissão de laudos técnicos e demais despesas relacionadas à constatação e comprovação da indevida utilização pela CONTRATANTE.

12.2. Ficará a cargo do fabricante a retirada e o envio dos materiais à assistência técnica ou para a fábrica, juntamente com os documentos necessários, bem como esta se responsabilizará pelos custos totais da reparação ou substituição do material.

12.3. O fabricante terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para que efetue o conserto ou troca dos materiais, contados da notificação do pedido de assistência técnica, bem como para promover sua substituição, caso necessário.

12.4. No caso de empresa internacional, o ganhador deve prover 3% do total de produtos adquiridos para que sejam acautelados pela Diretoria de Logística da PMES, para substituição imediata de armas que possam apresentar falhas, sendo que, caso ocorram falhas em algum equipamento, este será enviado de volta à fábrica de origem para avaliação técnica, sem ônus ao Estado.

12.5. O prazo de garantia ficará suspenso pelo mesmo período em que o equipamento/bem permanecer inoperante em decorrência do serviço de garantia técnica.

12.6. Todas as despesas relativas à movimentação dos bens descritos nos anexos deste instrumento, portadores de defeito de fabricação, dentro ou fora do Brasil, com vistas ao reparo, bem como sua devolução à CONTRATANTE, são de responsabilidade exclusiva da respectiva empresa vendedora.

12.7. Caso algum equipamento ou bem apresente defeito e, em decorrência de falta de peça ou acessório defeituoso de responsabilidade da fornecedora, permaneça por mais que 90 (noventa) dias a contar da notificação formal sem o devido reparo ou substituição, a CONTRATADA deverá substituir o equipamento/bem defeituoso por um novo, de igual qualidade e característica, sem custo para a CONTRATANTE, em até 90 (noventa) dias após a solicitação.

### **13. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

13.1. O prazo de entrega será de 120 (cento e vinte) dias, sendo o prazo contado a partir do recebimento do Swift da Carta de Crédito, da Permissão de Exportação, do CII – Certificado Internacional de Importação e do contrato, o que ocorrer por último, além

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

da publicação do respectivo resumo do contrato em Diário Oficial do Estado, sem quaisquer custos adicionais de frete, impostos e outras despesas decorrentes.6 66

13.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, desde que a CONTRATADA solicite formalmente e apresente motivos de natureza relevante, os quais serão analisados a critério da CONTRATANTE que, justificadamente, poderá recusar o pedido de dilação de prazo.

13.3. A entrega será efetuada no local apontado pela CONTRATANTE na ordem de fornecimento, devendo ser no âmbito da Região Metropolitana da Grande Vitória.

13.4. A entrega dos materiais deverá ocorrer nas instalações da Diretoria de Logística da Polícia Militar do Espírito Santo, localizada na Avenida Maruípe, 2111- São Cristóvão - Vitória/ES - CEP 29.048-463, mediante agendamento prévio.

#### 14. DO RECEBIMENTO

14.1. O recebimento Provisório não se traduz por aceitação, pois esta somente será efetivada após o produto ter sido avaliado e julgado em condições de ser recebido definitivamente, bem como não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da qualidade dos produtos.

14.1.1. O recebimento Provisório ocorrerá mediante a conclusão de um curso teórico e prático de 32 horas/aulas (mínimo), a ser ofertado a uma turma de, no mínimo, 05 (cinco) integrantes da CONTRATANTE, com a devida certificação, que servirão de multiplicadores dos conhecimentos para todo o efetivo operacional da Polícia Militar do Espírito Santo, a ser realizado em sede da CONTRATADA, durante o qual todas as funcionalidades das AINM deverão ser reiteradamente apresentadas, sem a ocorrência de nenhuma intercorrência ou mau funcionamento dos equipamentos, com os custos arcados pela CONTRATADA.

14.2. O recebimento em caráter definitivo não exime a empresa contratada das responsabilidades sobre o produto oferecido que, se apresentar qualquer irregularidade dentro de seu prazo de garantia, deverá ser sanada integralmente, sujeitando-se a empresa contratada, se for o caso, às penalidades previstas no Contrato e na Lei, sendo que todo o ônus pertinente ao conserto/manutenção/translado será de sua total responsabilidade.

14.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega dos materiais, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo e devidamente fundamentada.

14.4. Todas as fases do recebimento deverão ser previamente comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, visando ao agendamento.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

## 15. DOS PAGAMENTOS

15.1. Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e que estejam atualmente em produção pelo fabricante.

15.2. Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação, em Diário Oficial do Estado do ES, da ordem de fornecimento.

15.3. Do prazo constante no item 15.2, será descontado o período em que não tiver sido emitida a autorização para compra pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados – DFPC (EB).

15.4. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega das armas, mediante alegação de caso fortuito ou força maior, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo final da entrega e devidamente fundamentada.

15.5. A CONTRATADA ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os materiais que vierem a ser recusados, ficando ciente de que o ato do recebimento não importará sua aceitação.

15.6. O fornecedor será o responsável pelas despesas com todos e quaisquer impostos, bem como transporte, armazenamento em geral e movimentação da carga, até a entrega no depósito da PMES.

15.7. As armas deverão ser retiradas já desembaraçadas nas dependências do Aeroporto de Vitória- ES, sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE.

15.8. Havendo necessidade legal ou operacional de desembarque das armas em outro Aeroporto Brasileiro, caberá à Contratada o ônus financeiro e administrativo decorrente, visando a providenciar a remessa dos produtos adquiridos ao Aeroporto de Vitória-ES.

15.9. Havendo a importação, o pagamento deverá ser feito por meio de carta de crédito, emitida pela PMES por meio do sistema bancário, conforme as regras em vigor. Todos e quaisquer valores referentes à emissão da carta de crédito, incluindo eventuais prorrogações de prazo, se for o caso, serão de responsabilidade da Contratada, devendo tais valores ser previstos e devidamente detalhados junto à proposta comercial apresentada.

15.10. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio.

15.12. Não será admitida a subcontratação, parcial ou total, do fornecimento.

15.12. Visando a precaver a Administração Pública quanto ao eventual fornecimento de produto de qualidade duvidosa, dada a natureza de imprescindibilidade de pleno e adequado funcionamento da AINM e seus acessórios, não será aceita a participação de empresa cujo respectivo produto tenha: sido recusado, no todo ou em parte, em procedimento de conferência por ocasião de recebimento provisório ou definitivo por parte de quaisquer órgãos; e/ou tenha sido objeto de procedimento de natureza

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

sancionatória, no Brasil ou no exterior, cujo resultado tenha atestado, no todo ou em parte, mal funcionamento ou qualquer tipo de defeito; e/ou tenham sido constatados quaisquer problemas de funcionamento, devidamente atestados por autoridade pública, no Brasil ou no exterior, TUDO nos últimos 5 (cinco) anos, ficando reservado à PMES o direito de pesquisa e eventual atestamento da condição regular da empresa participante.

15.13. Para fins de ampla divulgação e maior participação possível de empresas, recomenda-se a publicação do Edital na internet, além do Diário Oficial do Espírito Santo.

15.15. As empresas participantes, desde já, tomam conhecimento que para fins de participação em pregões eletrônicos no âmbito da Administração Pública do Estado do Espírito Santo, deve haver cadastro prévio junto ao Sistema Integrado de Gestão Administrativa do Governo do Estado do Espírito Santo (SIGA). O procedimento adequado deve ser verificado junto à Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER).

15.16. Todas as exigências contidas neste contrato são comuns aos respectivos lotes, devendo, por conseguinte, ser integralmente cumpridas pelos licitantes.

15.17. Visando a preservar a máxima qualidade, impedir quebras ou eventos danosos que atendem contra a vida das pessoas em geral, bem como garantir o mais fiel cumprimento a todas as disposições contidas neste contrato, em especial os aspectos de garantia continuada, fornecimento de peças e assistência técnica, dada a superioridade do interesse público, a PMES se reserva o direito de apenas negociar, nos termos da Lei brasileira, com empresas fabricantes de AINM (que possuam parque fabril reconhecidamente existente e em funcionamento), e não com empresas, no Brasil ou no exterior, que apenas realizem a montagem, no todo ou em parte, ou comercializam AINMs em geral, mas que, efetivamente, não sejam fabricantes.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Salvo comprovado o benefício e claro atendimento ao interesse público, atestada pelo Gestor do contrato, não será aceita a troca de marca ofertada na proposta constante dos autos, por ocasião da entrega dos produtos.

16.2. Os objetos deste contrato deverão ser novos, de primeiro uso.

16.3. No ato do recebimento, caso os equipamentos apresentados não estiverem em conformidade com as especificações constantes neste instrumento, o item será recusado total ou parcialmente conforme o caso, sendo decorrentes as providências previstas pela Lei, sendo o CONTRATANTE responsável por todos os custos decorrentes (substituição, troca, etc.).

16.4. A CONTRATADA deverá, por ocasião da entrega, oferecer em manual (em português), bem como a descrição completa das condições de armazenamento e de utilização recomendadas para o produto.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

16.5. O fornecedor será o responsável pelas despesas com todos e quaisquer impostos, bem como transporte, armazenamento em geral e movimentação da carga, até a entrega no local apontado pela CONTRATANTE.

16.6. Caso seja necessário importar algum tipo de equipamento ou produto, a chegada deverá ser pelo Aeroporto de Vitória- ES, sendo de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de todas as despesas, inclusive com despachantes (se necessário), visando ao desembarço sem qualquer custo adicional a CONTRATANTE.

16.7. Havendo necessidade legal ou operacional de desembarque dos equipamentos em outro Aeroporto Brasileiro, caberá à CONTRATADA o ônus financeiro e administrativo decorrente, visando a providenciar a remessa dos produtos adquiridos ao Aeroporto de Vitória- ES.

16.8. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio.

16.9. Não será admitida a subcontratação, parcial ou total, do fornecimento.

16.10. A CONTRATADA deverá informar, de forma detalhada, o ato do recebimento da ordem de fornecimento, bem como as condições de acomodação do equipamento antes do efetivo fornecimento. Essas condições incluem: espaço físico adequado, detalhes da alimentação elétrica, ambiente necessário, bem como qualquer outra condição exigida para a instalação e/ou funcionamento adequado.

16.11. Visando a obter a maior economicidade possível em favor do erário, a plena utilização do equipamento adquirido não deverá importar em quaisquer custos de manutenção com pagamentos mensais ou outras despesas adicionais para uso do sistema.

16.12. Caso existam novas versões para o sistema, estas devem garantir a comunicação e correlação automatizada com as versões anteriores.

## 17. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

17.1. Major QOCPM **André Pratti Lemos**, RG 19.359/7.

17.2. Capitão QOCPM **Wesley Rossetto** Romanha, RG 19.927/7.

17.3. 3º Sargento QPMP-C Héber Porto **Valverde**, RG. 20.066/6.

## 18. DATA DA ELABORAÇÃO

18.1. Elaborado em 19/09/2022.

## 19. HOMOLOGAÇÃO

19.1. Homologado pelo Diretor Adjunto de Logística da PMES:

Tenente Coronel QOCPM Luciano Franzen de Mello, RG 16.531-3.

---

*“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”*

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

# **ANEXO A**

## **CONTRATO Nº 019/2022**

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

#### **1. DO OBJETO**

1.1 Aquisição de kits de armas de incapacitação neuromuscular (AINM), que compreendem instrumentos de menor potencial ofensivo que permitem a incapacitação temporária de um indivíduo agressor causando-lhe o menor dano possível, para uso individual pelos policiais militares que desempenham o atendimento à comunidade capixaba diuturnamente. As exigências mínimas constantes no presente instrumento visam a garantir o fornecimento de um equipamento inovador e seguro, a fim de aprimorar a capacidade de resposta estatal diante de ocorrências policiais nas quais é necessário utilizar a força de maneira eficaz para incapacitar um indivíduo agressivo sem, contudo, lançar mão da força letal.

1.2. Serão utilizadas como normas referenciais:

1.2.1. IEC 60529

1.2.2. Protocolo de Teste para Armas Elétricas da Universidade de Carleton/Canadá.

#### **1.3. Detalhamento completo do objeto**

1.3.1. kits de Armamento de incapacitação neuromuscular: serão compostos, na sua totalidade por:

- a. 1.100 (mil e cem) armas de incapacitação neuromuscular com bateria;
- b. 1.100 (mil e cem) coldres de polímero resistente com porta cartucho;
- c. 6.000 (seis mil) unidades de cartucho operacional “combate próximo” e 4.000 (quatro mil) unidades de cartucho operacional “combate distante”, ambos com alcance de 7,5 (sete metros e meio) metros, totalizando 10.000 (dez mil) cartuchos;
- d. 4.000 (quatro mil) unidades de Cartucho Operacional de Combate Distante;
- e. 1.100 (mil e cem) unidades de Licença de 5 anos Evidence.com, para dispositivo Taser® 7;
- f. 50 (cinquenta) docas (dock station) com no mínimo 6 (seis) baias para transferência de dados;
- g. 40 (quarenta) docas (dock station) com no mínimo 1 (uma) baia para transferência de dados;
- h. 1.400 (mil e quatrocentas) baterias de lítio (modelo recarregável) extras;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

- i. 10 (dez) trajes de treinamento em velcro compatíveis com cartuchos de treinamento;
- j. 10 (dez) alvos para treinamento híbrido;
- k. 2.000 (dois mil) cartuchos para treinamento de combate curto;
- l. 2.000 (dois mil) cartuchos para treinamento de combate distante;
- m. 20 (vinte) cartuchos inertes de combate próximo;
- n. 20 (vinte) cartuchos inertes de combate distante;

## 2. DEFINIÇÕES

2.1. Arma de incapacitação neuromuscular: é uma arma de menor letalidade destinada a ser utilizada quando do uso progressivo e proporcional da força, em missões de polícia ostensiva e de preservação e restauração da ordem pública, causando grande impacto psicológico, despersuasão e contenção de infratores da lei.

2.2. Lote: Conjunto de unidades do produto grupadas segundo um determinado critério;

2.3. Lote de fabricação: Conjunto de unidades do produto oriundas de uma produção, grupadas segundo critérios de homogeneidade.

2.4. Lote de inspeção: Conjunto de unidades do produto, oriundo do lote de fabricação, apresentado de uma só vez ao fiscal militar ou agente técnico credenciado, para fins de inspeção.

2.5. Lote de Homologação: Conjunto de unidades do produto, oriundo do lote de fabricação, entregues nas Unidades ou na DLOG, selecionado, aleatoriamente, pelos técnicos militares, para fins de realização de testes de recebimento definitivo.

## 3. CARACTERÍSTICAS GERAIS

3.1. A arma de incapacitação neuromuscular descrita nestas especificações técnicas será de uso operacional e de treinamento, com normatização de aprovação exigida pelo Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, por meio do CAEx (Campo de Provas de Marambaia – RJ), bem como pelos protocolos de testes estabelecidos no âmbito da DLOG.

3.2. Em caso de armamento de produção estrangeira será exigida documentação que comprove a permissão para produção emitido por Banco de Provas Internacional ou por órgão oficial do país de origem, bem como ser submetido aos protocolos de testes estabelecidos no âmbito da DLOG.

3.3. O armamento deverá ser fabricado em polímero com alta resistência a impactos, devendo ser limpa e isenta, em qualquer das suas partes ou componentes, de rachaduras, deformações, mossas, rebarbas, perfurações, corrosões ou qualquer outro defeito que comprometa a segurança, durabilidade ou empregabilidade, devendo ainda ser resistente à umidade e água.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

3.4. O armamento deverá ser provido de tecnologia capaz de medir e aplicar, de forma precisa, a quantidade necessária de corrente elétrica no corpo do indivíduo, de forma que atue precisamente nas ondas cerebrais responsáveis pela incapacitação neuromuscular.

3.5. Deverá possuir o recurso que permita ao operador que efetue um segundo disparo sem a necessidade de remuniamento do armamento, para os casos de múltiplos agressores ou falha de penetração de um dos dardos do primeiro disparo.

3.6. Deverá possuir Sistema de Gestão de Dados compatível com o AINM por no mínimo 05 (cinco) anos, com as seguintes características:

3.6.1. Licença para uso do Sistema de Gestão de Dados, para administração, armazenamento e compartilhamento de dados extraídos dos AINM.

3.6.2. Deve possibilitar auditoria no uso dos equipamentos.

3.6.3. Deve fazer o controle e a gestão dos dados registrados, bem como garantir a preservação da cadeia de custódia, garantindo assim a validade legal e sua utilização como meio de prova.

3.6.4. Deve possibilitar a configuração dos AINM de maneira automática para que o ciclo de saída pare em 5 segundos, mesmo que o gatilho seja pressionado continuamente e seja emitido alerta sonoro pelos últimos 2 segundos.

3.6.5. Deve monitorar a condição de uso e saúde dos equipamentos e acessórios.

3.6.6. Deve permitir a atualização do firmware dos dispositivos acoplados à estação de carregamento.

3.6.7. Deve controlar a distribuição dos dispositivos, bem como o fluxo de retirada e devolução dos equipamentos.

3.6.8. Compatível com estação de computador pessoal com sistema operacional *Windows 7 Ultimate* ou posterior.

3.6.9. Vigência mínima da Licença: 5 (cinco) anos.

3.7. A empresa vencedora deverá fornecer Curso de Formação de Instrutores certificados no modelo ofertado para até 15 (quinze) participantes, não sendo gerado custos para esta administração pública.

## 4. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS

### 4.1. Descrição dos produtos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	<b><u>Arma de Incapacitação Neuromuscular com Bateria</u></b> -Corpo em polímero de alto impacto em cor preta e amarela;	1.100

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

<p>-Dimensões:</p> <p><b>Comprimento:</b> máximo de 200 mm com cartucho;</p> <p><b>Altura:</b> máximo de 120 mm com bateria;</p> <p><b>Largura:</b> máximo de 50 mm;</p> <p><b>Peso:</b> máximo de 450 gramas (com 2 cartuchos e bateria);</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS GERAIS</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Dispositivo fabricado em polímero com alta resistência a impactos, limpo e isento, em qualquer das suas partes ou componentes, de rachaduras, deformações, mossas, rebarbas, perfurações, corrosões ou qualquer outro defeito que comprometa a segurança, durabilidade ou empregabilidade, sendo resistente à umidade e água;</li><li>- Dispositivo provido de tecnologia capaz de medir e aplicar, de forma precisa, a quantidade necessária de corrente elétrica no corpo do indivíduo, de forma que atua precisamente nas ondas cerebrais responsáveis pela incapacitação neuromuscular;</li><li>- Possuir recurso que permita ao operador definir rapidamente o tipo de cartucho mais adequado para a situação e distância, além de possibilitar efetuar um segundo disparo sem a necessidade de remuniamento do dispositivo, para os casos de múltiplos agressores ou falha de penetração de um dos dardos do primeiro disparo.</li></ul> <p><b>CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Dispositivo Eletrônico de Controle de Duplo Disparo: deve permitir ao operador efetuar um segundo disparo sem a necessidade de remuniamento do armamento e a aplicação de ciclos independentes de energia em cada um dos dois cartuchos simultaneamente, a fim de viabilizar a recuperação de disparo perdido ou controle de múltiplos alvos;</li><li>- Conexão cruzada adaptativa: tecnologia que distribua os pulsos de descarga através das 4 combinações de conexão de sondas possíveis (a partir de qualquer sonda positiva, negativa ou eletrodo da arma);</li><li>- Frequência da conexão cruzada adaptativa: Com dois compartimentos, 2 a 4 sondas na carga, a frequência mínima deverá ser de 20 PPS (Pulsos por segundo) e a máxima de 45 PPS (Pulsos por Segundo);</li><li>- Medição de corrente: deve possuir tecnologia inteligente que possibilita medir, ajustar e empregar, precisamente a quantidade de corrente elétrica necessária para atuar diretamente no sistema neuromuscular, eliminando os riscos de falha na incapacitação do indivíduo devido à falta ou excesso de descarga elétrica;</li><li>- Deve permitir a utilização de 2 tipos diferentes de cartuchos, sendo:<ul style="list-style-type: none"><li>- 01 (um) cartucho para curtas distâncias, com abertura de lançamento das sondas de, no mínimo, 11,5 graus, possibilitando eficácia em faixas de engate de até 1,22 metros;</li><li>- 01 (um) cartucho para médias distâncias, com abertura de lançamento das sondas, de no mínimo, de 3,0 graus, possibilitando eficácia em faixas de engate acima de 3,5 metros;</li></ul></li><li>- Alternância de cartuchos: dever possibilitar a alternância entre os cartuchos de forma rápida e precisa, sem a necessidade de operador manipular os</li></ul>	
---	--

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

	<p>cartuchos manualmente. Esta exigência é de fundamental importância, tendo em vista que o operador deverá selecionar o cartucho ideal para cada tipo de situação em fração de segundos;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Arco de advertência (ou arco voltaico): o AINM deve possibilitar utilização do arco de advertência (emissão de arco elétrico de advertência ou centelha) e acionamento de contato, ambos sem necessidade de remoção do cartucho;</li><li>- Lanterna: AINM deve possuir lanterna integrada, em Diodo Emissor de Luz (LED) de, no mínimo, 200 lúmens, de alta eficiência e com possibilidade de acionamento no modo automático, ao ligar o equipamento, e no modo dissimulado sem o acionamento automático da função;</li><li>- Tela central de informações: deverá possuir tela central para exibição de dados essenciais, como nível da bateria, quantidade e tipo de cartuchos carregados no AINM, tempo de rajada, modo operacional vigente, status do dispositivo (falhas críticas) e o menu de usuário para alteração das configurações e exibição de dados;</li><li>- Emissão de relatórios: o AINM deve identificar, por meio de seus sensores, as seguintes informações:<ul style="list-style-type: none"><li>- Registro de Eventos: registra a data e hora de cada acionamento, diferenciando a utilização com ou sem munição, o tipo de munição, bem como o tempo de cada acionamento;</li><li>- Registro de Pulsos: registra a corrente elétrica emitida em cada pulso, possibilitando a medição individualizada de cada um dos pulsos emitidos por segundo;</li><li>- Registro de Engenharia: possibilita ao Fabricante identificar remotamente via internet a existência de possíveis problemas técnicos com o dispositivo, bem como auto-diagnosticar e monitorar o relatório de status do sistema.</li></ul></li><li>- Acesso às informações: as informações devem ser acessadas por meio da estação sincronização e carregamento das baterias;</li><li>- Desligamento automático: o AINM deve desligar automaticamente após 20 minutos para preservar a bateria;</li><li>- Trava de segurança: deve possuir trava de segurança ambidestra evitando acionamentos acidentais;</li><li>- Interruptor de segurança: deve possuir interruptor de segurança ambidestro para cessar o ciclo de saída a qualquer momento;</li><li>- Configuração do Ciclo de Saída: deve possibilitar a configuração do AINM para que o ciclo de saída pare em 5 segundos, mesmo que o gatilho seja pressionado continuamente e seja emitido o alerta sonoro pelos últimos 2 segundos;</li><li>- Apontador Laser Duplo (ou mira laser dupla): Deverá possuir sistema de mira convencional com alça e massa mecânica e, também com apontadores de laser estáticos duplos, que permitam visualizar os pontos dos alvos das duas sondas, para evitar a “adivinhação” e aumentar a precisão do disparo, conforme a seguinte especificação:<ul style="list-style-type: none"><li>- Superior: Laser de alta visibilidade Verde Classe 3R, possibilitando maior visibilidade, principalmente durante o dia ou sob intensa luminosidade;</li><li>- Inferior: Laser Vermelho de, no mínimo, Classe 2;</li></ul></li><li>- Identificação por número de série: os AINM e os cartuchos devem possuir</li></ul>	
--	---	--

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

	<p>número de série individuais, e dispositivos que permitam a rastreabilidade e controle de cartuchos disparados no teatro de operações;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Resistência à quedas: mínima de 1,5 metros;</li><li>- Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li><li>- Nível de resistência a água e poeira: IP53 ou superior.</li></ul>	
02	<p><b><u>Coldre Elaborado com Polímero Resistente com Porta-Cartucho</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Confeccionado em polímero de alta resistência em cor preta;</li><li>- Nível de contenção: Nível II;</li><li>- Capacidade de armazenamento de, no mínimo, 2 cartuchos adicionais diretamente no corpo do coldre;</li><li>- Poderá ser ambidestro ou não, sendo que na última hipótese, será obedecido o percentual de 90% para operadores destros e 10% para operador canhoto.</li></ul>	1.100
03	<p><b><u>Bateria de Lítio Recarregável Adicional / Extra</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Projetado para uso com o AINM e a estação de sincronização e carregamento;</li><li>- Caixa: Polímero de alto impacto;</li><li>- Células: Mínimo de 2 células de polímeros de íons de lítio recarregáveis;</li><li>- Capacidade mínima do pacote de baterias: 850 mAh;</li><li>- Tempo de carregamento:<ul style="list-style-type: none"><li>· Carga padrão: máximo de 7 horas;</li><li>· Carga rápida: máximo de 3,5 horas;</li></ul></li><li>- Circuito de proteção da bateria integrado: O circuito de proteção deverá proporcionar proteção contra sobrecarga de tensão de alta precisão, descarga excessiva e sobrecorrente para as células de bateria recarregáveis de íons de lítio/polímeros de lítio conectadas em série;</li><li>- Vida útil: Aproximadamente 300 ciclos completos de descarga e carga da bateria;</li><li>- Resistência a quedas: mínima de 1 metro;</li><li>- Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li><li>- Ergonomia: o pacote de baterias táticas deve incluir um suporte ergonômico para descanso dos dedos;</li><li>- Resistente a poeira e umidade: quando instalado corretamente no AINM.</li></ul>	1.400
04	<p><b><u>Carregador de Bateria / Dock Station: Base de Carregamento e Sincronização (Doca), com 6 Posições</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Doca para carregamento simultâneo de pelo menos 6 baterias;</li><li>- Capacidade de carregamento as informações registradas no AINM tais como:</li><li>- Registro de Eventos: registra a data e hora de cada acionamento,</li></ul>	50

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

	<p>diferenciando a utilização com ou sem munição, o tipo de munição, bem como o tempo de cada acionamento;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Registro de Pulsos: registra a corrente elétrica emitida em cada pulso, possibilitando a medição individualizada de cada um dos pulsos emitidos por segundo;</li><li>- Registro de Engenharia: possibilita ao Fabricante identificar remotamente via internet a existência de possíveis problemas técnicos com o dispositivo, bem como auto-diagnosticar e monitorar o relatório de status do sistema.</li><li>- Compatível com estação de computador pessoal com sistema operacional Windows 7 Ultimate ou posterior.</li></ul>	
05	<p><b><u>Carregador de Bateria / Dock Station: Base de Carregamento e Sincronização (Doca), com 1 Posição</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Doca para carregamento simultâneo de 1 bateria;</li><li>- Capacidade de carregamento as informações registradas no AINM tais como:</li><li>- Registro de Eventos: registra a data e hora de cada acionamento, diferenciando a utilização com ou sem munição, o tipo de munição, bem como o tempo de cada acionamento;</li><li>- Registro de Pulsos: registra a corrente elétrica emitida em cada pulso, possibilitando a medição individualizada de cada um dos pulsos emitidos por segundo;</li><li>- Registro de Engenharia: possibilita ao Fabricante identificar remotamente via internet a existência de possíveis problemas técnicos com o dispositivo, bem como auto-diagnosticar e monitorar o relatório de status do sistema.</li><li>- Compatível com estação de computador pessoal com sistema operacional Windows 7 Ultimate ou posterior.</li></ul>	40
06	<p><b><u>Unidade de cartucho operacional de combate próximo</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Distância mínima de operação: 7 m;</li><li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li><li>- Abertura de sondas (cartucho para curtas distâncias):<ul style="list-style-type: none"><li>· Abertura de lançamento das sondas de, no mínimo, 11,5 graus, possibilitando eficácia em faixas de engate de até 1,22 metros;</li><li>· Sistema de rastreamento de identificação digital anti-criminosa, permitindo a rastreabilidade e controle de cartuchos disparados no teatro de operações;</li><li>· Clipe de segurança incluído, o que minimiza danos acidentais durante o transporte ou manuseio quando não instalado no AINM;</li></ul></li><li>- Lançamento das sondas: por utilização de gás inerte (nitrogênio comprimido), sem necessidade de utilização de explosivo inflamável;</li><li>- Resistente à energia estática, para evitar disparos acidentais;</li><li>- Vida útil estimada: 5 anos;</li></ul>	6.000

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

	<ul style="list-style-type: none"><li>- Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li><li>- Nível de resistência a água e poeira: IP53.</li></ul>	
07	<p><b><u>Unidade de Cartucho Operacional de Combate Distante</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Distância mínima de operação: 7 m;</li><li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li><li>- Abertura de sondas (cartucho para médias distâncias):<ul style="list-style-type: none"><li>· Abertura de lançamento das sondas, de no mínimo, de 3,0 graus, possibilitando eficácia em faixas de engate acima de 3,5 metros;</li><li>· Sistema de rastreamento de identificação digital anti-criminosa, permitindo a rastreabilidade e controle de cartuchos disparados no teatro de operações;</li><li>· Clipe de segurança incluído, o que minimiza danos acidentais durante o transporte ou manuseio quando não instalado no AINM;</li><li>· Lançamento das sondas: por utilização de gás inerte (nitrogênio comprimido), sem necessidade de utilização de explosivo inflamável;</li></ul></li><li>- Resistente à energia estática, para evitar disparos acidentais;</li><li>- Vida útil estimada: 5 anos;</li><li>- Faixa de temperatura operacional: -20 °C a 50 °C;</li><li>- Nível de resistência a água e poeira: IP53.</li></ul>	4.000
08	<p><b><u>Licença de 5 anos Evidence.com, para dispositivo Taser® 7</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Licença para uso do Sistema de Gestão de Dados do armamento, possibilitando a administração, o armazenamento e compartilhamento dos dados extraídos da arma de incapacitação.</li></ul>	1.100
09	<p><b><u>Trajes de Treinamento</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Trajes de treinamento em velcro compatíveis com cartuchos de treinamento.</li></ul>	10
10	<p><b><u>Alvo para Treinamento Híbrido</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Alvos para treinamento híbrido.</li></ul>	10
11	<p><b><u>Cartucho para Treinamento de Combate Próximo</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li><li>- Para uso em treinamento.</li></ul>	2.000
12	<p><b><u>Cartucho para Treinamento de Combate Distante</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li><li>- Para uso em treinamento.</li></ul>	2.000

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

13	<b><u>Cartucho Inerte de Combate Próximo</u></b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li><li>- Para uso em treinamento.</li></ul>	20
14	<b><u>Cartucho Inerte de Combate Distante</u></b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Compatível com o AINM;</li><li>- Construção em polímeros de alto impacto;</li><li>- Para uso em treinamento.</li></ul>	20

## 5. GARANTIA E ASSISTÊNCIA

5.1. Conforme descrito no item “12” do Anexo I deste contrato.

## 6. DAS EXIGÊNCIAS

6.1. A empresa deverá fornecer assistência técnica ou indicar local para que seja, em território nacional, caso necessário, bem como garantir a retirada e entrega do material na Diretoria de Logística da PMES, durante a vigência da garantia

6.2. Deverá ser fornecido um manual ou cartão com informações, em material de qualidade e relativa resistência, contendo instruções de conservação e limites de aplicação do material, entre outras informações de uso correto e armazenamento do produto, em linguagem clara e de fácil compreensão ao usuário comum, em língua pátria, em cada caixa que agrupe os cartuchos para fim de entrega à Polícia Militar do Espírito Santo;

## 7. DA EMBALAGEM

7.1. Deverá ser entregue à Polícia Militar do Espírito Santo em caixas individuais de transporte, de material rígido e de qualidade, com etiqueta adesiva externa em tinta indelével e resistente à abrasão, de fácil e rápida visualização, contendo os dados de destinação (PMES), identificação sequencial numérica do produto, com a data de fabricação e dados do fabricante, permitindo a proteção ao material contra ação de agentes externos que possam causar danos ao seu material;

7.2. Deverá ainda estar contido em cada caixa, um manual ou cartão com informações de uso, conservação e limites do material, em língua pátria, no formato de livreto confeccionado com papel de qualidade e resistente.

## 8. DOS PROTOCOLOS DE TESTES

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

8.1. Para verificação dos padrões de qualidade técnica, aplicados no processo fabril da AINM que será fornecida, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

8.1.1. Laudo(s) emitido(s) por banco(s) de prova(s) ou ainda por laboratório(s) independente(s) acreditado(s) internacionalmente ou comprovação de que pelo menos um órgão governamental militar que tenha testado o AINM, do mesmo modelo, com testes descritos que estejam dentro dos requisitos das normas a seguir:

8.1.1.1. Com base nos ditames da Portaria MJSP nº 104/2020, de 13 de março de 2020 (11162914), que dispôs sobre o Pró-Segurança - Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública, o equipamento descrito neste contrato deverá ser submetido aos testes descritos na NT-SENASP nº 002/2020 – Arma Eletroeletrônica de Incapacitação Neuromuscular (AINM).

8.1.1.2. Caso armamento importado, poderá ser utilizada para validação dos protocolos de testes as seguintes normas:

8.1.1.2.1. IEC 60529.

8.1.1.2.2. Protocolo de Teste para Armas Elétricas da Universidade de Carleton/Canadá.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

## ANEXO B

### CONTRATO Nº 019/2022

### Orçamento Detalhado e Proposta Comercial

#### Axon Enterprise, Inc.

Protect Life.

17800 N 85th St.  
Scottsdale, Arizona 85255  
United States  
Phone: +1 (800) 978-2737  
Fax:



#### PROPOSTA COMERCIAL

Código do Orçamento: Q-248293-3

Data: 19/09/2022

Data de Validade: 60 dias.

Data de Início do Contrato: A confirmar

  
Franco Gialfione  
Representante TASER e  
Procurador Legal AXON no Brasil

**BILL TO:**  
POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO - PMES  
QUARTE DO COMANDO GERAL – QCG  
AVENIDA MARU PE, 2111  
VITÓRIA, ES 29048463, BR.  
A/C MAJOR ANDRÉ PRATTI LEMOS

**Ship To:**  
POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO - PMES  
QUARTE DO COMANDO GERAL – QCG  
AVENIDA MARU PE, 2111  
VITÓRIA, ES 29048463, BR.  
A/C MAJOR ANDRÉ PRATTI LEMOS

REPRESENTANTE	TELEFONE	EMAIL	METODO DE ENTREGA	FORMA DE PGTO
Franco Gialfione	+55 11 98105-5555	<a href="mailto:franco@gialfione.com.br">franco@gialfione.com.br</a>	Carga Internacional	Carta de Crédito

TASER T7				
QUANT.	SKU	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.100	20008	ARMA DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR TASER 7	USD 1.564,00	USD 1.720.400,00
1.400	20018	BATERIA RECARREGÁVEL TASER 7, TÁTICA	USD 78,20	USD 101.660,00
1.100	20160	COLDRE PARA TASER 7	USD 76,50	USD 84.150,00
4.000	22175	CARTUCHO TASER 7 OPERACIONAL 3.5 GRAUS (COMBATE DISTANTE - NÃO SERIALIZADO)	USD 35,70	USD 142.800,00
6.000	22176	CARTUCHO TASER 7 OPERACIONAL 12 GRAUS (COMBATE PRÓXIMO - NÃO SERIALIZADO)	USD 35,70	USD 214.200,00
2.000	22177	CARTUCHO TASER 7 TREINAMENTO 3.5 GRAUS, MODELO HALT	USD 35,70	USD 71.400,00
2.000	22178	CARTUCHO TASER 7 TREINAMENTO 12 GRAUS, MODELO HALT	USD 35,70	USD 71.400,00
20	22179	CARTUCHO TASER 7 INERTE (DEMO) 3.5 GRAUS (COMBATE DISTANTE)	USD 45,90	USD 918,00
20	22181	CARTUCHO TASER 7 INERTE (DEMO) 12 GRAUS (COMBATE PRÓXIMO)	USD 45,90	USD 918,00
10	80089	ALVO DE TREINAMENTO HÍBRIDO, VELCRO, TASER® 7	USD 127,50	USD 1.275,00
10	20050	TRAJE DE TREINAMENTO EM VELCRO PARA CARTUCHOS TASER® 7, MODELO HALT	USD 637,50	USD 6.375,00
50	74200	BASE DE CARREGAMENTO E SINCRONIZAÇÃO (DOCA), 6 POSIÇÕES.	USD 1.364,25	USD 54.570,00
40	74201	BASE DE CARREGAMENTO E SINCRONIZAÇÃO (DOCA), 1 POSIÇÃO.	USD 325,00	USD 13.000,00
1.100	20248	LICENÇA DE 5 ANOS EVIDENCE.COM, TASER 7	USD 276,25	USD 303.875,00
Total Geral			USD 2.808.403,50	

**IMPORTANTE!** As vendas dos produtos AXON (TASER) são feitas sempre em moeda estrangeira (USD) e convertidas a moeda nacional (Real) no dia de fechamento de câmbio da Carta de Crédito junto ao Banco do Brasil. Portanto, poderá haver variações nos valores em moeda brasileira a depender da flutuação do câmbio USD x BRL.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

**CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO**

<b>Prazo de Garantia:</b>	<b>12 (doze) meses</b> para os Dispositivos Elétricos TASER® e Docas Axon. <b>3 meses (90 dias)</b> para cartuchos, baterias e demais acessórios. Para efeito da contagem do prazo de garantia será considerada a data do recebimento definitivo dos produtos.
<b>Prazo de Entrega:</b>	Em condições normais, a Axon entrega os produtos em <b>até 120 dias</b> depois da data de recebimento/emissão da <b>Carta de Crédito</b> e da emissão da Permissão de Importação do Exército Brasileiro (CIL), o que ocorrer por último. Fatores como disponibilidade dos produtos devido à alta demanda e processos aduaneiros do país de destino podem impactar o tempo de entrega.
<b>Validade da Proposta:</b>	Especificada no campo "Data de Validade" da parte superior-direita do Orçamento. Se tal informação não estiver especificada, será considerado o prazo de validade padrão de <b>60 (sessenta) dias corridos</b> para cada proposta. Para efeito de validade da proposta será considerada a data constante da proposta. Após esse prazo, poderá ser emitida nova proposta comercial.
<b>Frete e Seguro:</b>	Inclusos.
<b>Orçamentos:</b>	<b>IMPORTANTE! As vendas dos produtos Axon (TASER) são feitas sempre em USD</b> , conforme orçamento (com valores em USD), e convertidas a BRL no dia de assinatura efetiva do contrato com a instituição compradora. Portanto, pode haver variações nos valores apresentados em BRL, a depender da flutuação do câmbio USD x BRL.
<b>Pagamento:</b>	O pagamento deverá ser efetuado pelo Órgão Adquirente, através de <b>Carta de Crédito</b> no valor total da aquisição, confirmada e irrevogável, aberta em favor da AXON ENTERPRISE, INC., para pagamento, sendo 100% (cem por cento) contra recebimento definitivo do objeto, comprovado através de Atestado de Recebimento Definitivo a ser emitido pelo Órgão Adquirente, em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis após o recebimento do objeto. Considera-se recebimento definitivo do objeto a entrega definitiva do material, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).  Dados do Beneficiário: AXON ENTERPRISE, INC. 17800 N. 85th Street, Scottsdale, Arizona, USA Zip Code 85255 Tax ID: 860741227  Dados Bancários: JPMorgan Chase Bank, N.A, New York, USA Account No.: 634912729 ABA No. 122100024 Swift Code: CHASUS33**** Beneficiary: Axon Enterprise, Inc.

**CONDIÇÕES GERAIS DE IMPORTAÇÃO**

- Desembaraço Aduaneiro:** o desembaraço aduaneiro será efetuado por Despachante Aduaneiro contratado pela Axon Enterprise, Inc. Para usufruir de potenciais isenções de impostos previstas em Lei, o órgão adquirente deve credenciar o Despachante no sistema RADAR do Siscomex de sua Instituição através de Procuração específica que o habilite a fazer os procedimentos de desembaraço aduaneiro pela instituição compradora.
- Local de Entrega:** por serem produtos controlados pelo Exército Brasileiro, embora o desembaraço seja realizado pelo Despachante Aduaneiro contratado pela Axon, o cliente será o responsável por retirar o produto no Aeroporto Internacional de sua escolha e transladá-lo a seu destino final.

FIM DO DOCUMENTO



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Acesso à Informação | Política monetária | Estabilidade financeira | Estatísticas | Cédulas e moedas | Publicações e pesquisa

Home > Conversor de Moedas

### Conversor de Moedas

Data da cotação: 19/09/2022

Valor: 2.808.403,50 Converter de: Dólar dos Estados Unidos (USD) Para: Real (BRL)

**Resultado da conversão**

Conversão de: Dólar dos Estados Unidos/USD (220)  
Valor a converter: 2.808.403,50

Para: Real/BRL (790)  
**Resultado da conversão: 14.705.081,5664**

Data cotação utilizada: 19/09/2022  
Taxa:  
1 Dólar dos Estados Unidos/USD (220) = 5,2361 Real/BRL (790)  
1 Real/BRL (790) = 0,1909818 Dólar dos Estados Unidos/USD (220)

- O cálculo efetuado tem caráter informativo e não substitui as disposições da norma cambial brasileira para casos específicos de conversão.
- Conversões disponíveis para datas informadas a partir de 01/02/1999.
- Para dias não úteis, assume-se a cotação do dia útil imediatamente anterior.
- O Banco Central não assume qualquer responsabilidade pela não simultaneidade ou falta das informações prestadas, assim como por eventuais erros de paridades das moedas, ou qualquer outro, salvo a paridade relativa ao dólar dos Estados Unidos da América em relação ao Real. Igualmente, não se responsabiliza pelos atrasos ou indisponibilidade de serviços de telecomunicação, interrupção, falha ou pelas imprecisões no fornecimento dos serviços ou informações. Não assume, também, responsabilidade por qualquer perda ou dano oriundo de tais interrupções, atrasos, falhas ou imperfeições, bem como pelo uso inadequado das informações contidas na transação.

### Taxa de câmbio

Os valores considerados para disposição na tabela de Quantitativos e Custos constante no item 1.3 deste Termo tiveram como referência a cotação do dólar americano, no fechamento da data de 19/09/2022, informada pelo site <https://www.bcb.gov.br/conversao>, conforme a conversão do dólar para o Real mostrada na imagem.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

## ANEXO C

### CONTRATO Nº 019/2022

### Carta de Exclusividade



São Paulo, 24 de março de 2022  
N/REF.: EXCL 035/22

AOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DEFESA

REF.: DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL EXCLUSIVA

Prezados Senhores,

Apraz-nos informar a V.Sas. que de acordo com nosso melhor conhecimento, baseado em nossos registros de produtos e serviços de empresas produtoras de materiais de defesa e segurança, a empresa **GRAND PRIX INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA.**, CNPJ **43.774.261/0001-71**, estabelecida à Rua Almirante Soares Dutra, nº 387, casa 05, Morumbi – São Paulo/ SP, CEP 05654-000, consta, até a presente data, como a única empresa representante comercial no Brasil da empresa:

**AXON INTERPRISE, Inc.**, uma empresa de Delaware, EUA, para venda dos seguintes produtos e acessórios no Brasil, de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022:

1. TASER X26P CEW e todos os acessórios e cartuchos relacionados;
2. TASER X2 CEW e todos os acessórios e cartuchos relacionados;
3. TASER CAM HD recorder;
4. Dispositivos conectados TASER; e
5. TASER 7 CEW e todos os acessórios e cartuchos relacionados.

Produtos estritamente dedicados às forças policiais e militares, não podendo ser comercializados para a população civil em nenhum momento.

A presente declaração foi emitida por solicitação da empresa mencionada, conforme documentos em nosso poder, seguindo os trâmites previstos na Norma de Emissão que pode ser encontrada em [www.abimde.org.br](http://www.abimde.org.br).

Atenciosamente,

Armando Lemos  
Diretor Técnico

**VÁLIDA ATÉ 31/12/2022**

Obs.: Esta Declaração se destina a comprovação de exclusividade de representação comercial em todo território nacional junto aos ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DEFESA, a confirmação da sua veracidade pode ser consultada no site da ABIMDE ([www.abimde.org.br](http://www.abimde.org.br)).

**Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança**  
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2367 – 12º andar – Conjunto 1211 – Edifício Barão de Ouro Branco  
Jardim Paulista – São Paulo / SP – CEP 01401-000  
Tel./Fax: +55 (11) 3170-1860 – E-mail: [abimde@abimde.org.br](mailto:abimde@abimde.org.br)  
[www.abimde.org.br](http://www.abimde.org.br)

EXCL. 035/22 de 24/03/2022 assinada por Armando Lemos, Diretor Técnico.

Este documento foi assinado digitalmente por Armando Lemos.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0CA0-92DB-7CCD-9C06.

Este documento foi assinado digitalmente por Armando Lemos.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0CA0-92DB-7CCD-9C06.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629



### PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0CA0-92DB-7CCD-9C06> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: 0CA0-92DB-7CCD-9C06**



#### Hash do Documento

44823104DC32747B6A8F25F6278F80155C1B34D294816FCC8255F3B8D4CD7443

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/03/2022 é(são) :

☒ Armando Lemos (Signatário) - 769.513.677-87 em 24/03/2022

17:17 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

## ANEXO D

### CONTRATO Nº 019/2022

### Justificativa de Preços

Segue contrato assinado com o SENADO FEDERAL com o objetivo de informar que os valores ofertados à PMES são compatíveis e não abusivos, conforme descreve o art. 26, parágrafo único, inciso III da Lei nº 8.666/93, exige a justificativa de preço, isso quer dizer, justificar e demonstrar que o preço está compatível com o mercado, em face do parágrafo único do art. 4º e § 2º do art. 25 da mesma lei.

00100.094003/2020-20

Processo: 00200.016346/2019-91



SENADO FEDERAL

CONTRATO Nº 20200114

Que entre si celebram, de um lado, a **UNIÃO** por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, **AXON ENTERPRISE, INC.**, objetivando o fornecimento de Dispositivos Eletrônicos de Controle (DEC) **TASER T7** e respectivos acessórios e insumos, bem como insumos para o DEC **TASER X26**.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e **AXON ENTERPRISE, INC.**, com sede na 17800 N 85th St. Scottsdale, Arizona 85255, EUA, fax nº +1 800-978-2737, telefone nº +1 800-978-2737, EIN (*Employer Identification Number*) nº 860741227, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. FRANCO GIAFFONE, RG nº 13.597.927-4, expedida pela SSP-SP, CPF nº 257.875.238-90, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de **Inexigibilidade de Licitação** com base no inciso I do art. 25 da Lei 8.666/93, reconhecida pela Senhora Diretora-Geral, conforme documento nº 00100.085027/2020-98 e ratificada pelo Exmo. Senhor Primeiro Secretário do Senado Federal, conforme documento nº 00100.086219/2020-11 do Processo nº 00200.016346/2019-91, observado o Parecer nº 470/2020 – ADVOSF, documento nº 00100.075539/2020-46, incorporando a este instrumento a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento nº 00100.036079/2020-31, o projeto básico, documento nº 00100.066687/2020-70, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13/2018, dos Atos da Diretoria-Geral nº 9/2015 e nº 31/2015 e das Cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o fornecimento de **Dispositivos Eletrônicos de Controle (DEC) TASER T7 e respectivos acessórios e insumos, bem como insumos para o DEC TASER X26**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As especificações técnicas do objeto constam do **Anexo I** deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA fornecerá, sem ônus para o SENADO, como peças de reposição, 3% (três por cento) de cada um dos itens 1, 2 e 3 especificados no **Anexo I**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA ainda realizará, sem ônus para o



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | [scecon@senado.leg.br](mailto:scecon@senado.leg.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E2E4D0B3E8BFD3.  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/legislacao/ass>

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

00100.054003/2020-20



SENADO FEDERAL

Processo: 00200.016346/2019-91

SENADO, treinamento com as seguintes especificações:

Treinamento
<ul style="list-style-type: none"><li>• Habilitação de instrutor multiplicador no uso do DEC <i>TASER</i> T7;</li><li>• Capacitação para 10 (dez) alunos do Senado Federal e até 10 (dez) convidados de outras instituições públicas;</li><li>• Carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas por turma;</li><li>• Ministrado por profissional habilitado como instrutor do equipamento DEC <i>TASER</i> T7 certificado pelo fabricante;</li><li>• Insumos incluídos;</li><li>• Realização em Brasília/DF;</li><li>• O Senado Federal disponibilizará o local para o curso e os meios auxiliares necessários.</li></ul>

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

**I -** Manter, durante a execução deste contrato, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

**II -** Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

**III -** Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

**IV -** Responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive seguros, desde a origem até sua entrega no local de destino;

**V -** Responsabilizar-se pelos custos até o desembaraço alfandegário, incluídos os decorrentes de armazenagem, pelo período máximo de 5 (cinco) dias úteis;

**VI -** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes deste contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

**VII -** Providenciar a *Proforma Invoice* contendo os dados de acordo com a modalidade Incoterms CIP, bem como todas as informações do equipamento cotado, como especificações técnicas, acessórios, nome do fabricante, se o equipamento é fabricado sob encomenda ou é

2



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | [secon@senado.leg.br](mailto:secon@senado.leg.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 8264204000385F3C  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/legisla/v.aspx>

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

00100.054003/2020-20

Processo: 00200.016346/2019-91



**SENADO FEDERAL**

equipamento de prateleira, disponível no mercado externo, peso líquido, peso bruto do objeto e volume, conforme contido em sua proposta, além de todos os seus dados, como razão social, endereço, telefone e dados bancários completos, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato. Após o envio das correções e atesto da *Proforma Invoice* pelo SENADO, a CONTRATADA deverá enviar a versão definitiva em até 05 (cinco) dias úteis se houver alguma correção a ser feita.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem subrogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

A CONTRATADA entregará os equipamentos objeto deste contrato, novos, sem uso e de qualidade profissional de linha normal de fabricação, de acordo com as características discriminadas em sua proposta, inclusive marca e especificações, sendo vedado o uso de material improvisado ou de peças adaptadas, no prazo máximo de **120 (cento e vinte) dias**, a contar da assinatura do contrato, da emissão do Certificado Internacional de Importação, e da Licença de Exportação, o que ocorrer por último, no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, localizado em Brasília, Distrito Federal, Brasil.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caberá à CONTRATANTE comunicar ao Comando do Exército os equipamentos objeto deste contrato, para fins de emissão do Certificado Internacional de Importação, nos termos do art. 34, §1º-A, c/c art. 37, §1º, ambos do Decreto 9.847/2019.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O produto será fornecido em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a sua discriminação, prazo de validade, nome do fabricante, endereço e registro no órgão competente. Cada unidade do produto deverá estar acompanhada de especificações técnicas e termo de garantia e serem embalados de forma suficiente para oferecer proteção contra choques mecânicos, intempéries, calor excessivo e outras formas de agressão aos materiais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O prazo de garantia dos itens 1 e 4 deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto, podendo ser essa garantia

3



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | [seecom@senado.leg.br](mailto:seecom@senado.leg.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E2E42D4000388F30.  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/legis/web/v.aspx>

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)







ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

00100.094003/2020-20

Processo: 00200.016346/2019-91



SENADO FEDERAL

**I** - Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação por escrito. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão;

**II** - Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Caberá à CONTRATADA o recolhimento de materiais por ela fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação do gestor. Caso seja necessária a prévia permissão do Exército Brasileiro, o prazo será contado a partir da referida permissão.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos, da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – Para os fins do tratado no parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores abaixo, compreendendo as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste Contrato, inclusive os custos de frete e taxa de transferência, conforme proposta da CONTRATADA, documento nº 00100.036079/2020-31.

Item	Descrição	Quant.	Unidade de Medida	Preço Unitário (USD)	Preço Total (USD)
1	Dispositivo Eletrônico de Controle - DEC Taser T7	100	Unidade	1.642,60	164.260,00



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | seecon@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E3E4D400308F30  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/legisweb/v.aspx>

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

00100.094003/2020-20



Processo: 00200.016346/2019-91

SENADO FEDERAL

2	Pacote de Bateria para <i>Taser T7</i>	100	Unidade	82,13	8.213,00
3	Coldre para <i>Taser T7</i>	100	Unidade	67,50	6.750,00
4	Estação de Carregamento (Dock) para <i>Taser T7</i>	4	Unidade	1.432,50	5.730,00
5	Cartucho para <i>Taser T7</i>	800	Unidade	36,29	29.032,00
6	Licença para uso do Sistema de Gestão de Dados Evidence.com	100	Unidade	200,00	20.000,00
7	Cartucho para <i>Taser X26</i>	248	Unidade	32,00	7.936,00
8	Bateria para <i>Taser X26</i>	62	Unidade	48,00	2.976,00
Total dos Produtos					244.897,00
Taxa de Transferência					105,00
Frete					11.330,22
TOTAL GERAL					256.332,22

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O valor global do presente instrumento é de **US\$ 256.332,22** (duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e trinta e dois dólares americanos e vinte e dois centavos) a ser pago à CONTRATADA na forma dos parágrafos subsequentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O pagamento efetuar-se-á por intermédio de transferência bancária internacional em favor de **AXON ENTERPRISE, INC.**, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pelo SENADO, de acordo com o disposto no parágrafo nono da cláusula terceira. O custo da transferência bancária correrá por conta do CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A cotação do dólar a ser considerada será a taxa oficial de fechamento do câmbio fornecida pelo Banco Central do Brasil (PTAX) no dia da operação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

O preço será fixo e irrevogável.

6



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | [seecon@senado.leg.br](mailto:seecon@senado.leg.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E2E42D4003389F30.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/legisweb/vi.aspx>

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

00100.094003/2020-20

Processo: 00200.016346/2019-91



SENADO FEDERAL

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES**

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01.031.0034.4061.5664 e Naturezas de Despesa 4.4.90.52, 3.3.90.30, 3.3.90.40, 3.3.90.39, tendo sido empenhadas mediante as Notas de Empenho nºs 2020NE000034, 2020NE000035, 2020NE000036, 2020NE000037, 2020NE000038, 2020NE000039 e 2020NE000040, todas de 1º de outubro de 2020.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral ou Diretor Executivo de Contratações promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento do contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I** – advertência;

**II** – multa;

**III** – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e,

**IV** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea III desta Cláusula.

7



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | [secon@senado.leg.br](mailto:secon@senado.leg.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E2E4D400388F30

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/legisweb/v.aspx>

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**

00100.054003/2020-20



Processo: 00200.016346/2019-91

**SENADO FEDERAL**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Decorrido o prazo previsto para o início deste contrato, sem a entrega do objeto, conforme os prazos estabelecidos neste contrato, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Findo o prazo limite previsto no parágrafo anterior, sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global deste contrato, observando-se os critérios constantes do parágrafo sexto, podendo ainda o SENADO, a seu critério, impor outras sanções legais cabíveis.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto no parágrafo segundo, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do parágrafo quinto da cláusula décima, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

- I – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II – a não reincidência da infração;
- III – a atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e,
- V – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no parágrafo sexto.

8



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | scccon@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E2E4D4030388F3D.  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/legis/web/assp/>

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

00100.094003/2020-20

Processo: 00200.016346/2019-91



SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO NONO** – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Não ocorrendo quitação da multa, na forma do parágrafo anterior, será o valor remanescente, em último caso, cobrado judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

**I** - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da inexigibilidade de licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou,

**II** - judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura ou até a execução plena do objeto, o que ocorrer primeiro.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

9



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | [secon@senado.leg.br](mailto:secon@senado.leg.br)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E2E42D4300388F3D.  
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/legisweb/v.aspx>.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

00100.094003/2020-20



Processo: 00200.016346/2019-91

**SENADO FEDERAL**

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

**ILANA TROMBKA**  
**DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**

**FRANCO GIAFFONE**  
**AXON ENTERPRISE, INC.**

**FRANCO**  
**GIAFFONE:25787523890**

Assinado de forma digital por FRANCO  
GIAFFONE:25787523890  
Dados: 2020.10.14 20:57:13 -03'00'

**Testemunhas:**

**Diretor da SADCON**

**Coordenador da COPLAC**

U:\COPLAC\SECON\SECON2020\MINUTAS\CONTRATO\AXON - CT NOVO - 01.03.46 2019 (PG).doc

10



Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Via N2 | Unidade de Apoio II | CEP 70165-900 | Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2442 | secon@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E2E4D4000389F30.  
CONSULTE EM [http://www.senado.gov.br/legis/web/vi\\_s.asp](http://www.senado.gov.br/legis/web/vi_s.asp)

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629

# **ANEXO E**

## **CONTRATO Nº 019/2022**

### **Comprovação de inviabilidade de competição**



Rio de Janeiro, 30 de Março de 2022  
Proposta No. 2022-4203

À/Ao

POLICIA MILITAR DO EST DO ESPIRITO SANTO

Prezados Senhores, em atenção à solicitação desta, informamos abaixo a cotação de produtos não-letais da marca CONDOR.

Item	Ref.	Descrição resumida do produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	KIT SPARK DUO I	KIT SPARK DUO I	1,00	BRL 16.545,06	BRL 16.545,06
02	CJ ELETROMECANICO MZ3 MA N2	CJ ELETROMECANICO MZ3 MA N2 SPARK Z3	1,00	BRL 225,56	BRL 225,56
03	KIT SPARK DUO II	KIT SPARK DUO II	1,00	BRL 23.325,16	BRL 23.325,16
04	KIT CARTUCHO SPARK DUO	KIT DE CARTUCHOS SPARK DUO MA E CA	1,00	BRL 316,30	BRL 316,30

Valor Total BRL 40.412,08

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

Valor por extenso Quarenta mil quatrocentos e doze reais e oito centavos




#### CONDIÇÕES GERAIS

Validade da Proposta	90 (noventa) dias	Forma de pagamento	30 dias após entrega
Vida útil (produto)	05 (cinco) anos para Spark, Cartuchos Spark e Data Kit e 02 (dois) anos para os demais acessórios Spark.	Impostos	IPi isento e ICMS incluso
Prazo de Entrega	Até 210 (duzentos e dez) dias contados do recebimento da Nota de Empenho.	Endereço de entrega	AVENIDA MARUIPE, 2.111 VITORIA-ESPIRITO SANTO 29048463 BRASIL
Garantia	12 (doze) meses para Spark e 90 (noventa) dias para os demais itens.	Frete incluso	Sim

#### DADOS COMERCIAIS

Condor S/A Indústria Química

CNPJ: 30.092.431/0001-96  
Endereço: Rua Armando Dias Pereira, 160  
Nova Iguaçu - RJ CEP: 26053-640  
Telefone: (21) 3974-3355  
e-mail: comercial.nacional@condornaoletal.com.br

 Rua do Carmo, 7 - 12º andar  
Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Cep: 20011-020  
 +55 21 3974-3355  
 www.condornaoletal.com.br



**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.  
Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629



#### DADOS BANCÁRIOS

Empresa: Condor S/A Indústria Química  
Banco: Caixa Econômica Federal  
Agência: 4263  
Conta Corrente: 901.134-6

#### Considerações importantes:

- 1) Será fornecido a título de DOAÇÃO: 01 (um) Dispositivo de Coleta de Dados - Data Kit da SPARK DUO a cada 200 (duzentos) Kits SPARK DUO ONE adquiridos.
- 2) Será fornecido a título de DOAÇÃO: 01 (um) Cartucho de Treinamento SPARK DUO a cada 50 (cinquenta) Kits SPARK DUO ONE adquiridos.
- 3) Será fornecido a título de DOAÇÃO: 02 (dois) Dispositivos de Coleta de Dados - Data Kit da SPARK DUO a cada 200 (duzentos) Kits SPARK DUO MASTER adquiridos.
- 4) Será fornecido a título de DOAÇÃO: 02 (um) Cartuchos de Treinamento SPARK DUO a cada 100 (cem) Kits SPARK DUO ONE adquiridos.

Convém ressaltar que o Dispositivo Elétrico Incapacitante Spark e seus acessórios são de fabricação exclusiva da CONDOR S.A. Indústria Química, no Brasil, possuem Certidão de Exclusividade, emitida pelo SIMDE – Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa, documento que faculta à Administração Pública contratar através da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no Art. 25, da Lei 8.666/93 e suas alterações pela Lei 8.883/93.

Confiante em um posicionamento favorável, colocamo-nos à disposição para maiores informações que se fizerem necessárias.

Luiz Cristiano Vallim Monteiro  
Diretor Comercial

É imprescindível o treinamento para o uso apropriado das armas e munições não letais.

Observação: Produto em fase de homologação junto ao Exército Brasileiro

#### Especificações

Ref.	Descrição do produto
	Kit do Dispositivo Elétrico Incapacitante SPARK DUO ONE Composição do Kit: 01 Spark DUO; 01 Coldre SPARK DUO Polímero; 02 Cartuchos SPARK DUO de curto alcance;

Rua do Carmo, 7 - 12º andar  
Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Cep: 20011-020  
 +55 21 3974-3355  
 www.condornaoletal.com.br



**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**




Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: dal1.dal@pm.es.gov.br



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR – DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro São Cristóvão, Vitória/ES – CEP 29.048-463.**  
**Tel. (27) 3636-8626/ (27) 3636-8629**



KIT SPARK DUO I	02 Cartuchos SPARK DUO de médio alcance; 02 Bateria Blindada SPARK DUO; 01 Carregador de Bateria SPARK DUO; 01 Maleta em Polímero; Manual do Usuário
CJ ELETROMECHANICO MZ3 MA N2	Cartucho de Lançamento de Dardos Energizados – Médio Alcance SPARK DUO A munição é ativada quando o gatilho da SPARK é pressionado e o cartucho é deflagrado liberando duas sondas energizadas conectadas a fios, que transmitem pulsos elétricos do dispositivo para o alvo.  ESPECIFICAÇÕES* CARACTERÍSTICAS DIMENSIONAIS Comprimento total: 49 mm Altura total: 70 mm Largura total: 22 mm Massa total: 65 g Quantidade de fio: 8 metros. Ângulo de saída: 7° Dispersão entre dardos por metro: 12 centímetros.
KIT SPARK DUO II	Kit do Dispositivo Elétrico Incapacitante SPARK DUO MASTER Composição do Kit: 01 Spark DUO; 01 Coldre SPARK DUO Polímero; 04 Cartuchos SPARK DUO de curto alcance; 08 Cartuchos SPARK DUO de médio alcance; 02 Bateria Blindada SPARK DUO; 01 Carregador de Bateria SPARK DUO; 01 Maleta em Polímero; Manual do Usuário
KIT CARTUCHO SPARK DUO	Kit de Cartuchos do Dispositivo Elétrico Incapacitante SPARK DUO Composição do Kit de cartuchos: 01 Cartucho SPARK DUO de curto alcance; 01 Cartucho SPARK DUO de médio alcance

 Rua do Carmo, 7 - 12º andar  
Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Cep: 20011-020  
  
 +55 21 3974-3355  
  
 [www.condornaoletal.com.br](http://www.condornaoletal.com.br)



**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

Diretoria de Logística da PMES – DLog  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8627 – e-mail: [dal1.dal@pm.es.gov.br](mailto:dal1.dal@pm.es.gov.br)

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**DOUGLAS CAUS**  
COMANDANTE GERAL PM  
PM-ES - PMES - GOVES  
assinado em 07/10/2022 12:18:29 -03:00

**FRANCO GIAFFONE**  
CIDADÃO  
assinado em 07/10/2022 09:54:17 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 07/10/2022 12:18:30 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por PAULO SERGIO ROCHA GOMES (CAPITAO QOC PM - PMDLOGSECCONTRCONV - PMES - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-47HQDH>



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

**CONTRATO Nº 300/2022/DL/PMD**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOURADOS E A EMPRESA AXON ENTERPRISE, INC, REPRESENTADA PELO SR. FRANCO GIAFFONE, EM DECORRÊNCIA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2022.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES**

- 1.1. O MUNICÍPIO DE DOURADOS, Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Coronel Ponciano, nº 1.700, Parque dos Jequitibás, em Dourados-MS, inscrito no CNPJ sob o nº 03.155.926/0001-44, neste ato representado pela Comandante da Guarda Municipal de Dourados, a Senhora **LILIANE GRAZIELE CESPEDES DE SOUZA NASCIMENTO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1383342 SSP/MS, e do CPF nº 998.301.241-34, residente e domiciliada na Rua: Andreilino Pinto Gonçalves, nº 4116 - Pq Jequitibas, nesta cidade de Dourados/MS, denominada CONTRATANTE; e de outro lado a empresa **AXON ENTERPRISE, INC**, sociedade constituída de acordo com as leis do Arizona, inscrita no Employer Identification Number (EIN) sob o nº 86-0741227, situada no endereço 17800 N - 85th St - Scottsdale/USA, AZ 85255, neste ato representada por seu representante legal, o Senhor **FRANCO GIAFFONE**, portador da Cédula de Identidade RG nº 13597927 SSP/SP e CPF nº 257.875.238-90, denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO, o qual sujeita as partes às normas disciplinadas e às regras estabelecidas no Termo de Referência e, ainda, às cláusulas e condições a seguir aduzidas.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

- 2.1. O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, com fundamento em seu art. 25, inciso I, constante do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº. 010/2022, Processo de Licitação nº. 269/2022/DL/PMD.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

- 3.1. O objeto do presente instrumento refere-se à Aquisição de kit's de armamento de incapacitação neuromuscular (AINM) e cartuchos de curta e longa distância, objetivando atender as necessidades da Guarda Municipal, com recursos de Transferência Especial realizada pelo Ministério da Economia através da Emenda Parlamentar nº 202240320002 (Deputado Federal Loester Trutis) e recursos próprios, conforme abaixo especificado:

Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Marca	Preço Expresso em (US\$ / R\$)	
					Unitário (US\$ / R\$)	Total (US\$ / R\$)
01	CARTUCHOS PARA AINM DE LONGA DISTÂNCIA Cartuchos para longa distância disponível para LONGO ALCANCE que possa atingir 6,40 m (seis metros e quarenta centímetros) ou mais até do alvo, compatível com as especificações técnicas da AINM citadas acima, devendo ser providos de tecnologia que impeça o lançamento de dardos pela queda ou outro meio de acionamento involuntário. · Em caso de equipamento de produção estrangeira será exigida documentação que comprove a permissão para produção emitida por Banco de Provas Internacional ou por órgão oficial do país de origem; · Possuir seu lote de fabricação e número de série, assim como, validade mínima de aproximadamente 5 (cinco) anos e garantia total de 90 (noventa) dias, contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes; Sua caixa deverá ser fabricada em	Unid.	150	Axon	US\$ 37,00 R\$ 205,35	US\$ 5.550,00 R\$ 30.802,50



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

	polímero de alta resistência com 02 (dois) arpões em aço inoxidável.					
02	<p>CARTUCHOS PARA AINM DE CURTA DISTÂNCIA Cartuchos para curta distância Para utilização em atendimentos, com disponibilidade para CURTO ALCANCE de 1,25 m (um metro e vinte e cinco centímetros) até 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) de distância do alvo, compatível com as especificações técnicas da AINM citadas acima devendo ser providos de tecnologia que impeça o lançamento de dardos pela queda ou outro meio de acionamento involuntário. ?Em caso de equipamento de produção estrangeira será exigida documentação que comprove a permissão para produção emitida por Banco de Provas Internacional ou por órgão oficial do país de origem;</p> <p>?Possuir seu lote de fabricação e número de série, assim como, validade mínima de aproximadamente 5 (cinco) anos e garantia total de 90 (noventa) dias, contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes;</p> <p>Sua caixa deverá ser fabricada em polímero de alta resistência com 02 (dois) arpões em aço inoxidável.</p>	Unid.	230	Axon	US\$ 37,00 R\$ 205,35	US\$ 8.510,00 R\$ 47.230,50
03	<p>ARMAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR (KIT) 1.1 Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular (AINM):</p> <p>1.2 Referências Normativas:</p> <p>A seguir apresenta-se a norma basilar relacionada, na qual, contém as disposições legais para elaboração dos requisitos técnicos deste equipamento, constituindo pela seguinte.</p> <p>- PORTARIA Nº 197, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020 que, Institui a Norma Técnica atinente a Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular para utilização policial (NTSENASP nº 002/2020) - Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular (AINM).</p> <p>1.3 Termos e Definições:</p> <p>Para os efeitos deste documento, aplicam-se os termos e definições abaixo reproduzidos:</p> <p>Arma Eletroeletrônica de Incapacitação Neuromuscular (AINM): Arma de porte que quando acionada promove descarga elétrica pulsada no alvo, estimulando ação neuromuscular para causar incapacidade física temporária.</p> <p>Pulso: Descarga variável de energia elétrica, em curto intervalo de tempo.</p> <p>Arco Voltaico: Propelido através de dois fios condutores que levam os dardos, e que ao entrarem em contato com o corpo, geram um fluxo intenso de corrente elétrica.</p> <p>Centelhamento: Procedimento de verificação da arma através do seu acionamento com ou sem cartuchos,</p>	Unid.	26	Axon	US\$ 2.010,00 R\$ 11.155,50	US\$ 52.260,00 R\$ 290.043,00





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

<p>sendo verificada a presença de descarga elétrica.</p> <p>Iluminação central: Diz respeito ao feixe de luz principal que integra o núcleo de projeção.</p> <p>Iluminação em derrame: Diz respeito ao feixe de luz que tem como finalidade iluminar as áreas adjacentes ao centro do feixe principal, dando visão periférica ao operador.</p> <p>Cartucho de incapacitação neuromuscular: É uma munição destinada a ser utilizada quando do uso progressivo e proporcional da força, em missões de polícia ostensiva e de preservação e restauração da ordem pública, causando grande impacto psicológico e despersuasão contra os infratores da lei, na arma de incapacitação neuromuscular.</p> <p>1.4Características Gerais:</p> <p>O equipamento deverá possuir corpo constituído de material resistente, não condutor de eletricidade, de alta resistência a impactos, devendo ser isento, em qualquer de suas partes ou componentes, de rachaduras, deformações, mossas, rebarbas, perfurações, corrosões, ou qualquer outro defeito que comprometa a segurança, durabilidade ou empregabilidade, devendo ainda ser resistente à água e a umidade.</p> <p>Temperatura de armazenamento e operação: O equipamento deverá suportar a temperaturas do espectro entre -10°C a +50°C em ambas as situações, sem que sua eficácia e durabilidade sejam comprometidas.</p> <p>Identificação do número de série individualizado no equipamento e no cartucho operacional.</p> <p>O armamento deverá ser provido de tecnologia capaz de aplicar, dentro dos limites de segurança, a carga necessária no corpo do indivíduo agressor para sua efetiva incapacitação.</p> <p>A corrente elétrica deverá operar em uma margem segura, conforme normas complementares a NT - SENASP, que não ocasione lesões graves, nem nos órgãos internos, devendo, contudo, atuar com eficácia na incapacitação neuromuscular.</p> <p>Armazenamento de dados de, no mínimo 500 disparos, bem como emissão de relatórios contendo, no mínimo, data e hora do acionamento, cartuchos disparados, número de série da AINM, e duração do acionamento. Tal solução deverá permitir auditoria dos dados armazenados no dispositivo se necessário, independentemente da tecnologia utilizada.</p> <p>Bateria facilmente substituível em ação operacional, com autonomia para, no mínimo, 100 (cem) acionamentos de 3 (três) a 5 (cinco) segundos de descarga,</p>					
--	--	--	--	--	--



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

<p>com capacidade de 300 (trezentos) ciclos de recarga, e durabilidade de armazenamento de pelo menos 5 (cinco) anos, quando a bateria for recarregável; no caso de bateria não recarregável, que esta tenha vida útil para suportar, no mínimo, 500 (quinhentos) acionamentos com ciclos de 3 (três) a 5 (cinco) segundos de descarga e durabilidade de armazenamento de pelo menos 5 (cinco) anos.</p> <p>Espectro mínimo de alcance útil dos dardos entre 2 (dois) a 7,5 metros (sete metros e meio), e espectro ideal de até 10 (dez) metros.</p> <p>O equipamento (AINM e cartuchos) deverão ser resistente a quedas de altura de no mínimo 2 (dois) metro de altura, sem haver acionamento acidental ou danos que atinjam sua estrutura, que façam com que suas características sejam alteradas, ou inviabilizem sua utilização operacional temporária ou permanentemente.</p> <p>Para a segurança, deve possuir chave "liga/desliga" ou dispositivo que previna a ativação acidental.</p> <p>1.5Características Específicas</p> <p>1.5.1 Do seu uso</p> <p>Arco de advertência (ou arco voltaico): Possibilidade de acionar o centelhamento, sem a necessidade de ejeção dos cartuchos e sem ocasionar lançamento dos dardos, de forma que permita ao agente sinalizar a intenção de uso do armamento ao agressor através de um centelhamento visível e audível, possibilitando a aplicação do uso progressivo da força através do impacto psicológico, desestimulando a resistência por parte do agressor;</p> <p>Corrente elétrica: Deverá operar em uma margem segura e que não ocasione lesões ou queimaduras na pele, nem em órgãos internos, devendo, contudo, atuar com eficácia nas ondas do sistema nervoso, que é o motor responsável pela incapacitação neuromuscular;</p> <p>Tiro de backup: Permite ao operador efetuar MAIS de 01 (um) disparo sem a necessidade de fazer a troca do cartucho disparado por um cartucho novo, permitindo que a arma esteja em pronto emprego diante de múltiplos agressores ou na falha de penetração de um dos dardos do primeiro disparo;</p> <p>Modo de acionamento: Possibilidade de decidir se os cartuchos são disparados em modo semiautomático (o dispositivo avança para o próximo cartucho) ou em modo manual (o usuário deve avançar para o próximo cartucho manualmente);</p> <p>Choque de contato: Capacidade de desempenhar um choque de contato sem a necessidade de se retirar os cartuchos; e</p> <p>Conexão cruzada (ou alternância de dardos): Para maximizar o sucesso</p>					
---	--	--	--	--	--



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

<p>operacional e nos casos em que algum dos dardos do primeiro disparo se desconecte ou não atinja o corpo do agressor, o armamento deverá ser capaz de se conectar de forma cruzada com os dardos do outro cartucho a ser disparado, permitindo o envio da corrente elétrica e a incapacitação neuromuscular.</p> <p>1.6 Material da AINM</p> <p>Carcaça: Fabricado em polímero de alta resistência e durabilidade;</p> <p>Resistência à água: Conforme protocolo de testes da norma IEC 60529;</p> <p>Temperatura de armazenamento e operação: O armamento deverá suportar a temperaturas de no mínimo -10°C a 50°C tanto para armazenamento quanto para operação, sem que a eficácia e a durabilidade sejam comprometidas, devendo ser comprovado por laudo de laboratório isento; e</p> <p>Peso e tamanho: O dispositivo (sem bateria) deve pesar no máximo 300 g (trezentas gramas) e comprimento máximo de 21 cm (vinte e um centímetros).</p> <p>1.7 Bateria</p> <p>Bateria: De uso recarregável, de lítio e que seja possível substituir facilmente, devendo possuir autonomia para aproximada 300 (trezentos) ciclos completos de carga e descarga;</p> <p>Capacidade do pacote de baterias: No mínimo 900 mAh;</p> <p>Ciclo de disparo: Após o acionamento do gatilho o armamento deverá emitir corrente elétrica por no máximo 5 (cinco) segundos, devendo interromper automaticamente o ciclo após esse tempo; e</p> <p>Emissão de relatórios: O armamento deverá ser capaz de emitir relatórios contendo, no mínimo, as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>·Número de acionamentos do botão teste de centelha;</li><li>·Duração de cada ciclo;</li><li>·Utilização do arco de advertência (ou arco voltaico);</li><li>·Registro de cada pulso e saída de tensão; e</li><li>·Todos os registros acima deverão ser emitidos com data e hora do acionamento e o número de série do armamento.</li></ul> <p>1.8 Outros</p> <p>Aparelho de pontaria: Ser composto por alça e massa de mira;</p> <p>Laser Duplo: Um laser indicando o local de impacto do dardo superior e o outro laser indicando o local de impacto do dardo inferior, diferenciando os receptivos através de cores distintas, para evitar a “adivinhação” e aumentar a precisão do disparo;</p> <p>Lanterna: De alta intensidade, embutida, com no mínimo 300 (trezentos) lúmens, acessível sem a perda de empunhadura.</p>					
---	--	--	--	--	--



<p>O acionamento da mesma independe do acionamento da arma;</p> <p>Visor (display): O armamento deverá possuir visor (ou display) que permita ao operador observar informações básicas como o nível da bateria, data, hora, contagem do ciclo de descarga e informações provenientes do autodiagnostico;</p> <p>Interruptor de segurança (trava): Ambidestro;</p> <p>Medição de corrente: Com tecnologia inteligente que seja capaz de medir, ajustar e empregar, precisamente, a quantidade de corrente elétrica necessária para atuar diretamente no sistema neuromuscular, eliminando os riscos de falha na incapacitação do indivíduo devido à falta ou excesso de descarga elétrica;</p> <p>Data Kit: Recurso que permita o gerenciamento de relatórios, de forma rápida e segura, através de cabo USB ou conexão Wi-Fi;</p> <p><b>2. ENTREGA TÉCNICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Apresentação de todos os itens e funções técnicas da AINM adquirida, a ser realizado por responsável designado pela empresa contratada;</li><li>· Insumos incluídos;</li><li>· A ser realizado em Dourados/MS; e</li><li>· A Guarda Municipal de Dourados disponibilizará o local para o curso e os meios auxiliares necessário.</li></ul> <p><b>3. DEFINIÇÃO DE UNIDADE DO ARMAMENTO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR (KIT)</b></p> <p>Para fins de aquisição licitatória, 01 (uma) unidade do armamento de incapacitação neuromuscular (KIT) será composta por:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>· 1 (uma) arma de incapacitação neuromuscular com suporte para no mínimo 02 (dois) cartuchos;</li><li>· 1 (uma) bateria de lítio (modelo recarregável);</li><li>· 1 (um) cabo USB para transferência de dados</li></ul> <p><b>PARA A QUANTIDADE TOTAL ADQUIRIDA;</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Licença de uso para 5 anos;</li><li>· 1 (um) manual de instruções em língua pátria; e</li><li>· 1 (um) coldre com porta cartucho do referido modelo de AINM para cada KIT, confeccionado em material resistente e compatível com o item adquirido, na proporção de 90% para destros e 10% para canhotos.</li></ul> <p>O armamento de incapacitação neuromuscular deverá ter validade mínima de 05 (cinco) anos e garantia total do produto, pelo prazo de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes, desde que seguidas as recomendações do fabricante, contados a partir da data do recebimento, de forma definitiva, pela</p>					
---	--	--	--	--	--



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

	Comissão de Recebimento de Material.					
<b>04</b>	CARREGADOR DE BATERIA Carregador de bateria com no mínimo 6 (seis) baias e compatível com tensão 110v ou 220v, compatível com os kit's de armamento de incapacitação neuromuscular (AINM) fornecido.	<b>Unid.</b>	01	Axon	US\$ 1.100,00 R\$ 6.105,00	US\$ 1.100,00 R\$ 6.105,00
<b>Valor Total</b>						<b>US\$ 67.420,00 R\$ 374.181,00</b>

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO E REAJUSTE**

- 4.1.** O valor global do presente Contrato é de US\$ 67.420,00 (sessenta e sete mil e quatrocentos e vinte dólares americanos), equivalente em reais em média à R\$ 374.181,00 (trezentos e setenta e quatro mil e cento e oitenta e um reais, observado o constante da proposta da Contratada. Para efeito de conversão da moeda estrangeira, o valor da contratação em reais será definido pela cotação do dólar americano fornecido pelo Banco no momento do fechamento da Carta de Crédito.
- 4.1.2.** O valor estimado constante no subitem acima, representa a conversão do preço do dólar com base na cotação cambial à época da apresentação da proposta, sendo que o valor a ser efetivamente pago em real no momento da efetivação da Carta de Crédito será atualizado com base na conversão cambial à época da abertura da carta de crédito. OBS: Os parâmetros utilizados para chegar a cotação cambial, consta no item “3” do Termo de Referência.
- 4.2.** O preço permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência do Contrato, salvo se em decorrência de prorrogação do prazo de vigência ultrapassar 12 (doze) meses, hipótese em que a Contratada poderá através de requerimento, ter o saldo remanescente reajustado, se houver.
- 4.3.** De acordo com a política monetária do Governo Federal e no caso da execução do objeto ultrapassar o período superior a 12 (doze) meses, o saldo contratual será reajustado aplicando-se o índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade ou qualquer outro índice oficial de preços, considerando a data de referência da aceitação da proposta, desde que, após decorridos 12 (doze) meses e que a Contratada solicite formalmente dentro do prazo de até 30 (trinta) dias do 12º (décimo segundo) mês, renunciando ao reajuste caso não faça.
- 4.4.** O descumprimento das condições supracitadas por responsabilidade da Contratada, bem como de suas obrigações contratuais, ensejará a não concessão de reajuste anual.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 5.1.** As despesas decorrentes da execução do objeto deste CONTRATO correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

**04.00. – Guarda Municipal**

**04.01. – Guarda Municipal**

**06.181.104.** – Programa de Aperfeiçoamento da Gestão, Aprimoramento dos Atendimentos Ofertados a População e Estruturação da Guarda Municipal

2012. – Manter ações Guarda Municipal, Implantar Novas Tecnologias, Capacitar e Estruturar

44.90.52.22. - Outros Materiais Permanentes

44.90.52.24. - Aparelhos e Equipamentos de Proteção e Segurança

33.90.30.38. – Material para Armamento, Munições, acessórios e Sobressalentes

- 5.2.** O CONTRATANTE se reserva no direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

- 6.1.** O presente instrumento terá vigência contada a partir da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação de seu extrato na Imprensa Oficial, com término em 31 de dezembro de 2022.
- 6.2.** Este Contrato poderá ter a sua vigência prorrogada nos termos que dispõe o art. 57, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações.





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

- 6.3. No caso da execução do Contrato ultrapassar o exercício financeiro vigente, as despesas efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo orçamento da mesma programação financeira.
- 6.4. A prorrogação do prazo de vigência do Contrato será precedida de justificativa devidamente fundamentada e autorização da autoridade competente, devendo ser formalizada nos autos do processo mediante Termo Aditivo.
- 6.5. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

- 7.1. A solicitação dos equipamentos será realizada através da Autorização de Fornecimento (AF), que é documento no qual consta a especificação exatamente licitada, devendo constar o número do Contrato, os equipamentos, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local de entrega, além das demais exigências legais.
- 7.2. A Autorização de Fornecimento (AF) será enviada à Contratada via email ou outra forma a ser estabelecida pelas partes, devidamente assinada pelo setor requerente.
- 7.3. O prazo de entrega é de 120 (cento e vinte) dias corridos a partir do recebimento do Swift da Carta de Crédito, da Permissão de Exportação, do CII – Certificado Internacional de Importação e do contrato, o que ocorrer por último, a ser expedida pelas autoridades competentes, em remessa única, na sede da Guarda Municipal, situado na Av. Joaquim Teixeira Alves nº 4120, Jardim Caramuru, na cidade de Dourados-MS, ou em outro local determinado com antecedência pela Guarda Municipal respeitando obrigatoriamente, a quantidade determinada, sendo os mesmos recebidos pelos integrantes da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, no período das 07h00min às 13h00min.
- 7.4. Os equipamentos deverão ser entregues devidamente embalado e identificado conforme preconiza a legislação, sendo que a falta do mesmo implicará no não recebimento destes por parte da Comissão de Recebimento.
- 7.6. A CONTRATADA deverá entregar junto aos equipamentos, o Termo ou Certificado de Garantia do Fabricante e manual de instrução/funcionamento.
- 7.7. Por se tratar de produto importado, no momento da entrega dos equipamentos, a Contratada deverá anexar à nota fiscal ou documento equivalente no exterior, cópia da Declaração de Importação – DI, a fim de comprovar a origem e regularidade da importação do equipamento em questão.
- 7.8. Caberá à Contratante comunicar ao Comando do Exército os equipamentos objeto deste Contrato, para fins de emissão do Certificado Internacional de Importação, nos termos do Decreto 9.847/2019.
- 7.9. Os equipamentos deverão ser entregues devidamente acompanhados dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal e/ou Fatura) ou seja, de acordo com a Autorização de Fornecimento (AF), dela devendo constar o número do Contrato, o material, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local de entrega, além das demais exigências legais.
- 7.10. A licitante vencedora está vinculada a fornecer estritamente os equipamentos discriminados no Pedido de Licitação, no contrato e na nota de empenho, e no ato da entrega da mercadoria poderá ser constatado o desacordo com o pedido de licitação, contratado e nota de empenho, o que acarretará a devolução do mesmo.
- 7.11. Todas as despesas relativas à entrega e substituição dos equipamentos ficarão a cargo da Contratada. Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pela Administração, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pela legislação vigente.
- 7.12. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos equipamentos que porventura sejam entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações do Contrato.
- 7.13. Tanto a Contratada quanto o fabricante assumem inteira responsabilidade pela qualidade e conformidade dos equipamentos entregues, com as condições estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria.
- 7.14. A Contratada será responsável, na forma da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos decorrentes do fornecimento contratado.
- 7.15. Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.



#### **7.16. DA ENTREGA TÉCNICA**

- 7.16.1.** Apresentação de todos os itens e funções técnicas da AINM adquirida, a ser realizado por responsável designado pela empresa contratada.
- 7.16.2.** A sua entrega deverá ser realizada no município de Dourados/MS.
- 7.16.3.** Quando da entrega, fica a empresa contratada responsável por apresentar o domínio e utilização do equipamento, incluindo as técnicas de utilização que possibilitem ao usuário o desenvolvimento das capacidades necessárias para utilização diária e apto a certificar os agentes como multiplicadores.
- 7.16.4.** Deverá ser ofertado a no mínimo 10 (dez) servidores, capacitando-os como multiplicadores. Os insumos necessários para a sua realização, como cartuchos de treino, correrão às expensas da empresa contratada.
- 7.16.5.** A Guarda Municipal de Dourados disponibilizará local e meios auxiliares necessários para a sua realização.

#### **7.17. DO PROTOCOLO DE TESTE**

- 7.17.1.** Para aferir se os requisitos técnicos mínimos das armas eletroeletrônicas de incapacitação neuromuscular (AINM) e dos cartuchos estão sendo atendida, com o objetivo de atender os profissionais de segurança pública, a empresa contratada deverá declarar que está de acordo com as normas de ensaio contidas na NT-SENASP 002/2020.

#### **7.18. DO TRANSPORTE**

- 7.18.1.** A CONTRATADA deverá arcar com as despesas de embalagem, frete, traslado, desembaraço alfandegário, seguro, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outras despesas que porventura vierem a existir até a sua entrega na sede da Guarda Municipal de Dourados, ficando a cargo da Contratada, ainda, as despesas com remoção dos bens fornecidos caso tenham que ser substituídos, não cabendo ao Contratante qualquer responsabilidade sobre os mesmos.
- 7.18.2.** Na execução do transporte deverão ser obedecidos os critérios adequados para sua realização, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade do material, e de acordo com as condições estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria.
- 7.18.3.** Os equipamentos que apresentar recomendações preconizadas pelo fabricante deverá ser transportado nessas condições e de acordo com as condições estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria.

#### **7.19. DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS**

- 7.19.1.** O armamento de incapacitação neuromuscular deverá ter validade mínima de 05 (cinco) anos e garantia total do produto, pelo prazo de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes, desde que seguidas as recomendações do fabricante, contados a partir da data do recebimento, de forma definitiva, pela Comissão de Recebimento de Material. Já os cartuchos, baterias e acessórios deverá ter validade mínima de 05 (cinco) anos e garantia total do produto, pelo prazo de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação ou de matéria prima dos componentes.
- 7.19.2.** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 7.19.3.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 7.19.4.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 7.19.5.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

- 7.19.6.** A Contratada será devera prover 3% do total de produtos para substituição imediata de armas que possam apresentar falhas, sendo que, caso ocorram falhas em algum equipamento, este será enviado de volta à fábrica de origem para avaliação técnica, sem ônus ao Estado. O prazo para devolução do produto pela fábrica será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela Assistência Técnica Autorizada.
- 7.19.7.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 7.19.8.** Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 7.19.9.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 7.19.10.** O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 7.19.11.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO**

- 8.1.** Os equipamentos serão recebidos por servidor integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias, em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93, especificamente nos termos do artigo 73, II, “a” e “b” da referida Lei.
- I.** Entende-se como critério de aceitação do objeto que o mesmo esteja de acordo com especificação descrita na Proposta de Preços, que atenda o inciso VII do art. 39 da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
  - II.** Após a verificação do quantitativo e a equivalência dos equipamentos entregues com as especificações contidas na Proposta de Preços e, também, no presente instrumento, será feito o recebimento definitivo do equipamento.
- 8.2.** Para efeito de recebimento, não serão aceitos os equipamentos:
- I.** Divergentes, quanto às características, o modelo ou às especificações descritas na Proposta de Preços Contratada;
  - II.** Com embalagens individuais violadas, inadequação em relação ao conteúdo e não estiverem devidamente identificadas de acordo com o que estabelece a legislação vigente;
  - III.** Que não estejam adequados para uso/utilização.
- 8.3.** O CONTRATANTE reserva-se no direito no direito de não aceitar os equipamentos que estiver em desacordo com o previsto nesse Termo Contratual.
- 8.4.** Os equipamentos serão recebidos por servidor integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias:
- I.** Será verificada a equivalência dos equipamentos entregues com as especificações contidas no Contrato, sob pena de ser recusado o seu recebimento;
  - II.** Detectando-se alguma anormalidade como defeitos, falhas ou imperfeições no equipamento, estes serão relacionados e entregues à Contratada para adoção das medidas cabíveis a fim de sanar os problemas, podendo rejeitá-los, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
  - III.** Caso se verifique alguma inconformidade com o equipamento em data posterior à entrega, será comunicado à empresa, que por sua vez, deverá manifestar-se formalmente acerca das providências a serem adotadas no prazo de até 07 (sete) dias.



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

- IV.** Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de Notificação;
- a. Essa Notificação interrompe os prazos de recebimento e de pagamento até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.
- V.** A contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição do equipamento que porventura seja entregue com defeito, danificado ou não compatível com as especificações, sem ônus para o Contratante, mantido o preço inicialmente contratado;
- VI.** A aceitação dos equipamentos somente será efetuada após ter o mesmo sido considerado satisfatório pela Comissão de Recebimento, designada especialmente para este fim, sendo que a não observância destas condições implicará na não aceitação dos mesmos, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou pedido de indenização por parte da inadimplente.
- 8.5.** Os equipamentos considerados inadequados, de inferior qualidade, ou que não atenderem às exigibilidades, serão devolvidos e o pagamento ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.
- 8.6.** Os equipamentos recusados pelo Contratante deverão ser substituídos, automaticamente, no indicado pela Contratante, contados da data de Notificação, sem qualquer ônus para o Contratante.
- 8.7.** A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação do Contratante, sendo que a falta de tal justificativa sujeitará a Contratada as penalidades previstas na legislação vigente.
- 8.8.** Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pelo Contratante, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pelo Contrato e legislação aplicável.
- 8.9.** Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o CONTRATANTE, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 8.10.** No caso de inadimplência da Contratada, entrega dos equipamentos com especificações diferentes do ofertado, ou ainda com imperfeições, quantidade inferior ao consignado na Nota de Empenho, considerar-se-á como data efetiva da entrega aquela em que a totalidade dos equipamentos sejam entregues, em quantitativos e características compatíveis com o solicitado.
- 8.11.** Em caso de necessidade de providências por parte da CONTRATADA, o prazo para pagamento será suspenso e o fornecimento considerado em atraso, sujeitando-o à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e conforme o caso, as outras sanções estabelecidas na lei e neste CONTRATO.
- 8.12.** Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade dos equipamentos e estará obrigada a substituir aquele que não estiver de acordo com o especificado ou no caso de apresentar falha, mesmo que o fato ocorra após o recebimento provisório e/ou definitivo, sob pena de aplicação, pelo Contratante, das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93.
- 8.13.** Todos os custos referentes ao fornecimento, como transporte, taxas e impostos, despesas com refeições e estadias de funcionários, atendimento fora do horário comercial para entrega e demais despesas necessárias para o perfeito fornecimento contratado, correrão por conta exclusiva da Contratada.
- 8.14.** O Termo de Recebimento Definitivo não eximirá a Contratada das obrigações definidas no Código Civil Brasileiro em vigor, bem como no artigo 69 da Lei Federal 8.666/93, e demais exigências legais.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES**

- 9.1.** Constituem obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste CONTRATO ou dele decorrentes:
- I.** Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da entrega dos equipamentos;
- II.** Arcar com todas as despesas operacionais, necessárias à entrega do objeto da licitação;
- III.** Dar ciência a Guarda Municipal de Dourados, imediatamente, e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na integra solicitadas;
- IV.** Entregar os equipamentos solicitados de acordo com a descrição;



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

- V. Executar a entrega através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Guarda Municipal exigir a retirada daquela cuja conduta seja julgada inconveniente, obrigando-se, também, a indenizar a Guarda Municipal por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem;
  - VI. Responsabilizar-se integralmente pela venda dos equipamentos, nos termos da legislação vigente;
  - VII. Realizar a entrega de acordo com a necessidade da Guarda Municipal de Dourados, dentro do prazo, locais e quantidades estabelecidos neste Termo;
  - VIII. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - IX. Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato;
  - X. Observar as prescrições emanadas do agente da Administração designado para acompanhar a entrega dos equipamentos;
  - XI. Ser zeloso na entrega, de maneira a não colocar em risco à saúde dos seus agentes e servidores;
  - XII. A contratada deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Guarda Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
  - XIII. A adjudicatária deverá responsabilizar-se por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados;
  - XIV. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.
  - XV. Para pagamentos via Carta de Crédito Internacional, providenciar a PROFORMA INVOICE no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, contendo os dados necessários, bem como todas as informações do equipamento cotado e os acessórios contido na proposta, além de todos os seus dados, razão social, endereço, telefone e dados bancários completos. Após possíveis correções e atesto da PROFORMA INVOICE pela Guarda Municipal de Dourados, a contratada deverá enviar a versão definitiva em até 5 (cinco) dias úteis se houver alguma correção a ser feita.
- 9.2.** Constituem obrigações do CONTRATANTE, além das demais previstas neste CONTRATO ou dele decorrentes:
- I. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
  - II. Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais;
  - III. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que deve ser realizada a entrega dos materiais solicitados;
  - IV. Atestar às Notas Fiscais/Faturas correspondentes a entrega dos equipamentos referente ao objeto deste Termo de Contrato;
  - V. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - VI. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do(s) objeto(s), no prazo e forma estabelecidos no contrato e seus anexos;
  - VII. Elaborar as Notas de Empenhos e as Autorizações de Fornecimento, determinando as quantidades a serem entregues;
  - VIII. Exercer a fiscalização da entrega dos equipamentos por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
  - IX. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da licitação, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;
  - X. Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega dos equipamentos;





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

- XI.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - XII.** Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que a Contratada entregar fora das especificações constantes da Proposta de Preços e do respectivo Contrato.
- 9.3.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.4.** Além das obrigações descritas anteriormente, devem ser observadas outras obrigações específicas em função da peculiaridade do objeto conforme Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

- 10.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.2.** O CONTRATANTE fiscalizará obrigatoriamente a execução do CONTRATO, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos.
- 10.3.** A gestão e fiscalização do presente CONTRATO e seu objeto será feita pelo CONTRATANTE, por meio de servidor devidamente designado, ao qual competirá, além dos deveres de fiscalização, também dirimir as dúvidas que surgirem no curso da de sua execução e de tudo dará ciência à CONTRATADA, para fiel execução contratual durante sua vigência e/ou prazo garantia.
- 10.4.** O gestor do CONTRATO anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos equipamentos objeto deste CONTRATO, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de multa ou rescisão do CONTRATO, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer cláusulas estabelecidas no presente instrumento.
- 10.5.** Na eventualidade de ocorrência de qualquer falha de execução ou em que os equipamentos tenham sido entregues fora das especificações da fiscalização ou ainda que os equipamentos tenham sido entregues fora do contratado, será a CONTRATADA notificada para que regularize tais falhas, sob pena de, não o fazendo, ser declarada inidônea, sem prejuízo das demais penalidades.
- 10.6.** As providências necessárias serão determinadas pelo representante do Município ao preposto indicado pela CONTRATADA.
- 10.7.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE e/ou terceiros, por qualquer irregularidade, na execução/fornecimento, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de equipamento inadequado ou de qualidade inferior ou em desacordo com o contratado e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO**

- 11.1.** O pagamento será efetuado em favor da adjudicatária por meio de Ordem Bancária em até 30 (trinta) dias, após a entrega e aceite definitivo dos equipamentos, mediante apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, devendo ainda indicar o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o Crédito.
- 11.2.** Quando do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em dia com todas as condições de habilitação exigidas na licitação.
- 11.3.** A Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos quando da entrega dos equipamento:s
- I.** **03 (três) vias da AF** encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado;
  - II.** **Nota Fiscal ou documento equivalente** gerada pelo fornecimento da quantidade dos materiais entregues solicitados na AF. Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, o motivo da não entrega da mesma, os quais serão analisados pela Secretaria e posteriormente será informado a decisão;



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

- III. **Prova de Regularidade Fiscal:** da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS) e Certidão de Débitos Trabalhistas (Justiça do Trabalho), ou na sua ausência, Declaração de Impossibilidade de Apresentação de Documentos de Habilitação e Contrato Social da Empresa, todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade. No caso de empresas estrangeiras que não possuam tais documentos, apresentar declaração de impossibilidade de apresentação de documentos habilitação.
- IV. Para empresas estrangeiras ainda deverão apresentar os seguintes documentos juramentados e traduzidos, assim como, outros que sejam relevantes para o andamento do processo.
1. Declaração de inexistência de impedimento e de fatos supervenientes impeditivos da habilitação;
  2. Carta de representante legal se for o caso;
  3. Procuração;
  4. Contrato Social da empresa com todas as suas alterações;
  5. Declaração de inexistência de impedimento para licitar ou contratar com a administração;
  6. Declaração de que está de acordo com a Norma Técnica - SENASP nº 002/2020, com relação as Arma Eletroeletrônica de Incapacitação Neuromuscular (AINM).
- 11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.6. No pagamento em **MOEDA ESTRANGEIRA (DÓLAR AMERICANO OU EURO)**, será efetuado por meio de Carta de Crédito Internacional, irrevogável e intransferível, emitida pela instituição financeira **Caixa Econômica Federal** em favor da empresa contratada e garantida por banco de primeira linha indicado pelo licitante, nos termos da legislação em vigor, cuja validade corresponderá ao prazo de entrega do objeto licitado, e sua liberação para pagamento ocorrerá mediante comunicação a ser feita ao emissor, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 11.7. Todas as despesas referentes à emissão de ordem de pagamento e/ou abertura de crédito documentário junto à Caixa Econômica Federal, (abertura, aviso, negociação e demais despesas decorrentes) serão custeadas pela CONTRATADA.
- 11.8. Sendo necessária emenda da carta de crédito, como prorrogação ou alteração de condicionantes, as despesas que venham a incidir serão custeadas por quem deu causa à emenda.
- 11.9. O pagamento será efetuado em Reais (R\$), mediante conversão pela taxa de câmbio de compra vigente para moeda estrangeira segundo o valor disponibilizado pelo site do BANCO CENTRAL DO BRASIL (<https://www.bcb.gov.br/>) boletim de fechamento referente ao dia de fechamento da carta de crédito.
- 11.10. Todas as operações financeiras serão efetivadas por meio da Caixa Econômica Federal, sendo que nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendências em virtude de sanção, inadimplência ou entrega, sem que isso gere direito a pleito de reajustamento de preços ou correção monetária, quando for o caso.
- 11.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:  
EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 12.1.** Caso haja inexecução parcial ou total do CONTRATO com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.
- 12.2.** Em caso de inexecução ou execução irregular do fornecimento ou de prestação de serviço:
- I.** Advertência por escrito;
  - II.** Multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso na entrega dos equipamento, incidente sobre o valor total do CONTRATO, limitada a incidência a 10 (dez) dias, que contar-se-á a partir da data limite para a entrega fixada neste CONTRATO ou após o prazo concedido para as substituições ou modificações devidas quando o objeto licitado estiver em desacordo com as especificações previstas; a partir do 10º (décimo) dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do CONTRATO, com as consequências daí advindas;
  - III.** Suspensão do CONTRATO após o 10º (décimo) dia de atraso.
  - IV.** Rescisão unilateral do CONTRATO após o 30º (trigésimo) dia de atraso;
  - V.** Multa compensatória de:
    - a)** 3% (três por cento) sobre o valor correspondente a parte não cumprida do CONTRATO por ocorrência, até o limite de 9% (nove por cento), em caso de inexecução parcial do CONTRATO;
    - b)** 30% (trinta por cento) sobre o valor do CONTRATO, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
  - VI.** Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo período de até 02 (dois) anos, no caso do não cumprimento de Cláusula Contratual ou quando ocorrer a rescisão unilateral do CONTRATO por culpa de CONTRATADA;
  - VII.** Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.
- 12.3.** As sanções previstas neste CONTRATO são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a depender do grau da infração cometida pelo adjudicatário.
- 12.4.** Quaisquer multas, quando aplicadas, deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias na Tesouraria do Município de Dourados ou serão deduzidas de qualquer fatura ou crédito existente do CONTRATANTE em favor da CONTRATADA ou, ainda, cobrada judicialmente.
- 12.5.** As penalidades estabelecidas em lei não excluem qualquer outra prevista neste CONTRATO, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas, danos e prejuízos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em consequência do inadimplemento das condições contratuais, nem impedem a rescisão do CONTRATO
- 12.6.** Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa.
- 12.7.** Fica garantido à CONTRATADA o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada na forma como foi apresentada.
- 12.8.** Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a pena de suspensão, acima tratados, as empresas ou profissionais que, em razão da Lei Federal nº 8.666/93:



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

- I. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 13.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente CONTRATO de pleno direito, independentemente de interpelação judicial, pela ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78, combinado com o artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93, garantindo à CONTRATADA o direito de defesa e o contraditório, nos termos do artigo 109 da mesma Lei.
- 13.2. A rescisão não dará à CONTRATADA direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.
- 13.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes deste CONTRATO, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.
- 13.4. A declaração de nulidade do presente contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 13.5. A nulidade não exonera o Município de Dourados do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data da declaração da nulidade e por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, comprovando-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 13.6. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no presente Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO**

- 14.1. O presente CONTRATO está vinculado, para todos os efeitos e condições legais, à Inexigibilidade de Licitação nº 010/2022.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

- 15.1. O presente Contrato poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
  - a. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto contratual;
  - b. Quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
  - c. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação de pagamento, com relação ao cronograma fixado, sem a correspondente contraprestação de execução dos serviços;
  - d. Na hipótese do disposto na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 15.2. Qualquer alteração nas condições ora estipulada neste CONTRATO deverá ser feita através de Termo Aditivo, devidamente assinado pelos representantes legais das partes.
- 15.3. Qualquer aumento ou supressão de quantitativos, em relação aos previstos na proposta, deverá ser previamente justificado pela fiscalização e aprovado pela autoridade competente.
- 15.4. Em havendo alteração unilateral do CONTRATO que aumente os encargos da CONTRATADA, o Município de Dourados deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO AMPARO LEGAL E DA SUJEIÇÃO LEGAL ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS**

- 16.1. O presente CONTRATO regula-se pelas suas cláusulas e pelos seus preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral de Contratos e as disposições de direito privado.



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

- 16.2. Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente CONTRATO serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis.
- 16.3. Após a assinatura deste CONTRATO, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de correspondência devidamente registrada.
- 16.4. As partes se declaram sujeitas às normas previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, as demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos e às cláusulas expressas neste CONTRATO.
- 16.5. Não terão eficácia quaisquer exceções às especificações contidas neste instrumento e/ou em seus anexos, em relação às quais o CONTRATANTE não houver, por escrito, se declarado de acordo.
- 16.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorrido após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

- 17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES**

- 18.1. A CONTRATADA fica obrigada a manter durante o período de execução do presente CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação exigida na Inexigibilidade de Licitação nº 010/2022.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

- 19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente CONTRATO, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas *infra-assinados*, de tudo cientes.

Dourados-MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

LILIANE GRAZIELE  
CESPEDES DE SOUZA  
NASCIMENTO:99830124134

Assinado de forma digital por  
LILIANE GRAZIELE CESPEDES DE  
SOUZA NASCIMENTO:99830124134  
Dados: 2022.11.29 09:49:32 -04'00'

**LILIANE GRAZIELE CESPEDES DE SOUZA NASCIMENTO**  
*Comandante da Guarda Municipal*

FRANCO  
GIAFFONE:25787523890

Assinado de forma digital por  
FRANCO GIAFFONE:25787523890  
Dados: 2022.11.29 10:58:05 -03'00'

**FRANCO GIAFFONE**  
*Representante Legal da AXON ENTERPRISE, INC*

Testemunhas:

Ass.: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome:

Nome:

CPF:

CPF: